

ANEXO II

OS HOMENS QUE GOVERNARAM A CIDADE 1367-1433

- 1 Abril Pires
- 2 Afonso Eanes, criado do Condestável
- 3 Afonso Eanes Frandino
- 4 Afonso Eanes, criado de Martim Afonso de Melo
- 5 Afonso Fernandes Raleio
- 6 Afonso Esteves
- 7 Afonso Gonçalves de Negreiros
- 8 Afonso Martins Chainho
- 9 Afonso Pires, Escolar
- 10 Afonso Sanches, Mercador
- 11 Aires Amado (ou amador)
- 12 Aires Martins Carvoeiro
- 13 Álvaro Gomes
- 14 Álvaro Gonçalves Nogueira
- 15 Álvaro Mendes de Oliveira
- 16 Álvaro Pires Carvoeiro
- 17 Álvaro Pires Fuseiro
- 18 Álvaro Vasques, Mercador
- 19 Álvaro Vasques
- 20 Álvaro Vasques Tisnado
- 21 Antão Afonso
- 22 Antão Vasques
- 23 Diogo Afonso Mealha
- 24 Diogo Gomes Barbosa
- 25 Diogo Gonçalves Solmarudre
- 26 Diogo Lopes de Brito
- 27 Estêvão Domingues (Feltreiro)
- 28 Estêvão Eanes
- 29 Estêvão Eanes Candeeiro
- 30 Estêvão Eanes Alferes (ou Alfernaz)
- 31 Estêvão Eanes, filho de João Eanes que foi Mercador
- 32 Estêvão Fernandes Raleio
- 33 Estêvão Gonçalves Toucinho
- 34 Estêvão Rodrigues
- 35 Fernando Afonso Cicioso
- 36 Fernão Afonso de Elvas, que foi criado do Bispo D. João
- 37 Fernão Afonso de Morais
- 38 Fernão Gomes de Góis
- 39 Fernão Gonçalves D'Arca
- 40 Fernão de Lanhas
- 41 Fernão Gonçalves Façanha
- 42 Fernão Gonçalves Pestana
- 43 Fernão Lourenço
- 44 Fernão Lopes Lobo
- 45 Fernão Martins Brandão
- 46 Fernão Martins Pestana
- 47 Fernão Martins Vieira
- 48 Fernão Rodrigues Godinho

- 49 Garcia Martins
- 50 Garcia Fernandes (Façanha)
- 51 Gil Dias
- 52 Gil Eanes Juanejo
- 53 Gil Eanes Rei
- 54 Gil Gonçalves, Escolar
- 55 Gil Vasques
- 56 Gil Vasques Pereira
- 57 Gomes Afonso
- 58 Gomes Eanes Toscano
- 59 Gonçalo Dias de Espinho
- 60 Gonçalo Eanes, que foi Almoxarife
- 61 Gonçalo Esteves Feltreiro
- 62 Gonçalo Esteves Quadril de Pega
- 63 Gonçalo Esteves Brua Pouco
- 64 Gonçalo Fava
- 65 Gomes Martins Zagalo
- 66 Gonçalo Mendes de Brito
- 67 Gonçalo Nunes dito Loução
- 68 Gonçalo Pires
- 69 Gonçalo Rodrigues da Fonseca
- 70 Gonçalo Vasques
- 71 Jaime Lourenço
- 72 João Afonso da Regueira
- 73 João Afonso Trigueiro
- 74 João Boto
- 75 João Eanes Calça
- 76 João Eanes, Mercador
- 77 João Esteves Lourinho
- 78 João Esteves Quadril de Pega
- 79 João Farto
- 80 João Gomes Arnalho
- 81 João Lameira
- 82 João Lourenço
- 83 João Mendes Aguado
- 84 João Mendes, genro de Luís Martins vaqueiro
- 85 João Martins de Pina
- 86 João Murzelo
- 87 João Rodrigues
- 88 João Vicente
- 89 João Vicente Juanejo
- 90 Lopo Afonso
- 91 Lopo Afonso Botelho
- 92 Lopo Dias de Espinho
- 93 Lopo Esteves
- 94 Lopo Esteves Feltreiro
- 95 Lopo Esteves Lourinho
- 96 Lopo Esteves Ourigo
- 97 Lopo Fernandes Fuseiro
- 98 Lopo Fernandes, hastieiro
- 99 Lopo Fernandes da Costa
- 100 Lopo Fernandes Lobo
- 101 Lopo Fernandes
- 102 Lopo Rodrigues Façanha
- 103 Lopo Rodrigues Mousinho

- 104 Lopo de Soure, criado do rei
- 105 Lopo Vasques
- 106 Lourenço Eanes Magro, criado do rei
- 107 Lourenço Eanes
- 108 Lourenço Mendes Cerveira
- 109 Lourenço Pires Fuseiro
- 110 Lourenço Pires Fuseiro, o moço
- 111 Lourenço Rodrigues
- 112 Lourenço Vasques
- 113 Lourenço Vicente Bavainho
- 114 Luís Fernandes Vieira
- 115 Luís Gonçalves Carvalhais
- 116 Luís Gonçalves, criado do Bispo
- 117 Luís Martins, Mercador
- 118 Luís Pires
- 119 Martim Afonso Davide
- 120 Martim Afonso Arnalho I, Mercador
- 121 Martim Afonso Arnalho II
- 122 Martim Afonso, sobrinho de João Mendes Corregedor da Corte
- 123 Martim Afonso de Paiva
- 124 Martim Gil
- 125 Martim Leonardes
- 126 Martim Lopes Lobo I
- 127 Martim Lopes Lobo II
- 128 Martim de Oliveira
- 129 Martim Toscano
- 130 Martim Vale
- 131 Martim Vasques (Mascarenhas)
- 132 Martim Vasques Tisnado
- 133 Martim Vicente Vilalobos, Escolar
- 134 Mem Gonçalves do Vimieiro (ou Cheira)
- 135 Mem Pires
- 136 Mendo Estrelado
- 137 Pedro Afonso Davide
- 138 Pedro Afonso Arnalho
- 139 Pedro Eanes do Crato
- 140 Pedro Eanes Juanejo
- 141 Pedro Eanes Peão
- 142 Pêro Gonçalves
- 143 Pêro Seco
- 144 Pêro de Oliveira
- 145 Pêro Sanches Carvoeiro
- 146 Pêro Lopes Chanoca
- 147 Rodrigo Afonso Fuseiro
- 148 Rodrigo Álvares Pimentel
- 149 Rodrigo Álvares
- 150 Rodrigo Eanes de Abreu, irmão de Gonçalo Eanes de Castelo de Vide
- 151 Rodrigo Eanes, amo do Rei
- 152 Rodrigo Eanes, criado de Álvaro Pires de Castro
- 153 Rodrigo Eanes Fuseiro I
- 154 Rodrigo Eanes Fuseiro II
- 156 Rodrigo Eanes Pinga
- 157 Rodrigo Eanes da Regueira
- 158 Rodrigo Esteves Conto e Meio
- 159 Rui Martins Toscano

- 160 Rui Martins Godinho
- 161 Rui Mendes de Chaves
- 162 Rui Salvado I
- 163 Rui Pires
- 164 Vasco Afonso do Samouco, criado do rei
- 165 Vasco Afonso Salgueiro
- 166 Vasco Durães
- 167 Vasco Eanes do Crato
- 168 Vasco Fernandes Façanha
- 169 Vasco Gonçalves do Vinhal
- 170 Vasco Martins Chainho
- 171 Vasco Martins
- 172 Vasco Rodrigues
- 173 Vasco Rodrigues Façanha I
- 174 Vasco Rodrigues Façanha II
- 175 Vasco da Torre
- 176 Vasco Vicente Santiaguês
- 177 Vicente Lourenço Quadril de Pega
- 178 Vicente Lourenço de S. Mamede, Lavrador

NOTAS BIOGRÁFICAS

N.º 1

Abril Pires

Nota biográfica:

São muito escassas as informações sobre este homem, que exerceu as funções de procurador do Concelho, provavelmente nas últimas décadas do Século XIV.

Cargos concelhios:

s/d, Procurador

Outros cargos:

Reuniões:

s/d, Três presenças em reuniões de vereação

Referências documentais:

s/d, referenciado como procurador do Concelho. ADE, *O Livro de Posturas Antigas da Cidade de Évora*, fl. 12-12v.

s/d, presente, como homem bom, em reunião de vereação, cf., ADE, Arquivo Municipal, *O Livro de Posturas antigas...*, fls. 19v-20.

s/d, presente m reunião de vereação, cf., ADE, Arquivo Municipal, *O Livro de Posturas antigas...*, fl. 21v.

s/d, presente em reunião de vereação, *O Livro de Posturas antigas...*, fl. 51v.

Referências bibliográficas:

Nota biográfica:

Poucos dados temos sobre este homem, que surge identificado como criado do Condestável. Sabemos que foi casado com Mor Gonçalves e que detinha bens nas imediações da cidade. Apesar de só por duas vezes o encontrarmos nas funções de vereador, é possível que a sua passagem pelos cargos e a sua capacidade de influência fosse superior, já que parece ter mantido uma presença nas reuniões de vereação ao longo de mais de duas décadas.

Cargos concelhios:

1401/1402, Vereador
1406/1407, Vereador

Outros cargos:

Reuniões:

1423, Presença em reunião de vereação

Referências documentais:

- 1402, abril, 01, vereador, ADE, Arquivo Municipal, *Livro primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 25-27.
1402, abril, 04, vereador, ADE, Arquivo Municipal, *Livro primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 27v-28v.
1402, maio, 13, vereador, ADE, Arquivo Municipal, *Livro primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 28v-29v, fls. 31v-33, fls. 38-39v.
1402, maio, 27, Vereador, ADE, Arquivo Municipal, *Livro primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. nºs 34v-35v.
1406, junho, 18, vereador, identificado como criado do Condestável, ADE, Arquivo Municipal, *Livro primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 45-46.
1406, setembro, 06, Vereador, ADE, *Pergaminhos Soltos da Câmara* (n.º 65), doc. 14, fl. 1v.
1411, novembro, 12. Afonso Eanes, identificado como criado do Condestável, vende, conjuntamente com a sua mulher, Mor Gonçalves, moradores em Évora, um ferragial, na Torregela, nas imediações da cidade, cf., BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 3, doc. 22.
1423, janeiro, 27, homem-bom presente em reunião de vereação. ADE, Arquivo Municipal, *Livro primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 72-73.

Referências bibliográficas:

Nota biográfica:

Não conhecemos as origens familiares deste escudeiro que passou pelos cargos concelhios como vereador e que acompanhou, durante largos anos, a vida administrativa da cidade. De qualquer modo, o apelido Frandino existe em Évora, pelo menos, desde meados do Século XIV, sendo referenciados, nesse período, um João Frandino e Maria Lourenço Frandina. Trata-se, decerto, de uma família bem enraizada na região do atual Alentejo, já que o apelido surge em núcleos urbanos como Estremoz (em cujas imediações existe um lugar cujo topónimo é precisamente Frandina, que dá também nome a uma das Portas da vila), Beja e Vila Viçosa.

Viveu em Évora e para além do Concelho surge também referenciado nas albergarias da cidade como confrade. É provável que seja irmão de Gonçalo Eanes Frandino, que encontramos entre as testemunhas de atos levados a cabo pelas instituições da cidade, e de Rodrigo Eanes Frandino, que foi Comendador de Aljustrel da Ordem de Santiago.

Afonso Eanes tomou, desde a primeira hora, o partido do *Mestre*. Foi um dos que compareceu, no adro da Sé de Évora, no dia 18 de dezembro de 1384, para prestar preito e menagem ao Mestre como defensor do reino. É provável que o seu envolvimento posterior com a administração da cidade tivesse beneficiado desse facto. Acompanhou nessa tomada de posição, em favor do futuro D. João I, os seus presumíveis irmãos, Gonçalo Eanes Frandino e Rodrigo Eanes Frandino, que Fernão Lopes indica como homens que se destacaram, respetivamente, em Estremoz e Vila Viçosa, e em Beja e Campo de Ourique, na defesa da causa do futuro monarca.

Cargos concelhios:

s/d, vereador
1423/1424, Vereador

Outros cargos:

Reuniões:

1402, Presente em reunião de vereação

Referências documentais:

1384, dezembro, 18, Afonso Eanes Frandino está presente no ato de preito e menagem ao Mestre, que ocorreu no adro da Sé de Évora. ACSE, *RR5a*), publicado por Maria Ângela BEIRANTE, “O Alentejo na 2.ª Metade do Século XIV – Évora na crise de 1383-1385”, *Estudos Medievais*, Porto, Nº7, 1986, p. 119-154.

1391, Julho, 30, confrade da Albergaria de S. Salvador, ADE, *Misericórdia, Livro 62 pergaminhos do Hospital de Jerusalém*, fl. 19.

s/d 8 de agosto, Afonso Eanes Frandino, vereador, presente na elaboração de posturas, ADE, Arquivo Municipal, *O Livro de Posturas Antigas*, fl. 50v-51.

s/d 11 de agosto, vereador, presente na elaboração de posturas, ADE, Arquivo Municipal, *O Livro de Posturas Antigas*, fl. 51v.

1402, 13 de maio, testemunha um contrato de bens concelhios, realizado nos Paços do Concelho, ADE, Arquivo Municipal, *Livro 1º de Pergaminho (67)*, fls. 28v-29v, 31v-33.

1403, junho, 25, Évora, na Sé, na Capela de S. Lourenço, testemunha de emprazamento de uma casa dos bacharéis da Sé, localizada na rua de Correvilas, ACSE, *Pergaminhos dos Bacharéis da sé de Évora*, Pasta 2, n.º 136.

1423-outubro-06, vereador, ADE, Arquivo Municipal, *Livro 1º de Pergaminho (n.º 67)*, fls. 73v-74.

1424, fevereiro, 10. Testemunha de uma reunião de vereação onde foi lido o Traslado de um alvará régio isentando do pagamento de sisa os que à cidade trouxeram pão. É vereador, mas não foi identificado, enquanto tal. ADE, Arquivo Municipal, *Livro 1º de Pergaminho (n.º 67)*, fls. 74-75.

1424, junho, 21, vereador, ADE, Arquivo Municipal, *Livro 1º de Pergaminho (n.º 67)*, fls. 75-76.

Outros elementos:

1357, Ref/ a um João Frandino. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 5, doc. 127.

1371, Contencioso entre a igreja de Santiago e Maria Lourenço Frandina, moradora e vizinha de Évora, relativa à posse de uma vinha no Louredo, que parte com vinha que foi de João Frandino. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 12, doc. 122.

1380, setembro, 17. Gonçalo Eanes Frandino é testemunha de um escambo realizado com Aires Eanes Calça. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 4, doc. 11f.

1446, junho, 08. Gonçalo Rodrigues Frandino, casado com Margarida Fernandes, aforam bens da igreja de Santiago de Évora. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 13, docs. 118 e 153.

Um Rodrigo Eanes Frandino foi comendador da ordem de Santiago, nomeadamente, da comenda de Aljustrel. Foi incluído por Fernão Lopes, entre os partidários do Mestre em Beja e em Campo de Ourique (cf., Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, Vol. I, Porto, Civilização, 1991, cap. CLIX, p. 341), devendo ser ele o homem que foi beneficiado, em finais de 1384, com as rendas e direitos de Evoramonte. (IANTT, *Chancelaria de D. João I*, Livro I, fl. 73.

Gonçalo Eanes Frandino foi um dos que, segundo Fernão Lopes, se destacaram em Vila Viçosa e Estremoz, no apoio ao Mestre. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, Vol. I, Porto, Civilização, 1991, cap. CLIX, p. 341.

Referências bibliográficas:

Luís Filipe OLIVEIRA, *A Coroa, os Mestre e os Comendadores. As ordens Militares de Avis e de Santiago (1330-1449)*, Universidade do Algarve, 2009, pp. 492-493.

Nota biográfica:

Trata-se de um dos homens que integravam a criadagem e os dependentes do poderoso alcaide da cidade, Martim Afonso de Melo. É possível que a sua inserção nos círculos governativos se tivesse ficado a dever à influência e à intercessão do alcaide. De qualquer modo, a sua passagem pela governação parece ter sido pontual.

Cargos concelhios:

1432/1433 – Vereador

Outros cargos:

Reuniões:

Referências documentais:

1432, dezembro, 17, vereador, criado de Martim Afonso de Melo, ADE, Arquivo Municipal, *Livro primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 91-91v.

Referências bibliográficas:

Nota biográfica

É, muito provavelmente, irmão de Estêvão Fernandes Raleio (ou Rabejo), que surge nas mesmas funções de vereador, no ano camarário seguinte, de 1408/1409. A presença sequencial, na administração, dos dois irmãos, deixa clara a estratégia familiar de inserção dos seus membros no seio do grupo dirigente. É ainda significativo, pelo que tem de esclarecedor das lógicas de funcionamento interno do Concelho, que a passagem de testemunho entre os dois irmãos, em funções governativas, se tivesse verificado no mesmo cargo.

Não sabemos muito sobre esta família, cujo apelido surge, na cidade, apenas partir dos inícios do Século XV. É possível que se trate de uma família de proprietários rurais, que conheceu, por essa altura, alguma prosperidade. De qualquer modo, a sua influência em Évora foi limitada, sendo pontual a sua passagem pela governação municipal.

Cargos concelhios:

1407/1408, Vereador

Outros cargos:

Reuniões:

Referências documentais:

1407, dezembro, 25, vereador, ADE, Arquivo Municipal, *Livro primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 45-47.

1426, novembro, 26. Referência à herdade dos *Rabejos*, em Cabaços, no termo da cidade, situada entre S. Manços e Monte do Trigo. Cf., ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fl. 82-83.

Referências bibliográficas:

Maria Ângela BEIRANTE, *Évora na Idade Média...*, p. 218

Nota biográfica:

Para além do seu nome e patronímico, nada mais sabemos sobre este homem que passou pelas funções de vereador em 1397.

Cargos concelhios:

1397, Vereador

Outros cargos:

Reuniões:

Referências documentais:

Ano?, 19 de outubro, sábado, vereador do Concelho. ADE, *O Livro das Posturas Antigas da cidade de Évora*, fl. 21.
1397, vereador do Concelho. ADE, Arquivo Municipal, *Pergaminhos Avulsos da Câmara* (n.º 65), N.º 16, fl. 5.

Referências bibliográficas:

Nota biográfica:

Torna-se difícil estabelecer o quadro familiar deste escudeiro que passou pela administração como procurador, nas décadas finais do Século XIV. Não sabemos se tinha algum grau de parentesco com outros homens com ligações à cidade que usaram o mesmo apelido. Caso do escudeiro João Gonçalves de Negreiros, que encontramos, em Évora, entre 1361-1388, ou de um Afonso Pires de Negreiros, vassalo do rei, a quem D. João I, concedeu carta de coutada para uma sua herdade situada no termo da cidade.

Cargos concelhios:

Procurador

Outros cargos:

Reuniões:

Referências documentais:

s/d, 08 de agosto, Afonso Gonçalves de Negreiros, procurador do Concelho, presente na elaboração de posturas, ADE, Arquivo Municipal, *O Livro das Posturas Antigas da Cidade de Évora...*, fl. 50v-51.

s/d, 11 de agosto, Afonso Gonçalves de Negreiros, presente, como procurador, na elaboração de posturas, *Ibidem*, fl. 51v.

Outros elementos:

1362, janeiro, 13, Évora. João Gonçalves de Negreiros, escudeiro, morador na cidade, faz emprazamento de uma morada de casas dos Bacharéis da Sé, ACSE, *Pergaminhos dos Bacharéis*, Pasta Um, doc. 63

1385, janeiro, 26, Torres vedras. Doação a Afonso Pires de Negreiros de umas casas de morada e de uma adega com sua louça, uma cavaliariça, casas com seu forno e duas courelas de vinhas, em Évora e no seu termo, que pertenceram a Álvaro Vasques, mercador, que os perdeu por desserviço. IANTT, Chancelaria de D. João I, Livro I, fl. 23v.

1388, fevereiro, 23, Évora, João Gonçalves de Negreiros, testemunha de contrato de bens da Albergaria do Corpo de Deus de Santo Antoninho. ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital do Corpo de Deus de Santo Antoninho* (n.º 61), fls. 286, 286v.

1410, outubro, 14, Lisboa. Coutada a Afonso Pais de Negreiros, escudeiro, vassalo do rei, de uma herdade, no termo da cidade, em Rio de Moinhos. A herdade foi de seu sogro, Afonso Eanes, que foi chantre da cidade. IANTT, *Chancelaria de D. João I*, Livro III, fl. 123v.

Referências bibliográficas:

Maria Ângela BEIRANTE, *Évora na Idade Média...*, p. 213 e p. 560.

Nota biográfica:

O apelido Chainho, que Maria Ângela Beirante integrou entre a pequena nobreza eborense, é um apelido antigo na cidade. Nos inícios de Quatrocentos, os elementos mais destacados desta família eram Afonso Martins Chainho, que exerceu o cargo de vereador no ano de 1405/1406, e Vasco Martins Chainho, que encontramos nas mesmas funções no ano camarário de 1407/1408 (cf. nota biográfica 170). Tendo em atenção que ambos utilizam o mesmo patronímico e apelido é provável que possam ser irmãos. Uma hipótese que não seria estranha até porque a presença de irmãos no seio da governação é uma tendência bastante comum, em Évora. No campo das hipóteses, fica também a possibilidade de serem filhos de Martim Chainho, detentor de uma herdade em Fonte Boa, no termo da cidade.

Desconhecemos o parentesco destes homens com Lopo Chainho, oriundo também da cidade de Évora, identificado como cavaleiro da Casa do duque de Viseu, que terá participado nas conquistas de Arzila e de Tânger. Inquestionável é, contudo, a lógica de aproximação à coroa e ao serviço régio, por parte de alguns dos detentores deste apelido.

Cargos concelhios:

1405/1406, Vereador

Outros cargos:

Reuniões:

Referências documentais:

1405, dezembro, 31, Afonso Martins Chainho, vereador, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 41-41v.

Outros dados:

1295, Julho, 15, herdamento em Machede de João Pires Chainho, ACSE, CEC 3/II, fls. 29-30v.

1301, ?, ?, herdamento de João Pires Chainho, em Machede..., ACSE, CH. 16.

1303, setembro, 18, herdamento de João Pires Chainho, ACSE, CEC 3/II, fls. 33-33v.

1311, outubro, 12, Lourenço Eanes Chainho, testemunha de contrato na igreja de Santiago de Évora, ACSE, CEC 3/II, fls. 38-39.

1351, novembro, 25, Emprazamento, em uma vida, de uma herdade, da igreja de Santiago de Évora, localizada no termo da cidade, em Caneiro, a Martim Chainho, filho de Nicolau Chainho, vizinho de Évora, por um quarteiro de trigo e outro de cevada, pagos em Santa Maria de agosto. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 15, doc. 55 b).

1380, dezembro, 09, Martim Chainho, confrade da Albergaria do Corpo de Deus da Sé, ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos das Albergarias do Corpo de Deus da Sé, do Santo Espírito, de S. Bartolomeu e de S. Gião*, (n.º 63), fls. 95,95v.

1387, junho, 01, Martim Chainho, alcaide da Albergaria do Corpo de Deus da Sé, ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos das Albergarias do Corpo de Deus da Sé, do Santo Espírito, de S. Bartolomeu e de S. Gião*, (n.º 63), fls. 95v-96.

1412, Ref. a herdade que foi de Martim Chainho, em Fonte Boa. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 3, doc. 24.

1467, julho, 03, ref. ao beco de Rodrigo Afonso Chainho, ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fls. 153,153v.

1473, dezembro, 16, Évora, acordo entre a Albergaria e Rodrigo Afonso Chainho para que este refizesse, com certas isenções, as acalçarias que trazia aforadas. ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fls. 164v-165.

1473, janeiro, 04, D. Afonso V perdoa a justiça régia, um ano de degredo e a pena por o não ter cumprido a Lopo Chainho, cavaleiro da casa do duque de Viseu e Beja, a que foi condenado para o conto do Sabugal, por feridas a Lopo Afonso, tecelão, caminheiro, a Afonso Eanes, tecelão, a João, filho de Lopo Afonso e a Diogo Afonso Inglês, moradores na cidade de Évora, na sequência do perdão geral outorgado aos homiziados que serviram na armada e conquista da vila de Arzila e cidade de Tânger, bem como mediante o perdão das partes. IANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 33, fl. 13v

1485, junho, 22, casa na Rua das Fontes, que partem com lagar de Lopo Chainho, BPE, *Documentos de S. Domingos*, maço 1, doc. 31.

Referências bibliográficas:

Maria Ângela BEIRANTE, *Évora na Idade Média...*, p. 198 e p. 559.

Manoel Felgueiras GAYO, *Nobiliário das Famílias de Portugal*, Braga, Oficinas Gráficas "Pax", 1941, Tomo VII, p. 30.

Cristóvão Alão de MORAIS, *Pedatura Lusitana: nobiliário das famílias de Portugal*, Porto, Livr. Fernando Machado, 1943-1948, Tomo 2, p. 540.

Nota biográfica

É um dos poucos escolares que passaram pela administração concelhia. À semelhança do que se verificou com os restantes, também para Afonso Pires essa passagem parece ter sido localizada temporalmente. No caso concreto, ter-se-á centrado na década de oitenta de Trezentos.

O carácter relativamente comum do seu nome e do seu patronímico impedem-nos de o identificarmos com segurança. É provável que corresponda ao homem com a mesma identificação que vemos no *ato de preito e menagem* ao Mestre como defensor do reino, que ocorreu, em dezembro de 1384, no adro da Sé. A ser crível esta possibilidade, trata-se de mais um homem ligado à administração que terá abraçado a causa do futuro monarca. Não é improvável que fosse um dos muitos homens que se movimentavam em torno da Catedral eborense e dos seus dignitários.

Cargos concelhios:

1380/1381, Procurador
1385, Vereador
1387/1388, Juiz do cível

Outros cargos:

Reuniões:

Referências documentais:

1380, outubro, 13. Afonso Pires, procurador do Concelho. ADE, Arquivo Municipal, *O Livro das Posturas Antigas da cidade de Évora*, fl. 26v.

1384, dezembro, 18, Um Afonso Pires está presente no ato de preito e menagem ao Mestre, que ocorreu no adro da Sé de Évora. ACSE, *RR5a*), publicado por Maria Ângela BEIRANTE, "O Alentejo na 2.ª Metade do Século XIV – Évora na crise de 1383-1385", *Estudos Medievais*, Porto, Nº7, 1986, p. 119-154.

s/d Afonso Pires, procurador, presente na elaboração de posturas, ADE, Arquivo Municipal, *O Livro das Posturas antigas da Cidade de Évora*, fl. 12.

1385, Afonso Pires, escolar, vereador. ADE, Arquivo Municipal, *O Livro das Posturas Antigas da Cidade de Évora*, fl. 53.

1414, Um Afonso Pires, escolar, é criado do tesoureiro da Sé. Foi testemunha de um empraçamento de bens da igreja de Santiago de Évora. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 16, doc. 63.

Referências bibliográficas:

Nota biográfica:

Trata-se de um dos mercadores que se movimentava em torno do Concelho. A sua condição de homem de negócios parece não ter sido indiferente para os cargos/funções que desempenhou, quer como provedor da capela de Rodrigo Aires de Veiros, quer como procurador concelho. Os *cabedais*, a experiência de gestão e o conhecimento dos meandros da realidade económica da cidade, parecem, pois, ter constituído, uma mais-valia para o desempenho deste tipo de funções. Será isso que justifica que diversos mercadores surjam ligados ao cargo de procurador do Concelho ou a funções de gestão patrimonial e financeira.

Cargos concelhos:

1406/1407, Procurador

Outros cargos:

1397, Provedor da capela de Rodrigo Aires de Veiros, cuja administração pertencia ao Concelho

Reuniões:

Referências documentais:

1397, Provedor dos bens da Capela de Afonso Aires de Veiros, cuja administração pertence ao Concelho. ADE, Arquivo Municipal, *Pergaminhos Soltos da Câmara* (n.º 65), doc. 14, fl. 5.

1406-junho-18, Procurador do Concelho. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho*, (n.º 67), fls. 45-46.

1406, setembro, 06, Procurador do Concelho. ADE, Arquivo Municipal, *Pergaminhos Soltos da Câmara* (n.º 65), doc. 14, fl. 1v.

1446, maio, 23, referência a casas que foram de Afonso Sanches, na cidade, na rua do Raimundo, acerca da praça. ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos da Casa de S. Lázaro* (n.º 65), fls. 3v.

Referências bibliográficas:

Nota biográfica:

Nada mais sabemos sobre este homem, para além do facto de ter desempenhado as funções de vereador e de ser detentor de bens no aro periurbano eborense.

Cargos concelhios:

1421-1422, Vereador

Outros cargos:

Reuniões:

Referências documentais:

1421-junho-30, Vereador. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 68v-69v.

1424, detentor de ferraglio da Sé, situado à Porta da Mesquita, ACSE, CEC 3- I, fl. 49.

1425, março, 19, Évora, Albergaria do Corpo de Deus da Sé. Referência a uma vinha que parte com vinha de Aires Amado. ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos das Albergarias do Corpo de Deus da Sé, do Santo Espírito, de S. Bartolomeu e de S. Gião*, (n.º 63) fls. 112,112v.

Referências bibliográficas:

Nota biográfica:

Foi um dos homens fortes da governação, tendo passado por quase todos os cargos e funções, ao longo de quase três décadas de acompanhamento da administração municipal.

O destaque e a influência que granjeou são de alguma forma confirmados pela sua designação como Regedor da cidade, funções em que se terá mantido até à extinção do cargo em Évora. A nomeação para regedor ocorreu após um longo contacto com a administração que, certamente, fez dele um dos homens mais influentes e experientes nas matérias governativas.

O ascendente que alcançou liga-se também ao peso que o grupo familiar assumia no seio do núcleo dirigente. Para além de Aires Martins, constata-se, também, nos cargos concelhios, no nosso período, dois outros homens detentores desse mesmo apelido: Álvaro Pires Carvoeiro (nota biográfica 16) e o seu pai, Pêro Sanches Carvoeiro (nota biográfica 145), um homem que viu reforçada a sua posição no após crise dinástica, em virtude do apoio concedido ao Mestre de Avis.

Não podemos estabelecer o quadro de relações entre todos estes (e outros) indivíduos que usaram o apelido Carvoeiro, sendo possível que integrassem um mesmo grupo de parentesco. No que diz respeito a Aires Martins, só conjeturalmente o podemos situar na linha de descendência de Gonçalo Esteves Carvoeiro. Um homem com ligações à cidade, que terá sido alferes da batalha do Salado, cuja lápide sepulcral se encontra depositada na Sé de Évora. Poderá ter sido o primeiro a usar este apelido, que, de facto, desde os finais de Duzentos se deteta em Évora.

Os Carvoeiro foram um dos grupos familiares que viu reforçada a sua posição no contexto da crise dinástica. O ascendente que tinham, na cidade, no final do período de que nos ocupamos, estruturava-se, sob o ponto de vista patrimonial, na posse de ricas herdades, situadas no termo da cidade, e sob o ponto de vista sociopolítico, no exercício do poder municipal e na detenção de cargos régios, onde também os encontramos.

Cargos concelhios:

1408/1409, Juiz do Cível
Regimento - Regedor
 1424/1425, Juiz do Cível
 1430/1431, Regedor
 1436/1437, Vereador

Outros cargos:

Presença Reuniões:

1408, janeiro, 20
 1414, janeiro, 13
 1414, novembro, 28
 1420, setembro, 06

Referências documentais:

- 1408, janeiro, 20, presente em reunião de vereação. ADE, Arquivo Municipal, *Livro primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 47v-48.
 1408-Julho-21, juiz da cidade. ADE, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 50-50v.
 1408-outubro-27, Juiz do Cível, *Ibidem*, fls. 50v-51.
 1408-dezembro-15, Juiz do cível, *Ibidem*, fls. 51v-52v.
 1414, janeiro, 13, presente em reunião de vereação. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 63-63v.
 1414, novembro-28. Presente em reunião de vereação, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 64v-65.
 1420-setembro-06, Évora. Presente em reunião de vereação. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67) fls. 68-68v]
 1425, 25 de março, Juiz do Cível, BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 4, doc. 32.
 1427, fevereiro, 11. Aires Martins Carvoeiro, testemunha do aforamento de uma herdade, do Mosteiro de S. Bento de Castris, localizada em Fonte Boa, termo da cidade. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 5, doc. 63
 1430-janeiro-21, regedor da cidade. ADE, Arquivo Municipal, *Livro primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 86v-87.

1436/1437. Vereador, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho (n.º 67)*, fls. 103v-104, 104-105.

1439, janeiro, 17, Évora, na Sé, testemunha de emprazamento de umas casas de morada dos Bacharéis da Sé, ACSE, *Pergaminhos dos Bacharéis da Sé*, Pasta 2, doc. 197.

Outros elementos:

1393 Carta de coutada de uma herdade no termo de Beja, concedida a Mem Gonçalves Carvoeiro. É morador em Beja e Corregedor do Algarve, 1391, IANTT, *chancelaria de D. João I*, Livro II, fl. 59v.

Referências bibliográficas:

Maria Ângela BEIRANTE, *Évora na Idade Média...*, p. 558 e p. 560.

Mário Jorge BARROCA, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2000. Vol. II, tomo II, pp. 1605-1615.

José Augusto de Sottomayor PIZARRO, *Os Patronos do mosteiro de Grijó (evolução e estruturação da família nobre nos Séculos XI a XIV)*, Ponte de Lima, Edições Carvalho de Basto, 1995, p. 164.

Luiz de Lencastre e TÁVORA, *Dicionário das Famílias Portuguesas*, Lisboa, Quetzal Editores, 1999, p. 132.

Nota biográfica:

Também este escudeiro assumiu claramente uma posição favorável à causa do Mestre, no contexto da crise, tendo sido um dos que esteve presente no ato de preito e menagem. Os dados que temos sobre Álvaro Gomes são muito escassos, quer sob o ponto de vista familiar, quer no que diz respeito ao seu percurso concelhio, que talvez possa ter sido mais sólido do que a mera e (decerto incompleta) referência aos cargos ocupados indica, até porque parece ter sido um homem próximo e relativamente bem envolvido no seio do grupo dirigente.

Cargos concelhios:

1384/1385, Procurador

Outros cargos:

Reuniões:

Referências documentais:

1384, dezembro, 18, Álvaro Gomes, escudeiro, procurador do Concelho, está presente no ato de preito e menagem ao Mestre, que ocorreu no adro da Sé de Évora. ACSE, *RR5a*), publicado por Maria Ângela BEIRANTE, "O Alentejo na 2.ª Metade do Século XIV – Évora na crise de 1383-1385", *Estudos Medievais*, Porto, Nº7, 1986, p. 119-154.

1385 s/d, presente, na definição de posturas, acompanhando o restante elenco camarário. ADE, Arquivo Municipal, *O Livro das Posturas Antigas da Cidade de Évora*, fl. 53.

1387, novembro, 10, Évora, no Hospital de Jerusalém... testemunha de uma doação feita por Catarina Pires, viúva de Vicente Eanes Tourel, à Albergaria. ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fl. 13v.

1394, janeiro, 29, referência a uma herdade, no termo de Évora, que foi de Álvaro Gomes, IANTT, *Chancelaria de D. João I*, Livro II, fl. 76.

Referências bibliográficas:

Nota biográfica

Este escudeiro manteve um contacto próximo com a administração, ao longo das primeiras décadas de Quatrocentos. Exerceu o respeitado cargo de juiz e o de vereador, num período em que este ia sendo ocupado pelas mais ilustres personagens que passavam pela governação urbana.

Ocupou também as funções de procurador dos fidalgos, na década de vinte, quando a administração municipal da cidade conhecia significativas mudanças. Muito embora o papel atribuído ao procurador dos fidalgos não seja totalmente claro, as funções a ele correspondentes parecem ter sido entregues a homens fortemente envolvidos na administração e de primeiro plano no seio do grupo governativo. O facto de Álvaro Gonçalves Nogueira ter passado por essas funções é, por isso, um sinal do destaque que assumia entre os que governavam a cidade e do reconhecimento que teria por parte de uma nobreza de maior estatuto instalada em Évora, que ele, aparentemente, representaria.

Infelizmente, a escassez documental não permite esclarecer esse quadro de ligações, faltando-nos também os dados para podermos situar familiarmente este indivíduo, de forma segura. Só conjeturalmente o podemos fazer.

É possível que o detentor deste apelido possa entroncar num dos ramos dos Nogueira, que desde o reinado de Afonso IV e de forma ininterrupta até ao reinado de D. João I, se encontram presentes na Corte Régia, estruturando o seu percurso a partir da ligação ao serviço régio, na casa do monarca e na burocracia, integrando o que alguns designaram de uma “nobreza de toga”.

Muito embora não tenhamos, para além do apelido comum, outros elementos que indiquem essa relação, não seria estranha que alguns dos membros desse grupo familiar se tivessem instalado em Évora, num período em que a cidade se aproximava de uma forma mais clara da corte. Ainda mais quando se sabe que os Nogueira se encontram ligados a outros núcleos urbanos de forte feição cortesã, caso de Santarém e, sobretudo, de Lisboa, tendo o desempenho de cargos na administração municipal dessa cidade, constituído um inegável fator de projeção dos membros deste grupo familiar.

No Século XV e no início da centúria seguinte, para além de Álvaro Gonçalves, detetam-se, em Évora, outros indivíduos portadores do mesmo apelido, alguns dos quais passaram também pela administração municipal. É o caso de Lourenço Vicente Nogueira, que desempenhava as funções de chanceler em 1454 ou de Rui Nogueira, que passou pelas funções de procurador do Concelho, nos inícios do Século XVI. O apelido consta também entre os membros de instituições religiosas da cidade ou de gente que se movimentava em torno delas. Caso de Gonçalo Rodrigues Nogueira, referenciado como criado do Chantre da Sé de Évora, em 1475, ou das freiras de S. Bento de Castris: Catarina, Guiomar e Sancha Nogueira. No Século XVI, alguns dos Nogueira de Évora são identificados como Fidalgos da Casa do rei.

O desempenho de funções municipais, o serviço régio e a inserção nas instituições religiosas constituíram trampolins incontornáveis dos seus percursos ascensionais.

Cargos concelhios:

1411/1412 – Juiz do Crime
1430/1431 – Vereador

Outros cargos:

1425/1426 – Procurador dos fidalgos

Reuniões:

)

Referências documentais:

1412, janeiro, 23, juiz do crime. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho*, (n.º 67), fls. 6
1412, março, 29, juiz do crime; ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho*, (n.º 67), fls.
61-62.

1425, outubro, 17, procurador dos fidalgos. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho*,(67), fls. 76-77v.

Outros elementos:

Sancha Nogueira, Guiomar Nogueira e catarina Nogueira, BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 4 e 5.

Rui Nogueira, procurador do Concelho. ADE, Arquivo Municipal, Livro 4º de Pergaminho (n.º 70),
fls. 283-286v, *Ibidem*, Livro 5º de originais (n.º 75), fl. 233.

Gonçalo Rodrigues Nogueira, criado do Chantre, ACSE, CEC- VIII, fls. 26v.

João Álvares Nogueira, Fidalgo da Casa do rei, ACSE, CEC 3- VII d), fls. 13-16.

Referências bibliográficas:

Maria Ângela BEIRANTE, *Évora na Idade Média...*, p. 213, p. 547 e p 556.

Mário FARELO, "Ao serviço da Coroa no século XIV: o percurso de uma linhagem de Lisboa, os
"Nogueira", in Luís KRUS; Luís Filipe Oliveira João Luís Fontes (Coords.), *Lisboa medieval. Os Rostos
da Cidade*, Lisboa, 2007, (Actas do II Colóquio: A Nova Lisboa medieval, 2004), pp. 145-168.

IDEM, *A oligarquia...*, por exemplo, pp. 368-370, 409, 463, 486, 531.

Rita Costa GOMES, *A Corte dos Reis de Portugal no final da Idade Média*, Lisboa, Difel, 1995, pp.
135-136.

Nota biográfica

É um homem incontornável do nosso período. Foi um dos protagonistas dos acontecimentos de Évora, no contexto da crise, constituindo o rosto da causa perdedora de dona Beatriz, tendo, como consequência dessa posição, sido afastado da cidade e do reino.

A morte de D. Fernando e os acontecimentos que se lhe seguiram interromperam a carreira concelhia deste homem, que se contava entre os mais influentes da administração. Exerceu as funções de juiz concelho e foi um dos escolhidos, conjuntamente com Vasco Rodrigues Façanha, para representar o Concelho de Évora na cerimónia de juramento do contrato de casamento de D. Beatriz, herdeira do trono, com D. João I de Castela que se realizou em Salvaterra de Magos, em 1383. Digno de nota é o facto de ter transitado diretamente de funções de juiz concelho para o cargo de Alcaide da cidade, onde o encontramos em 1384.

O seu protagonismo local não se pode desligar do poder e da influência do grupo familiar em que se integrava, que tinha larga tradição de controlo das instituições urbanas. Lembremos que os Oliveira estiveram presentes na governação municipal, desde pelo menos meados de Duzentos, quando pontuava como juiz, Martim Mendes de Oliveira.

As trajetórias ascensionais deste grupo estruturaram-se, também, a partir do delinear de altas carreiras eclesiásticas, contando-se entre os seus membros arcebispos, bispos e dignitários de diversas catedrais. Em Évora, os Oliveira ou os que lhe eram próximos controlaram os postos cimeiros da diocese, durante largas décadas.

Álvaro Mendes foi o herdeiro do Morgado da Oliveira, fundado, décadas antes, pelo arcebispo de Braga D. Martinho de Oliveira. O nosso biografado recebeu o morgadio do seu pai, João Mendes de Oliveira, descendente do arcebispo bracarense. Esta linha de sucessão acabou por ser temporariamente interrompida, na sequência da crise dinástica e da passagem de Álvaro Mendes para Castela. Acusado de *desserviço*, o destituído alcaide viu a quintã da Oliveira, sede do morgadio, com todos os seus direitos e pertenças, ser doada, pelo monarca, a Rodrigo Álvares Pimentel. Só mais tarde, o morgadio voltará às mãos da família originária.

Refira-se, ainda, que diversos membros deste grupo familiar, nomeadamente, Gonçalo Mendes de Oliveira, provável irmão do Álvaro Mendes, professaram na ordem de Santiago.

A capacidade de influência de Álvaro Mendes na gestão concelhia terá também beneficiado da aliança matrimonial com os Fuseiro. Também ela uma poderosa família oligárquica eborense, de onde era originária a sua mulher, Mor Rodrigues Fuseiro, irmã de Lopo Rodrigues Fuseiro.

Serenados os ânimos e pacificado o reino, depois das convulsões de 83-85, os Oliveira voltam à governação urbana, revelando a força que as inércias e o peso familiar assumiam no acesso e controlo do poder concelho. De facto, sobretudo a partir da segunda metade do Século XV, os Oliveira voltam a assumir um fortíssimo protagonismo concelho. Nesse período, um dos mais destacados homens do poder municipal é João Mendes de Oliveira, fidalgo da Casa do rei, herdeiro do morgado da Oliveira, descendente em linha direta do nosso biografado. João Mendes foi um dos seis fidalgos eborenses que, aquando do casamento do príncipe herdeiro,

Cargos concelhios:

1382/1383 – Juiz Cível

Outros cargos:

1383, julho, 25- procurador para jurar o tratado de casamento de D. Beatriz com D. João I de Castela

1384, alcaide-mor da cidade

Reuniões:

filho de D. João II, teve o privilégio de levar o pálio, sob o qual seguiam os nubentes.

O poder da família e o forte grau de encerramento do grupo governativo e de oligarquização do poder municipal eborense expressa-se ainda no facto de uma das filhas do deposto alcaide, Inês Mendes de Oliveira ter casado com Fernando Afonso Cicioso. Um homem poderoso que passou pela governação eborense nas décadas de vinte e trinta de Quatrocentos, ele próprio também oriundo de um grupo familiar, os Brito, com tradição no controlo de carreiras eclesiásticas e concelhias. Um dos descendentes desta ligação é João Mendes Cicioso, que será um dos mais influentes dirigentes concelhios das décadas finais de Quatrocentos.

Pelo protagonismo que tiveram na governação e pela capacidade de perpetuação à frente dos destinos municipais, os Oliveira constituíram uma das mais influentes famílias oligárquicas.

Referências documentais:

1382, novembro, 7, Álvaro Mendes, Juiz. ADE, Arquivo Municipal, *O Livro das Posturas antigas da cidade de Évora*, fl. 64.

1383, julho, 25, Conjuntamente com Vasco Rodrigues Façanha é Procurador para jurar o casamento de D. João I de Castela com Dona Beatriz, Salvador Dias ARNAUT, *op. cit.*, pp. 430-431.

1395, maio, 29, Lourenço Esteves e Nuno Afonso, testemunhas do Testamento de Lopo Rodrigues Fuseiro, são referenciados como criados de Álvaro Mendes. BPE, *Pergaminhos Avulso*, Pasta 12, doc. 49.

1395, outubro, 30, Apelação de um processo entre Álvaro Mendes de Oliveira, Escudeiro, morador na cidade, e sua mulher, Mor Rodrigues, irmã de Lopo Rodrigues Fuseiro, de uma parte, e Pêro Sanches, escudeiro, morador na cidade e testamenteiro de Lopo Rodrigues Fuseiro, de outra. BPE, *Pergaminhos Avulso*, Pasta 12, doc. 49.

1396, março, 16, Mor Rodrigues, viúva de Álvaro Mendes de Oliveira, moradora na cidade, afora casas em Évora. Entre as testemunhas, um João Dias "Homem de Mor Rodrigues", BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 19, fl. 5.

Sem data (mas provavelmente do mesmo ano de 1396), Mor Rodrigues, viúva de Álvaro Mendes de Oliveira, afora uma casa da igreja de Santiago. Entre as testemunhas, um João Dias, atafoneiro de Mor Rodrigues, BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 19, fl. 6v.

Herdeiro do Morgado da Oliveira, IANTT, Núcleo Antigo, n.º 276 – *Tombo das Capelas de Évora*, fls. 22-24v.

Referências bibliográficas:

Maria Ângela BEIRANTE, *Évora na Idade Média...*, p. 535, 550, 609.

Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Casa de Sintra*, 3ª edição, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1973. Vol. III, pp. 129-130.

Lúis Filipe OLIVEIRA, *A Coroa, os Mestre e os Comendadores. As ordens Militares de Avis e de Santiago (1330-1449)*, Universidade do Algarve, 2009, pp. 444-445 e 489-490.

Hermínia VILAR, *As dimensões de um poder...*, pp. 48-55.

Nota biográfica

Mais um homem oriundo de uma influente família oligárquica que viu a sua posição reforçada pelo apoio concedido ao *Mestre*, no contexto da crise.

Álvaro Pires é filho de Pêro Sanches Carvoeiro, juiz concelhio que teve forte influência na administração municipal, nas décadas de setenta e de oitenta de trezentos (nota biográfica n.º 145). O caso de Álvaro Pires consubstancia um bom exemplo de passagem de testemunho entre pai e filho no seio da governação. É também significativo, porque revelador de uma dada forma de entender o acesso ao poder municipal, que Álvaro Pires, tal como o seu pai, tivesse exercido as funções de juiz.

Sabemos, ainda, por via de uma carta de legitimação, que este homem foi pai de Leonor Álvares, mas desconhecemos outros dados, para além dos já referidos, sobre o seu quadro familiar. É provável que tivesse algum grau de parentesco com outros indivíduos que usaram o mesmo apelido que passaram pela governação, caso de Aires Martins Carvoeiro (nota biográfica n.º 12), e de outros que vamos encontrando na cidade, não sendo descabido supor que possa entroncar nos descendentes de Gonçalo Esteves Carvoeiro, que desempenhou as funções de alferes-mor na batalha do Salado e que foi um dos detentores do apelido que mais se destacou nas décadas iniciais de Trezentos.

De que não restam muitas dúvidas é do posicionamento político que assumiu aquando da crise dinástica. Álvaro Pires, conjuntamente com o seu pai, esteve presente no ato de preito e menagem ao *Mestre* como defensor do reino, manifestando, deste modo, o apoio à sua causa, que poderá ter assumido também uma vertente militar. O cronista Fernão Lopes identifica-o como um dos que mais se destacaram no apoio à causa do futuro D. João I, em Évora.

Em 1385 é recompensado pelo já monarca de Avis com uma carta de coutada para uma sua herdade. Neste período, em que Pêro Sanches, pai do biografado, foi um dos nomes propostos para integrar o Conselho do Rei, os Carvoeiro parecem ter assumido uma forte capacidade de influência na governação da cidade.

Cargos concelhios:

1410/1411 – Juiz ordinário

Outros cargos:

1406, setembro, 06- provedor capela de Rodrigo Aires de Veiros cuja administração pertence ao concelho

Reuniões:

Referências documentais:

1384, dezembro, 18, Álvaro Pires Carvoeiro está presente no ato de preito e menagem ao mestre, que ocorreu no adro da Sé de Évora. ACSE, *RR5a*), publicado por Maria Ângela BEIRANTE, “O Alentejo na 2.ª Metade do Século XIV – Évora na crise de 1383-1385”, *Estudos Medievais*, Porto, Nº7, 1986, p. 119-154.

1385, setembro, 28, Doação a Álvaro Pires Carvoeiro de todos os direitos e rendas das casas que D. João tinha na cidade, tal como as tinha Vasco Gil de Carvalho antes da sua morte. IANTT, *Chancelaria de D. João I*, Livro I, fl. 76v.

1406, indica-se que é filho de Pêro Sanches (Carvoeiro), ADE, Arquivo Municipal, *Pergaminhos Soltos da Câmara* (n.º 65), n.º 14.

1411-maio-20, juiz da cidade. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 54v-55.

1411, novembro, 15. Álvaro Pires Carvoeiro, escudeiro, testemunha de um ato contratual, em Santa Maria da Tourega, no termo da cidade. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 2, doc. S/F. 13.

1415, abril, 28, Lisboa. Legitimação de Leonor Álvares, filha de Álvaro Pires Carvoeiro, e de Maria Vasques Molaa. IANTT, *Chancelaria de D. João I*, Livro III, fl. 152v.

1406, setembro, 06. É nomeado provedor da capela de Rodrigo Aires de veiros, cuja administração pertence ao concelho,

ADE, Arquivo Municipal, *Pergaminhos Soltos da Câmara* (n.º 65), n.º 14.
1415, dezembro, 02, testemunha de um contrato de aforamento de uma vinha da Albergaria de Jerusalém. ADE, Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fl. 57,
1424. Ferragial de Álvaro Pires, na azinhaga que vai para Portel. ACSE, CEC 3 – I, fl. 52v, 53, 53v.

Álvaro Pires Carvoeiro é identificado na Crónica de Fernão Lopes, como um dos apoiantes do *Mestre* na cidade, a seguir aos D'Arca e aos Lobo. Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, Vol. I, Porto, Civilização, 1991, cap. CLIX, p. 341.

Referências bibliográficas:

Maria Ângela BEIRANTE, *Évora na Idade Média...*, p. 558.

Luiz de Lencastre e TÁVORA, *Dicionário das Famílias Portuguesas*, Lisboa, Quetzal Editores, 1999, p. 132.

Nota biográfica

Este escudeiro é filho de Mor Esteves e de Lourenço Pires Fuseiro (nota biográfica n.º 109), um dos regedores do primeiro período que teve uma longa carreira concelhia, balizada entre 1366 e o final da década de oitenta de trezentos. Álvaro Pires deu continuidade à presença do seu pai na governação, constituindo mais um exemplo de uma passagem geracional e quase hereditária de testemunho no seio da governação, que permitiu que esta linha familiar tivesse mantido um contacto, quase ininterrupto, com a administração durante mais de meio século. É possível que também um Lourenço Pires Fuseiro, “o moço”, que encontramos na governação, por esses anos, fosse irmão do biografado, reforçando o peso desta linha no núcleo governativo.

Para além dos referidos, contam-se entre os dirigentes municipais, mais cinco homens portadores do apelido Fuseiro, que era, assim, um dos que tinha maior representatividade no seio da governação, no nosso período.

Não conhecemos o posicionamento de Álvaro Pires no quadro da crise dinástica, mas o seu pai e diversos outros homens detentores desse mesmo apelido estiveram presentes, em força, nos atos públicos de apoio ao *mestre*, tendo abraçado a sua causa.

Cargos concelhios:

1407/1408 – Juiz do Cível
1414/1415 – Vereador
1421/1422 – Juiz do Crime

Outros cargos:

Reuniões:

Referências documentais:

- 1385, fevereiro, 28, testemunha de uma questão em torno do uso indevido da água de uma herdade do cabido, em Fonte da Lama, em Machede, ACSE, *CEC 3 – VII a*), fls. 244-246.
1388, maio, 05. Entre as testemunhas de uma doação efetuada por Domingos Gonçalves, encontram-se Lourenço Pires, filho de Lourenço Pires Fuseiro. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 12, doc. 42.
1395, fevereiro, 20, Lourenço Pires Fuseiro e o seu filho, Álvaro Pires Fuseiro, são testemunhas de uma encampação de bens da Igreja de Santiago de Évora. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 21, doc. 59.
1407, dezembro, 25. Juiz do Cível. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 45-47.
1408, janeiro, 20, Juiz, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho*, (n.º 67), fls. 47v-48.
1410, abril, 16. Contrato de emprazamento de casas da igreja de Santiago de Évora, localizadas em Évora, confrontam com casas que traz Rodrigo Afonso (Fuseiro). Entre as testemunhas contam-se vários detentores do apelido: Álvaro Pires Fuseiro, Rodrigo Afonso Fuseiro e Lourenço Pires Fuseiro. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 23, doc. 14.
1414, novembro, 08, vereador. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 63v-64.
1414, novembro, 28, vereador. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 64v-65.
1421, junho, 30, Juiz do crime. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 68v-69v, fls. 70-70v.
1421, agosto, 23. Juiz do crime. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 71v-72.

Referências bibliográficas:

- Maria Ângela BEIRANTE, *Évora na Idade Média...*, pp. 540-541 e p. 552.
Mário FARELO, *A Oligarquia camarária de Lisboa...*, pp. 693-697.

Nota biográfica

É um dos onze mercadores que passaram pela governação concelhia, tendo mantido uma presença e um contacto regular com a administração municipal ao longo de diversas décadas. Muito embora tivesse iniciado a sua “carreira” municipal na procuração do Concelho, onde comumente encontramos também outros mercadores, “especializou-se” no cargo de vereador que repetiu por diversas vezes.

Não deixa de ser significativo de um certo posicionamento dos mercadores no seio da governação, que não tenha acedido às funções mais prestigiadas de juiz concelhio.

Cargos concelhios:

1375/1376 – Procurador
1383/1384 – Vereador
1387/1388 – Vereador
1402/1403 – Vereador

Outros cargos:

Reuniões:

Referências documentais:

1375, outubro, 27. Procurador; ADE, Arquivo Municipal, *O Livro das Posturas antigas da Cidade de Évora*, fl. 14v/ Gabriel PEREIRA, *op. cit.*, p. 144.

1383, julho 25, Vereador. Presente na reunião em que se escolhem os procuradores do concelho para jurar o contrato de casamento de D. Beatriz. Salvador Dias ARNAUT, *Op. cit.* pp. 430.

1389, abril, 14, Vereador, *O Livro das Posturas antigas da Cidade de Évora...*, fl. 54

1402-Julho-22, Vereador ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho*, (n.º 67), fls. 37, 37v.

1402-dezembro-08, Álvaro Vasques, vereador, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho*, (67), fls. 37v-38.

s/d – Álvaro Vasques, como vereador, presente na elaboração de posturas, ADE, Arquivo Distrital, *O Livro das Posturas Antigas da cidade de Évora...*, fl. 21.

Outros dados:

1383 Um Álvaro Vasques, mercador, conjuntamente com outros honrados do lugar, está presente na defesa do Castelo, cujo alcaide Álvaro Mendes de Oliveira deu voz pela rainha. Fernão LOPES, *CDJI*, vol. 1, Cap. XLIV, p. 88.

1403, maio, 16, Álvaro Vasques, criado do condestável, é testemunha do testamento de Constança Pires. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 4, doc. 21 a.

Referências bibliográficas:

Nota biográfica

A única referência que temos prende-se com o exercício do cargo mencionado.

Cargos concelhios:

1431/1432 – Procurador

Outros cargos:

Reuniões:

Referências documentais:

1432, maio, 12, Évora, Álvaro Vasques, procurador do concelho. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), Fls. 90-90v.

Referências bibliográficas:

Nota biográfica

Este escudeiro é detentor de uma das mais longas carreiras concelhias, tendo, ao longo de mais de trinta anos de contacto com a administração, passado por todos os cargos, nele se incluindo o de regedor. Foi um homem influente e prestigiado no seio do grupo governativo, ganhando também a confiança da coroa, razão que justifica o facto de surgir nas funções de juiz pelo rei.

Apesar de não ser oriundo de uma das famílias mais prestigiadas, soube construir uma carreira sólida que fez dele uma figura respeitada. O seu caso constitui um dos (poucos) exemplos de um *cursus honorum* concelhio.

Filho de Vasco Martins Tisnado, clérigo de ordens sacras da Diocese de Évora, deverá ter beneficiado, no seu percurso ascensional, da rede de influências que se movimentava em torno da Catedral. Relevante terá sido também a relação clientelar mantida com Martim Afonso de Melo, de quem surge identificado como seu criado e escudeiro. Álvaro Vasques acompanhou o seu patrono na conquista de Ceuta. Segundo Zurara terá sido, precisamente por influência dos seus criados, Álvaro Vasques Tisnado e João Gomes Arnalho, que Martim Afonso de Melo terá recusado a capitania da cidade que o monarca lhe quis atribuir.

Álvaro Vasques manteria, pois, uma relação de grande proximidade com Martim Afonso de Melo, de quem era um dos homens de confiança. A proteção de Martim Afonso de Melo ter-se-á, decerto, revelado crucial no seu percurso. Não é descabido supor, tendo em atenção o peso dos Melo na cidade e talvez o interesse que teriam em colocar os seus homens de confiança no âmago da administração municipal, que o próprio percurso concelhio de Álvaro Vasques tivesse beneficiado da capacidade de influência do poderoso alcaide.

Seja como for, os Tisnado revelam uma clara estratégia familiar de aproximação ao poder concelhio, confirmada pelo facto de também Martim Vasques Tisnado, irmão do biografado, surgir nos cargos concelhios, chegando ambos, curiosamente, a integrar um mesmo elenco camarário, como vereadores, em 1411/1412 (cf. Nota biográfica 132).

A Catedral, a relação clientelar mantida com os Melo e o concelho assumem-se, pois, como vetores incontornáveis nos percursos ascensionais dos Tisnado. A estratégia de aproximação aos dois principais polos de poder urbano, a Catedral e o Concelho, manteve-se na geração seguinte, como se comprova pelo percurso de Nuno Álvares Tisnado, filho do biografado, que foi um dos homens de confiança do bispo D. Vasco Perdigão. Ao serviço do prelado, participou no processo de instalação, em Évora, do Mosteiro de Santa Maria do Espinheiro e do Convento de Santa Clara, nos anos cinquenta de Quatrocentos.

Nesta mesma década, constata-se a presença de Nuno Álvares nos cargos concelhios, assistindo-se a uma passagem de testemunho entre pai e filho no interior do círculo governativo. Mais um caso, entre muitos outros, de transmissão *hereditária* de funções concelhias, que é bem o espelho do grau de oligarquização que poder concelhio eborense assumia nesse período.

Cargos concelhios:

1411/1412 – Vereador
1421/1422 – Procurador
1430/1431 – Regedor
1434/1435 – Vereador
1439/1440 – Juiz ordinário
1449/1450 – Vereador

Outros cargos:

1435/1436 – Juiz pelo rei

Reuniões:

1445-fevereiro-06, homem bom presente em reunião de vereação.

Referências documentais:

1387, dezembro, 06. Carta de legitimação de D. João I para Martim Vasques, Gil Vasques, maior Vasques e Álvaro Vasques tisnado, filhos de Vasco Domingues Tisnado, clérigo de ordens sacras e de uma mulher solteira, *Chancelaria D. João I*, Livro I, fl. 200.

1402, outubro, 13, testemunha de um contrato de bens dos Bacharéis da Sé, ACSE, *Pergaminhos dos Bacharéis*, Pasta 2, doc. 134.

1408?, vereador, ADE, Arquivo Municipal, *Pergaminhos soltos da Câmara* (n.º 65), doc. 14, fl. 5.

1411. agosto, 29, Vereador, conjuntamente com Martim Vasques Tisnado, seu irmão. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 55v-56.

1411, outubro 17, vereador, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 58v-59v.

1411, novembro, 14, vereador, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 57-58v.

1412, janeiro, 23, Vereador, conjuntamente com Martim Vasques Tisnado, seu irmão. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 60-61.

1412, março, 29, Vereador, conjuntamente com Martim Vasques Tisnado, seu irmão. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 61-62; fls. 62-63.

1421, março, 22, Sábado procurador do Concelho. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Pequeno de Pergaminho* (n.º 66), fl.46v.

1431, maio, 17, Regedor, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 88, 88v.

1434, novembro-27, vereador, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 98-98v.

1435, março, 05, vereador, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 99-99v.

1435, junho, 08, juiz pelo rei, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 100v-101.

1435-setembro-03, juiz pelo rei, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 101v-102.

1436-janeiro-06, juiz pelo rei, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 102v-103.

1436-fevereiro-20, juiz pelo rei, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 103-103v.

1436-maio-30, juiz pelo rei, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Pequeno de Pergaminho* (n.º 66), fl. 55v-56.

1439, setembro, 04. Ante as portas de Álvaro Vasques Tisnado, juiz ordinário de Évora. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 6, doc. 16.

1439, setembro, 14. Ante as portas das casas de Álvaro Vasques Tisnado, escudeiro, juiz ordinário. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 7, doc. 40.

1439-novembro-19, juiz, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Pequeno de Pergaminho* (n.º 66), fls. 105-105v.

1439, dezembro, 05. Juiz Ordinário, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Pequeno de Pergaminho* (n.º 66), fls. 57-57v.

1443-12-16, D. Afonso V perdoa a justiça régia a João Esteves, morador na cidade de Évora, por feridas que dera a João, mancebo de Álvaro Vasques Tisnado. IANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 27, fl. 28.

1445-fevereiro-06, presente em reunião de vereação, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 107-107v.

1450-março-21, vereador, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 110-111.

1450-junho-10, vereador, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 111-111v.

1459, junho, 19, alcaide da albergaria de s. Bartolomeu, ADE, Misericórdia, *Pergaminhos das Albergarias ou Hospitais do Corpo de deus da Sé, do Santo Espírito de S. Bartolomeu e de S. Gião* (n.º 63), fls. 54,54v.

1454. Nuno Álvares Tisnado é testemunha de contrato da igreja de Santiago. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 16, doc. 64.

1455-fevereiro-03, Évora, Nuno Álvares Tisnado, vereador, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 120-120v.

1457 Nuno Álvares Tisnado, escudeiro, compra uma vinha junto a santa maria do Espinheiro. É filho de Álvaro Vasques Tisnado (doc. 17). BPE, *Santa Maria do Espinheiro*, Livro 8, doc. 15.

1459, junho, 05. Álvaro Vasques Tisnado é testemunha de um contrato em que se refere que o seu filho, Nuno Álvares Tisnado, escudeiro, casado com Beatriz Martins, compraram uma vinha a Mor Vasques Galvoa, a mandado do Bispo de Évora. D. Vasco Perdigão, para a entregar ao Mosteiro de Santa Maria do Espinheiro. Nuno Álvares Tisnado é filho de Álvaro Vasques Tisnado. BPE, *Santa Maria do Espinheiro*, Livro 8, doc. 17.

1464, maio, 04, rua do Tisnado, a S. Mamede. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 21, doc. 54.

Convento da Graça, enumeração de várias capelas e dos seus bens: fl. 9: “ capela de Álvaro Tisnado. Deixa o quinhão da herdade da tsnada, termo da cidade. Casas na Freguesia de S. Mamede, rua da Espinosa. BPE, Convento da Graça, Livro 5, Fl. 9. Livro 21. *Livro de Toda a Fazenda*: Capela de Álvaro Tisnado. Herdade da Tsnada, Torre de Coelheiros. Livro 11, Capela de Álvaro Tisnado instituída em 1529.

Gomes Eanes ZURARA. C. T. C, cap. 99, pp. 261-262; ZURARA. C P. M., cap. 5, pp. 25-28.

Outros dados:

1332, ABRIL, 18, Évora. Ref/ a uma herdade, junto da Ribeira de Monte do Trigo, no termo de Portel, de Geraldo Tisnado, IANTT, *Chancelaria de D. Afonso IV*, Livro I, fl. 33v.

Referências bibliográficas:

Abel Agostinho Santos CRUZ, *A Nobreza Portuguesa em Marrocos no século XV (1415-1464)*, dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1996, p. 49.

Joaquim Bastos SERRA, “Santa Maria do Espinheiro. Um mosteiro na periferia urbana de Évora. Apropriação e organização do Espaço”, *Paisagens Rurais e Urbanas – Fontes, Metodologias, Problemáticas. Actas das Segundas Jornadas*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos/Universidade Nova de Lisboa, 2006, pp. 161-179.

Nota biográfica

Temos uma única referência a este homem, identificado como procurador, no *Livro das Posturas Antigas da cidade de Évora*, não sendo improvável que o seu nome tivesse sido incorretamente interpretado pelo oficial que, em 1662, copiou e compilou, em Livro, as posturas da câmara.

Cargos concelhios:

1382/1383 – Procurador

Outros cargos:

Reuniões:

Referências documentais:

O Livro das Posturas Antigas da Cidade de Évora..., fl. 12v.
Gabriel PEREIRA, *op. cit.*, p. 144.

Referências bibliográficas:

Nota biográfica

Nada podemos adiantar sobre este homem, para o qual temos apenas duas referências documentais relativas à passagem pelo cargo de regedor.

Cargos concelhios:

1381/1382 – Regedor
1382/1383 – Regedor

Outros cargos:

Reuniões:

Referências documentais:

ADE, Arquivo Municipal, *O Livro das Posturas Antigas da Cidade de Évora...*, fls. 12v e fl. 18.

Referências bibliográficas:

Nota biográfica

Não sabemos muito sobre este indivíduo, que manteve um contacto relativamente regular com a administração entre os finais de Trezentos e a primeira década da centúria seguinte. Parece ter assumido algum reconhecimento e algum prestígio na cidade, testemunhada também pelo facto de ter desempenhado as funções de alcaide da Albergaria do Corpo de Deus de Santo Antoninho. Trata-se, muito provavelmente, de um abastado lavrador, não sendo improvável que mantivesse alguma proximidade com a Catedral, de quem era freguês e foreiro, de um número muito significativo de bens rústicos.

Cargos concelhios:

1397/1398 – Procurador
1405/1406 – Juiz do cível
1414/1415 – Procurador

Outros cargos:

Reuniões:

1402, abril, 04
1402, maio, 13

Referências documentais:

- 1397, Procurador, ADE, *Pergaminhos Soltos da câmara* (n.º 65), doc. 16.
1405-dezembro-31, Juiz do cível, BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 15, doc. 63. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 41-41v.
1402, abril, 04, presente, homem-bom, de reunião de vereação, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 27v-28v.
1402, maio, 13, presente, nos Paços do Concelho, como homem-bom. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 28v-29v, fls. 38-39v, fls. 31v-33.
1406, novembro, 28. É alcaide da Albergaria do Corpo de Deus de Santo Antoninho, ADE, Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital do Corpo de Deus de Santo Antoninho* (n.º 61), fls. 75, 75v, fls. 75v, 76v.
1406, dezembro, 13. É alcaide Hospital do Corpo de Deus de Santo Antoninho. ADE, Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital do Corpo de Deus de Santo Antoninho* (n.º 61), fls. 77v, 78.
1407, abril, 08, alcaide da Albergaria do Corpo de Deus de Santo Antoninho, ADE, Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital do Corpo de Deus de Santo Antoninho* (n.º 61), fls. 80v e fls. 81, 81v.
1414-setembro-08, Procurador do Concelho, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 63v-64.
1414-abril-06, Évora, Procurador do Concelho, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 70-70v.
1424 (Livro de bens do Cabido), referência a certas herdades, do Cabido, no termo de Montoito, que traz Diogo Mealha. ACSE, *CEC 3-I*, fl. 34.
1424, no Pigeiro, assentamento de um arado, que foi de Diogo Mealha, o Cabido tem a quarta parte. Foi deixado por Diogo Mealha que era freguês da Sé. Três partes são do Mosteiro de São Domingos, ACSE, *CEC 3-I*, fl. 22 e 22v.
1432, maio, 24, Ferragial, no caminho de arraiolos, em Fonte da Gaga, que foi de Diogo Mealha. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 5, doc. 6.

Referências bibliográficas:

Nota biográfica

Este homem, que surge indicado como regedor no *Regimento*, não parece ter tido, no período anterior à sua nomeação, um percurso relevante ou um contacto próximo com a administração da cidade. Ao contrário de outros nomeados, que se encontravam fortemente envolvidos com as lógicas da administração e com o círculo que se movimentava em torno do poder municipal, no caso de Diogo Gomes, essas dimensões, aparentemente, não se verificam, tornando-se difícil explicar a sua fulgurante entrada na governação. De facto, apesar de não podermos olhar para a listagem dos regedores como uma listagem hierarquizada, não deixa de ser significativo que Diogo Gomes seja o terceiro nome referido. A força do apelido, os possíveis laços com gente ligada à governação ou a confiança que recolhia por parte do monarca ou dos que lhe estavam próximos, são vetores que poderão explicar o peso e a relevância que teve, no seio da administração, neste período. Contudo, a escassez de informes não permite muitas clarificações, a esse nível.

Em boa verdade, nem sequer conseguimos estabelecer as possíveis relações de parentesco deste homem com os Barbosa. Uma família nobre que, a partir dos finais do século XIV, se movimentava na corte régia integrando uma nobreza de serviço. Não é improvável, contudo, que Diogo Gomes fosse oriundo de um dos ramos dos Barbosa que se terá aproximado de Évora, num período em que a cidade estreitava os seus laços com gente da corte. De qualquer modo, a crer no abundante património que detinham em Évora e no seu termo, esta linha dos Barbosa teria algum enraizamento na cidade.

Os dados que possuímos não nos permitem confirmar a indicação dos genealogistas modernos, que consideram que Diogo Gomes é filho de Gomes Pires Barbosa, feitor do rei. O que sabemos, ao certo, por se encontrar expresso no seu testamento, é que o biografado é irmão de Mor Gomes e que terá casado com Catarina Vasques, de quem teve os seguintes filhos: André Dias Barbosa, herdeiro do morgadio, João Gomes Barbosa e Mor Gomes Barbosa.

A estratégia sucessória que delineou e as preocupações que manifestou com a perpetuação e o engrandecimento da memória da sua linha familiar são um exemplo cabal dos mecanismos de defesa do património e das lógicas de reforço das posições sociais postos em prática por esta pequena nobreza, em ascensão, ligada ao poder municipal. Uma nobreza que exerce um forte ascendente sobre as instituições urbanas e que não enjeita o envolvimento com gente das elites locais, mas que mantém como estratégia primordial a aproximação ao serviço régio. A presença de André Dias Barbosa, *filho maior* de Regedor, entre os escudeiros do Infante D. Henrique, é esclarecedor a esse nível.

A passagem de homens, como Diogo Gomes Barbosa, pela governação é bem o reflexo do forte grau de aristocratização que marcava a administração municipal.

Cargos concelhios:

1420/1421 – Juiz ordinário
Regedor, nomeado no
Regimento
1439/1440 – Vereador

Outros cargos:

Reuniões:

Referências documentais:

1420-setembro-06, Juiz. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Pequeno de Pergaminho* (n.º 67), fls. 68-68v. s/d, Regedor. *Os Regimentos de Évora e Arraiolos...*, fl. 7.

1439, novembro, 19, Vereador. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 105-105v.

1455, julho, 07, Testamento de Diogo Gomes de Barbosa. Institui morgadio, ao qual anexa uma herdade, no Vale da Gramaxa, pelo qual dará um moio de trigo a S. Domingos, pelas almas daqueles de Vicente Lourenço e Mor Gomes, irmã do testador. O Morgado ficará a André Dias, seu filho, ou, em caso de impossibilidade deste, a outros dos seus filhos: João Gomes, e Mor Gomes, casada com Lourenço Esteves, residentes em Montemor-O-Novo. Deixa também umas casas, na Rua do Tinhoso. São definidas diversas regras para a construção da sepultura, de modo a favorecer a memória da linhagem... IANTT, Núcleo Antigo, n.º 276 – *Tombo das Capelas de Évora*, fls. fl. CLXV.

1455, O prior de S. Domingos de Évora solicita a André Dias de Barbosa, Escudeiro do Infante D. Henrique, filho de Diogo Gomes de Barbosa, o traslado de uma cláusula do testamento de seu pai, relativa a este mosteiro. A data do testamento não é indicada. Estabeleceu-se morgadio, cujo administrador é o seu filho mais velho, já indicado, ou, na impossibilidade deste, de João Gomes ou o filho maior de Mor Gomes, igualmente filha do testador. Os bens anexos ao morgadio são os seguintes: uma herdade, no vale da Gramaxa, no caminho novo do Redondo; a terra que está além do Degebe, umas casas, na rua do Tinhoso, em Évora, ... existem certos requisitos quanto à sepultura... BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 2, doc. 12.

1456, dezembro, 09, Évora. Aforamento feito por Catarina Vasques, viúva de Diogo Gomes de Barbosa, moradora em Évora, a Estêvão Eanes, dito Delgado, morador em Montemor-o-Novo, e a Catarina Gonçalves, sua mulher, de chão no termo de Montemor-o-Novo, onde chamam o Álamo. Arquivo Distrital de Beja, Livro N.º 44, fl. 58.

1460, Julho, 29, sob o alpendre da Gafaria... João Vasques, criado de D.º Gomes Barbosa, que disse ter recebido, por morte do dito D.º Gomes, um chão com suas figueiras e cepas, o qual lhe fora doado com encargo do foro. Parte de ambas as partes com o casqueiro, entesta com um chão que foi de Diogo Gomes e com o caminho de Valverde. ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos de S. Lázaro* (n.º 65), fls. 14, 14v.

Referências bibliográficas:

Manoel Felgueiras GAYO, *Nobiliário das Famílias de Portugal*, Braga, Oficinas Gráficas “Pax”, 1941, Tomo V, pp. 111-112 e p. 153.

Luiz de Lencastre e TÁVORA, *Dicionário das Famílias Portuguesas*, Lisboa, Quetzal Editores, 1999, p. 95.

José Augusto de Sottomayor PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e estratégias (1279-1325)*, Porto, Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade do Porto, 1999, vol. 2, pp. 511-531.

Nota biográfica

Diogo Gonçalves é um dos escudeiros cuja identificação levanta mais dúvidas, sendo possível que corresponda a Diogo Gonçalves Somarudre que surge indicado como regedor no *Regimento*.

Cargos concelhios:

1392/1393 – Procurador
1409/1410 – Vereador
Regedor no Regimento

Outros cargos:

Reuniões:

Referências documentais:

1393, janeiro, 09, Diogo Gonçalves, procurador do concelho. ADE, *O Livro das Posturas Antigas da cidade de Évora*, fl. 68.
1410, maio, 31, Diogo Gonçalves, escudeiro, vereador. ADE, Arquivo Municipal, *Livro primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 52v-54.
1410, maio, 31, Diogo Gonçalves, escudeiro, vereador. ADE, Arquivo Municipal, *Livro primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 54-54v.
S/d, regedor. *Os Regimentos de Évora e Arraiolos...*, fl. 7.

Referências bibliográficas:

Nota biográfica

As desesperantes dificuldades causadas pela homonímia impedem-nos de identificar com segurança este escudeiro. Não sabemos se o homem que vemos, em 1384, no adro da Sé de Évora, a apoiar publicamente o Mestre de Avis, corresponde ao comendador de Coruche e claveiro da ordem de Santiago e Guarda das Coutadas Régias das perdizes de Coruche, referenciado nas funções até 1446, que usa o mesmo nome. Tendo em atenção o largo arco temporal em causa, não é improvável que estejamos face a dois indivíduos, que se podem inserir numa mesma linha de descendência direta.

De qualquer modo, e independentemente dessa questão, a que não podemos, verdadeiramente, responder, a ligação efetiva do detentor desta identificação à governação da cidade não parece ter sido muito significativa. Apesar de ter participado em diversas reuniões de vereação, e de ter decerto algum ascendente no seio do grupo dirigente, encontramos-lo, apenas, a integrar os elencos camarários no ano de 1405/1406, sendo significativo que tivesse desempenhado as funções de procurador do Concelho. Um cargo que, como o caso concreto comprova, estava longe de ser entregue a homens de segunda linha, digamos assim. Se é verdade que diversos mercadores exerceram essas funções, também o é que alguns dos homens prestigiados e oriundos das mais ilustres famílias eborenses ligadas à governação as desempenharam. É esse o caso de Diogo Lopes de Brito.

Muito embora não possamos estabelecer exatamente as ligações familiares deste homem com os Brito que encontramos na cidade, não é possível que possa entroncar em alguns dos ramos familiares ligados a Évora, nomeadamente nos descendentes de Ousenda Pires e de Afonso Eanes de Brito, e dos seus filhos, os Bispos João Afonso de Brito, que foi Deão de Évora e depois Bispo de Lisboa, de Martim Afonso de Brito que foi também prelado eborense e de cuja descendência saiu um outro Bispo da cidade, Diogo Álvares de Brito, que assumiu, posteriormente, a cadeira arquiépiscopal de Lisboa.

Torna-se também difícil estabelecer o parentesco com os outros possíveis membros deste grupo familiar que se movimentavam na corte régia, desde o reinado de D. Afonso IV, e que se mantêm no reinado joanino, bem assim, como com os homens ligados à governação municipal de Lisboa, detentores do mesmo apelido. Caso de João Afonso de Brito e de Rodrigo Afonso de Brito, juizes da cidade de Lisboa, em 1414/1415, os quais, segundo os genealogistas modernos, serão descendentes de D. Martinho, que foi Bispo de Évora.

Independentemente do biografado poder ou não entroncar em alguns destes ramos, ele não deixaria de ter com eles pontos em comum. Partilhavam, desde logo, a forte ligação às realidades urbanas e a tradição familiar de controlo das suas instituições eclesiásticas e concelhias, pondo em prática uma mesma estratégia de aproximação ao serviço régio, que se constituiu como fundamental nos seus processos ascensionais. A presença de Diogo Álvares nas ordens militares, progressivamente mais dependentes e controladas pelo poder central, e o exercício de funções régias, deixam clara essa lógica.

No que diz respeito ao poder municipal, os Brito aumentaram o seu ascendente no Concelho, sobretudo a partir dos anos vinte de Quatrocentos, sendo oriundos desse grupo familiar alguns dos mais influentes homens que passaram pela governação ao longo dessa centúria. É o caso do regedor Fernando Afonso Cicioso (nota biográfica nº 35), sobrinho do arcebispo de Lisboa, D. Diogo Álvares de Brito e, posteriormente, do seu neto João Mendes Cicioso, um oficial omnipresente na

Cargos concelhios:

1405/1406 – Procurador

Outros cargos:

Reuniões:

1393, janeiro, 09
1395, novembro, 27
1406, junho, 18

administração nas décadas finais de Século XV, constatando-se, ainda, na governação, a presença de outros homens detentores do mesmo apelido, como Gonçalo Mendes de Brito (nota biográfica n.º 66) e do seu possível irmão, João Mendes de Brito.

Referências documentais:

1384, dezembro, 18, Diogo Lopes de Brito está presente no ato de preito e menagem ao Mestre, que ocorreu no adro da Sé de Évora. ACSE, *RR5a*), publicado por Maria Ângela BEIRANTE, “O Alentejo na 2.ª Metade do Século XIV – Évora na crise de 1383-1385”, *Estudos Medievais*, Porto, Nº7, 1986, p. 119-154.

1393, janeiro, 09, Diogo Lopes de Brito acompanha o elenco camarário na definição de posturas. ADE, *O Livro das Posturas antigas da cidade de Évora*, fl. 68v.

1395, novembro, 06; Testemunha de um processo, entre Álvaro Mendes de Oliveira e Pêro Sanches Carvoeiro, relativo à execução do testamento de Lopo Rodrigues Fuseiro. BPE, *Pergaminhos avulsos*, Pasta 2, doc. 49.

1395, novembro, 27, Presente na definição do *regimento* dos ourives, ADE, Arquivo Municipal, *O Livro das Posturas Antigas da Cidade de Évora*, fl. 70v, Gabriel PEREIRA, *Op. Cit.*, p. 164.

1400, outubro, 14, detentor de um ferragial, próximo das Porta de Mendo Estevens, em Évora, ACSE, *Pergaminhos dos Bacharéis*, Pasta 2, doc. 128.

1400, novembro, 08, Diogo Lopes de Brito é testemunha de um instrumento de posse de casas localizadas na Porta de Moura. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 13, doc.22v.

1402, referência a uma casa que foi de Diogo Lopes de Brito, na rua do Lagar de Cera, em Évora. Gabriel Pereira, *Op. Cit.*, p. 112.

1405, dezembro, 31, Diogo Lopes de Brito, escudeiro, procurador do Concelho. ADE, *Livro primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 41-41v.

1406-junho-18, Diogo Lopes de Brito, escudeiro, presente em reunião de vereação. ADE, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 45-46.

Outros elementos:

s/d Diogo Lopes de Brito, cavaleiro, é testemunha da concessão de um traslado de um carta de D. João I, aos Pobres da Serra d’Ossa. Álvaro Dias é irmão de Diogo Lopes de Brito. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 7, doc. 48.

1383, fevereiro, 24, Entre as testemunhas de um aforamento de S. Bento, é referenciado Martim Eanes, criado de Martim Afonso de Brito. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 5, doc. 129.

1420, João Rodrigues, criado de Rodrigo Afonso de Brito BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 3, doc. 38.

1438, agosto, 15, Carta de mandado de D. Duarte, el rei de Portugal, aos juízes da vila de Erra, para que fosse cumprida a sentença a favor de Diogo Lopes de Brito, cavaleiro e craveiro da Ordem de Avis, Comendador de Coruche, na demanda deste com Domingos Esteves, amo do infante, sobre a recolha de um terça parte das dízimas que pagavam os lavradores e moradores do Moinho do Botelho e da ribeira da Arrábida, situadas no termo da vila de Erra. Cf., Ordem de Avis e Convento de São Bento de Avis, maço. 7, n.º 692.

1438, abril, 08, João Mendes de Brito é Juiz do cível. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 3, doc. 65.

1448, novembro, Álvaro de Brito, fidalgo da casa do Rei, administrador dos bens da capela de Sancha Eanes, viúva de João da Costa, cavaleiro, instituída no Mosteiro de S. Francisco de Évora, BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 10, doc. 24.

1452, abril, 15, Escambo realizado entre os clérigos da igreja de Santa Maria da Vila ou dos Açougues de Montemor-o-Novo e Álvaro de Brito e sua mulher. Os primeiros cedem umas casas, localizadas na vila, recebendo em troca outras casas, localizadas na cerca da vila, na rua do Bispo. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 13, doc. 178.

1480, Fernão de Brito institui capela na Igreja de Santiago. IANTT, Núcleo Antigo, n.º 276 – *Tombo das Capelas de Évora*, fls. 27-28v.

João Afonso de Brito um dos que de Beja e Campo de Ourique se destacaram no apoio ao Mestre. Fernão Lopes, *CDJI*, Parte 1, Cap. CLIX, p. 341.

Referências bibliográficas:

Mário FARELO, *A oligarquia camarária de Lisboa...*, pp. 461-463 e pp. 628-629.

Rita Costa GOMES, *A Corte dos Reis de Portugal no final da Idade Média*, Lisboa, Difel, 1995, p. 97.

Manoel Felgueiras GAYO, *Nobiliário das Famílias de Portugal*, Braga, Oficinas Gráficas “Pax”, 1941, Tomo VII, pp. 66-67 e 71.

Luís Filipe OLIVEIRA, *A Coroa, os Mestre e os Comendadores. As ordens Militares de Avis e de Santiago (1330-1449)*, Universidade do Algarve, 2009, pp. 316-320.

Anísio Miguel SARAIVA, *Sé de Lamego na primeira metade do séc. XIV, (1296-1349)*, Leiria, Edições Magno, 2003, pp. 65-68.

Joaquim Bastos SERRA, “Entre a promoção do *bem comum* e a defesa dos interesses próprios. A oligarquia concelhia de Évora no

século XV", *Media Aetas. Revista de Estudos Medievais*, II Série, vol. III, *A Cidade e o Campo I*, Ponta Delgada, 2008/2009, pp. 88-89.
Hermínia VILAR, *As dimensões de um poder....*, pp. 48-49, 81-85 e 99-100.

Nota biográfica

Para além da referência ao exercício do cargo de vereador, não temos mais dados sobre este Estêvão Domingues, que poderá corresponder ao pai de dois outros homens que passaram pelo Concelho, na geração seguinte. Referimo-nos a Gonçalo Esteves Quadril de Pega (cf., nota biográfica n.º 62) e a João Esteves Quadril de Pega (cf., nota biográfica n.º 78). É possível que da mesma família fosse Vicente Esteves Quadril de Pega, que passou pelo Concelho na década de vinte de Quatrocentos. (cf., nota biográfica n.º 177).

Cargos concelhios:

1379/1380 – Vereador

Outros cargos:

Reuniões:

Referências documentais:

1379, outubro, 15, Estêvão Domingues, vereador. ADE, Arquivo Municipal, *O Livro das Posturas Antigas da Cidade de Évora*, fl. 24v.

1409, novembro, 18, entre as testemunhas de um contrato relativo a bens da albergaria de Jerusalém, João Esteves, filho de Estêvão Domingues Quadril de Pega, ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fls. 45-45v.

Referências bibliográficas:

Nota biográfica

Os perigos da homonímia impedem-nos de avançar com uma tentativa de identificação mais consistente deste homem, que poderá corresponder a Estêvão Eanes Feltreiro. Homem detentor de um avultado património que teve algum protagonismo urbano, tendo exercido as funções de mordomo do hospital de Jerusalém. Poderá corresponder ao pai de Gonçalo e Lopo Esteves Feltreiro, que, na geração seguinte, encontramos no Concelho, e que a confirmar-se a filiação, terão dado continuidade ao nome de família nos cargos concelhios (cf., respetivamente, notas biográficas nºs 61 e 94).

Cargos concelhios:

Outros cargos:

1367/1368 – Juiz do cível em substituição de Rodrigo Eanes (Fuseiro)

Reuniões:

Referências documentais:

1367, agosto, 05. Estêvão Eanes, juiz *em logo* de Rodrigo Eanes, juiz do cível, BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 4, doc. 10. Estêvão Eanes Feltreiro, mordomo de Jerusalém, referência a um acordo estabelecido entre a albergaria e os herdeiros de Estêvão Eanes, ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fls. 21, 21v.

Referências bibliográficas:

Nota biográfica

Trata-se de um dos homens que viveu enquanto oficial concelhio a crise dinástica, tendo tomado o partido do Mestre, como comprova a sua presença na reunião em que se decidiu atribuir as sisas da cidade, por um ano, ao regedor e defensor do reino.

Pouco sabemos sobre o seu quadro familiar e socioprofissional, sendo possível que o apelido candeeiro não correspondesse já ao exercício de uma função, mas integrasse a identificação, enquanto apelido.

Estêvão Eanes *Candeeiro* era casado com Leonor Lourenço, sobrinha de Constança Eanes Feltreiro, viúva de Estêvão Eanes Dente, que instituiu capela em S. Francisco, cuja administração pertencerá ao filho primogénito de Leonor Lourenço, sua sobrinha, filha do seu irmão, Lourenço Eanes Feltreiro, casada com o biografado (sobre os Feltreiro vejam-se as notas biográficas n.ºs 28, 61 e 94). A referência de que Estêvão Eanes Dente era irmão de Maria Eanes, mulher de Fernão Gonçalves Cogominho, e descendente do cavaleiro eborense Garcia Rodrigues e Mor Fernandes, remete-nos para o universo social da pequena nobreza terratenente, onde provavelmente o biografado se movimentaria.

Cargos concelhios:

1383/1384 – Procurador

Outros cargos:

Reuniões:

1385 – Integra reunião de vereação

Referências documentais:

1383, julho 25, Estêvão Eanes Candeeiro, procurador do concelho. Presente na reunião em que se escolhem os procuradores do concelho para jurar o contrato de casamento de D. Beatriz, cf., Salvador Dias ARNAUT, *Op. Cit.*, pp. 430.

1384, fevereiro, 25, Estêvão Eanes, procurador do concelho, presente no outorgamento das sisas gerais de Évora ao Mestre de Avis. Gabriel Pereira, *op. cit.*, pp. 78-83.

1384, fevereiro, 29, no adro de Santo Antoninho, em reunião plenária, está presente Estêvão Eanes, como procurador, conjuntamente com os regedores e o juiz arrendam as sisas a Estêvão Eanes Derreado e a mais cinco companheiros. Gabriel PEREIRA, *op. cit.*, p. 90.

1385 (s/d), Estêvão Eanes presente na definição de Posturas, acompanhando o elenco camarário. ADE, Arquivo Municipal, *O Livro das Posturas antigas da cidade de Évora*, fl. 53.

Outros dados:

1362, agosto, 02, Estêvão Eanes Dente foi casado com Constança Eanes. Refere-se que Maria Eanes, irmã de Estêvão Eanes Dente é casada com Fernão Gonçalves Cogominho. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 5, doc. 10.

1376, fevereiro, 04, Codicilo de testamento de Constança Eanes, viúva de Estêvão Eanes dente, Moradora na Rua do tinoso, que instituíra capela em S. Francisco, anexa um codicilo ao seu testamento, feito em Évora, nas casas de morada da testadora, em 21 de outubro da era de 1406 (JC1368). Concede todos os bens que tem e, Évora, a Leonor Lourenço, sua sobrinha, filha de Lourenço Eanes Feltreiro, seu irmão, casada com Estêvão Eanes Candeeiro, morador e vizinho de Évora, e ao seu filho varão... IANTT, Núcleo Antigo, n.º 276 – *Tombo das Capelas de Évora*, fls. LXXX-LXXXIII.

Sem data/ codicilo do testamento de Constança Eanes, que instituiu uma capela em S. Francisco de Évora. Estêvão Eanes Candeeiro, conjuntamente com Afonso Façanha, são os testamenteiros. Estêvão Eanes candeeiro era casado com uma sobrinha da testadora. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 15, doc. 44.

Referências bibliográficas:

José Augusto de Sottomayor PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e estratégias (1279-1325)*, Porto, Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade do Porto, 1999, vol. II, p. 656.

Nota biográfica

Pouco sabemos sobre este homem, para além do facto de ser proprietário de herdades nos termos de Montemor-o-Novo.

Cargos concelhios:

1385/1386 – Juiz do Crime
1388/1389 – Vereador

Outros cargos:

Reuniões:

Referências documentais:

1385. Estêvão Eanes Alfernaz, juiz do crime. ADE, Arquivo Municipal, *O Livro das Posturas antigas da cidade de Évora*, fl. 52v.
1388, dezembro, 19. Estêvão Eanes, vereador, ADE, Arquivo Municipal, *O Livro das Posturas Antigas da cidade de Évora*, fl. 20v.

S/d. Estêvão Eanes Alfernaz, como vereador, presente na elaboração de posturas ADE, Arquivo Municipal, *O Livro das Posturas Antigas da cidade de Évora*, fl. 24 v.

1390, novembro, 03. Sentença. Estêvão Eanes Alferes, morador e vizinho de Évora, acusa Pº Grande, morador em Montemor-O-Novo, testamenteiro de André Esteves de Azambuja, de indevidamente se ter apoderado de uma parte de uma sua herdade, em Santiago do Escoural, BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 5, doc. 103.

Referências bibliográficas:

Nota biográfica

O caso deste homem consubstancia mais um exemplo de passagem de testemunho geracional, entre membros de uma mesma família, no interior do grupo governativo.

Filho do mercador João Eanes que exerceu as funções de procurador do Concelho (cf., nota biográfica n.º 76) acabará por substituir o seu pai nas mesmas funções.

Para este homem, o contacto com a administração fez-se desde cedo, por mão do seu pai, que progressivamente o coloca em contacto com a realidade administrativa do Concelho e o introduz no seio do grupo dirigente.

É significativo que, tal como o seu pai, tivesse ocupado as funções de procurador, confirmando a tendência muito comum, em Évora, para que a passagem de testemunho de pai para filho se fizesse dentro das mesmas funções.

O seu caso deixa também clara a ideia de que o lugar que cada um ocupava na orgânica concelhia dependia mais do estatuto social que se tinha, do que propriamente de um *cursus honorum* realizado no interior do Concelho.

Cargos concelhios:

1411/1412 – Procurador

Outros cargos:

Reuniões:

1402, abril, 01, testemunha de um contrato, nos paços do concelho, conjuntamente com o seu pai, a esse tempo procurador

Referências documentais:

1402, abril, 01, Évora, nas casas que foram de Rodrigo Eanes Cabeceira, onde pousa Gil Martins Rei, corregedor, estando igualmente presentes: João Farto, Afonso Eanes e Gonçalo Esteves, dito Feltreiro, vereadores. Também João Eanes, mercador, procurador do Concelho, e João Afonso, escrivão da câmara... Testemunhas: Estêvão Eanes, filho do dito João Eanes procurador; ADE, Arquivo Municipal, *Livro primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fl. 25-27.

1402, abril, 04, Évora, câmara dos Paços do Concelho, entre as testemunhas: Estêvão Eanes, filho do dito João Eanes, procurador. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fl. 27v-28v.

1411, agosto, 29, Évora, Estêvão Eanes, procurador do Concelho, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 55v-56.

1411, novembro, 14, Évora, Câmara dos paços do concelho, Estêvão Eanes, filho de João Eanes que foi mercador – procurador do concelho; ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 57-58v.

1411, outubro, 17, Évora, na câmara da fala, Estêvão Eanes, procurador do concelho; ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 58v-59v.

1412, março, 29, Évora, dentro da câmara dos Paços do concelho, Estêvão Eanes, filho de João Eanes, que foi mercador; procurador do concelho. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 61-62.

1412, março, 29, Évora, Estêvão Eanes, procurador do concelho. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 62-63.

Referências bibliográficas:

Nota biográfica

É, muito possivelmente, irmão de Afonso Fernandes Raleio, que encontramos também nos cargos concelhios (cf. nota biográfica n.º 5). A sua passagem pela administração parece ter sido pontual, não se incluindo entre os mais influentes e prestigiados dirigentes municipais. De qualquer modo, os Raleio deverão ter assumido algum protagonismo, nos inícios de Quatrocentos, confirmado pela capacidade de colocação sequencial dos dois irmãos na estrutura concelhia.

Esta quase especialização familiar em determinados cargos, que tendencialmente se ajusta ao perfil social do grupo em causa, é bastante esclarecedora quer da hierarquização que se verificava no seio do grupo dirigente, quer das lógicas em que assentava a distribuição das funções.

Cargos concelhios:

1408/1409 – Vereador

Outros cargos:

Reuniões:

Referências documentais:

1408, outubro, 27, vereador, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho (n.º 67)*, fls. 50v-51.

1408, dezembro, 15, vereador, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho (n.º 67)*, fls. 51v-52v.

Referências bibliográficas:

Nota biográfica:

Não é improvável que este homem corresponda ao mercador Estêvão Gonçalves que, em 1371, foi uma das testemunhas do testamento de Rodrigo de Sousa Esporão, conjuntamente com Fernão Gonçalves D'Arca, Lopo Rodrigues Façanha, Pero Seco e outros homens ligados à governação. O facto do mercador se movimentar em torno de gente fortemente envolvida na governação municipal, permite-nos equacionar que ele possa, efetivamente, corresponder a Estêvão Gonçalves Toucinho que encontramos no Concelho.

Como tantos outros homens ligados à administração municipal, também Estêvão Gonçalves Toucinho tomou o partido do Mestre, tendo marcado presença nos mais significativos atos públicos realizados na cidade, de apoio à sua causa.

Ao longo da década de oitenta de Trezentos, manteve uma relativa proximidade com a administração, tendo reincidido nas funções de vereador.

A escassez de dados, não nos permite estabelecer as relações que teria com outros detentores do mesmo apelido, que vamos encontrando na cidade, no mesmo período. Sabemos que morava na rua dos mercadores e que era confrade de uma das mais prestigiadas Albergarias da cidade, a do Corpo de Deus de Santo Antoninho, tendo muito provavelmente sido alcaide desse instituto, o que constituiu também um sinal do reconhecimento que teria na vida da cidade e das suas instituições.

Cargos concelhios:

1383/1384, Vereador
1388/1389, Vereador

Outros cargos:

Reuniões:

1383, 25 de junho
?, 19 de outubro
?, 13 de junho

Referências documentais:

1383, julho 25, Vereador. Estêvão Gonçalves Toucinho, presente na reunião em que se escolhem os procuradores do Concelho para jurar o contrato de casamento de D. Beatriz. Salvador Dias ARNAUT, *Op. cit.* pp. 430.

1384, dezembro, 18, Estêvão Gonçalves Toucinho está presente no ato de preito e menagem ao Mestre, que ocorreu no adro da Sé de Évora. ACSE, *RR5a*), publicado por Maria Ângela BEIRANTE, "O Alentejo na 2.ª Metade do Século XIV – Évora na crise de 1383-1385", *Estudos Medievais*, Porto, Nº7, 1986, p. 119-154.

1389, abril, 14, Estêvão Gonçalves, vereador, ADE, Arquivo Municipal, *O Livro das Posturas antigas da cidade de Évora*, fl. 54. Sem ano, 19 de outubro, Estêvão Gonçalves Toucinho presente, como homem bom, na elaboração de posturas, ADE, Arquivo Municipal, *O Livro das Posturas antigas da cidade de Évora*, fl. 21.

1394, dezembro, 08, Évora, na rua dos Mercadores, ante as portas das casas de Estêvão Gonçalves Toucinho, contrato de bens da Albergaria do Corpo de Deus de Santo Antoninho, ADE, Arquivo da Misericórdia, Pergaminhos do Hospital do Corpo de Deus de Santo Antoninho (nº. 61), fls. 19-19v.

Sem ano, junho, 13, Estêvão Gonçalves Toucinho, presente, como Homem-bom, em reunião de vereação onde se define o regimento dos atafoneiros, ADE, Arquivo Municipal, *O Livro das Posturas antigas da cidade de Évora*, fl. 48v.

Outros dados:

1371, outubro, 06, Évora. Um Estêvão Gonçalves, mercador, é testemunha do testamento de R. A. De Sousa, Esporão. São, também, testemunhas: Fernão Gonçalves D'Arca, escudeiro, Lopo Rodrigues Façanha, Pº Seco. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 2, doc. 9.

Referências bibliográficas:

Nota biográfica

Muito pouco sabemos sobre este homem que passou pelas funções de vereador.

Cargos concelhios:

1430/1431, Vereador

Outros cargos:

Reuniões:

Referências documentais:

1430, julho, 22, Évora, câmara dos Paços do Concelho, Estêvão Rodrigues, ADE, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 85v-86.

1431, maio, 17, Évora, Estêvão Rodrigues, Vereador, ADE, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 88, 88.

Referências bibliográficas:

Nota biográfica:

A escolha de Fernando Afonso para regedor – que surge em segundo lugar da listagem dos nomeados no *Regimento* – não causa muita surpresa se considerarmos que este homem se encontrava fortemente envolvido no seio das redes relacionais que se estabeleciam em torno das famílias oligárquicas.

Sobrinho do arcebispo D. Diogo Álvares de Brito e de outros detentores de altas carreiras eclesiásticas, recolhia o apoio e beneficiava, decerto, da rede de influência que se construía em torno desses prelados, sendo também provável que mantivesse relações de parentesco com os Brito que encontramos na Corte, na governação de Lisboa e também em Évora, onde se constata, entre os governantes, vários detentores deste apelido.

Para além das possíveis redes relacionais já referidas, a ligação de Fernando Afonso ao grupo que controlava o poder concelhio eborense fazia-se também por via da aliança matrimonial com Inês Mendes de Oliveira, filha de Álvaro Mendes de Oliveira, oriundo de uma influente família da oligarquia eborense. Recordemos, ainda, que a mãe de Inês Mendes era filha de Lopo Rodrigues Fuseiro, integrante de um grupo de parentesco fortemente representado nos cargos concelhios, que fazia dele um dos mais poderosos da governação.

Face a este quadro de ligações, não causa qualquer estranheza que Fernando Afonso tivesse assumido um considerável poder no seio do grupo governativo.

Para o seu protagonismo – senão mesmo para a sua fulgurante entrada na governação como regedor, já que anteriormente não parece ter exercido nenhum cargo municipal – deverá ter pesado também a proximidade que tinha face aos círculos régios. A presença de muita gente ligada ao monarca na governação da cidade e o forte controlo que a coroa exercia sobre a administração municipal, neste período, fazem-nos crer que essa proximidade se constituiria como um fator que não era indiferente para o sucesso que se tinha no governo municipal.

Fernando Afonso movimentava-se com relativo à-vontade nos círculos régios. Referido como vassalo do rei, foi contemplado por D. Duarte e, posteriormente, por D. Afonso V, com avultadas tenças e outros privilégios, surgindo ligado à casa do infante D. Henrique, de quem é designado escudeiro, e, posteriormente, cavaleiro. Chegou mesmo a emprestar ao Infante uma quantia bastante considerável, no valor de 500 moios de trigo, o que nos diz muito sobre o seu poder económico, assente num relevantíssimo património fundiário, mas também sobre a sua proximidade face aos meios cortesãos.

O seu percurso e o dos seus descendentes é bastante esclarecedor quanto às lógicas e às estratégias de consolidação das posições sociais seguidas por estes grupos oriundos das elites urbanas.

No seu caso, como no de tantos outros, um ponto fulcral dessas estratégias passou pela manutenção da ligação familiar aos principais polos de poder urbano, nomeadamente à Catedral e ao Concelho.

Descendente de homens cujos percursos ascensionais foram construídos por via das altas carreiras eclesiásticas, Fernando Afonso procurará dar continuidade à presença da sua linha familiar nos meios

Cargos concelhios:

Regedor identificado no
Regimento
1427/1428 – Regedor
1434/1435 – Vereador

Outros cargos:

1421, março, 22, Procurador
dos fidalgos

Reuniões:

1425, outubro, 17
1427, novembro, 05
1430-Julho-22

clericais, particularmente na poderosa Catedral eborense, onde o seu filho homónimo, Fernando Afonso Cicioso, pontuará como cónego.

A importância que a inserção nos órgãos políticos municipais assumia nas suas estratégias, fica expressa na perpetuação da família no governo da cidade. Nas gerações seguintes, o mais destacado membro oriundo deste grupo familiar no Concelho foi João Mendes Cicioso, um dos netos do regedor, que teve uma forte influência em Évora nas duas últimas décadas de Quatrocentos. O seu percurso passou pela procuração às cortes, pelo desempenho de diversas missões específicas junto da administração central, mas também pelos cargos de vereador e procurador do Concelho, cargos que foi alternando com diversas funções para as quais é diretamente nomeado pelo rei, como recebedor dos empréstimos, provedor de contas da aposentadoria, juiz dos órfãos, e mesmo juiz pelo rei, função que interinamente chega a ocupar. A eficácia desse seu desempenho é amplamente recompensado por D. Manuel, que o autoriza a colocar as suas *armas* no Paço do Concelho.

A par do controlo dos polos do poder urbano, constata-se também uma estratégia de aproximação às prestigiantes ordens militares, onde encontramos João Fernandes (de Oliveira), também filho do regedor, que foi Comendador das Olalhas e Claveiro da Ordem de Cristo, sendo igualmente clara a lógica de inserção nos meios cortesãos, onde verdadeiramente se jogavam os destinos sociais, sendo relevante que esse mesmo João Fernandes surja identificado como pertencente ao Conselho Régio.

Referências documentais:

- 1421, Sábado, 22 de março, Fernando Afonso Cicioso, procurador dos fidalgos, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Pequeno de Pergaminho* (n.º 66), fl.46v.
- 1424, abril, 12, Doou ao cabido 30 marcos de prata para aniversários do Bispo D. João Afonso de Brito e de D. Diogo de Brito, Arcebispo de Lisboa, sepultados na Sé, ACSE, EE, 13ª e RR 9a.
- 1425, outubro, 17, Évora, na Câmara do Concelho, em reunião de vereação, testemunha de um aforamento do Concelho, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 76-77v.
- 1426, Julho, 26, Ref/ às casas de Fernando Afonso Cicioso, entre a rua de Estêvão Aires e a rua de João Gomes Arnalho. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 16, doc. 24.
- 1427, novembro, 05, Presente em reunião de vereação, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 79-79v.
- 1430-Julho-22, Évora, testemunha, nos Paços do Concelho, de um aforamento de bens concelhios. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 85v-86.
- 1431, agosto, 10, Capela de Nuno Martins da Silveira, cavaleiro, Escrivão da Puridade do Infante D. Duarte, casado com Leonor Gonçalves de Abreu. Capela em S. Domingos de Évora. Entre os bens vinculados à capela, conta-se uma herdade, a herdade da Fonte Boa, parte com a Ribeira do Degebe e com a estrada de Evoramonte, com Martim Lopes Lobo... até ao moinho do Godinho. A herdade foi do Fuseiro e agora é de Fernando Afonso Cicioso, IANTT, Núcleo Antigo, n.º 276 – *Tombo das Capelas de Évora*, fls. CLIV-CLII.
- 1432, abril, 20, Doação feita por Fernando Afonso Cicioso, escudeiro, e Inês Mendes, sua mulher, moradores em Évora, de uma herdade aos pobres de Montemuro, IAN/TT, *Leitura Nova, Odiana*, lv. 6, fls. 159v-161.
- 1432, dezembro, 20. Mértola (no castelo de menagem, nas casas onde pousa o dito Fernando Afonso) – doação feita por Fernando Afonso Cicioso, escudeiro, morador em Évora, e Inês Mendes, sua mulher, de uns quinhões e assentamentos de moinhos situados no termo de Évora, na Ribeira de Rio de Moinhos. Entre as testemunhas: Fernando Aires, escudeiro do dito Fernando Afonso. IAN/TT, *Leitura Nova, Odiana*, lv. 4, fls.114v-115 e BPE, *Santa Catarina de Sena*, Livro 86, doc. 1.
- 1433, Julho, 13, Évora (na Rua dos Mercadores, ante as pousadas de Fernando Afonso Cicioso) – referência Fernando Aires, criado do dito Fernando Afonso Cicioso. IAN/TT, *Leitura Nova, Odiana*, lv. 4, fls. 115-115v.
- 1434, agosto, 30, Évora nas casas dos pobres de Montemuro que estão cerca da porta de Alconchel. Fernando Afonso Cicioso, escudeiro, morador em Évora, atesta que ele comprara a metade de um moinho em Rio de Moinhos e que mandara fazer carta da mesma a Álvaro. Está também presente Vasco Martins, amo de Fernando Afonso Cicioso. IANTT, *Leitura Nova, Odiana*, lv. 4, fls. 115v-116.

1434, agosto, 30, Évora, Fernando Afonso Cicioso, escudeiro, morador na dita cidade, afirma que “pedreannes dito de Jenoa criado do arcebispo dom dioguo” lhe deixou certos dinheiros para despender por sua alma, com o qual adquiriu um herdade de que faz doação aos pobres de Montemuro, entre as testemunhas: Fernando Eanes, criado do arcebispo D. Diogo; Vasco Martins, amo de Fernando Afonso Cicioso; Nuno Fernandes, filho de Fernando Afonso; João Vasques, amo de Fernando Afonso, IAN/TT, *Leitura Nova, Odiana*, lv. 4, fls. 116-116v.

1434, novembro-27, vereador. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 98-98v.

1435-junho-08, vereador, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 100v-101.

1437, junho, 12, Fernando Afonso Cicioso é designado pelo rei D. Duarte como árbitro de um contenda entre os pobres da Serra d’Ossa e os de rio Mourinho, *MH*, vol. VI, pp. 64-65.

1439, fevereiro, 14, é ressarcido do empréstimo no valor de 500 moios de trigo, que fez ao infante D. Henrique (cf. *MH*, vol. VI, doc. nº 101, pp. 286-287).

1441, outubro, 02, carta do Infante D. Pedro a conceder a Fernando Afonso Cicioso, cavaleiro, residente em Évora, a tença anual de 50 000 libras, desde 1 de janeiro anterior e enquanto sua mercê for, a receber no almoxarifado da dita cidade, além das 300 000 que já recebia de tença, *MH*, vol., VII, pp. 266-267.

1441, dezembro, 19, carta do Infante D. Pedro de aposentação de Vasco Martins, mordomo de Fernando Afonso Cicioso, cavaleiro do Infante D. Henrique, IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, Livro 2, fl. 47 (*MH*, vol. VII, pp. 275-276).

1445, janeiro, 04, carta do Regente D. Pedro a autorizar Fernando Afonso Cicioso, cavaleiro, residente em Évora, a doar à Sé daquela cidade bens de raiz no valor de 200 escudos de moeda corrente, por alma dos bispos daquela Diocese D. João e D. Diogo... *MH*, Vol. VIII, p. 401.

1445, maio, 29, na Sé de Évora, estando presentes: Vasco Esteves, chantre; João Afonso, Mestre-escola, Álvaro Gonçalves, Vasco Gil, Gomes Eanes, Rodrigues Eanes das Naus; Martim Vasques, Álvaro Galvão, cónegos, disseram que era verdade que havia já algum tempo que receberam duas herdades que Fernando Afonso Cicioso, cavaleiro, que presente estava, deu ao cabido, para cantarem uma capela. ACSE, *CEC 3 – VII d*), fls. 93-96.

1446, fevereiro, 23, Évora, junto da porta das pousadas de Fernando Afonso Cicioso, cavaleiro, estando também presente, Fernando Afonso, seu filho, cónego na Sé. Apresentou uma carta do rei D. Afonso V, assinada pelo Infante D. Pedro, regente, pela qual se refere que o rei, querendo fazer graça e mercê a Fernando Afonso Cicioso, cavaleiro, morador em Évora, o autoriza a deixar bens de raiz à Sé de Évora, ACSE, *CEC 3 – VII d*), fls. 62-70v.

1453, maio, 19, refere-se que Fernando Afonso Cicioso doara anteriormente uma herdade da Represa ao mosteiro de Santa Clara de Beja, cf. *MH*, vol. XI, pp. 267-268.

1459, dezembro, 14, Sentença régia relativa à partilha dos bens que foram de Fernando Afonso Cicioso BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 10, doc. 25.

Aniversário pelo Bispo D. João e por D. Diego que foi arcebispo de Lisboa e bispo de Évora... E por Fernando Afonso Cicioso, cavaleiro, criado dos sobreditos, por 3 quartos de herdade em Pontega, que foi do pintador, no termo de Arraiolos, e por um quarto que é na cabeça de Pegores, no termo de Montemor Novo, ACSE, *Livro de aniversários CEC 4 – XVII*, fl. 23v

Sobre João Mendes Cicioso: ADE, Arquivo Municipal, *Livro 4º de Pergaminho*, (n.º 70), fl. 31v; *Livro 2º de Originais*, (n.º 72), fl. 139, *Livro 1º de Originais*, (n.º 71), fl. 266; *Livro 4º de Originais*, (n.º 74), fl. fls. 164-167v. *Livro 2º de Pergaminho*, (n.º 68), fl. 64v, Idem, *Livro 3º de Originais*, (n.º 73), fl. 208, *Livro Pequeno de Pergaminho* (n.º 66), fl. 74v. BPE, *Fundos monásticos – Convento de Santa Maria do Espinheiro (Jerónimos)*, Livro 2, 26v-27; Ade, Arquivo Municipal, *Livro 2º de Originais*, (n.º 72), fl. 208.

Referência a bens fundiários de Fernando Afonso Cicioso, recolhidos em documentação do cabido da Sé; ACSE, *CEC 3-1*, fls. 35-37, fl. 66v e *CEC 3 – VII a*), fls. 160-165). ACSE, *CEC 3-I*, fl. 71v. ACSE, *CEC 6 -VIII*, fls. 29v-30v.

Referências bibliográficas:

Maria Ângela BEIRANTE, *Évora na Idade Média*, p. 544 e 546.

João Luís Inglês FONTES, *Da «pobre vida» à Congregação da Serra de Ossa: génese e institucionalização de uma experiência eremítica (1366-1510) ...*, pp. 91-92.

Joaquim Bastos SERRA, “Entre a promoção do *bem comum* e a defesa dos interesses próprios. A oligarquia concelhia de Évora no Século XV”, *Media Aetas. Revista de Estudos Medievais*, II Série, vol. III, *A Cidade e o Campo I*, Ponta Delgada, 2008/2009, pp. 88-89. (sobre João Mendes Cicioso)

Isabel L. Morgado de Sousa e SILVA, “A Ordem de Cristo (1417-1521” in *Militarium Ordinum Analecta*, nº 6, 2002, pp. 401-402, 461-462, 480. (sobre João Fernandes, filho de Fernando Afonso Cicioso)

João Silva de SOUSA, *A Casa Senhorial do Infante D. Henrique*, Lisboa, Livros Horizonte, 1991, p. 109 e 413.

Hermínia VILAR, *As Dimensões de um poder. A Diocese de Évora na Idade Média*, Lisboa, Ed. Estampa, 1999, pp. 47-53.

Nota biográfica

Muito embora pouco saibamos sobre este homem, a referência ao facto de ser criado do Bispo D. João, que supomos corresponder ao Bispo D. João Eanes, prelado de Évora, entre 1382-1404, remete-nos para a intensa interceção das redes familiares e clientelares que se verificava entre o Concelho e a Catedral. É possível que essas redes se tivessem estreitado no contexto da crise quando as duas entidades assumiram o principal papel na defesa da causa do *Mestre* em Évora, lembrando que o bispo D. João foi, conjuntamente com Fernão Gonçalves d'Arca, um dos procuradores do futuro monarca, na cidade e na comarca.

De qualquer modo, para além dessa sintonização política ou até de especial proximidade que o referido bispo pudesse, porventura, ter mantido com homens do Concelho, esse quadro de relações pessoais, familiares e clientelares entre gente ligada às duas instituições era bem mais profundo. Radicava, desde logo, no facto das estratégias de algumas das principais famílias da cidade passarem pela aproximação e mesmo pela colocação dos seus membros nestes dois polos incontornáveis de poder urbano. O caso dos Oliveira, dos Brito e dos Fuseiro ou dos Chaves, presentes, simultaneamente, no desempenho dos altos cargos da Catedral eborense e no Concelho são exemplares a este nível.

Mas a Catedral, mesmo para aqueles que não enveredaram pelas carreiras eclesiásticas, não deixou de constituir um patamar relevante nos seus percursos ascensionais, fosse por via do desempenho de cargos ou funções na complexa estrutura administrativa desta entidade, fosse através da gestão ou da exploração do seu vastíssimo património ou pelas relações clientelares que mantinham com as suas influentes personagens.

De uma ou de outra forma, muitos destes homens acabaram por beneficiar das redes de influência que se moviam em torno da Catedral, como se terá verificado com este Fernão Afonso de Elvas.

Cargos concelhios:

1408/1409 – Procurador

Outros cargos:

Reuniões:

Referências documentais:

1408, Julho, 21, Fernão Afonso de Elvas, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho (n.º 67)*, fls. 50-50v.

1408, outubro, 27 – Fernão Afonso, criado do Bispo D. João, procurador, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho (n.º 67)*, fls. 50v-51.

1408, dezembro, 15, procurador, criado que foi do Bispo D. João. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho (n.º 67)*, fls. 51v-52v.

Referências bibliográficas:

Nota biográfica

Este homem é muito provavelmente descendente de um seu homónimo que professou na Ordem de Santiago, foi comendador da Represa de Montemor-o-Novo, entre 1367 e 1376, data em que terá falecido.

Apesar de não termos dados concretos que o confirmem, não é impossível que possamos estar face a um neto do comendador que teria assim tomado o nome do seu avô. A ser verdadeira esta hipótese, o biografado seria filho de Nuno Fernandes de Morais, já que este é o único descendente conhecido do Comendador da Ordem de Santiago. Um homem que teve um papel ativo na defesa do Mestre e que foi por ele largamente recompensado.

De qualquer modo, e independentemente de ser ou não filho de Nuno Fernandes, o indivíduo que passou pelo Concelho, em 1425/1426, será com toda a probabilidade um descendente direto do comendador, que escolheu o mosteiro franciscano de Évora como local de sepultura, tendo decerto uma relação próxima com a cidade.

Esta linha dos Morais tem as suas origens numa família da pequena nobreza transmontana, que se aliou matrimonialmente a um dos ramos dos Pimentéis e que na segunda metade do Século XIV fez uma aproximação ao sul, surgindo os seus descendentes fortemente envolvidos na Ordem de Santiago.

A presença de Fernando Afonso de Morais (II) no Concelho não causa muita surpresa, num período em que a administração municipal eborense era fortemente marcada pela presença de uma pequena nobreza.

O seu caso constituiu mais um exemplo do forte envolvimento desses grupos com as realidades urbanas do sul, sobretudo das cidades mais pujantes. Não deixa de ser revelador das lógicas e estratégias sociais dessas famílias que os Morais, tal como os Mascarenhas, os Oliveira, os Brito e tantos outros que passaram pelos cargos municipais, surjam ligados às ordens militares.

Cargos concelhios:

1425/1426 – Vereador

Outros cargos:

Reuniões:

Referências documentais:

1425-outubro-17, Fernando Afonso de Morais, vereador, ADE, Arquivo Municipal, Livro Primeiro de Pergaminho, 67, fls. 76-77v.

Sobre o papel de Nuno Fernandes de Morais, no contexto da crise dinástica, cf., Fernão LOPES, *CDJI*, vol. II, pp. 341-342.

Referências bibliográficas:

Mário Jorge BARROCA, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2000, vol. II, tomo 2, pp. 1853-1856.

Luís Filipe OLIVEIRA, *A Coroa, os Mestres e os Comendadores. As ordens Militares de Avis e de Santiago (1330-1449)*, Universidade do Algarve, 2009, pp. 424-426.

Bernardo Vasconcelos e SOUSA, *Os Pimentéis. Percursos de Uma Linhagem da Nobreza Medieval Portuguesa (Séculos XIII-XIV)*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2000, pp. 221-222.

Nota biográfica

Não sabemos, ao certo, quem é este Fernão Gomes de Góis. Supomos que não corresponderá ao cavaleiro-fidalgo com o mesmo nome que foi criado e Camareiro-mor de D. João I, detentor da alcaidaria da vila de Monsaraz e senhor de Oliveira do Conde.

Apesar da coincidência da identificação, não temos nenhum indício que nos remeta para a ligação que o homem que passou pelos cargos concelhios pudesse ter com o referido fidalgo. Ainda assim, é possível que possa ser um seu aparentado, até porque este ramo dos Góis assumiu, neste período, algum peso na cidade.

Lembramos que uma das filhas de camareiro-mor de D. João I, D. Beatriz de Góis, casou com D. Diogo da Silveira, Escrivão da Puridade de D. Afonso V, tendo residência na cidade e mantendo o centro dos seus interesses em Évora.

Não podemos estabelecer também as relações do biografado com outros indivíduos detentores do mesmo apelido que encontramos, na cidade, no mesmo período. Caso do corregedor João Mendes de Góis, ligado à publicação do *Regimento*, ou do seu sobrinho, Martim Mendes, que, em data não muito distante, passou pelos cargos governativos concelhios, (cf. Nota biográfica n.º 122). Refira-se, ainda, que um dos homens fortes da governação nas décadas finais de Quatrocentos usava também o apelido Góis. Referimo-nos ao prestigiado Diogo de Góis, um dos seis fidalgos que, aquando casamento do príncipe herdeiro D. Afonso, filho de D. João II, com a infanta D. Isabel, filha dos reis católicos, que ocorreu em Évora, em 1490, teve a honra de levar o pálio sob o qual seguiam os nubentes.

Apesar das dificuldades de identificação do indivíduo em causa, não deixa de ser significativo de um certo ambiente social que marcava o grupo oligárquico, que se constate a presença, entre os governantes, de mais um apelido usado por gente que se movimentava nas proximidades da corte e dos monarcas.

Cargos concelhios:

1421/1422 – Procurador
1445/1446 – Vereador

Outros cargos:

Reuniões:

Referências documentais:

1421, junho, 30, Fernão Gomes de Góis, procurador do Concelho. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho*, 67, fls. 68v-69v.

1445, agosto, 07, Vereador, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Pequeno de Pergaminho* (n.º 66), fls. 59-60.

1446, abril, 27, Fernão Gomes de Góis, vereador, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 107v-108.

Referências bibliográficas:

Maria Ângela BEIRANTE, *Évora na Idade Média...*, pp. 533-534.

Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Casa de Sintra*, 3ª edição, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1973, vol. III, pp. 130-131.

Humberto Baquero MORENO, *A Batalha da Alfarrobeira. Antecedentes e significado histórico*, Lourenço Marques, Universidade de Lourenço Marques, 1973, vol. II, pp. 820-821.

Nota biográfica

Fernão Gonçalves d'Arca é uma das mais proeminentes figuras do Concelho no nosso período, tendo sido um dos que mais beneficiou com a mudança dinástica. O apoio desassombroso que prestou ao Mestre conferiu-lhe um enorme prestígio e abriu-lhe as portas a uma imparável ascensão social que o catapultou, de uma forma definitiva, para o seio da nobreza, onde vemos claramente instalados os seus descendentes.

Pouco sabemos sobre os antepassados deste homem, de origens obscuras e pouco nobilitantes, que os genealogistas dizem ter colhido o apelido da posse da quintã de vale D'Arca, localizada no termo de Montemor-O-Novo. Sendo ou não real essa indicação, a verdade é que Fernão Gonçalves era um grande proprietário agrícola, possuidor de diversas herdades no termo de Évora, como a dos Souséis e a da Fiúza em Deus, que foram coutadas pelos reis D. Pedro e D. Fernando, de quem foi contemporâneo.

Detentor de uma vida longa, que se estendeu ao longo de três reinados, encontramos-lo ligado a funções concelhias desde o final dos anos cinquenta até 1386, tendo sido escolhido, por D. Fernando, para integrar o primeiro grupo de regedores da cidade. É neste cargo que o vamos encontrar quando se inicia a crise dinástica, que acabou por se constituir como um momento decisivo da sua trajetória ascensional.

Nesses anos de fogo, Fernão Gonçalves d'Arca tomou o partido do Mestre, constituindo o rosto dos que se opuseram a Álvaro Mendes de Oliveira, alcaide do castelo da cidade que deu voz por D. Beatriz. Com o seu filho, João Fernandes d'Arca, surge a liderar e a disciplinar a revolta popular, acabando por desempenhar um papel decisivo em todo o processo.

Foi, conjuntamente com o Bispo D. João Eanes, o procurador do *Mestre* em Évora e esteve ao lado de D. Nuno Álvares Pereira e de outros dos protagonistas, em alguns dos momentos decisivos. Factos que reforçaram o seu prestígio, projetando-o para uma posição talvez antes inimaginável. O regedor participou, ainda, nas decisivas Cortes de Coimbra de 1385, como procurador do Concelho de Évora, tendo o seu nome sido o escolhido, de entre os propostos pela cidade, para integrar o restrito Conselho do Rei. Condição prestigiante, que a par do cargo de regedor da comarca, constituem os epítetos com que se faz intitular.

Nos anos imediatos à subida ao poder de D. João I, assumiu um natural ascendente no andamento da administração municipal, tendo conhecido também um claro reforço da sua posição social, passando a ser designado como cavaleiro.

No final dos anos oitenta, viu confirmados os direitos sobre as azenhas de Ana Loura, no termo de Estremoz, que tinha recebido do Mestre de Avis, quando este era ainda regente. Os seus filhos João Gonçalves d'Arca e Fernão Gonçalves d'Arca (II) foram também agraciados pelo novo monarca. João Fernandes d'Arca, que esteve mais diretamente envolvido nos conflitos e que terá sido armado cavaleiro em Aljubarrota, recebeu do monarca as rendas dos judeus da cidade de Évora e o segundo filho do regedor, anos mais tarde, viu confirmados os privilégios atribuídos à quintã e às herdades que foram do seu pai.

A partir de 1386, deixamos de o encontrar nos cargos concelhios, sendo provável que o salto e o deslumbramento da promoção social que conheceu o tivesse afastado da gestão efetiva da cidade. Fernão Gonçalves d'Arca, que neste período surge designado como *o Velho*, para que se pudesse distinguir do seu

Cargos concelhios:

1357/1358 – Juiz do Cível
 1367/1368 – Juiz do Crime
 1376/1377 – Regedor
 1381/1382 – Regedor
 1382/1383 – Regedor
 1383/1384 – Regedor
 1385/1386 – Regedor da comarca
 1386/1387 – Regedor da comarca

Outros cargos:

1385, eleito como procurador às cortes de Coimbra
 1385/6 designado para integrar o conselho do rei

Reuniões:

filho homónimo, terá falecido no final de Trezentos ou no primeiro ano da centúria seguinte. Foi sepultado no Mosteiro de S. Domingos de Évora, que nessa altura, era um dos preferidos como local de enterramento das mais proeminentes famílias com ligação à cidade, fazendo constar na sua lápide sepulcral o epíteto de cavaleiro.

O desaparecimento de Fernão Gonçalves d'Arca, *o velho*, marca também o fim da relação dos d'Arca com a governação da cidade. Com feito, nem João Gonçalves d'Arca, nem o seu irmão, homónimo do seu pai, nem qualquer um dos seus descendentes passaram pelos cargos concelhios. Os d'Arca constituem, de entre todos os que assumiram algum protagonismo concelhio, um dos raros casos em que não se verifica a perpetuação do nome de família na gestão municipal. Para além do sucesso, que os catapultou para outros voos sociais, o desaparecimento da governação eborense liga-se também ao facto de os interesses da família se terem deslocado para outras cidade e regiões do reino.

O percurso dos descendentes de Fernão Gonçalves é bem ilustrativo das lógicas e das estratégias ascensionais destes grupos oriundos das elites urbanas.

Refira-se que, sob o ponto de vista das alianças matrimoniais, os d'Arca fizeram uma aproximação a gente ligada às ordens militares e a membros de outras famílias com as quais se cruzaram nos palcos militares das guerras castelhanas das últimas décadas de Trezentos. A fazer fé no que nos dizem os genealogistas modernos, João Fernandes d'Arca – cujo percurso é praticamente impossível de seguir – terá casado com uma das filhas do D. Álvaro Gonçalves Pereira, prior da Ordem do Hospital, e o seu irmão, Fernão Gonçalves d'Arca (II) desposou Constança Rodrigues de Aragão, filha de Rodrigo Afonso de Aragão, alcaide-mor de Tavira.

Será precisamente em função de Tavira que iremos encontrar referenciados os descendentes do nosso regedor, na linha de Fernão Gonçalves d'Arca (II), já que sobre João Fernandes d'Arca (I) e os seus possíveis descendentes nada sabemos.

Com efeito, Fernão Gonçalves d'Arca (II) surge, também ele, referenciado como Alcaide-mor de Tavira, tendo aparentemente sucedido ao seu sogro nas funções. Nos anos seguintes, a alcaidaria desta vila irá permanecer em mãos desta mesma família, já que à frente do castelo da vila vamos encontrar outros homens que usam o apelido d'Arca, que correspondem decerto aos netos do nosso regedor. Referimo-nos, concretamente, aos *fidalgos* João Fernandes de d'Arca (II) e a Rodrigo Afonso d'Arca, seu irmão, que terão passado pelas funções por meados dos anos cinquenta de Quatrocentos.

Refira-se que os d'Arca estiveram também fortemente envolvidos nas campanhas africanas. Fernão Gonçalves d'Arca (II) esteve presente na tomada de Ceuta, tendo permanecido na cidade durante a governação de D. Pedro de Meneses, sendo já nesse período identificado como Alcaide de Tavira. Também o destino dos seus filhos se cruzou com as terras marroquinas. João Fernandes d'Arca (II) referido como cortesão e fidalgo esteve presente na conquista de Tânger e, alguns anos depois, ao lado do rei, participou na conquista de Alcácer Ceguer, onde terá falecido. Por sua vez, Rodrigo Afonso de d'Arca, fidalgo e alcaide-mor de Tavira, como vai sendo também referenciado, teve um papel militar ativo nas incursões levadas a cabo em terras marroquinas, entre 1459 e 1461, tendo, segundo os cronistas, falecido em 1462, num confronto com corsários ao largo dessas mesmas terras africanas.

Independentemente deste desfecho, os d'Arca conheceram, entre meados do Século XIV e meados da centúria seguinte, uma escalada ascensional que lhes permitiu passar de um pequena nobreza de escudeiros a fidalgos do rei, detentores de avultadas tenças e mercês, num processo em que o protagonismo conseguido por via da governação local, a aproximação às ordens militares, a guerra e o serviço régio, se constituíram como os elementos fulcrais.

Referências documentais:

- 1357, novembro, 28, Fernão Gonçalves d'Arca, Escudeiro, Juiz do cível. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 5, doc. 94.
- 1358, janeiro, 02, Juiz do cível, BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 5, doc. 94.
- 1365, novembro, 17, ref. a herdade de Fernão Gonçalves d'Arca, nos Carregais. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 19, fls. 16-16v.
- 1363, agosto, 19, Fernão Gonçalves d'Arca. Testemunha de traslado, em pública forma, do testamento de Maria Eanes Louseira. É o 4º nome, a seguir a: Martim Gomes de Chaves, Gomes Pires Perdigão, Rui Martins Toscano. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 4, doc. 8.
- 1364, aos dez dias de agosto, Fernão Gonçalves d'Arca, escudeiro, juiz do cível, IANTT, *Corpo Cronológico (1161-1699) 1ª parte (1137-1699)*, Maço 3, doc. 83.
- 1367 agosto, 09, Fernão Gonçalves d'Arca, escudeiro, juiz do crime, BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 12, doc. 31.
- 1371, outubro, 06. Évora. Fernão Gonçalves d'Arca, escudeiro, é testemunha do testamento de R. A. De Sousa, Esporão. São, também, testemunhas: Lopo Rodrigues Façanha, Pº Seco, Estêvão Gonçalves mercador. Note-se, a ordem: 1º Fernão Gonçalves d'Arca, o único referido como escudeiro, segue-se Estêvão Gonçalves, mercador, Pº Seco, Afonso Eanes Macieira, Lopo Rodrigues Façanha, BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 2, doc. 9.
- 1378, Julho 28, Refere a courelas de vinha, no termo de Évora, caminho do Evoramonte, que partem com Fernão Gonçalves d'Arca. IANTT, *Chancelaria de D. Fernando*, Livro II, fl. 32v.
- 1378, janeiro, 09, Regedor na definição de Posturas, ADE, Arquivo Municipal, *O Livro das Posturas Antigas da Cidade de Évora...*, fl. 19v.
- 1380, Julho, 02, Fernão Gonçalves D'Arca, confrade da Albergaria de Jerusalém, ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fl. 1v.
- 1380, agosto, 26, Herdade em Vale de Moura, termo de Évora, que parte com herdade de Fernão Gonçalves D'Arca, IANTT, *Chancelaria de D. Fernando*, Livro II, fl. 28v.
- 1381, novembro, 23. Fernão Gonçalves D'Arca, enquanto regedor, participa na definição de Posturas, ADE, Arquivo Municipal, *O Livro das Posturas Antigas da Cidade de Évora...*, fl. 18.
- 1382, junho, 20, Fernão Gonçalves D'Arca, Regedor. ADE, Arquivo Municipal, *O Livro das Posturas Antigas da Cidade de Évora...*, fl. 28v.
- 1382, junho, 22, Fernão Gonçalves d'Arca, Regedor, ADE, Arquivo Municipal, *O Livro das Posturas Antigas da Cidade de Évora...*, fl. 37v.
- 1382, Julho, 04, Fernão Gonçalves d'Arca, Regedor. ADE, Arquivo Municipal, *O Livro das Posturas Antigas da Cidade de Évora...*, fl. 37v.
- 1382, setembro, 19, Fernão Gonçalves d'Arca, regedor, juiz. ADE, Arquivo Municipal, *O Livro das Posturas Antigas da Cidade de Évora...*, fl. 12v.
- 1382, novembro, 07, Fernão Gonçalves, regedor. ADE, Arquivo Municipal, *O Livro das Posturas Antigas da Cidade de Évora...*, fl. 64.
- 1382, novembro, 10, Fernão Gonçalves, regedor na definição de posturas, ADE, Arquivo Municipal, *O Livro das Posturas Antigas da Cidade de Évora...*, fl. 19.
- 1384, Fernão Gonçalves d'Arca, conjuntamente com o seu filho, João Fernandes d'Arca e Diogo Lopes Lobo, assumem a liderança dos que assaltam o castelo, cujo Alcaide, Álvaro Mendes de Oliveira, dera voz pela Rainha Dona Leonor. Fernão LOPES, *CDJI*, Parte 1, Cap. XLIV, p. 88. Os mesmos, quando o povo se levanta contra a abadessa., ibidem, cap. XLV, p. 90.
- 1384, D. Nuno Álvares Pereira integra no seu conselho restrito alguns elementos de Évora, Diogo Lopes Lobo, João Fernandes D'Arca, filho de Fernão Gonçalves d'Arca e Lopo Rodrigues Façanha. Fernão LOPES, *CDJI*, vol. I, Cap. XCII, p. 88.
- 1384, novembro, 08, Alenquer. O Mestre concede poder de procuração a Fernão Gonçalves d'Arca para receber preito e menagem do Concelho da cidade de Évora, e de todos os Concelhos do entre tejo e Guadiana, em seu nome. ACSE, *RR5a*), publicado por Maria Ângela Beirante, "O Alentejo na 2.ª Metade do Século XIV – Évora na crise de 1383-1385", *Estudos Medievais*, Porto, Nº7, 1986, p. 146-147.
- 1384, fevereiro, 25, Fernão Gonçalves d'Arca, escudeiro, regedor da cidade, presente no outorgamento das sisas gerais de Évora ao Mestre de Avis, nos Paços do Concelho. Fernão Gonçalves d'Arca é o primeiro a ser nomeado. Fernão Gonçalves d'Arca e Fernão Martins Brandão, regedores. Estava presente o juiz ordinário e o procurador. Os regedores, o juiz com os homens bons, apartaram-se para decidir se concediam as sisas, cf., Gabriel PEREIRA, *op. cit.*, pp. 78-83.
- 1384, fevereiro, 29, Fernão Gonçalves d'Arca está presente, como regedor, quando se arrendam as sisas a Estêvão Eanes Derreado. Gabriel PEREIRA, *op. cit.*, p. 80.
- 1384, dezembro, 18, Fernão Gonçalves d'Arca, escudeiro, conjuntamente, com o Bispo de Évora D. João, apresenta uma procuração pela qual o Mestre lhes dá poder para em seu nome, receberem preito e menagem do Concelho e dos homens bons de Évora e de todos os Concelhos de Entre Tejo e *Oadiana*. ACSE, *RR5a*), publicado por Maria Ângela BEIRANTE, "O Alentejo na 2.ª Metade do Século XIV – Évora na crise de 1383-1385", *Estudos Medievais*, Porto, Nº7, 1986, p. 119-154.
- 1384, outubro, 01, doação, em préstamo, das rendas da judiaria de Évora e do Redondo a João Fernandes d'Arca, IANTT, *Chancelaria de D. João I*, Livro I, fl. 37.
- 1385, janeiro, 29, Luís Afonso, criado de Fernão Gonçalves d'Arca, ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fl. 8v.
- 1385, Eleito como procurador às cortes de Coimbra de 1385. Cf., de D. João I, Coimbra, 6 de abril, de 1385 Auto da eleição de D. João I, IANTT, *Gaveta 13, maço 10, n.º 9*, Pub. por Marcello CAETANO, *A crise Nacional de 1383-1385*, Lisboa/s. Paulo, Verbo, p. 92.
- 1386, outubro, 10. "Fernam Gonçallvez d'Arca do conselho do dicto senhor Rey e rregedor por ell em a dicta cormarqua...". ADE,

Arquivo Municipal, *O Livro das Posturas Antigas da Cidade de Évora...*, fl. 65.

1387, novembro, 10, Fernão Gonçalves d'Arca, cavaleiro, confrade do Hospital de Jerusalém, ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fl. 13v.

1388, dezembro, 24, D. João confirma uma doação que fez quando era, ainda, regedor, a Fernão Gonçalves d'Arca, cavaleiro, morador em Évora, das azenhas de Ana Loura, no termo de Estremoz. IANTT, *Chancelaria de D. João I*, Livro II, fl. 36.

1395, fevereiro, 04, Ref. a uma quintã, no termo de Évora, em São Manços, que parte com Fernão Gonçalves d'Arca. IANTT, *Chancelaria de D. João I*, Livro II, fl. 93-93v.

1402-junho-10, em Évora, ante as casas onde mora, Mor Pires, viúva de Fernando Gonçalves d'Arca, cavaleiro. ADE, Arquivo Municipal, *Primeiro Livro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 35v-36v.

1406, setembro, 30, Herdade no termo de Évora, onde chamam a Fonte Alva, parte com herdeiros de Rodrigo Eanes Fuseiro e de Fernão Gonçalves D'Arca. IANTT, *Chancelaria de D. João I*, Livro III, fls. 91v-92.

1407, fevereiro, 22, Santarém, Coutada a Fernão Gonçalves D'Arca, vassalo do Rei, morador em Évora, filho que foi de Fernão Gonçalves D'Arca, que também foi morador na cidade de Évora. FGA apresentou uma carta do rei D. Pedro, pela qual coutara, a seu pai, uma herdade no termo da cidade de Évora, onde chamam Sousel, que partia com Afonso Gomes, com Martim Gomes de Chaves, cavaleiro, com herdade dos filhos de Pêro Esteves carvoeiro... apresentou, ainda, o dito Fernão Gonçalves, uma outra carta, também de D. Pedro, pela qual o monarca coutara a seu pai, uma quintã, com suas herdades, que o seu pai tinha no termo da cidade, onde chamam a Fiúza em Deus ... IANTT, *Chancelaria de D. João I*, Livro III, fl. 90.

1446, dezembro, 11, Composição entre o Mosteiro de S. Domingos de Évora e o administrador dos bens da capela de Fernão Gonçalves d'Arca. Os Frades, mediante o pagamento de 2000 reais, desistem da queixa contra Fernando Afonso, cavaleiro, morador em Santarém, administrador dos bens da capela, BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 2, doc. 11.

Fernão Gonçalves d'Arca, *o velho*, é identificado na Crónica de Fernão Lopes, como um dos apoiantes do Mestre na cidade, encabeça a lista de nomes, conjuntamente com o seu filho, João Fernandes d'Arca. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, Vol. I, Porto, Civilização, 1991, cap. CLIX, p. 341.

Aquando da constituição do Conselho Régio, e no sentido da representatividade das cidades do reino, são propostos 3 nomes, dos quais se escolheria um para conselheiro, entre os quais, e em primeiro lugar, Fernão Gonçalves d'Arca, Luís Gonçalves ou Pêro Sanches, cf., Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, Vol. II, Porto, Civilização, 1991, cap. I, p 5.

Crónica do Condestável. Refere-se que de entre Tejo e Guadiana vinham muitos recados dos castelos de menagens das vilas que as gentes miúdas tomavam para o Mestre. O Condestável chega a Montemor-O-Novo, onde o partido do Mestre não estava, ainda, seguro. Dirige-se, em seguida, para Évora. Nuno Álvares vai acompanhado de Fernão Gonçalves D'Arca que havia o regimento da cidade e da comarca. Daí escreve a toda a gente da Comarca para que viessem a ele percebidos das suas armas. Juntou em Évora, cerca de 30 lanças, cf., *Estoria de Dom Nuno Alvrez Pereyra*, edição crítica da Crónica do Condestável, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1991cap. XXVIII, p. 65.

Referência a bens de Fernão Gonçalves d'Arca. ACSE, CEC 3 – I, fls. 27, fl. 56, 56v; ACSE, *Pergaminhos dos Bacharéis da sé de Évora*, Pasta 1, doc. 91.

Outros dados:

1384, outubro, 01, Doação, em préstamo, das rendas da judiaria de Évora e do Redondo a João Fernandes d'Arca, IANTT, *Chancelaria de D. João I*, Livro I, fl. 37.

1385, junho, 10, João Fernandes d'Arca coloca embargo à outorga das seiscentas libras da judiaria da cidade a Vasco Martins de Melo, afirmando que o rei lhe fizera delas doação. IANTT, *Chancelaria de D. João I*, Livro II fl. 110.

Referências bibliográficas:

Maria Ângela BEIRANTE, *Évora na Idade Média...*, pp. 536-537.

Mário Jorge BARROCA, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2000, vol. II, tomo 2, pp. 1682-1687.

Anselmo Braamcamp FREIRE, *BRASÕES...*, vol. I, p. 413.

Manoel Felgueiras GAYO, *Nobiliário de famílias de Portugal*, Braga, Agostinho de Azevedo Meirelles/ Domingos de Araújo Affonso, 1938-1941, Braga-Pax., tomo III, pp. 53- 57, 98.

Humberto Baquero MORENO, *A Batalha de Alfarrobeira: antecedentes e significado histórico*, Volume 1, p. 525 (sobre João Fernandes d'Arca, fidalgo e alcaide-mor de Tavira, esteve presente em Alfarrobeira ao lado dos partidários da causa de D. Afonso V).

D. Luiz de Lencastre e TÁVORA, *Dicionário das Famílias Portuguesas*, Lisboa, Quetzal Editores, 1999, pp-82-83.

Sobre os descendentes de Fernão Gonçalves d'Arca, cf. capítulo IV, do presente trabalho.

Nota biográfica

Nada podemos adiantar sobre este homem que passou, aparentemente, de forma fugaz pelas funções de vereador.

Cargos concelhios:

1430/1431 – Vereador

Outros cargos:

Reuniões:

Referências documentais:

1431-maio-17, Fernão de Lanhas, Vereador, ADE, Arquivo Municipal, *Primeiro Livro de Pergaminho* (n.º. 67), fls. 88, 88v.

Referências bibliográficas:

Nota biográfica

Foi um dos mais prestigiados e influentes mercadores que passaram pela governação no nosso período. Muito embora só o tenhamos detetado por duas vezes no exercício de funções efetivas, parece ter mantido, durante várias décadas, uma relação próxima com a administração municipal e com o grupo dirigente. Tendo iniciado funções, como procurador concelhio, como se verificou com outros mercadores, foi um dos poucos homens de negócios que exerceu as prestigiadas funções de juiz concelhio que, no seu caso, terá desempenhado quando era já um homem de prolecta idade.

Viveu tempos agitados e difíceis, de que soube tirar partido no sentido do reforço da sua posição e do seu prestígio local. No contexto da crise dinástica tomou claramente o partido do *Mestre*, seguindo nessa posição os mais influentes e destacados homens do Concelho. Esta opção terá certamente contribuído para reforçar a sua posição no seio do grupo dirigente. Apesar de não conhecermos o seu papel efetivo nesses tempos conturbados, não deixa de ser significativo que Fernão Lopes o identifique como um dos que mais se destacaram, na cidade, na defesa da causa do *Mestre*.

Se o seu protagonismo na cidade e nas suas instituições assentava no poder e na riqueza que certamente terá adquirido por via dos negócios, o peso e o envolvimento que teve no seio do grupo governativo não se pode desligar da relação clientelar que manteve com Vasco Rodrigues Façanha. Um dos mais prestigiados e influentes homens da governação deste período, de quem o mercador era *homem e criado*.

A trajetória do mercador surge, de facto, muito ligada a esse homem, que terá tido um papel essencial na sua inserção na vida económica, social e política da cidade.

As referências à relação de grande proximidade entre os dois homens remontam aos finais da década de sessenta de Trezentos, quando o mercador acompanha, nos mais diversos atos, Vasco Rodrigues que nessa altura era prioste do Cabido da Sé. Fernão Gonçalves, que seria decerto homem da sua inteira confiança, acabará por substituir o seu patrono nessas funções, que o punha em contacto com a gestão patrimonial e financeira de uma das mais poderosas instituições da região. O exercício desse cargo, que implicava um acompanhamento quotidiano da instituição, a exploração de um significativo número de bens do cabido, que trazia emprazados, e a forte ligação que certamente teria com os membros do corpo capitular, fazem-nos crer que o contacto com as dinâmicas que se estabeleciam em torno da Catedral se terão revestido de alguma importância no seu posterior percurso como homem de negócios.

A sua entrada na administração municipal fez-se, decerto, por mão de Vasco Rodrigues Façanha, homem de grande influência no Concelho, que exerceu as funções de regedor e que era detentor de um apelido que desde meados de Duzentos surge ligado à governação local. O caso de Fernão Gonçalves deixa evidente a decisiva importância que as relações clientelares estabelecidas com gente já instalada no círculo governativo assumiam no acesso ao poder local.

Fernão Gonçalves que, no fim da vida, vemos identificado como Fernão Gonçalves Façanha, terá muito provavelmente adotado o nome de família do seu patrono, beneficiando do capital de prestígio que o apelido *Façanha* tinha

Cargos concelhios:

s/d – procurador
1414/1415 – Juiz do Cível

Outros cargos:

Reuniões:

1383, 25 de Julho, um dos homens bons que assistem à nomeação dos procuradores para jurarem o contrato de casamento de D. Beatriz com D. João de Castela

S/ ano, 8 e 11 de agosto, presente na elaboração de posturas

1395, novembro, 27, presente na definição de posturas

1405, dezembro, 13, presente em reunião de vereação.

1407, dezembro, 25, presente em reunião de vereação

1408, janeiro, 20, presente em reunião de vereação.

1414, janeiro, 23, testemunha de contrato de bens concelhios, realizado nos Paços do Concelho

localmente. A ligação que manteve em vida, com Vasco Rodrigues, manteve-se também na morte, tendo ambos sidos soterrados numa mesma sepultura na Catedral eborense.

De qualquer modo, este homem que vemos a investir na compra de bens fundiários, a não descurar as dimensões simbólicas, a exercer as funções de alcaide de uma das mais ricas Albergarias da cidade, onde se incluía a nata da elite urbana, que surge, em diversos atos, rodeado de criados e que teria algum prestígio e poder, não integrava, apesar de tudo isso, a primeira linha social do Concelho. Mantém a sua categoria de mercador, não estabelece alianças matrimoniais com as mais influentes famílias locais, não descolando de um lugar de segundo plano no seio do grupo dirigente.

Ainda assim, obteve uma significativa capacidade de influência no município, tendo conseguido assegurar a permanência da sua linha familiar na gestão camarária, por via da colocação dos seus dos seus filhos, Garcia Fernandes Façanha (cf. nota biográfica n.º 50) e Vasco Fernandes (nota biográfica n.º 168) que, na geração seguinte, surgem também entre os governantes locais, curiosamente como procuradores do Concelho.

Referências documentais:

- 1368, junho, 06, Instrumento de posse de uma herdade no Pigeiro, comprada por Vasco Rodrigues Façanha, entre as testemunhas, encontra-se Fernão Gonçalves, homem de Vasco Rodrigues Façanha. ACSE, CEC 3 – VII a), fls. 108-123.
- 1380, novembro, 18, Fernão Gonçalves, criado de Vasco Rodrigues Façanha, Alcaide da Albergaria do Corpo de Deus de Santo Antoninho, ADE, Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital do Corpo de Deus de Santo Antoninho* (n.º 61), fls. 6 /280.
- 1381, agosto, 09, Fernão Gonçalves, Mercador, alcaide da Albergaria do Corpo de Deus de Santo Antoninho, ADE, Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital do Corpo de Deus de Santo Antoninho* (n.º 61), fls. 7.
- 1383, junho, 06, Fernão Gonçalves, Mercador, Alcaide da Albergaria do Corpo de Deus de Santo Antoninho, ADE, Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital do Corpo de Deus de Santo Antoninho* (n.º 61), fls. 9.
- 1387, dezembro, 29, Fernão Gonçalves, Mercador, Confrade da Albergaria do Corpo de Deus de Santo Antoninho, ADE, Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital do Corpo de Deus de Santo Antoninho* (n.º 61), fls. 11, 12.
- 1388, fevereiro, 28, Fernão Gonçalves, Mercador, Confrade da Albergaria do Corpo de Deus de Santo Antoninho, ADE, Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital do Corpo de Deus de Santo Antoninho* (n.º 61), fls. 13, 13v.
- 1388, dezembro, 15, Fernão Gonçalves, Mercador, testemunha de contrato de bens do cabido, ACSE, CEC 10/ XIII, 3ª *Livro de Originaís*, doc. XXI.
- 1389, novembro, 07, Fernão Gonçalves, Mercador, Alcaide da Albergaria do Corpo de Deus de Santo Antoninho, ADE, Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital do Corpo de Deus de Santo Antoninho* (n.º 61), fls. 14.
- 1390, janeiro, 22, Fernão Gonçalves, Mercador, Confrade da Albergaria do Corpo de Deus de Santo Antoninho, ADE, Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital do Corpo de Deus de Santo Antoninho* (n.º 61), fls. 17, 17v.
- 1390, março, 04, Fernão Gonçalves, Mercador, testemunha de um instrumento de posse de um quinhão de herdade, em Mal Degolados, comprada por João Salvado, o Moço, BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 4, doc. 11h.
- 1390, junho, 02, Fernão Gonçalves, Mercador, Confrade da Albergaria do Corpo de Deus de Santo Antoninho, ADE, Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital do Corpo de Deus de Santo Antoninho* (n.º 61), fls. 15, 15v.
- 1390, agosto, 07, Fernão Gonçalves, Mercador, Confrade da Albergaria do Corpo de Deus de Santo Antoninho, ADE, Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital do Corpo de Deus de Santo Antoninho* (n.º 61), fls. 16.
- 1393, março, 09, Fernão Gonçalves, Mercador, Confrade da Albergaria do Corpo de Deus de Santo Antoninho, ADE, Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital do Corpo de Deus de Santo Antoninho* (n.º 61), fls. 18v, 19.
- 1393, junho, 08, Fernão Gonçalves, Mercador, Confrade da Albergaria do Corpo de Deus de Santo Antoninho, ADE, Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital do Corpo de Deus de Santo Antoninho* (n.º 61), fls. 19, 19v.
- 1395, maio, 13. Fernão Gonçalves, Mercador, e sua mulher, moradores em Évora, compram uma herdade, em Mal Degolados. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 4, doc. 11i. Afonso Eanes, homem de Fernão Gonçalves. *Ibidem*.
- 1395, novembro, 27. Fernão Gonçalves. Mercador, presente, provavelmente como homem bom, na definição de posturas, conjuntamente com os membros do elenco camarário. ADE, Arquivo Municipal, *O Livro de Posturas Antigas da cidade de Évora...*, fl. 70v.
- 1396, junho, 21, Fernão Gonçalves, Mercador, testemunha de um arrendamento de herdade da capela da prima, ACSE, CEC 3 – VII c), fls. 142-144.
- 1401, janeiro, 05, Fernão Gonçalves, Mercador, testemunha de um traslado de uma doação de bens ao cabido, ACSE, *Pergaminhos dos Bacharéis da Sé*, Pasta 2, doc. 121.

1405, dezembro, 13, Fernão Gonçalves, Mercador, homem-bom, presente em reunião de vereação. ADE, CME, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 41-41v. cf. Gabriel PEREIRA, *op. cit.*, p. 216.

1407, junho, 26, ref. a Afonso Eanes, criado de Fernão Gonçalves, Mercador, ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital do Corpo de Deus de Santo Antoninho* (n.º 61), fls. 82v, 83.

1407, dezembro, 25, Fernão Gonçalves, mMercador, presente em reunião de vereação, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 45-47.

1408, janeiro, 20, identificado como: Fernão Gonçalves Façanha, Mercador, presente em reunião de vereação, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 47v-48.

1409, janeiro, 09, ref. A Afonso Eanes, criado de Fernão Gonçalves, Mercador, ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital do Corpo de Deus de Santo Antoninho* (n.º 61), fls. 86v, 87.

1409, junho, 14, Fernão Gonçalves, Confrade da Albergaria do Corpo de Deus de Santo Antoninho, ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital do Corpo de Deus de Santo Antoninho* (n.º 61), fls. 84, 84v.

1410, agosto, 25, ref. a ferragial acerca do muro, a par de S. Lázaro. Parte com ferragial de Fernão Gonçalves, mercador, ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fls. 49, 49v.

1412, janeiro, 06, ref. a Vasco Fernandes, filho de Fernão Gonçalves, Mercador, ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fls. 52v, 53.

1412, janeiro, 23, testemunha de contrato de bens concelhios, realizado nos Paços do Concelho. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 60-61.

1414, julho, 17, Lourenço Gonçalves, criado de Fernão Gonçalves Façanha, BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 5, doc. 46.

1414, setembro, 8, Juiz do cível. ADE, CME, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 63v-64.

1438, abril, 03, Garcia Fernandes, filho de Fernão Gonçalves, Mercador. ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fl. 98.

(C 1427) Ref. a Fernando Afonso, tabelião, a Afonso Vicente, Candeeiro, e G^o Mendes, criados de Fernão Gonçalves, Mercador, respetivamente, ACSE, *CEC 4 – XV*, fl. 3, 6 e 38.

(C 1427) Ref a um ferragial que foi horta, a par do chafariz do Raimundo, que tinha Vasco Rodrigues Façanha, e depois o teve Fernão Gonçalves, Mercador. ACSE, *CEC 4 – XV*, fl. 78.

1435, fevereiro, 12, ref. A uma herdade de pão, no Xarrama, no termo da cidade. Parte com herdade que foi de Fernão Gonçalves, Mercador, ACSE, *CEC 3 VII a*), fls. 160-165.

Um Fernão Gonçalves, casado com Clara Eanes, foi prioste do Cabido. Jaz enterrado junto com Vasco Rodrigues Façanha. ACSE, *CEC 4 – XV*, fl. 33 e *CEC 4 – XVII*, fl. 19.

1454, ref/ a um Gil Gonçalves Façanha. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 16, doc. 97.

No Livro de Posturas faz-se referência a Fernão Gonçalves, Mercador, como procurador do Concelho, não sendo possível precisar a data dessa postura. Contudo, tendo em atenção as referências indiretas, nomeadamente, à possível entrada do infante D. Dinis no reino, bem como ao escrivão, João Afonso, estamos em crer que se tratará da década de noventa ou a seguinte: “

“Item aos onze dias de Setembro na crasta do Paço do Concelho da mui nobre leall çidade d’Evora estando em no dicto logo Gonçallo Minguês e Lourenço Perez Ffusseyro juizes por El Rey em a dicta çidade e Martim Afomso da Vide e Joham Farto e Martim Gill verreadores e Jemes Lourenço e Fernam Gonçallvez mercador procuradores do Concelho e outros homeens boons os ssobre [sic] mandarom apregoar que todollos gaados que os passem allem de Montemayor sso pena de os quintarem pera El Rey visto como ssomos çertos que ho lfante Dom Denis quer entrar. E quanto he nos bois do arrado andem pellos rrestrolhos dos ffarregeaes e per outros lugares honde nom façam dano. E sse forem achados nas viinhas adubadas pagem por cada cabeça xx ssolldos e coregam o dano a seus donos e com estes bois posam andar ataa çinquo100 vaquas e maisnom sso a dicta pena. Eu Joham Afonso/ scripvam da camara do conçelho que esto scripvi”. ADE, Arquivo Municipal, O *Livro de Posturas Antigas da cidade de Évora...*, fl. 20v.

Fernão Gonçalves Façanha é identificado na Crónica de Fernão Lopes, como um dos apoiantes do Mestre na cidade. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, Vol. I, Porto, Civilização, 1991, cap. CLIX, p. 341.

Referências bibliográficas:

Joaquim Bastos SERRA, “Entre o comércio e a governação local. Fernão Gonçalves Façanha: um mercador eborense de finais da Idade Média”. *Medievalista* [Em linha]. N.º16 (Julho - dezembro 2014). Disponível em <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA16/serra1607.html>

Nota biográfica

O seu apelido remete-nos para a pertença a um grupo de parentesco de antiga ligação à cidade e ao Concelho, onde os Pestana estão presentes desde 1254, quando Mendo Eanes Pestana exercia as funções de juiz. O biografado é filho de Gil Vasques Pestana, que foi alferes da cidade no reinado do rei D. Pedro, que os genealogistas dizem ter sido próximo do monarca, e irmão de Martim Gil Pestana que sucedeu ao seu pai nas funções e que era alferes da cidade no período da crise dinástica. Era primo de Fernão Martins Pestana que passou também pelos cargos concelhios e que exerceu as funções de juiz pelo Rei em período não muito distante (cf., nota biográfica n.º 46)

A sua presença no Concelho não poderá ter deixado de beneficiar da capacidade de influência deste grupo de parentesco, que se manterá ligado ao poder municipal, pelo menos até ao final dos tempos medievais, contando-se entre os que exerceram funções concelhias: Lopo Gomes Pestana (vereador em 1450, 1451, 1457, 1459 e 1464) e Lopo Pestana (procurador em 1501, 1502, 1503 e 1504, ano em que foi também tesoureiro).

Cargos concelhios:

1425/1426 – Vereador

Outros cargos:

Reuniões:

Referências documentais:

1425, outubro, 17, Vereador. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 76-77v. Gabriel PEREIRA, *op. cit.*, p. 218.

Referências bibliográficas:

Maria Ângela BEIRANTE, *Évora na idade Média...*, pp. 555, 567, 609-610.

Luís Filipe OLIVEIRA, *A Coroa, os Mestre e os Comendadores. As ordens Militares de Avis e de Santiago (1330-1449)*, Universidade do Algarve, 2009, pp. 363-365.

Nota biográfica

Os dados que temos sobre este homem dizem apenas respeito à sua passagem pelas funções de vereador.

Cargos concelhios:

1419/1420 – Vereador

Outros cargos:

Reuniões:

Referências documentais:

1419, novembro, 11, Fernão Lourenço; vereador, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho*, (67), Fls. 66v-67v.

Referências bibliográficas:

Nota biográfica

Os problemas que a homonímia coloca encontram-se claramente expressos nas dificuldades de identificação destes homens. De facto, tendo em atenção a existência de dois indivíduos com uma mesma identificação, que coexistiram e que, muito provavelmente, estiveram em simultâneo no Concelho, não podemos verdadeiramente distinguir um do outro. O vazio documental do final dos anos oitenta e dos anos noventa de Trezentos, para os quais os dados relativos ao Concelho são muito escassos, também não ajuda na resolução desse problema. Dai que não possamos saber, ao certo, se o homem que surge referenciado nos cargos, desde os inícios do Século XV, corresponde a Fernão Lopes Lobo (I), que viveu a crise dinástica, participou em Aljubarrota e que fez testamento e instituiu morgadio em 1422, ou se se trata de um seu neto, Fernão Lopes Lobo (II), filho de Nuno Fernandes Lobo, que esteve também ligado à administração concelhia. Terá sido, decerto, o último que exerceu as funções de juiz em 1430/1431, uma vez que, por essa altura, o seu avô homónimo já teria falecido.

De qualquer modo, o que importa realçar é a continuidade deste ramo dos Lobo na governação local e a passagem hereditária de testemunho nos cargos concelhios, verificando-se, mesmo, que nas gerações seguintes, os representantes da linha familiar no Concelho tendem a ocupar as mesmas funções dos seus antecessores, nomeadamente as funções de juiz concelho pela qual todos passaram.

Com efeito, esta linha dos Lobo está presente na governação municipal desde, pelo menos, 1377, quando encontramos Lopo Fernandes Lobo como Regedor da cidade, incluindo o primeiro núcleo dos designados por D. Fernando para essas funções (cf. nota biográfica n.º 100). Muito embora a primeira referência relativa a esse homem surja apenas nessa data, é muito provável que já anteriormente estivesse ligado a funções governativas. Lopo Fernandes Lobo, como a sua indicação para Regedor confirma, teria algum ascendente no seio da governação, que será reforçada nas gerações dos seus filhos, em boa parte pelo papel que tiveram no contexto da crise dinástica em prol da causa do Mestre. Lembremos que Lopo Fernandes Lobo era pai dos quatro irmãos Lobo: Diogo Lopes Lobo, Martim Lopes Lobo, Estêvão Lopes Lobo e Fernão Lopes Lobo que terão sido, segundo Fernão Lopes, armados cavaleiros no teatro de guerra de Aljubarrota. Apesar das dúvidas que já antes expressámos, Fernão Lopes Lobo I, filho do regedor, deverá ter estado ligado ao Concelho nos anos seguintes, até um momento que não podemos precisar. Na geração que se segue, encontramos nos cargos, Nuno Fernandes Lobo, filho de Fernão Lopes Lobo I, e neto do regedor, que passou pelos cargos de vereador (1436, 1437) chanceler (1439) e juiz (1451). A presença dos membros desta linha familiar segue com o filho de Nuno Fernandes Lobo, Fernão Lopes Lobo II, bisneto do regedor, cuja descendência direta permanece, assim, ininterruptamente ligada aos cargos concelhios durante, pelo menos, 74 anos. Um período que medeia entre 1377 e 1451, sendo muito provável que se tivesse iniciado antes da primeira data e terminado após a segunda, sem que tenhamos dados para o confirmar.

Muito embora os Lobo estivessem longe de ser um caso único, já que a passagem de testemunho geracional é absolutamente comum na administração municipal eborense, a forte presença desta linha familiar no

Cargos concelhios:

1405/1406 – Juiz do Crime
1414/1415 – Juiz do Cível
1423/1424 – Juiz Ordinário
1430/1431 – Juiz Cível e Crime

Outros cargos:

Reuniões:

S/d 11 de agosto presente na elaboração de posturas

Concelho liga-se também ao reforço das posições que os Lobo tiveram no contexto da crise dinástica. Os irmãos Lobo estiveram em força com o Mestre, tendo participado ativamente nas contendas militares mais decisivas.

Fernão Lopes Lobo, como deixa expresso no seu testamento, participou, com a idade de dezassete ou dezoito anos, na batalha de Aljubarrota, ao lado do monarca. Esse papel, para além do reforço da posição social dos Lobo, sustentada em múltiplas doações e privilégios régios, contribuiu também para fortalecer o ascendente dos Lobo no Concelho, fazendo deles o topo da hierarquia que se estabelecia no seio do grupo governativo. Não se estranha, por isso, a continuidade da presença e o ascendente que os Lobo tiveram ao longe destas gerações no Concelho.

Note-se, contudo, que a presença dos Lobo, no nosso período, não se cingia à linha de Fernão Lopes Lobo. Em simultâneo, encontramos também nos cargos a linha familiar de Martim Lopes Lobo (I), provável regedor do segundo período, nomeado no *Regimento* (cf. nota biográfica n.º 126), cuja ligação aos cargos tem continuidade em Martim Lopes Lobo II (cf. nota biográfica n.º 127), contando-se também, entre os que exerceram cargos nos anos trinta de Quatrocentos, a presença de Diogo Lopes Lobo (II), filho de Rui Dias Lobo, neto do Diogo Lopes Lobo, e, portanto, sobrinho e primo dos anteriormente referidos, que exerceu o cargo de chanceler em 1435, 1436.

O peso dos Lobo, no seio do grupo dirigente, era bem mais vasto, já que os mesmos foram estabelecendo alianças matrimoniais com outras famílias fortemente ligadas à governação concelhia, construindo um teia de relações que são a expressão do forte grau de oligarquização do Concelho e do peso esmagador que os Lobo tinham no controlo do poder municipal.

Lembremos, a título exemplificativo e só no que respeita a esta linha familiar de Fernão Lopes Lobo, que os mesmos se ligaram por casamento a outras famílias igualmente envolvidas na governação: aos Fonseca (Fernão Lopes Lobo I era casado com Teresa Eanes da Fonseca), aos Brito (Nuno Fernandes Lobo consorciou-se com Teresa Eanes de Brito) e aos Pestana (Fernão Lopes Lobo II casou com Beatriz Pestana).

O prestígio e a ascensão social que os Lobo conheceram na transição dinástica contribuíram para a elitização e mesmo para a nobilitação do Concelho. Percorrendo um caminho que os levou da *vilania* à *nobreza* puseram em prática um conjunto de práticas sucessórias, simbólicas e patrimoniais que tinham como fito o seu reforço no seio do grupo nobiliárquico.

Todos estes objetivos ficam claramente expressos no testamento de Fernão Lopes Lobo e no ato de instituição do morgadio, em nome do seu filho mais velho, Nuno Fernandes. Assumindo-se como fundador da sua linhagem, Fernão Lopes Lobo I, define, nesse ato, todos os elementos simbólicos e práticas próprias dos grupos nobres: a valorização do nome, obrigando a que os seus sucessores usem o apelido Lobo, a preocupação com a preservação da memória familiar, a perpetuação de linhagem pelo sangue e o delinear de práticas sucessórias que procuravam evitar o enfraquecimento familiar nas gerações futuras.

Referências documentais:

1393, julho, 22, Escambo entre a Igreja de S. Pedro e Fernão Lopes Lobo, escudeiro, morador em Évora. A Colegiada entrega umas casas situadas junto à igreja e dá em troca uma horta e um ferragial. As casas junto à igreja, que FLL pretende, ficam junto a outras suas casas. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 3, doc. 9.

s/d 11 de agosto, Fernão Lopes Lobo presente, como homem bom, na elaboração de posturas, ADE, Arquivo Municipal, *O Livro das Posturas Antigas da cidade de Évora*, fl. 51v.

- 1405, dezembro, 31, Évora, Fernão Lopes Lobo, escudeiro, juiz do crime, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho*, (67), fls. 41-41v.
- 1406, junho, 30, Fernão Lopes Lobo, escudeiro, juiz do crime, BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 7, doc. 10.
- 1414, fevereiro, 24. Ref/ a João Lourenço, escudeiro, criado de Fernão Lopes Lobo, BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 13, doc. 63.
- 1414, setembro, 08, Fernão Lopes Lobo, escudeiro, juiz do cível, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (67), fls. 63v-64.
- 1414, novembro, 28, Évora, Fernão Lopes Lobo, juiz do cível, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (67), fls. 64v-65.
- 1418, agosto, 27, Évora, Fernão Lopes Lobo, cavaleiro, Alcaide de Jerusalém. Fernão Martins, referido como seu criado. ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do hospital de Jerusalém* (nº 62), fl. 60.
- 1419, março, 27, Évora. Coutada a Fernão Lopes Lobo, cavaleiro, morador em Évora, de dois assentamentos de herdades, ambas a um rego, no Xarrama, no termo da cidade, que estão cercadas de herdades que o rei agora novamente coutou, uma de João Afonso Fuseiro, outra de Gonçalo Rodrigues da Fonseca e uma outra do Bacorinho. IANTT, *Chancelaria de D. João I*, Livro IV, fl. 36.
- 1421, ref/ a casa foreira a Fernão Lopes Lobo. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 3, doc. 45.
- 1422, outubro, 18. Verba de testamento de Fernão Lopes Lobo. É casado com Teresa Eanes da Fonseca. Morgadio: em nome de Nuno Fernandes Lobo, escudeiro, filho do testador. Capela em S. Francisco. Referência ao facto de ter participado na batalha de Aljubarrota. Entre as testemunhas: Lourenço Fernandes, atafoneiro de Fernão Lopes Lobo, IANTT, Núcleo Antigo, n.º 276 – *Tombo das Capelas de Évora*, fls. C-CIII. Também em BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 15, doc. 44.
- 1424, junho, 21, Évora, Martim Lopes Lobo e Fernão Lopes – juízes; ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (67), fls. 75-76.
- 1426, maio, 20, Fernão Lopes Lobo, confrade da Albergaria de Jerusalém, ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do hospital de Jerusalém* (nº 62), fl. 78v.
- 1428, setembro, 21 Fernão Lopes Lobo, cavaleiro, confrade da Albergaria de Jerusalém, ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do hospital de Jerusalém* (nº 62), fl. 85.
- 1429, julho, 07, referência a casas de Fernão Lopes Lobo, próximo da judiaria, ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos dos Hospitais do Corpo de deus da Sé, do Santo Espírito de S. Bartolomeu e S. Gião* (n.º 63), fls. 73v-74.
- 1431, maio, 17, Fernão Lopes Lobo, cavaleiro, juiz do crime e cível. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (67), fls. 88, 88v.
- 1439, abril, 13, D. Afonso V confirma a Nuno Fernandes Lobo, escudeiro e vassalo régio, morador em Évora, uma carta de coutada de D. João I e a sua confirmação por D. Duarte, a seu pai Fernão Lopes Lobo, cavaleiro, de uns assentamentos de herdades em Xarrama, termo de Évora. IANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 20, fl. 16v.
- 1441, outubro, 06, referência a Gil Eanes, criado de Fernão Lopes Lobo. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 17, doc. 126.

Outros dados:

Fernão Lopes Lobo e os seus irmãos são identificado na Crónica de Fernão Lopes, como um dos apoiantes do Mestre na cidade, encabeça a lista de nomes, a seguir aos d'Arca. A sequência da indicação dos irmãos é a seguinte: Diogo Lopes Lobo, Fernão Lopes Lobo, Martim Lopes Lobo e Estêvão Fernandes Lobo. Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, Vol. I, Porto, Civilização, 1991, cap. CLIX, p. 341.

No capítulo em que se descreve “da maneira que o Condestável tinha andando na guerra”, faz-se referência a um episódio que ocorreu perto de Alcântara, quando Fernão Lopes Lobo, Fronteiro do Redondo, lançou uma cilada em Vila Nueva del Fresno, cf., Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, Vol. II, Porto, Civilização, 1991, cap. CXCVIII, p. 451.

Fernão Lopes Lobo, conjuntamente com os seus irmãos, é feito cavaleiro pelo Rei, no campo de batalha, cf., Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, Vol. II, Porto, Civilização, 1991, cap. XXXVIII, p. 97.

Referências bibliográficas:

Maria Ângela BEIRANTE, *Évora na idade Média...*, pp. 524-525.

André Madruga COELHO, *As elites urbanas medievais. O exemplo de Évora e dos Lobo (Sécs. XIII-XV)*, dissertação de mestrado em História do Mediterrâneo Islâmico e Medieval, Universidade de Évora/Universidade de Lisboa, 2014, pp. 104-105, esquema genealógico "descendência de Fernão Lopes Lobo I", quadro B3 p. 123; quadro IX- Bens imóveis de Fernão Lopes Lobo I, pp. 136-137.

Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões...*, vol. I, pp. 384-385, nota 5.

Nota biográfica

Este vassalo régio corresponde muito provavelmente ao homem com a mesma identificação que foi Alcaide-mor de Arronches. Referido como morador e vizinho de Évora, terá casado, em primeiras núpcias, com Margarida Gonçalves, que instituiu capela na igreja de Santiago de Évora.

Fernão Martins e o seu presumível irmão, Vasco Martins Brandão, eram detentores de um conjunto muito significativo de bens fundiários no termo da cidade e no de Montemor-o-Novo, incluindo-se entre os grandes produtores e criadores de gado da região. Em 1369, Fernão Martins recebeu de D. Fernando carta de coutada para a sua herdade de Vale de Arca, na qual, como se refere, criava éguas e cavalos para o serviço régio.

Muito embora diversos autores não corroborem a afirmação dos genealogistas modernos de que Fernão Martins Brandão tivesse sido aio do *Formoso*, este homem movimentava-se, decerto, com alguma facilidade nos círculos régios.

Essa proximidade poderá ter sido relevante na sua nomeação para Regedor da cidade, cargo em que surge empossado nos anos de 1381 e 1382. O facto de não ter exercido funções concelhias em período anterior a esta data, levamos a crer que a sua ligação mais efetiva ao governo municipal se tivesse feito, de facto, por mão do monarca que, num contexto de crise económica, política e social, como o que se vivia no final dos anos setenta a princípios do oitenta, terá chamado para reger a cidade, homens em quem depositava confiança e que, pelo seu prestígio e ascendente locais, poderiam contribuir para conter os riscos de desestabilização que ameaçavam o funcionamento do poder municipal.

Após a morte de D. Fernando, este homem que sempre recolheu a confiança do monarca, tomou claramente o partido do Mestre, acompanhando, nessa posição o grosso dos dirigentes municipais. Fernão Martins Brandão esteve presente nos dois grandes atos públicos de apoio à causa do Mestre, na cidade, nomeadamente, no *ato de preto e menagem* e na atribuição das sisas ao futuro monarca, o que não deixa dúvidas sobre o seu posicionamento político face aos partidos em confronto.

Apesar de não termos notícias relativas à sua presença no Concelho, após 1385, ele terá mantido algum ascendente no interior do círculo governativo, que se transportou para os seus descendentes. De facto, nas décadas seguintes, a manutenção desta linha familiar no poder municipal far-se-á por via do seu filho, Lopo Fernandes Brandão, que surge em algumas das reuniões de vereação, revelando proximidade face ao núcleo governativo, e, posteriormente, através do seu neto, Diogo Lopes Brandão, que passou pelas funções de juiz na década de cinquenta de Quatrocentos.

Na geração seguinte, a representação desta linha no poder municipal, caberá a Fernão Brandão, filho de Diogo Lopes Brandão, e bisneto do regedor, que encontramos no Concelho como vereador. Este cavaleiro da casa do rei era um dos que tinham o direito de levar o pálio nas ocasiões solenes. Aquando do casamento da infanta D. Isabel, filha dos reis católicos, com D. Afonso, o príncipe herdeiro do trono português, teve a honra de, conjuntamente com João Mendes de Oliveira, pegar na rédea do cavalo onde seguia o Rei; um claro sinal do prestígio que tinha no seio do grupo dirigente.

Na centúria de Quinhentos, mais concretamente em 1528, encontramos

Cargos concelhios:

1381/1382 – Regedor

1383/1384 – Regedor

Outros cargos:

Reuniões:

1383, julho 25. Presente, identificado a seguir aos membros do Concelho, entre os homens-bons, na reunião em que se escolhem os procuradores do Concelho para jurar o casamento de D. Beatriz com D. João de Castela

ainda indicado para os cargos Diogo Lopes Brandão II que, apesar de ter saído nos pelouros, como vereador, pede para não exercer as funções. Não sabemos se voltará ou não a entrar no governo municipal, onde um século e meio antes tínhamos encontrado um seu antepassado, como regedor.

A par desta perenidade no município, vale a pena realçar que os Brandão mantiveram uma lógica de inserção dos seus descendentes nos círculos régios, constando-se a presença do já referido Diogo Lopes Brandão I, entre os escudeiros do infante D. João, futuro D. João II, e nas ordens militares, onde encontramos diversos detentores deste apelido.

Referências documentais:

- 1365, novembro, 17, partilha de bens que ficaram por morte de Domingas Lourenço, viúva de Gonçalo Tomas, e de Margarida Gonçalves, que foi casada com Fernão Martins Brandão. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 19, fls. 16-16v.
- 1366, abril, 28, Sentença relativa a processo judicial entre a igreja de Santiago de Évora e Fernão Martins Brandão, escudeiro, morador e vizinho de Évora, a propósito da partilha de bens que ficaram por morte de Margarida Gonçalves, que foi mulher de Fernão Martins Brandão, que deixou os bens a Santiago. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 19, fls. 17-18v.
- 1366, maio, 17, Referência a casas, em Évora, na rua das adegas, que foram de Margarida Gonçalves, que foi casada com Fernão Martins Brandão. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 19, fls. 20v; *Ibidem*, uma vinha que foi de Margarida Gonçalves, que foi casada com Fernão Martins Brandão, *Ibidem*, fl. 22v.
- 1369, janeiro, 02, Coutada da herdade de Vale D'Arca, no termo de Montemor-O-Novo, a Fernão Martins Brandão, vassalo régio, IANTT/, *Chancelaria D. Fernando*, Livro I, fl. 35v.
- 1381, fevereiro, 07, Fernão Martins Brandão, testemunha do testamento de *Madalena Lourenço, mulher de João Esteves Zagalo, morador na cidade a par de Andreu Afonso*, BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 12, doc. 104.
- 1381, março, 14, Coutada a Vasco Martins Brandão, vassalo do rei, morador na cidade de Évora, da herdade de Achã, acerca da Silveira, no termo de Montemor-O-Novo. IANTT, *Chancelaria de D. Fernando*, Livro II, fl. 79-79v.
- 1381, novembro, 23, Fernão Martins Brandão, enquanto regedor, participa na definição de Posturas, ADE, Arquivo Municipal, *O Livro das Posturas Antigas da cidade de Évora...*, fl. 18.
- 1381, dezembro, 13. Fernão Martins Brandão, regedor presente na definição de posturas, ADE, Arquivo Municipal, *O Livro das Posturas Antigas da cidade de Évora...*, fl. 18v.
- Sem data: 14 de Julho, Fernão Martins Brandão, regedor, presente na elaboração de posturas, ADE, Arquivo Municipal, *O Livro das Posturas Antigas da cidade de Évora...*, fls. 19v-20.
- 1383, julho 25. Fernão Martins Brandão, identificado entre os homens-bons, na reunião em que se escolhem os procuradores do Concelho para jurar o contrato de casamento de D. Beatriz. Salvador Dias ARNAUT, *Op. cit.*, pp. 430.
- 1384, fevereiro, 25, Fernão Martins Brandão, escudeiro, regedor da cidade, presente no outorgamento das sisas gerais de Évora ao Mestre de Avis. Gabriel PEREIRA, *op. cit.*, pp. 78-83.
- 1384, fevereiro, 29, no adro da Sé, em reunião plenária, Fernão Martins Brandão, como regedor, conjuntamente com o juiz e o procurador, arrendam as sisas a Estêvão Eanes Derreado. Gabriel PEREIRA, *op. cit.*, p. 80.
- 1384, dezembro, 18, Fernão Martins Brandão, escudeiro, regedor, está presente no ato de preito e menagem ao Mestre, que ocorreu no adro da Sé de Évora. ACSE, *RR5a*), publicado por Maria Ângela BEIRANTE, "O Alentejo na 2.ª Metade do Século XIV – Évora na crise de 1383-1385", *Estudos Medievais*, Porto, Nº7, 1986, p. 119-154.
- 1387, janeiro, 27, Évora, casas na rua de S. João que parte com herdeiros de Fernão Martins Brandão, ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fl. 12v.
- 1405, dezembro, 31, Lopo Fernandes Brandão presente em reunião de vereação, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n. 67), fl. 41v.
- 1406, fevereiro, 28, Referência a uma herdade, no termo das Alcáçovas, que parte com herdade de Lopo Fernandes Brandão, morador na cidade de Évora. IANTT, *Chancelaria de D. João I*, Livro III, fls. 56-56v.
- 1404, Um Nuno Martins afora bens da igreja de Santiago. Entre as testemunhas Lopo Fernandes Brandão, escudeiro. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 24, doc. 38
- 1406 Ref/ a Rui Martins, Criado de Lopo Fernandes Brandão, BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 16, doc. 62.
- 1437, junho, 09, Évora, Paço dos tabeliães. Diego Lopes Brandão, escudeiro, alcaide da Albergaria do Corpo de Deus de Santo Antoninho, ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital do Corpo de Deus de Santo Antoninho* (n.º 61), fl. 34, 36.
- 1449, dezembro, 22, D. Afonso V confirma coutada a Diogo Lopes Brandão, escudeiro da casa do Infante D. João, de uma herdade no termo de Évora, a par de Stª Margarida, outorgada pelos monarcas antecessores. Chancelaria de D. Afonso V, liv. 11, fl. 153.
- 1459, junho, 02, Diogo Lopes Brandão, juiz do Concelho. BPE, Fundos conventuais, *Convento do Paraíso*, Livro 94, doc. 38.
- 1491, agosto 06, Fernão Brandão é um dos fidalgos que leva o pálio no casamento da princesa D. Isabel, filha dos reis católicos, com O príncipe herdeiro, D. Afonso, filho de D. João II, que se celebrou em Évora, ADE, Arquivo Municipal, *Livro*

Primeiro de Originais (n.º 71), fl. 94-94v.

1528, Diogo Lopes Brandão, fidalgo da casa do Rei, pede escuda em ser vereador, ADE, Arquivo Municipal, *Livro 4º de Originais da Câmara* (n.º 74), fl. 26.

Fernão Martins Brandão é identificado na Crónica de Fernão Lopes, como um dos apoiantes do Mestre na cidade. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, Vol. I, Porto, Civilização, 1991, cap. CLIX, p. 341.

Referências bibliográficas:

Salvador dias ARNAUT, *op. cit.*, p. 142, nota i (descarta a possibilidade de Fernão Martins Brandão ter sido aio de d. Fernando).

Maria Ângela BEIRANTE, *Évora na idade Média...*, p. 537

Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões...*, pp. 129-130, nota 1.

Manoel Felgueiras GAYO, *op. cit.*, Tomo VII, pp. 51-52 e 63.

Cristóvão Alão de MORAIS, *Pedatura Lusitana: nobiliário de famílias de Portugal*, pub. Alexandre António Pereira de Miranda Vasconcellos, António Augusto Ferreira da Cruz, Eugenio Eduardo Andrea da Cunha e Freitas, Porto, Livr. Fernando Machado, 1943-1948, pp. 213-217.

Luís Filipe OLIVEIRA, *A Coroa, os Mestre e os Comendadores. As ordens Militares de Avis e de Santiago (1330-1449)*, Universidade do Algarve, 2009, pp. 441-442.

José Augusto de Sotto Mayor PIZARRO, *Os Patronos do Mosteiro de Grijó (evolução e estruturação da família nobre nos Séculos XI a XIV)*, Ponte de Lima, Edições Carvalho de Basto, 1995, p. 272.

Nota biográfica

Este homem entronca numa família presente em Évora desde os tempos do após reconquista, cujos membros desde pelo menos 1254, se contam entre os dirigentes concelhios, surgindo também ligados aos cargos de alcaide e de alferes da cidade.

Fernão Martins Pestana era filho de Martim Vasques Pestana e sobrinho de Gil Vasques Pestana que fora alferes da cidade, no período do rei D. Pedro, sobre quem os genealogistas dizem ter tido grande proximidade com o monarca. O biografado era, assim, primo de Martim Gil Pestana que era o alferes de Évora, no período da crise dinástica, sucedendo a seu pai nessas funções, e de Fernão Gonçalves Pestana, que encontramos no Concelho, como juiz, em 1425/1426 (cf. nota biográfica n.º 42).

Face a este quadro de relações não é estranha, nem a presença de Fernão Martins no Concelho, por onde passou pelas funções de juiz, nem o facto de ter sido um dos escolhidos para regedor. Reunia as duas condições que se mostravam relevantes na escolha para o desempenho deste cargo. A tradição familiar de ligação ao desempenho de funções concelhias e a proximidade aos círculos régios, critério que, a crer no perfil dos nomeados, não foi de somenos importância nessa designação.

A confiança que recolhia por parte do monarca fica também expressa no facto de o encontramos a desempenhar funções ao serviço do monarca, nomeadamente as funções de corregedor da Estremadura, posteriormente os cargos de juiz pelo rei, em Elvas e em Beja, deixando evidente o progressivo entrecruzamento que se verificava entre funcionalismo concelhio e régio.

Refira-se, ainda, que desde o reinado de D. Dinis que alguns dos membros deste grupo familiar surgem na Corte. Foi esse o caso de Martim Pestana que foi ouvidor desse monarca, sendo ainda esclarecedor quanto às lógicas familiares de aproximação ao serviço régio, que um dos mais destacados homens do desembargo, Nuno Martins da Silveira, que foi Escrivão da Puridade, fosse também oriundo dessa parentela, uma vez que era filho de Martim Gil Pestana e de Maria Gonçalves da Silveira.

Referências documentais:

- 1408, dezembro, 15, Juiz do crime. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminhos*, fls. 51v-52v.
 1409, julho, 11, Évora, conjuntamente com a sua mulher, Catarina Vasques, faz doação de uns pardieiros ao Hospital de S. João. ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital do Corpo de Deus de Santo Antoninho* (n.º 61), fls. 87, 87v.
 1411, junho 23, Évora. Alcaide do hospital de S. João. ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital do Corpo de Deus de Santo Antoninho* (n.º 61), fls. 94, 94v.
 1411, agosto, 29, presente nos Paços do Concelho, como testemunha, de um contrato de aforamento de bens concelhios, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho*, fls. 55v-56.
 1416, junho, 22, Juiz do Cível. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho*, fls. 65-65v.
 1421, março, 13, Corregedor da Comarca da Estremadura, cf., IANTT, *Mosteiro de Santa cruz de Coimbra*, Maço 194, alm. 10, m. 3, n.º. 7 (pub. Por Maria Helena da Cruz COELHO, *O Baixo Mondego nos Finais da Idade Média*, 2ª edição, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1989, vol. II, 822, doc. 60.
 1427, abril, 10, juiz pelo rei em Elvas, IANTT, *Chancelaria D. João I*, Livro 4, fls. 107-107v.
 1428, setembro, 21, Évora. Ref. A uma vinha, em Vila Fria, no termo de Évora, de Fernão Martins Pestana. ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fls. 85, 85v.
 1431, junho, 13. Juiz pelo rei, em Beja. Arquivo Distrital de Beja, *Convento de Santa Clara*, Caderno nº 27, Escrituras, 1431-

Cargos concelhios:

1408/1409 – Juiz do Crime

1415/1416 – Juiz do Cível

Regedor – Indicado no Regimento de Évora.

Outros cargos:

1427 – Juiz pelo rei, em Elvas

1431 – Juiz pelo rei, em Beja

Reuniões:

1411, agosto, 29, testemunha de atos contratual realizado nos Paços do Concelho

1498 (pergaminho, fls. 5-6v)

1437, outubro, 15. Ref/ a Lourenço Pires, amo de Fernão Martins Pestana. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 13, doc. 121. Fernão LOPES, *CDJI*. Vol. I, cap. XLIV, p. 90. (Martim Gil Pestana. Alfares da cidade de Évora)

Referências bibliográficas:

Maria Ângela BEIRANTE, *Évora na idade Média...*, pp. 526-527, 555, 609-610.

Mário FARELO, *op. cit.*, p. 769.

Manoel Felgueiras GAYO, *op. cit.*, Tomo XXII, pp. 108-109.

Rita Costa GOMES, *op. cit.* p. 149.

Cristóvão Alão de MORAIS, *Pedatura Lusitana: nobiliário de famílias de Portugal...*, Vol. I, tomo II, pp. 325-327.

Humberto Baquero MORENO, *op. cit.*, vol. II, p. 962-966.

Luís Filipe OLIVEIRA, *op. cit.*, pp. 363-364

Nota biográfica

Não conhecemos as origens familiares deste homem, cujo apelido só tardiamente surge em Évora. De facto, só na centúria de Quatrocentos detetamos a presença do apelido Vieira na cidade. É possível, que se trate de mais um ramo secundário de uma família com tradicional implantação mais a norte, que é atraída pela urbe, quando esta assume uma maior projeção social e política. É também possível que o biografado mantivesse ligações com alguns detentores deste apelido que assumiram um papel de revelo na crise dinástica, ao lado do Mestre, e que por ele foram agraciados, o que ajudaria a explicar o ascendente deste homem ou até a sua possível relação com o monarca e com a Corte que a designação de vassalo régio, com que o vemos identificado, deixam adivinhar.

A impossibilidade de reconstituirmos as suas redes relacionais, impedem-nos, naturalmente, de tentarmos explicar a o rápido ascendente que teve, nos inícios de Quatrocentos, na vida da cidade e na própria governação. A par da riqueza, sustentada na posse de várias herdades e na exploração de bens que trazia aforados de outras instituições, sobretudo do Cabido da Sé, estabeleceria, decerto, laços com as famílias oligárquicas eborenses. Mesmo que a sua relação com a administração da cidade pudesse ter beneficiado de alguma proximidade aos círculos régios ou a alguns dos grandes da nobreza, o ascendente que teve na vida municipal não parece possível caso não tivesse uma forte ligação ao grupo oligárquico.

É que este homem teve, de facto, um forte peso na gestão municipal. Manteve-se durante várias décadas muito próximo da governação. Passou pelas funções de procurador, juiz do cível e regedor, tendo sido um dos nomeados no *Regimento*, o que é bem o testemunho do ascendente que tinha no seio do círculo governativo. Esse peso expressa-se também na representatividade que a sua linha familiar teve no Concelho, na geração seguinte, onde vamos encontrar dois dos seus filhos: Luís Fernandes Vieira (cf. nota biográfica n.º 114) e Álvaro Vieira.

De facto, pouco depois da última referência à sua presença no Concelho, encontramos também envolvido nas dinâmicas governativas o seu filho Luís Fernandes Vieira, que foi *Procurador dos fidalgos*, e a quem o Concelho confiou algumas missões que implicavam um contacto mais direto com o desembargo régio. Quanto ao segundo filho do regedor, o cavaleiro e cidadão, Álvaro Vieira, passou, por meados de Quatrocentos, pelos cargos de vereador e juiz, dando, dessa forma, continuidade à presença da sua linha familiar no Concelho, sendo também significativo das lógicas que atravessavam a administração que tivesse desempenhado as funções de juiz pelo rei na cidade.

Referências documentais:

1397, abril, 08, Fernão Martins Vieira é testemunha de um processo judicial relativo ao testamento de Lopo Rodrigues Fuseiro. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 12, doc. 49.

08, agosto, um Fernão Martins, criado do deão, encontra-se presente, como homem bom, na elaboração de posturas, ADE, Arquivo Municipal, *O Livro das Posturas Antigas da cidade de Évora...*, fls. 50v-51.

11 de agosto, um Fernão Martins, criado do Deão, presente, como homem bom, na elaboração de posturas, ADE, Arquivo Municipal, *O Livro das Posturas Antigas da cidade de Évora...*, fl. 51v.

1405, dezembro, 31, Fernão Martins Vieira é procurador do Concelho. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 40-41v.

Cargos concelhios:

1405/1406 – Procurador
1408/1409 – Procurador
1413/1414 – Juiz do Cível
1419/1420 – Juiz do Cível
Regedor – Um dos dez regedores indicados no regimento

Outros cargos:

Reuniões:

s/d presente na elaboração posturas
1407, dezembro, 25
1408, junho, 06
1414, setembro, 08
1425, outubro, 17

1407, dezembro, 25, Fernão Martins Vieira presente na reunião de vereação em que se realiza um contrato de bens concelhios. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 45-47.

1408, junho, 06, Fernão Martins Vieira, presente na reunião de vereação, sem indicação de cargo, na qual se faz aforamento de bens concelhios. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 48v-49v.

1408, junho, 13, Fernão Martins Vieira é testemunha do pedido de traslado do testamento de Lourenço Eanes Brandão, em que constam certas cláusulas relativas à igreja de S. Pedro. Estêvão Eanes Brandão, escudeiro, morador em Évora solicita o traslado. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 3, doc. 3.

1408, julho, 21, Fernão Martins Vieira é procurador do Concelho. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67) fls. 50-50v.

1408, outubro, 27, Fernão Martins Vieira é procurador do Concelho, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 50v-51.

1408, dezembro, 15, Fernão Martins Vieira é procurador do Concelho, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 51v-52v.

1414, janeiro, 13, Fernão Martins Vieira é Juiz do Cível. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 63-63v.

1414, maio, 2?, Fernão Martins Vieira é Juiz do Cível, BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 2, doc. Sf. 20.

1414, setembro, 08, Évora, presente na reunião de vereação, como testemunha, de um contrato de aforamento de bens concelhios. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 63v-64.

1419, novembro, 11, Fernão Martins Vieira, vassalo do Rei, juiz do cível. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 66v-67v.

1420, setembro, 09. Évora, João Andreu, criado de Fernão Martins Vieira, afora casa da Hospital de Jerusalém, ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 63), fls. 64-64v.

1425, outubro, 17, Fernão Martins Vieira, presente em reunião de vereação, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 76-77v.

1427, março, 29, Évora, Fernão Martins Vieira e sua mulher, Margarida Lourenço, compram uma herdade a Martim Afonso de Miranda, cavaleiro. A herdade situa-se nas Çimalhas de Pontével, no termo de Évora, por 30 marcos de Prata. BPE, *Santa Maria do Espinheiro*, Livro 3, doc. 606.

1429, julho, 07, Évora, Fernão Martins Vieira, presente em contrato de aforamento realizado na Albergaria do Santo Espírito, ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos das Albergarias do Corpo de Deus da Sé, do Santo Espírito, de S. Bartolomeu e de S. Gião* (n.º 63), fls. 72v-73v, 74.

1430, julho, 22, Évora, Paços do Concelho, aforamento de casas a Luís Fernandes Vieira, que partem com casas do próprio e com quintal de Fernão Martins Vieira, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 85v-86.

1433, julho, 13, Évora. Ref. a herdade de Fernão Martins Vieira, no Degebe, IANTT, *Leitura Nova, Odiana*, lv. 4, fls. 115-115v e BPE, *Santa Catarina de Sena*, Livro 86, doc. 1.

1433, agosto, 30, Évora. Ref a herdade que “agora é” de Fernão Martins Vieira, no Degebe, IANTT, *Leitura Nova, Odiana*, lv. 4, fls. 116-116v.

1424, Ref. a uma herdade do Cabido, em Alcorvisca. Que confronta com uma courela que agora trás Fernão Martins Vieira, foi de Fernão Salvadores, cónego. Agora é do Bispo que a escambou com o Cabido. ACSE, CEC 3- I, fls. 33-33v.

Herdade que confronta com herdade de Fernão Martins Vieira, em Alcorvisca, no termo de Évora, Gabriel PEREIRA, *op. cit.*, 267-268.

1424, ferragiais de S. Pedro, que traz Fernão Martins Vieira, ACSE, CEC 3- I, fls. 42.

1437, maio, 23, Demanda judicial entre Luís Fernandes Vieira, morador em Évora, e os clérigos da igreja de S. Pedro de Évora. A igreja acusa Luís Fernandes Vieira de se ter apoderado indevidamente de um ferragial. O réu afirma que o ferragial foi de seu pai, Fernão Martins Vieira, e do seu irmão, Álvaro Vieira. Ferragial situa-se à Porta do Moinho de vento, BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 3, doc. 64.

1438, agosto, 10, D. Duarte faz doação de uma herdade em Pardielas, a Lopo Dias, Escrivão dos contos, que parte com herdade de Fernão Martins Vieira. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 5, doc. 128.

Outros dados:

1449, outubro, 04, Almeirim. Carta régia respondendo a certos capítulos apresentados por Álvaro Vieira e Lopo Vaz de Camões, cavaleiros e vizinhos de Évora, em nome do Concelho... ADE, Arquivo Municipal, *Livro 4º de originais da Câmara* (n.º 74), fls. 130-130v.

1450, dezembro, 02, Évora, Álvaro Vieira, cavaleiro, juiz pelo rei. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 112-112v.

1451, fevereiro, 27, Álvaro Vieira, cavaleiro, juiz pelo rei em Évora ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 113-113v.

1451, junho, 16, Évora, Álvaro Vieira, cavaleiro, juiz, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 115-115v.

1466, Isabel de Foios, viúva de Álvaro Vieira, cavaleiro, cidadão, vende uma herdade, designada de herdade do Paço, por 39.000 reais brancos. Diz-se que Álvaro Vieira morreu em 1465 e que possuiu a herdade durante 28 anos. BPE, *Convento da Graça*, Livro 15, doc. 118-119.

Referências bibliográficas:

Maria Ângela BEIRANTE, *Évora na idade Média...*, p. 225 e 627.
Manoel Felgueiras GAYO, *op. cit.*, Tomo XXVIII, p. 182 e 213.

Nota biográfica

Estamos face a mais um homem oriundo de um família eborense cujos destinos se repartem entre a administração municipal e o serviço régio.

Com efeito, este homem era, muito provavelmente, filho de Martim Vicente Godinho, vizinho e morador de Évora, que foi Corregedor do Algarve (1378-1384) e Ouvidor da Corte (1386-1400), e possivelmente aparentado com outros detentores do mesmo apelido que se movimentavam nos círculos régios e nas ordens militares. Caso de Estêvão Pires Godinho, referenciado entre os escudeiros de D. João I, de Fernão Godinho, que serviu o infante D. Pedro, ou de Vasco Esteves Godinho, Comendador da Ordem de Santiago.

Em Évora, o pai do nosso biografado teve uma significativa influência e poder, sendo um grande proprietário agrícola detentor de várias herdades e moinhos no termo da cidade. Depois da sua morte, que terá acontecido por volta de 1420, o ascendente desta linha familiar, na cidade, segue com o seu filho, Fernão Rodrigues Godinho, que encontramos no Concelho, durante mais de duas décadas, onde exerceu as funções de vereador e de procurador.

É possível que o nosso biografado mantivesse algum grau de parentesco com Rui Martins Godinho (cf. Nota biográfica nº. 160), que passou pela administração no mesmo período. No ano de 1413/1414, integram o mesmo elenco camarário, um como procurador e outro como vereador, surgindo também a testemunhar, em simultâneo, diversos atos contratuais na Albergaria de Jerusalém, da qual ambos eram confrades.

Muito embora não tenhamos notícias sobre o desempenho de cargos no Concelho, também Diogo Fernandes Godinho, filho de Fernão Rodrigues, terá mantido uma relação próxima com a administração municipal, surgindo, por diversas vezes, em reuniões de vereação.

Ao longo do Século XV, o apelido Godinho repete-se entre os que desempenharam funções municipais, confirmando a continuidade e a capacidade de influência deste grupo na governação da cidade, constatando-se também a manutenção das lógicas de aproximação ao serviço régio e às ordens militares, que se mostravam relevantes nas suas estratégias de afirmação social.

Cargos concelhios:

1408/1409 – Vereador
1413/1414 – Procurador
1427/1428 – Vereador

Outros cargos:

Reuniões:

1414, setembro, 08, Testemunha de um contrato relativo a bens concelhios

Referências documentais:

- 1408, julho, 21, Évora, Fernão Rodrigues Godinho, vereador, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 50-50v. Gabriel PEREIRA, *Op. Cit.*, p. 217.
- 1408, outubro, 27, Évora, Fernão Rodrigues Godinho, vereador, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 50v-51.
- 1414, janeiro, 13, Fernão Rodrigues Godinho, procurador. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 63-63v.
- 1414, setembro, 08, Fernão Rodrigues Godinho, testemunha de um contrato realizado nos Paços do Concelho, conjuntamente com os oficiais, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 63v-64.
- 1426, novembro, 26, Évora, Fernão Rodrigues Godinho, testemunha de um aforamento de bens do Hospital de Jerusalém, Rui Martins Godinho é confrade dessa mesma Albergaria, ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fls. 82, 83.
- 1427-agosto-30, Évora, Fernão Rodrigues Godinho, vereador, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 78-78v.
- 1431, agosto, 10, Referência ao moinho do Godinho, na Ribeira do Degebe. Caminho de Evoramonte, IANTT, Núcleo Antigo, n.º

276 – *Tombo das Capelas de Évora*, fls. CLIV-CLII.

1433, dezembro, 2, Lisboa – Carta de sentença de D. Duarte, dirigida a Mem Rodrigues, juiz de Évora, relativa a uma sentença de apelação, entre o prior e o convento do mosteiro de Santo Agostinho de Lisboa, como autor, e Catarina Rodrigues, mulher que foi de Fernão Rodrigues Godinho, e Diogo, seu filho menor, moradores em Évora, como réus. Questão em torno da passagem de posse de bens do mosteiro, nomeadamente uma herdade com seu pomar, na ribeira de Alcolobra, um moinho de moer pão em Alcolobra, termo de Évora, duas vinhas em Valbom, termo da cidade, e uma casa na Rua do Passarinho, que os freires e o convento emprazaram a Martim Vicente Godinho, morador em Évora, para ele e mais duas pessoas. O mosteiro acusa “a dicta Catarina Rodrijguez e sseu marido per ssuapropria autoridade e ssemauendo em ellesdjretossemeterom em posse dos dictosbens podia auer dez annos contra uoontade do dictomoesteiro». Refere-se que eles possuíam os bens há cerca de dois ou três anos falecera Fernão Rodrigues Godinho, marido de Catarina Rodrigues, ficando ela «em posse e em cabeça de cassall». A ré corrobora que os bens eram do mosteiro e que tinham sido emprazados ao dito Martim Vicente, mas que este nomeara o dito Fernão Rodrigues Godinho como segunda pessoa do prazo, e que este, por sua vez, nomeara Diogo Fernandes Godinho, seu filho, como terceira pessoa. *IANTT – Colecção Especial*, caixa 33, n.º 8.

Outros dados:

1424, Nuno Afonso criado de Martim Vicente Godinho. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 12, doc. 78.

1444, setembro, 29, Diogo Godinho, juiz dos órfãos, ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos da Colegiada de S. Pedro* (n.º 64), fls. 11v-12.

1456, junho, 03, Diogo Fernandes Godinho, presente como testemunha nos Paços do Concelho, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 122-122v.

1462, junho, 23, Diogo Godinho, presente como testemunha nos Paços do Concelho, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fl. 130.

1469, novembro, 29, Álvaro Mendes Godinho, vereador, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 135-135v.

1470, junho, 13 e 16, Évora, dentro da câmara dos Paços do Concelho, estando reunidos, em vereação, Vasco Martins de Oliveira, fidalgo do rei, e Álvaro Mendes Godinho do desembargo do rei, juizes, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 135v-136v, 137-137v.

1483, maio, 17, João Godinho, escudeiro da casa do rei e seu servidor, ADE, Arquivo Municipal, *Livro 2º de Originais* (n.º 72), fl. 148.

1510, novembro-13, 1511, fevereiro-26, João Godinho, procurador do Concelho, ADE, Arquivo Municipal, *3º Livro de Pergaminho* (n.º 69), fls. 14v-15., 19v-20.

1525, março, 11. Fernão Godinho, cavaleiro da Ordem de Santiago, cidadão de Évora, ADE, Arquivo Municipal, *3º Livro de Pergaminho* (n.º 69), fls. 172v-173.

Referências bibliográficas:

Maria Ângela BEIRANTE, *Évora na idade Média...*, p. 206 e 540.

Armando Luís Carvalho HOMEM, *O Desembargo Régio...*, p. 368 (sobre Martim Vicente Godinho, pai do biografado)

Luis Filipe OLIVEIRA, *op. cit.*, pp. 510-512.

Nota biográfica

Tendo passado pelo Concelho num período bastante mal documentado, torna-se impossível tecer considerações quer sobre o percurso deste homem na administração – que possivelmente não se terá esgotado numa única passagem pelos cargos – quer sobre os seus quadros relacionais.

Cargos concelhios:

1367/1368 – Juiz do Cível

Outros cargos:

Reuniões:

Referências documentais:

- 1367, agosto, 05. Garcia Martins, Juiz do cível. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 4, doc. 10.
1367, agosto, 09. Garcia Martins, juiz do cível. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 12, doc. 31.
1368, janeiro, 08. Garcia Martins, Juiz do cível, BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 12, doc. 31.
1377, outubro, 28. Aforamento de um quintal em Évora, dentro da cerca velha, que foi de Garcia Martins, IANTT, *Chancelaria D. Fernando*, Livro II, fl. 18.

Referências bibliográficas:

Nota biográfica

Este homem é filho de Fernão Gonçalves Façanha, um dos mercadores que maior influência teve no seio do grupo governativo no final da centúria de Trezentos (cf. nota biográfica n.º 41).

O seu pai foi um poderoso homem de negócios, cujo destaque concelhio terá beneficiado da sua relação clientelar com os Façanha, de há muito ligados ao poder municipal. O seu protagonismo foi também reforçado pelo apoio prestado à causa do Mestre no contexto da crise dinástica.

O destaque que o mercador granjeou no interior do núcleo governativo, refletiu-se também na capacidade de inserção dos seus filhos na gestão camarária, nomeadamente de Garcia Fernandes Façanha, o biografado, e de Vasco Fernandes Façanha, seu irmão, que encontramos também, neste período, entre os dirigentes municipais (cf. nota biográfica n.º 168).

Não deixa de ser significativo que Garcia Fernandes tivesse passado pela Concelho como procurador concelhio, tal como o seu pai, e o seu irmão, deixando evidente a existência de uma hierarquização interna no Concelho, assente no prestígio e no estatuto social, que se mantém nas passagens de testemunho geracional, sendo comum que os filhos ocupem tendencialmente os mesmos cargos dos seus progenitores.

Cargos concelhios:

1430/1431 – Procurador

Outros cargos:

Reuniões:

1423-janeiro-27, Évora, Presente como testemunha noa Paços do Concelho

Referências documentais:

1423, janeiro, 27, Évora, Garcia Fernandes Façanha, presente como testemunha em reunião de vereação. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 72-73.

1430, julho, 22, procurador do Concelho. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 85v-86.

1431, maio, 17, procurador do Concelho, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 88, 88v.

1438, abril, 03, Évora, Paço dos Tabeleães. Garcia Fernandes, filho de Fernão Gonçalves, mercador é testemunha de um contrato relativo a bens da Albergaria de Jerusalém, ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fl. 98.

Referências bibliográficas:

Nota biográfica

Infelizmente não podemos tecer muitas considerações sobre este homem que terá tido algum relevo na governação da cidade, que a sua nomeação como regedor e o exercício das respeitadas funções de juiz confirmam. A singeleza do nome e do apelido torna arriscada qualquer tentativa de identificação social.

Cargos concelhios:

1429/1430 – Regedor
1436/1437 – Juiz do cível e do crime

Outros cargos:

Reuniões:

1427, novembro, 05

Referências documentais:

1427, novembro, 05, Évora, na câmara da vereação, em conjunto com diversos oficiais, não se identifica o seu cargo, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 79-79v.

1430, janeiro, 21, Regedor, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 86v-87. Gabriel PEREIRA, *Op. Cit.*, p. 216.

1437, maio, 01, Juiz do cível e do crime, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 104v-105.

1444, dezembro, 12, D. Afonso V nomeia Gil Dias, criado do Infante D. Henrique, para o cargo de tabelião de Évora, em substituição de Mendo Afonso, criado do dito infante. IANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 24, fl. 99.

Referências bibliográficas:

Nota biográfica

Pouco sabemos sobre este homem que surge na gestão municipal na década de trinta de Quatrocentos. Não seria estranho, tendo em atenção o facto de ser comum a presença de membros de um mesmo grupo familiar, em simultâneo, no Concelho, que fosse irmão de Pedro Eanes Juanejo, que ocupou as funções de vereador no mesmo ano de 1432/1433, e possivelmente aparentado de João Vicente Juanejo, que passou pelos cargos, igualmente, como vereador, em 1420-1421 (cf., respetivamente notas biográficas nºs. 89 e 140).

O tipo de cargos ocupados e o lapso temporal relativamente limitado em que surgem na governação fazem-nos crer que os Juanejo não se incluíam entre os mais influentes dos dirigentes municipais. Ocupariam, decerto, uma posição relativamente secundária do seio do grupo governativo.

Ainda assim, a passagem pelos cargos de vários indivíduos detentores do mesmo apelido, em período próximo, permitem conjecturar que esta família terá realizado uma trajetória ascensional por estas décadas. A referência à detenção de herdades, moinhos e outros bens rústicos fazem-nos crer que estamos face a abastados proprietários rurais.

Não conhecemos o historial dos Juanejo na cidade, em período anterior, já que este apelido só a partir da década de vinte de Quatrocentos surge em Évora, tendo uma vigência relativamente limitada.

De qualquer modo, é extremamente difícil tecer considerações sobre estes grupos, em fase de afirmação social, a partir dos apelidos, já que os mesmos são pouco consolidados e relativamente voláteis, não permitindo ilações muito seguras.

Cargos concelhios:

1432/1433 – Vereador

1436/1437 – Procurador

Outros cargos:

Reuniões:

1436-, janeiro, 06,

1445, fevereiro, 06

Referências documentais:

1426, novembro, 26, Évora, Hospital de Jerusalém, referência a Herdade do Hospital de Jerusalém, entre o caminho de S. Manços e o de Monte do Trigo, no lugar de Cabaços, que parte com herdade de Gil Eanes Juanejo. ADE, Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fls. 82-83, cf., Gabriel PEREIRA, *op. cit.*, p. 127.

1432, dezembro, 17, Gil Eanes Juanejo, vereador. Pedro Eanes Juanejo é também vereador. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 91-91v.

1436, janeiro, 06, Gil Eanes Juanejo, presente em reunião de vereação como testemunha de um contrato de aforamento de bens concelhios. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 102v-103.

1436, agosto, 14, Évora, Gil Eanes Juanejo, procurador do Concelho, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 103v-104.

1437, maio, 01, Gil Eanes Juanejo, Procurador do Concelho, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 104v-105.

1438, junho, 09, Évora, ref. A Herdade do Hospital de Jerusalém situada na Raposeira, termo da cidade, que parte com herdade da Albergaria, com herdade de Gil Eanes Juanejo. ADE, Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fls. 92,92v.

1445, fevereiro, 06, Presente em reunião de vereação, como homem-bom, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 107-107v.

1450, março, 30, Gil Eanes Juanejo, Confrade do Hospital de Jerusalém, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 147-147v.

1456, junho, 26 Gil Eanes Juanejo, Presente em reunião de vereação, como homem-bom, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 123-123v.

1458, março, 14, Évora, na Sé, testemunha de uma encampação de bens dos *Bacharéis da Sé*, ACSE, *Pergaminhos dos Bacharéis da Sé de Évora*, Pasta 3, doc. 225.

Referências bibliográficas:

Maria Ângela BEIRANTE, *Évora na Idade Média...*, p. 208.

Nota biográfica

Nada podemos adiantar sobre este homem, para além do facto de ser casado com Margarida Gomes e de ter desempenhado, pontualmente, as funções de procurador.

Cargos concelhios:

1433/1434 – Procurador

Outros cargos:

Reuniões:

Referências documentais:

1427, maio, 13, Testemunha de uma encampação de bens dos bacharéis da Sé, ACSE, *Pergaminhos dos Bacharéis*, Pasta 2, doc. 181.

1427, junho, 05, Évora, na Sé. Os *bacharéis da Sé* emprazam a Gil Eanes Rei, morador na cidade, e a Margarida Gomes, em 3 vidas, contando o casal uma vida, dois ferragiais, “acerca da cidade. Testemunhas: Gil Gonçalves, que foi alcaide pequeno; João Pires Trapeiro; Lourenço Gil, porteiro ante os vigários. ACSE, *Pergaminhos dos Bacharéis da Sé*, Pasta 2, doc. 183.

1433, agosto, 12, Gil Eanes Rei, procurador do Concelho, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 91v-92.

1433, agosto, 29, Gil Eanes Rei, procurador do Concelho, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 93v-94.

1433, novembro, 14, Gil Eanes Rei, procurador do Concelho, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 92v-93v.

1433, dezembro, 20, Gil Eanes Rei, procurador do Concelho, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 94v-95.

1434, março, 03, Gil Eanes Rei, procurador do Concelho, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 96-96v.

Referências bibliográficas:

Nota biográfica

Tal, como para outros escolares, também para Gil Gonçalves a passagem pelo Concelho foi pontual, constituindo, apenas, o patamar de um percurso que se terá orientado para outras carreiras, onde a formação poderia fazer a diferença. Não era assim na administração municipal, onde a detenção de qualquer grau ou a posse de formação académica não era uma exigência, não constituindo um fator relevante para o protagonismo que se tinha no Concelho.

O mesmo não se poderá dizer no que diz respeito ao Desembargo ou a outras instâncias da administrativas do poder central, sendo sintomático, a esse nível, que se tivesse escolhido um escolar para substituir interinamente o juiz pelo rei na cidade.

Cargos concelhios:

1376/1377 – Juiz do Cível
s/d – Juiz em logo de vasco Gil
juiz pelo rei

Outros cargos:

Reuniões:

Referências documentais:

1378, janeiro, 09, Gil Gonçalves, Juiz do cível. ADE, Arquivo Municipal, *O Livro das Posturas Antigas da cidade de Évora*, fl. 19. s/a 3 de setembro, “Gill Gonçallvez, escolar, juiz em loguo de Vasco Gill juiz por El Rei”, ADE, Arquivo Municipal, *O Livro das Posturas Antigas da cidade de Évora*, /fl. 14/

Referências bibliográficas:

Nota biográfica

Nada sabemos sobre este homem, para além da referência ao cargo que ocupou.

Cargos concelhios:

1367/1368 – Juiz do Crime

Outros cargos:

Reuniões:

Referências documentais:

1368, janeiro, 08, Fernão Gonçalves d'arca, escudeiro, e Gil Vasques, juízes do Crime,..., BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 12, doc. 31.

Referências bibliográficas:

Nota biográfica

Face à escassez de dados, torna-se arriscado tecer qualquer consideração sobre este homem que, para além do cargo de juiz, foi também mamosteiro da gafaria da cidade.

Cargos concelhios:

1422/1423 – Vereador

Outros cargos:

Reuniões:

Referências documentais:

1423, janeiro, 27, Évora, vereador. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 72-73.
1445, agosto, 12. Gil Vasques Pereira, mamosteiro de S. Lázaro, ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos da Casa de S. Lázaro* (n. 65), fls.3-3v. (tb. Em Gabriel PEREIRA, *Op. Cit.*, p.211)

Referências bibliográficas:

Nota biográfica

A homonímia constitui também neste caso uma dificuldade, não permitindo perceber se estamos face a um mesmo homem ou a dois homens distintos.

A segunda hipótese é a mais provável já que não é usual a transposição entre as carreiras de escrivão e as carreiras de juiz, vereador ou procurador concelhio.

Com uma ou outra exceção, como possivelmente a de João Mendes Aguado, os exemplos que temos, revelam-nos que escrivães não ocuparam antes ou depois de terem exercido funções como escreventes, qualquer um dos cargos sob os quais recaia a gestão municipal, sendo que os ocupantes destes últimos também não surgem ligados às funções de escrita.

No caso de estarmos falar de um mesmo homem, o desempenho das funções de escrivão pelo anterior juiz, terá sido apenas de natureza pontual ou interina. Possibilidade que também não é de descartar já que ocorreu num período em que se verificou alguma indefinição na nomeação e duração dos mandatos dos escrivães.

Independentemente desta questão, a que verdadeiramente não podemos responder, é possível que o juiz Gomes Afonso corresponda o um dos criados do Condestável, que tinha em Évora vários apaniguados, sendo certo que teria alguma capacidade de influência no seio do grupo dirigente.

Cargos concelhios:

1410/1411 – Juiz ordinário
1422/1423 - Escrivão

Outros cargos:

Reuniões:

Referências documentais:

1409, abril, 30, Um Gomes Afonso, criado do Condestável, e sua mulher, Constança Afonso, aforam bens de Santiago BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 24, doc. 39.

1411, maio, 20, Évora, Gomes Afonso – juiz da cidade; ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 54v-55.

1423, janeiro, 27, Évora, câmara da fala dos Paços do Concelho... Testemunha: Gomes Afonso, escrivão da câmara, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 72-73.

1423, outubro, 06, Évora, nos Paços do Concelho, estando presentes... Gomes Afonso, escrivão da câmara, João Afonso, porteiro do Concelho. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 73v-74.

Referências bibliográficas:

Nota biográfica

Muito embora não saibamos, em concreto, qual o seu quadro de relações, este homem pertenceria decerto aos Toscano radicados em Évora. Uma família de há muito instalada na cidade que desde a segunda metade de Trezentos surge ligada aos cargos concelhios, tendo um dos seus representantes, nomeadamente, Rui Martins Toscano, escudeiro e vassalo do rei, atingido um forte ascendente no seio do grupo dirigente, nos anos sessenta e setenta de Trezentos (cf. Nota biográfica n.º 159). O peso que os Toscano assumiam no Concelho foi ampliado pela sua ligação aos Lobo – a mais poderosa das famílias oligárquicas – já que Aldonça Maria Toscana, filha de Rui Martins Toscano casou com Diogo Lopes Lobo, que foi alcaide da cidade.

A presença de Gomes Eanes, assim como de Martim Toscano (cf. Nota biográfica n.º 129), Rui Martins Toscano (cf. nota biográfica n.º 159) e outros com o mesmo nome de família que surgem no Concelho na segunda metade do Século XV, caso de João Toscano que foi procurador, de Rui Toscano I e II, que exerceram as funções de vereador, são a expressão da perenidade deste grupo na governação onde se constata a sua presença até às primeiras décadas do Século XVI.

Cargos concelhios:

1411/1412 – Procurador

Outros cargos:

Reuniões:

Referências documentais:

1412, março, 29, Gomes Eanes Toscano, procurador do Concelho, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 62-63.

Outros elementos:

1446, fevereiro, 02, João Toscano, procurador da cidade de Évora, ADE, Arquivo Municipal, *Pergaminhos Soltos da Câmara* (n.º 65), n.º 7.

1467, maio, 30/ 1467-junho-17/1467-junho-20 – Rui Toscano, vereador, ADE, Arquivo Municipal, *Livro primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 131v-132, 132v-133.

1523, novembro, 14, Rui Toscano, vereador, ADE, Arquivo Municipal, *Livro 3º de Pergaminho* (n.º 69), fls. 160-160v.

Referências bibliográficas:

Maria Ângela BEIRANTE, *Évora na idade Média...*, pp. 537-538.

André Madruga COELHO, *Op. Cit.*, p. 102.

Nota biográfica

Sobre os ascendentes de Gonçalo Dias de Espinho sabemos que era neto de Diogo Fernandes de Espinho, cuja filha casou com Afonso Pires, vassalo, criado e escrivão do rei D. Pedro, que recebeu de D. Fernando, em 1383, carta de coutada para a sua herdade das Peçenas, situada entre o termo de Évora e o de Portel.

Como herdeiro do seu pai e do seu avô, Gonçalo Dias de Espinho, que é igualmente identificado como escudeiro e vassalo do rei, receberá, de D. João I, em 1396, carta de confirmação de coutada da herdade das Peçenas, que será aliás, posteriormente, renovada para os seus descendentes.

O biografado era irmão de Beatriz Dias de Espinho e de Lopo Dias de Espinho, que instituiu capela em S. Francisco e na igreja de S. Pedro de Évora, e que passou também pelos cargos concelhios na primeira década de Quatrocentos (cf. nota biográfica, nº. 92).

Neste período, os dois irmãos Espinho assumiram algum destaque na governação da cidade e algum ascendente no seio do grupo dirigente. A posição de Gonçalo Dias na gestão municipal ter-se-á reforçado, também, pela aliança familiar com os Façanha, por via do seu casamento com um das filhas de Lopo Rodrigues Façanha. Homem, também ele, de forte protagonismo concelhio, oriundo de uma das mais influentes famílias ligadas à governação.

Gonçalo Dias manteve-se durante mais de duas décadas em contacto com a governação da cidade tendo passado pelas funções de procurador, juiz e do procurador dos fidalgos, que nos remete para a possibilidade de ter alguma proximidade com os grupos nobiliárquicos com interesses na cidade.

Muito embora não tenhamos o quadro completo do seu património, Gonçalo Dias, tal como o seu irmão, era um grande proprietário fundiário. Possuía herdades e moinhos, sobretudo na zona de Monte do Trigo e de Portel, trazendo também aforados bens do cabido da Sé. Seria, portanto, um homem com fortes interesses económicos, que se movimentava com relativo à-vontade na área dos negócios.

Não se estranha, por isso, que surja no Concelho, como procurador, mostrando-nos que o cargo não foi apenas entregue a homens menos prestigiados. Por ele passaram, também, como a presença de Gonçalo Dias nas funções comprova, alguns dos mais respeitados e influentes homens ligados ao governo municipal, sobretudo quando detinham experiência nas áreas financeiras e patrimoniais. Seria esse o caso de Gonçalo Dias de Espinho, que desempenhou também funções de gestão na rica Albergaria de Santo Antoninho, de que era freguês e de foi mordomo, aparentemente, e tendo em conta as dívidas que ficaram por saldar da sua gestão, de uma forma nem sempre muito zelosa.

Cargos concelhios:

1401/1402 – Procurador
1410/1411 – Juiz ordinário
1417/1418 – Juiz do Cível

Outros cargos:

1416/1417 – Proc. Fidalgos

Reuniões:

1423-outubro-06, presente em reunião de vereação

Referências documentais:

1383, abril, 06, D. Fernando, querendo fazer graça e mercê a Afonso Pires, criado do Rei e escrivão, e a Diogo Fernandes, escudeiro, seu sogro, moradores em Évora, concede-lhes carta de coutada para a herdade das Peçenas, situada entre o termo de Évora e o de Portel... IANTT, Chancelaria de D. Fernando, Livro III, fl. 64 (digital 131)
1396, novembro, 03, Lisboa. Gonçalo Dias de Espinho, vassalo do Rei, morador em Évora, diz que o rei D. Fernando fez mercê

a Afonso Pires, criado do rei, escrivão de D. Pedro, e a Diego Fernandes, sogro do seu pai, moradores que foram na cidade, coutando-lhes umas herdades que ambos tinham no termo da cidade e no termo de Portel, onde chamam as Peçenas. Gonçalo Dias de Espinho, herdeiro do seu pai, solicita confirmação da coutada... IANTT, *Chancelaria de D. João I*, Livro II, fls. 127v.

1402, maio, 13, Gonçalo Dias de Espinho, procurador do Concelho. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 31v-33, fls. 38-39v.

1407, abril, 03, Évora, na Igreja de Santo Antoninho... Comparece Gonçalo Dias de Espinho que afirmou que, por morte do seu sogro, Lopo Rodrigues Façanha, ele herdou umas casas, na Rua de Alconchel (...),ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital do Corpo de Deus de Santo Antoninho*, fls. 80 Lápis /352.

1411, maio, 20, Gonçalo Dias de Espinho, juiz da cidade, Lopo Dias de Espinho, seu irmão, era testemunha.DE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 54v-55.

1417, fevereiro, 20, Gonçalo Dias de Espinho, procurador dos fidalgos, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 65v-66v.

1418, junho, 16, Gonçalo Dias de Espinho, Juiz do Cível. Por el rei. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 5, doc. 62.

1419, janeiro, 02, Lopo Dias de Espinho, alcaide de Jerusalém, Gonçalo Dias de Espinho, seu irmão, é confrade de Jerusalém, ADE, Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fls. 61, 61v.

1423, outubro, 06, Gonçalo Dias de Espinho, escudeiro, homem bom presente em reunião de vereação, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 73v- 74.

(C 1424) Termo de Évora, na Ribeira de Rio de Moinhos. (fl. 37v) Três moinhos e duas rodas cada um, que deixou ao cabido um raçoeiro de S. Mamede que se chamava Estêvão Bartolomeu “o crespo”, com suas terras. O primeiro está no Porto da Serra, além da ribeira; outro, acima deste, que se chama do Alemão, além da Ribeira, com sua lezíria. O terceiro, acima deste, mas da parte d’aquém da ribeira, com sua terra. Traz Gonçalo Dias de Espinho, por 30 soldos antigos. ACSE, CEC 3 - I, fl. 38.

Ref. a ferragial: Ferragial de Gonçalo Dias de Espinho, entre o caminho da Mouta e o caminho que vai do Poço de Dona Ouroana para a azinhaga medrosa, ACSE, CEC 3 - I, fl. 50v.

1426, maio, 20, Gonçalo Dias de Espinho, mordomo de Jerusalém, ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fls. 78v, 79, 79v,80, 80v.

1426, agosto, 02, Évora, nas casas onde pousa João Vasques de Pedroso, juiz. Compareceu, Gonçalo Dias de Espinho, escudeiro, procurador da Albergaria de Jerusalém, ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fls. 69, 71.

1426, julho, 04, Gonçalo Dias de Espinho, mordomo de Jerusalém, ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fl. 77.

1426, julho, 23, Évora, dentro das pousadas de morada de Gonçalo Dias de Espinho, escudeiro, mordomo de Jerusalém... ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fls. 77v,78.

1426, outubro, 26, Gonçalo Dias de Espinho, testemunha de um contrato de bens da Albergaria de Jerusalém, ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fls. 78-78v.

1426, novembro, 25, Gonçalo Dias de Espinho, mordomo de Jerusalém, ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fls. 81-82.

1428, setembro, 06, Gonçalo Dias de Espinho, mordomo de Jerusalém, ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fls. 97.

1428, setembro, 21, Gonçalo Dias de Espinho, mordomo de Jerusalém, ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fls. 85, 85v.

1428, dezembro, 30, refe. a um ferragial de Gonçalo Dias de espinho, no caminho do Álamo. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 4, doc. 29.

1429, janeiro, 14. Ref/ a ferragial de Gonçalo Dias de Espinho, à Fonte da Gaga. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 13, doc. 28

1429, junho, 20, Gonçalo Dias de Espinho, mordomo de Jerusalém, ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fls. 88, 88v.

1429, julho, 22, Évora, casas de morada do tabelião. Gonçalo Dias de Espinho, escudeiro, morador na cidade, procurador e provedor de Jerusalém, ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fls. 88v, 89.

1430, junho, 09, Gonçalo Dias de Espinho, em nome do Hospital de Jerusalém, solicita o traslado de um contrato de bens da Albergaria. ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fls. 90,91v.

1442, novembro, 26, Évora, nas pousadas de Martim Casco, escudeiro, juiz ordinário, compareceram duas partes em contenda: Gonçalo Dias de Espinho, escudeiro; da outra parte, Lopo Gomes Pestana, confrade, alcaide de Jerusalém, e Estêvão Eanes Touregão, mordomo, em nome do hospital e dos seus confrades... Foi apresentado um acordo para pôr termo a uma demanda entre Gonçalo Dias de Espinho e o Hospital. Demanda relativa a *certas coisas* que Gonçalo Dias recebera em seis anos que fora mordomo do hospital: trigo, cevada e centeio, dinheiros, prata, roupas, alfaias, e sobre as despesas que se fizeram durante esse tempo. Contencioso também em torno de dois ferragiais, que Gonçalo Dias tomara de foro, do Hospital, por 25 soldos antigos. Contenda incide, ainda, sobre 12. 255 reais brancos, que foram achados para a dita conta que Gonçalo Dias de espinho mais despendera do que o que recebera e que lhe foram julgados, por sentença, por Martim Vicente, alcaide, que a conta tomara, a que João Mendes, Corregedor da Corte. Chega-se a acordo, considerando que Gonçalo Dias de Espinho era já homem velho, cansado e só, e muito amiúde doente, considerando também que a demanda era grande e que se podia

prolongar e que ele poderia receber *algum perigo em seu corpo fora de sua casa*. Levaram, ainda em linha de conta que ele era confrade antigo e tinha prestado muito serviço à Albergaria... pretendendo-se evitar discórdia e inimizade... Os confrades perdoam-lhe os 12 255 reais... mas, tomaram-lhe, em troca, os ferragiais, que logo foram metidos em pregão. Testemunhas: Rodrigo Eanes, alcaide pequeno, João Gonçalves, rendeiro. Tab. João Dias, ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fls. 104,104v, 105,105v.

1447, ref. a ferragial de Gonçalo Dias de Espinho, à Fonte da Gaga. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 20, doc. 67.

1450, fevereiro, 05, D. Afonso V confirma coutada da herdade da Peçena aos herdeiros de Gonçalo Dias de Espinho. Traslada-se uma carta de privilégios de D. Duarte, na qual se refere que Gonçalo Dias de Espinho, vassalo do rei, morador em Évora, afirma que o rei D. Fernando fizera doação a Afonso Pires, criado do rei, e a Diogo Fernandes, escudeiro, sogro de Afonso Pires, coutando-lhe a herdade das Peçena..., BPE, *Convento da Graça*, Livro 26, doc. 12.

1422, junho, 05, Lopo Dias de Espinho (irmão de Gonçalo Dias de Espinho) em sua casa, redige pelas próprias mãos o seu testamento. Escudeiro, morador em Évora, casado com Mor Afonso. Institui capela em S. Francisco de Évora e na igreja de S. Pedro da mesma cidade. O documento identifica vários membros da família, herdeiros, dos seus bens e administradores da Capela. Mor Afonso, sua mulher, que administrará os bens até à sua Morte. Seguem-se, por ordem, os filhos varões dos seus irmãos, em primeiro lugar de Beatriz Dias e, em 2ª opção de Gonçalo Dias. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 3, doc. 47. (o testamento, instrumento de aprovação e codicilo encontram-se trasladados nas *Capelas de Évora*. IANTT, Núcleo Antigo, n.º 276 – *Tombo das Capelas de Évora*, fls. XCI-XCIII).

Referências bibliográficas:

Maria Ângela BEIRANTE, *Évora na idade Média...*, p. 542.

Nota biográfica

Trata-se de um homem que passou pontualmente pela governação e que terá exercido, em período anterior, as funções de almojarife. É um dos poucos casos em que se verifica a presença de gente ligada à administração régia periférica no Concelho. Uma situação, de facto, muito pouco usual entre os que exerceram cargos concelhios.

Cargos concelhios:

1416/1417 – Vereador

Outros cargos:

Reuniões:

Referências documentais:

1417, fevereiro, 20, Gonçalo Eanes, que foi almojarife, vereador, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 65v-66v.

Referências bibliográficas:

Nota biográfica

Gonçalo Esteves é oriundo de um família eborense que assumiu algum protagonismo na cidade e no Concelho a partir da década de sessenta de Trezentos, proporcionado pelas relações clientelares e pela riqueza expressa na detenção de um significativo património urbano, periurbano e rústico.

Gonçalo Esteves era filho de Estêvão Eanes Feltreiro que muito provavelmente corresponderá ao juiz que exerceu funções concelhias em 1367/1368 e foi mordomo da Albergaria de Jerusalém (cf. nota biográfica n.º 28). O biografado era sobrinho de Constança Eanes Feltreiro que fundou capela em S. Francisco, e que foi casada com Estêvão Eanes Dente, que supomos integrar a rede clientelar dos Cogominho.

Muito embora não se incluíssem entre as famílias de primeira linha, os Feltreiro tiveram alguma influência no seio do círculo governativo, testemunhada pela presença de diversos membros deste grupo no Concelho e pela sua capacidade de perpetuação no governo municipal, ao longo de, pelo menos, três gerações.

Na primeira década de Quatrocentos, para além de Gonçalo Eanes Feltreiro, que reincidiu por diversas vezes no cargo de vereador, constata-se também a presença, nos elencos camarários, do seu irmão, Lopo Esteves Feltreiro, que exerceu igualmente as funções de vereador (cf. nota biográfica n.º 94).

Na geração seguinte, a continuidade do grupo familiar no Concelho fez-se por via de Rodrigo Esteves “Conto e Meio”, identificado como “neto do Feltreiro”, que desempenhou as funções de vereador e que se manteve próximo da administração municipal até cerca de meados de Quatrocentos (cf. nota biográfica n.º 158).

A ligação dos Feltreiro ao poder municipal reforçou-se também por via das alianças com outros indivíduos e outras famílias ligadas à governação. Nos anos iniciais de Quatrocentos vamos encontrar Rodrigo Esteves “Conto e Meio” casado como Mor Afonso, filha de João Murzelo, “o velho”, homem também ele fortemente envolvido na governação (cf. nota biográfica n.º 86).

No ano de 1416/1417, genro e sogro integram o mesmo elenco camarário, este como juiz, aquele como vereador, contando-se ainda, nos anos seguintes, com a presença, nos cargos, de João Murzelo “o moço”, filho de João Murzelo “o velho” e cunhado de Rodrigo Esteves.

Estamos, pois, face a uma densa teia de relações, que deixa evidente a força que o parentesco assumia no acesso e manutenção no governo municipal.

Cargos concelhios:

1401/1402 – Vereador
1408/1409 – Vereador
1414/1415 – Vereador

Outros cargos:

Reuniões:

1414, janeiro, 13, presente nos Paços do Concelho, como testemunha

Referências documentais:

- 1402, abril, 01, Gonçalo Esteves Feltreiro, Vereador. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 25-27.
1402, abril, 04, Gonçalo Esteves Feltreiro, Vereador. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 27v-28v.
1402, maio, 13, Gonçalo Esteves Feltreiro, Vereador, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 28v-29v, fls. 31v-33. fls. 38-39v.
1402, maio, 27, Gonçalo Esteves Feltreiro, Vereador. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Pequeno de Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 34v-35v.
1402, agosto, 29, Ref. a Vinha no termo da cidade, ao rebentão, de Gonçalo Esteves Feltreiro, BPE, *Pergaminhos Avulsos*,

Pasta 3, doc. 14.

1406, setembro, 02, Os filhos de Gonçalo Esteves Feltreiro são agraciados no testamento de Constança Eanes Feltreiro, irmã de Estêvão Eanes Feltreiro, viúva de Estêvão Eanes Dente, com 100 libras. São, ainda, agraciados outros feltreiros: Fernão Lopes, filho de Lopo Esteves Feltreiro, com 1000 reais de 3 libras e meia e Catarina Lourenço, sobrinha do Feltreiro. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 4, doc. 22.

1408, julho, 21, Gonçalo Esteves Feltreiro, Vereador. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 50-50v.

1414, janeiro, 13, Gonçalo Esteves Feltreiro, presente nos Paços do Concelho, como testemunha de um contrato de bens concelhios. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 63-63v.

1414, novembro, 28, Gonçalo Esteves Feltreiro, Vereador. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 64v-65.

1427, fevereiro, 11, Gonçalo Esteves Feltreiro é testemunha do aforamento de uma herdade, das freiras de S. Bento de Castris, localizada em Fonte Boa, no termo da cidade. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 5, doc. 63.

s/d (doc. Truncado) ... Avença entre os herdeiros de Estêvão Eanes Feltreiro e a Albergaria de Jerusalém, de que este fora mordomo, ficando por pagar algumas dívidas... no sentido de evitar contencioso, Lopo Esteves Feltreiro e o seu irmão, Gonçalo Esteves Feltreiro, filhos de Estêvão Eanes, estabelecem acordo coma Albergaria, propondo-se entregar certos bens como forma de pagamento ... as respetivas mulheres dão a sua anuência á decisão dos respetivos maridos (...) Mécia Afonso, mulher de Lopo Esteves feltreiro, anuí com avença Testemunhas: Gonçalo Esteves Feltreiro, Vasco Fernandes, Pº Esteves.

No mesmo dia, nas casas de morada do dito Gonçalo Esteves Feltreiro, estando ai Constança Gil, disse que concordava com a dita avença... que o seu marido fizera com os Hospital. Testemunhas: Rodrigo Esteves Gordo, Lopo Esteves, tecelão.

No mesmo dia e era, nas casas que foram de Lopo Rodrigues Façanha, onde pousa Afonso Esteves, juiz por el rei, compareceu Rui Martins, escudeiro, teedor dos filhos menores de dito Estêvão Eanes feltreiro, e Estêvão Eanes, alferes da dita cidade, testamenteiro do dito Estêvão Eanes já passado, e disseram que por eles com os outros filhos maiores do dito Estêvão Eanes, para se escusarem a preito e demanda que poderia haver com o dito hospital de Jerusalém, pelos frutos e novos e rendas do dito Hospital, que o dito Estêvão Eanes, sendo vivo, recebera e havia gerido como seu mordomo, fazem avença com o Hospital. Os herdeiros de Estêvão Eanes Feltreiro dão ao hospital umas casas, que eles tinham à Porta Nova, a par do Monturo dos Oleiros. Pedem autorização ao juiz, que lha concedeu. Testemunhas: Brás Domingues, tabelião; Vasco Durães, Lourenço Eanes.

Depois disto, aos dois dias de junho da sobredita Era, estando presente Pedro Eanes, alcaide do Hospital, e Rui Martins, também alcaide, e curador dos filhos menores do dito Estêvão Eanes Feltreiro, o testamenteiro e Lopo Esteves Feltreiro e Gonçalo Esteves Feltreiro, filhos de Estêvão Eanes Feltreiro, concretizam a entrega e posse das ditas casas ao Hospital. Testemunhas: Martim Rodrigues, tabelião; Vasco Martins, escrivão da Correição; João Eanes, que foi anadel...". ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fls. 21, 21v.

1445, julho, 23, Ref. a vinha que foi de Gonçalo Esteves Feltreiro, BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 13, doc.170.

Outros dados:

1356, entre as testemunhas de um contrato de Santiago, encontra-se Vasco Lourenço Feltreiro, BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 20, doc. 68.

1362, agosto, 02, referência à alcaria do *Feltreiro*. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 5, doc. 10.

1365, novembro, 17. Refe. À Horta do Feltreiro, no caminho de Montemor-O-Novo. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 19, fls. 16-16v.

1376, Constança Eanes, viúva de Estêvão Eanes Dente, Moradora na Rua do tinioso, que instituíra capela em S. Francisco, anexa um codicilo ao seu testamento, feito em Évora, nas casas de morada da testadora, em 21 de outubro da era de 1406 (JC1368). Concede todos os bens que tem em, Évora, a Leonor Lourenço, sua sobrinha, filha de Lourenço Eanes, seu irmão. Leonor Lourenço, herdeira, é casada com Estêvão Eanes candeeiro, morador e vizinho de Évora, e aos seu filho varão... caso não haja descendentes, manda que a administração da capela a Gonçalo Esteves (Feltreiro), filho de Estêvão Eanes (Feltreiro), irmão da testadora. Institui serviços religiosos por alma do seu marido e dos seus pais. As suas filhas estavam enterradas em S. Domingos, onde institui aniversários...Testemunhas: Constança Eanes, testadora; Estêvão Eanes Feltreiro, Lopo Esteves Feltreiro, seu filho, Afonso Eanes, escrivão da Correição e Diogo Domingues, seu Homem, Vasco Gonçalves, raçoeiro de Santo Antão, Martim Afonso, João Eanes Namorado; João Domingues, lavrador. São muitos os bens anexos, entre os quais casas na praça, hortas, abaixo de S. Lázaro, e diversas herdades... IANTT, Núcleo Antigo, n.º 276 – *Tombo das Capelas de Évora*, fls. LXXX-LXXXIII.

1409, referência ao ferragial do *Feltreiro*, BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 24, doc. 39.

Referências bibliográficas:

Nota biográfica

Não sabemos muito sobre este Gonçalo Esteves, nem sobre outros indivíduos que usaram o apodo/alcunha “Quadril de Pega” como identificativo familiar. Muito provavelmente era filho de Estêvão Domingues Quadril de Pega, que poderá corresponder a um dos homens que surge no concelho na década de setenta de Trezentos (cf. nota biográfica n.º 27).

Tendo em atenção as referências que vamos encontrando relativas à detenção de herdades e de outros bens rústicos, no termo da cidade, estaremos, decerto, face a um grupo de indivíduos para quem a riqueza obtida pela posse e exploração da terra poderá ter constituído um vetor importante para o protagonismo que tinham na cidade e nas suas instituições.

A escassez de dados não nos permite identificar o seu quadro de relações clientelares que, decerto, terá favorecido a sua entrada na governação. Não sendo um dos grupos mais influentes, ocupando, aparentemente, uma posição de segunda linha, na gestão municipal, os Quadril de Pega foram, ainda assim, conseguindo a colação de diversos membros entre os dirigentes concelhios.

Sendo real a possibilidade do juiz Estêvão Domingues corresponder ao pai de Gonçalo Esteves, estaríamos face a mais um caso de passagem *hereditária* de poder no interior do círculo governativo. No caso vertente reforçada pela presença de dois filhos do juiz na governação, já que para além do Gonçalo Esteves se constata também a presença de João Esteves Quadril de Pega, seu provável irmão, que igualmente exerceu as funções de vereador (cf. nota biográfica n.º 78).

A representação familiar era ainda ampliada pela presença de um outro homem que usou o mesmo apodo. Referimo-nos a Vicente Lourenço Quadril de Pega, detentor de uma herdade que confrontava com João Esteves Quadril de Pega, sendo plausível que ambos fossem oriundos do mesmo grupo familiar (cf. nota biográfica n.º 177).

A pouca solidez do *nome de família* e o desconhecimento dos laços que manteriam com outros grupos que integravam o círculo governativo, impedem-nos de tentar acompanhar o percurso concelhio desta família, que muito provavelmente se manterá ligada aos cargos nas gerações seguintes.

Cargos concelhios:

1423/1424 – Vereador

Outros cargos:

Reuniões:

Referências documentais:

1423, outubro, 06, Gonçalo Esteves Quadril de Pega, vereador, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Pequeno de Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 73v- 74.

1424, fevereiro, 10, Gonçalo Esteves Quadril de Pega, vereador, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Pequeno de Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 74-75.

1424, junho, 21, Gonçalo Esteves Quadril de Pega, vereador, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Pequeno de Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 75-76.

1426, fevereiro, 10, Gonçalo Esteves Quadril de Pega, confrade do Santo Espírito, presente em contrato de bens da Albergaria. ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos das Albergarias ou Hospitais do Corpo de Deus da Sé, do Santo Espírito, S. Bartolomeu e S. Gião* (n.º 63), fls. 74v-75.

1429, julho, 07, Gonçalo Esteves Quadril de Pega, confrade do Santo Espírito, presente em contrato de bens da Albergaria. ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos das Albergarias ou Hospitais do Corpo de Deus da Sé, do Santo Espírito, S.*

Bartolomeu e S. Gião (n.º 63), fls. 72v-73v, 74.

1434, fevereiro, 24, Gonçalo Esteves Quadril de Pega, testemunha de uma contenda entre o cabido e Rodrigo Afonso Fuseiro sobre a posse de uma herdade, chamada do porro... ACSE, CEC 3 /VII c) *Livro terceiro de sentenças e concertos que o cabido houve contra as partes* fls. 79- 81v.

Outros dados:

1433, julho, 13, referência a herdade, no Degebe, que parte com Estêvão Eanes Quadril de Pega, IANTT, *Leitura Nova, Odiana*, lv. 4, fls. 113v-114v.

Referências bibliográficas:

Nota biográfica

Pouco podemos adiantar sobre este homem que terá passado pontualmente pelo cargo de procurador no início da década de vinte.

Cargos concelhios:

1419/1420 – Procurador

Outros cargos:

Reuniões:

Referências documentais:

1419, novembro, 11, Gonçalo Esteves “Brua Pouco”, um dos procuradores do Concelho. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 66v-67v.

Referências bibliográficas:

Nota biográfica

Os dados que temos sobre este homem são muito escassos. O seu apelido surge fugazmente na cidade na segunda metade de Trezentos, mas sobre os que o usaram pouco sabemos.

Cargos concelhios:

1388/1389 – Vereador

Outros cargos:

Reuniões:

1383, 25 de Julho, Um dos homens bons que assistem à nomeação dos procuradores para jurarem o contrato de casamento de D. Beatriz

Referências documentais:

1383, julho, 25, Gonçalo Fava é um dos homens bons que assiste à nomeação dos procuradores para jurarem o contrato de casamento de D. João I de Castela com D. Beatriz, ... Salvador Dias ARNAUT, *op. cit.*, pp. 430-431.

1388, dezembro, 19, Gonçalo Fala (ou Fava), vereador, ADE, Arquivo Municipal, *O Livro das Posturas Antigas da cidade de Évora*, fl. 20v.

Outros dados:

1314, entre as testemunhas de um contrato de bens da igreja de Santiago de Évora, constata-se a presença de um Pº Fava, BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 24, n.º 15.

1394, um Gonçalo Pires Fava e Clara Geraldês, sua mulher, moradores em Évora, são detentores de uma casa na Judiaria, que pretendem aforar a judeus, necessitando para isso de autorização. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 16, doc. 77 e BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 12, doc. 70.

Referências bibliográficas:

Nota biográfica

Gomes Martins Zagalo é filho de Martim Pires Zagalo, vassalo do rei D. Pedro, que lhe deu carta de coutada para uma sua herdade, situada no termo de Évora. Segundo Anselmo Braamcamp Freire, o pai do biografado seria descendente de Martim Eanes Zagalo, contemporâneo de D. Afonso III, um dos povoadores da vila de Monsaraz.

Gomes Martins é, pois, oriundo de uma família da cavalaria vilã, grande detentora de bens fundiários na região de Évora, que desde cedo recolheu a proteção régia.

À semelhança de tantos outros vassallos do Rei que se movimentavam próximo da governação da cidade de Évora, também Gomes Martins Zagalo tomou o partido do *Mestre* no contexto da crise dinástica. Participou ativamente nos conflitos militares que então tiveram lugar, ao lado dos Lobo, dos d'Arca, dos Façanha e de muitos outros da cidade. Nos finais de Trezentos, surge ainda envolvido em ações militares, correspondendo muito provavelmente a Gomes Martins, escudeiro e criado do rei, que vemos numa das muitas incursões levadas a cabo em terras castelhanas, descrita por Fernão Lopes. Não se estranha, por isso, que o cronista o coloque entre os homens que mais se destacaram, em Évora, no apoio à causa do *Mestre*.

Gomes Martins foi agraciado por D. João I, tendo, entre outros privilégios, recebido, em 1395, a confirmação de uma carta de coutada que o rei D. Pedro havia concedido ao seu pai.

Apesar de se movimentar próximo do município e de possivelmente ter nele capacidade de influência, a sua passagem pela governação efetiva da cidade não parece ter sido muito evidente. Encontramo-lo, apenas, como vereador em 1415/1416. Este ano terá, decerto, marcado o fim da sua relação com administração da cidade, que não tem, aliás, continuidade nas gerações futuras, já que não encontramos nenhum dos seus descendentes nos cargos. Tal deve-se, muito provavelmente, ao facto dos interesses familiares deste ramo dos Zagalo se terem deslocado para outras zonas do atual Alentejo, onde os vamos encontrar nas gerações seguintes.

É o caso do seu filho Diogo Gomes Zagalo, escudeiro e criado de D. Duarte, e por ele agraciado, que surge como juiz ordinário de Estremoz.

Cargos concelhios:

1415/1416 – Vereador

Outros cargos:

Reuniões:

1402, maio, 13, Presente como homem bom em reunião de vereação

Referências documentais:

1380, dezembro, 09, Martim Pires Zagalo, confrade da Albergaria do Corpo de Deus da Sé, ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos das Albergarias ou Hospitais do Corpo de Deus da Sé, do Santo Espírito, S. Bartolomeu e S. Gião* (n.º 63), fls. 95-95v.

1391, julho, 30, Confrade da Albergaria de S. Salvador, da rua das fontes, ADE, Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fl. 19v.

1395, setembro, 4, Coimbra. Coutada a Gomes Martins Zagalo, vassalo do rei, morador na cidade de Évora de uma herdade que D. Pedro havia já coutado a seu pai, Martim Pires Zagalo. É no termo da cidade, no caminho de Alcácer, IANTT, *Chancelaria de D. João I*, Livro II, fls. 106-106v.

1402, maio, 13, Gomes Martins Zagalo, presente como homem bom em reunião de vereação ADE, Arquivo Municipal, Livro Primeiro de Pergaminho (n.º 67), fls. 31v-33.fl. 38-39v. Nesse mesmo dia, coloca-se, em reunião de vereação, uma questão a ele respeitante: "O Corregedor apresentou uma ordenação régia relativa ao encerramento das travessas... Perante eles, compareceu Gomes Martins Zagalo, vassalo do rei, morador na cidade, que mandou encerrar uma travessa pequena do dito Concelho... No sentido de se solucionar a questão, propõe-se o estabelecimento de um foro... dois homens jurados, enviados

pelo corregedor, avaliaram o foro a pagar, estabelecendo que o mesmo seria de 20 soldos antigos, a pagar pela Páscoa. Foi-lhe pedido que desse ao Concelho uma possessão pela qual se recebesse o foro. Foi confirmado, em sua casa, por Beatriz Afonso, sua mulher. Foi concedido o foro de uma casa, na “putaria velha”, que parte com outras casas e com azinhaga dele, Gomes Martins Zagalo..., *Ibidem*, fls. 33-34v.

1411, Ref. a herdade que foi de Martim Pires Zagalo, na Fonte Boa. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 3, doc. 24.

1416, junho, 22, Gomes Martins Zagalo, vereador. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 65-65v.

1434, janeiro, 01, Doação dos bens que foram de Gomes Martins Zagalo (casas, adegas, cavalariças e vinhas em Évora) a Diogo Gonçalves de Macedo, criado do rei, IANTT, *Chancelaria de D. Duarte*, L.º 1, fl. 11.

1437, março, 15, Doação de bens em Estremoz e em Elvas e nos respetivos termos, a Diogo Gomes Zagalo, criado e escudeiro da casa real, tomados por fiança a seu pai, Gomes Martins Zagalo, IANTT, *Chancelaria de D. Duarte I*, liv. 1, fol. 144.

1463, janeiro, 25, Confirmação de coutada a Diogo Gomes Zagalo, escudeiro, criado de D. Duarte, do lugar que fica em Vila Fernando, IANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 17, fl. 50.

1465, janeiro, 15, Diogo Gomes Zagalo, escudeiro e juiz ordinário de Estremoz, BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 15, n.º 64, doc. 1.

Gomes Martins Zagalo é identificado na Crónica de Fernão Lopes, como um dos apoiantes do Mestre na cidade. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, Vol. I, Porto, Civilização, 1991, cap. CLIX, p. 341.

Gomes Martins, escudeiro e criado do rei, participa em incursões militares em Castela, nas proximidades da fronteira, Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, Vol. II, Porto, Civilização, 1991, cap. CLXXV, p. 386.

Gonçalo Miguéns, Primo de Martim Pires Zagalo, aniversário na Sé, ACSE, *CEC 4 – XVII*, fl. 95v.

Referências bibliográficas:

Manoel Felgueiras GAYO, *op. cit.*, Tomo XXVIII, pp. 293-295.

D. Luiz de Lencastre e TÁVORA, *Dicionário das Famílias Portuguesas*, Lisboa, Quetzal Editores, 1999, p. 361.

Nota biográfica

Os dados que temos sobre este homem não permitem adiantar muito em relação à opinião aceite pelos genealogistas que o dão como descendente de Francisco Mendes de Brito, criado do Rei, que esteve na tomada de Ceuta e em outras contendas africanas na centúria de Quatrocentos. Não sabemos, também, se este Gonçalo Mendes de Brito corresponde a um dos filhos de Francisco de Brito ou a um dos seus netos, com o mesmo nome, filho de Rui Mendes de Brito I, que tinha ligações a Évora.

Seja como for, ele será sempre oriundo de uma família que foi consolidando a sua posição pelo serviço régio, contando-se entre os seus membros diversos escudeiros, criados e pajens dos monarcas e dos infantes.

A sua provável ligação a outros detentores do mesmo apelido que surgem em Évora e no Concelho, caso de Diogo Lopes de Brito (cf. nota biográfica n.º 26) e de Fernando Afonso Cicioso (cf. nota biográfica n.º 35), assim como a sua proximidade face à coroa, constituem fatores que não terão sido indiferentes para a sua nomeação como regedor, cargo em que o vemos investido em 1430, que naturalmente lhe conferia algum ascendente no andamento da administração.

Não é também improvável que Gonçalo Mendes de Brito pudesse ser tio ou irmão de Rui Mendes de Brito II que, nos finais do Século XV, foi vereador de Lisboa. Cidade cortesã onde, tal como em Évora, os grupos ligados à administração municipal, surgem fortemente envolvidos com o serviço régio.

Para os Brito, como para tantos outros grupos familiares ligados às realidades urbanas mais pujantes, o controlo das instituições citadinas e o envolvimento com coroa constituíam-se como vetores essenciais das suas trajetórias de afirmação social.

Cargos concelhios:

1430/1431 – Regedor

Outros cargos:

Juiz *em logo* de João Vasques de Pedroso, juiz pelo Rei

Reuniões:

Referências documentais:

1430, julho, 22, Évora, Gonçalo Mendes de Brito, Juiz *em logo* de João Vasques de Pedroso, juiz pelo Rei, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 85v-86.

1431, maio, 17, Regedor. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 88-88v.

Referências bibliográficas:

Manoel Felgueiras GAYO, *op. cit.*, Tomo VII, pp. 75- 82.

Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões...*, vol. II, pp. 98-99.

Nota biográfica

Os poucos dados que temos tornam difícil a identificação deste homem, que passou pelas funções de vereador nos inícios de Quatrocentos e que teve, aparentemente, uma relação esporádica com a administração da cidade.

Não sabemos se o termo “loução”, que surge associado ao seu nome e patronímico, corresponde a uma alcunha pessoal ou se é já um nome de família. Mas, mesmo que fosse este último o caso, torna-se difícil estabelecer a sua relação com outros detentores desse mesmo apelido que vamos encontrando em Évora, desde as primeiras décadas do Século XIV.

Muito embora não o possamos confirmar, é possível que este homem corresponda a um Gonçalo Nunes que esteve presente no *ato de preito e menagem*, um dos grandes atos públicos de apoio à causa do Mestre de Avis, que ocorreu, na cidade, em 1384. A ser assim, ele seria mais um dos apoiantes do Mestre que acabou por ter um papel ativo na governação da cidade.

Cargos concelhios:

1402/1403 – Vereador

Outros cargos:

Reuniões:

Referências documentais:

1384, dezembro, 18, Um Gonçalo Nunes está presente no ato de preito e menagem ao Mestre, que ocorreu no adro da Sé de Évora. ACSE, *RR5a*), publicado por Maria Ângela Beirante, “O Alentejo na 2.ª Metade do Século XIV – Évora na crise de 1383-1385”, *Estudos Medievais*, Porto, Nº7, 1986, p. 119-154.

1402, julho-22, vereador. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 37, 37v.

1402, dezembro-08, vereador, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 37v-38.

1410, março, 26, Évora, Nas casas onde mora Martim Lopes Lobo, escudeiro, alcaide da Albergaria de Jerusalém. Lopo Afonso, mordomo e procurador, em nome do Hospital, aforam uma casa com seu quintal, no arrabalde de S. Mamede, parte com João Afonso, genro de Gonçalo Nunes Loução, ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fls. 46-47.

1414, abril, 18, Gonçalo Nunes Loução, escudeiro; testemunha de contrato relativo a bens da Albergaria do Corpo de Deus da Sé. ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fls. 55v, 56.

1425, julho, 08, Évora, Confrade da Albergaria do Corpo de Deus, ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos das Albergarias ou Hospitais do Corpo de Deus da Sé, do Santo espírito, S. Bartolomeu e S. Gião*, (n.º 63), fls. 112v, 113, 113v.

Referências bibliográficas:

Nota biográfica

É provável que este homem corresponda a Gonçalo Pires de Elvas que surge referenciado como Regedor do povo miúdo, no ato de preito e menagem ao Mestre como defensor do reino, que aconteceu na cidade de Évora, em 1384.

Apesar do papel que o *povo miúdo* teve no arranque dos acontecimentos, despoletando as revoltas, nenhum dos que integravam esses segmentos da sociedade urbana esteve diretamente presente nesse grande ato público de manifestação de apoio à causa do Mestre. Nessa reunião alargada, que aconteceu no adro da Sé, os *minores* foram representados por dois regedores: muito possivelmente pelo biografado e por Pedro Esteves, escolar.

Entre as mais de cem personalidades que estiveram presentes, onde se contam os dignitários da Sé, os membros do Concelho, muitos fidalgos, escudeiros e cidadãos não se encontra, de facto, qualquer membro oriundo desses segmentos sociais urbanos. O movimento que numa primeira fase, tinha assumido uma clara feição de revolta popular, ganhava, agora, um cariz bem diferente.

Não deixa, ainda assim, de ser significativo que nesse ato, e no seio da nata da sociedade urbana, surjam dois regedores do povo miúdo, cuja presença constitui, talvez, o reconhecimento do papel que a *gente miúda* teve em todo o processo.

Não sabemos objetivamente se esses regedores terão sido nomeados para o efeito ou se constituíam uma representação mais institucionalizada que seria chamada, ao Concelho, quando a situação o justificasse. Contudo, tendo em atenção o fraco peso político que esses segmentos sociais assumiam na cidade, estamos em crer que os regedores em causa terão sido nomeados para o efeito, numa decisão talvez justificada pelo envolvimento e pelo papel que terão tido em todo o processo.

Não conhecemos, também, as razões que terão justificado a escolha de Gonçalo Pires para representar o povo miúdo, nem qual o seu papel, nem a relação que teria nos meios sociais que representava.

Não é provável que Afonso Pires, nem o outro regedor do *povo miúdo*, identificado como escolar, se movimentassem nesses meios. Serão decerto, homens que pessoal ou familiarmente terão realizado trajetórias ascensionais que os foram aproximando das realidades administrativas e da elite dirigente da cidade.

Seja como for, pelo menos para Gonçalo Pires, que vemos, posteriormente no Concelho, como juiz e procurador, o papel que desempenhou naqueles momentos decisivos da luta pelo poder, terá contribuído para reforçar os seus laços com a elite dirigente e a governação da cidade.

Cargos concelhios:

s/d – Juiz Ordinário
1395/1396 – Procurador do
Concelho

Outros cargos:

Regedor do povo miúdo no ato
de preito e menagem ao
Mestre como defensor do reino

Reuniões:

1385 - Presente na definição de
posturas

Referências documentais:

1384, dezembro, 18, Um Gonçalo Pires de Elvas é um dos regedores do *povo miúdo* no ato de preito e menagem ao Mestre, que ocorreu no adro da Sé de Évora. ACSE, *RR5a*), publicado por Maria Ângela Beirante, “O Alentejo na 2.ª Metade do Século XIV – Évora na crise de 1383-1385”, *Estudos Medievais*, Porto, N.º7, 1986, p. 119-154.

1385, s/d, Gonçalo Pires presente, provavelmente, como homem bom na definição de posturas, acompanhando o restante

elenco camarário. ADE, Arquivo Municipal, *O Livro das Posturas Antigas da Cidade de Évora*, fl. 53.

1393, janeiro, 09, Gonçalo Pires, provavelmente como homem bom, acompanha o restante elenco camarário na definição de posturas. ADE, Arquivo Municipal, *O Livro das Posturas Antigas da Cidade de Évora*, fl. 68v.

1395, novembro, 27, Gonçalo Pires, procurador do Concelho. ADE, Arquivo Municipal, *O Livro das Posturas Antigas da cidade de Évora*, fl. 69v.

11 de janeiro, Gonçalo Pires, juiz, presente na elaboração de posturas, ADE, Arquivo Municipal, *O Livro das Posturas Antigas da Cidade de Évora*, fl. 51v.

Referências bibliográficas:

Nota biográfica

Gonçalo Rodrigues da Fonseca, escudeiro e vassalo do rei, integrava um dos ramos dos Fonseca instalados na cidade, onde o mesmo era vizinho e morador.

Sobre o seu quadro familiar, sabemos que era sobrinho de Teresa Eanes da Fonseca, segunda mulher de Fernão Lopes Lobo, que, em 1427, instituiu um morgadio, a partir de um conjunto de bens localizados no Esporão, no termo de Monsaraz, cuja administração deixou precisamente a Gonçalo Rodrigues da Fonseca.

Face a este quadro de relações não parece estranha a forte ligação que Gonçalo Rodrigues da Fonseca teve com a administração municipal, que se manteve durante cerca de duas décadas, ao longo quais passou pelas funções de procurador e de juiz concelhio.

A presença deste ramo familiar dos Fonseca na administração da cidade transpôs-se para a geração seguinte, onde vamos encontrar, entre os oficiais do Concelho, Álvaro Gonçalves da Fonseca, filho do biografado, legitimado por D. João I, em 1390, que desempenhou, por diversas vezes, as funções de juiz concelhio na década de cinquenta de Quatrocentos.

Sobre este homem sabemos que disputou a administração do morgadio do Esporão, a Nuno Fernandes Lobo, enteado de sua mãe, conseguindo entrar em posse do vínculo, que se manterá em mãos dos seus descendentes, resultantes do seu casamento com Catarina Ribeiro.

Não sabemos muito sobre a esposa de Álvaro Gonçalves da Fonseca, mas ela integrará, decerto, um dos ramos secundários dos Ribeiro, uma família que, tal como os Fonseca, se movimentava próxima da coroa. A esse mesmo grupo, deverá pertencer, também, Martim Ribeiro que vemos, igualmente, envolvido com a administração municipal. A presença dos Fonseca e dos Ribeiro na cidade e na administração, a partir das primeiras décadas do Século XV, são bem o espelho da crescente projeção sociopolítica da cidade e da sua aproximação aos meios cortesãos.

Da união entre Álvaro Gonçalves da Fonseca e Catarina Ribeiro, conhecem-se três filhas, que são, portanto netas do biografado. Leonor Rodrigues da Fonseca, casada com Álvaro Mendes de Vasconcelos, que será o administrador do Morgado do Esporão. Isabel da Fonseca, que se consorciou com Fernão Martins de Paiva. Um homem que exerceu também funções concelhias, como juiz, dando, assim, sequência ao papel governativo do seu pai, Martim Afonso de Paiva (Cf. Nota biográfica n.º 123), e do seu tio, Vasco Martins de , que passaram pela administração municipal nas décadas centrais de Quatrocentos. A terceira filha é Maria da Fonseca, mulher da *pobre vida*, ligada a um beatério que tomou, precisamente, o seu nome.

O percurso dos descendentes de Gonçalo Rodrigues da Fonseca deixa, pois, evidente a importância que o envolvimento com as oligarquias urbanas e o controlo da administração local assumiam nas suas e lógicas e estratégias familiares.

Cargos concelhios:

1404/1405 – Procurador

1425/1426 – Juiz do Crime

Outros cargos:

Reuniões:

1414, novembro-28

Referências documentais:

- 1390, março, 08, carta de legitimação de Álvaro Gonçalves, filho Gonçalo rodrigues da Fonseca, escudeiro, vassalo do rei, morador em Évora, e de Margarida Afonso, ambos solteiros, IANTT, Chancelaria de d. João I..., Livro IV, fl. 102.
- 1404, dezembro, 20, Gonçalo Rodrigues da Fonseca, procurador do Concelho. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 40-41.
- 1408, agosto, 11, Sintra. Coutada a Gonçalo Rodrigues da Fonseca, morador em Évora, de uma sua herdade, no termo da cidade, que parte com Quadril de Pega (que é coutada por carta de D. João I), com herdade de Vasco Mendes, também coutada por D. João I, com herdade de Vasco Mendes, idem, com herdade de Rui Lourenço Gramaxo, também coutada, com herdade de João Afonso Fuseiro, igualmente coutada por D. João I, IANTT, *Chancelaria de D. João I*, Livro III, fl. 76.
- 1414, novembro-28, Gonçalo Rodrigues da Fonseca presente em reunião de vereação, sem cargo identificado. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 64v-65.
- 1419, março, 27, Évora. Referência a coutada de Gonçalo Rodrigues da Fonseca junto ao Xarrama, no termo da cidade. IANTT, *Chancelaria de D. João I*, Livro IV, fl. 36.
- 1419, outubro, 17, Ref. à ama de Gonçalo Rodrigues da Fonseca. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 16, doc. 15.
- 1421, julho, 15, Ref. a uma vinha, no caminho do Vimieiro, que parte com Gonçalo Rodrigues da Fonseca. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 3, doc. 45.
- 1421, agosto, 23, Ref. a uma adega, acerca da Rua dos Mercadores, na Rua de Gonçalo Rodrigues da Fonseca. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 71v-72.
- 1425, outubro, 17, Gonçalo Rodrigues da Fonseca. Juiz do crime. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 76-77v.
- 1434, março, 30, Évora, Albergaria de S. João. Aforamento de casas a Fernão Gonçalves, criado de Gonçalo Rodrigues da Fonseca. ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital do Corpo de Deus de Santo Antoninho* (n.º 61), fls. 90, 90v.
- 1435, junho, 08, Ref. às casas na Rua de Gonçalo Rodrigues da Fonseca, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 100v-101.
- 1445, maio, 25, Ref. a Fernão Gonçalves, criado de Gonçalo Rodrigues da Fonseca. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 13, doc. 151.
- 1454, janeiro, 19, Casas, acerca da Rua dos Mercadores, na Rua que foi de Gonçalo Rodrigues da Fonseca, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 118v-119.
- 1455, agosto, 28, Casas acerca da rua dos mercadores, na Rua que foi de Gonçalo Rodrigues da Fonseca, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 121-121v.
- Álvaro Gonçalves da Fonseca:
- 1456, novembro, 24/1457-Julho-23/1457-setembro-07/1458-janeiro-21/1458,março-18/ Álvaro da Fonseca, escudeiro, juiz da cidade, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 123v-124, 124-125, 125-125v, 126v-127,127-127v.
- 1461, dezembro, 7, Álvaro da Fonseca testemunha de contrato de bens da igreja de Santiago de Évora. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 20, doc. 29.
- 1472 Partilha dos bens que ficaram a Fernão Martins de e Isabel da Fonseca, por morte de Álvaro da Fonseca e Catarina Ribeiro, entre os bens uma herdade, em Pardielas, e uma vinha na Lage. Testemunhas Vasco Martins de . BPE, santa Catarina de Sena, Livro 85, doc. 27. BPE, *S. João Evangelista*, Livro 12, 56. (doc. 276).
- Martim Ribeiro, Escudeiro:
- 1402, agosto, 04, Martim Ribeiro e Afonso Álvares, seu criado, são testemunhas de contrato de Santiago. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 13, doc. 165.
- s/d, 11 de agosto, Martim Ribeiro, presente, como homem bom, na elaboração de posturas, ADE, Arquivo Municipal, *O Livro das Posturas antigas da cidade de Évora...*, fl. 51v.
- 1408, janeiro, 20, Presente, enquanto homem bom, em reunião de vereação. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 47v-48.
- 1409, janeiro, 02, Ref. a vinhas, na Gouveia, termo da cidade. Uma delas, parte com azinhaga e com Martim Ribeiro, escudeiro, ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fls. 61, 61v.
- 1411, novembro, 15, Martim Ribeiro, escudeiro, testemunha, em Santa Maria da Tourega, onde o prior de S. Francisco apresentou ao Bispo D. Diogo, uma carta de D. João I, relativa a este mosteiro. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 2, doc. Sf. 13.
- 1420, setembro, 06, testemunha de um aforamento de bens concelhios, realizado nos Paços do Concelho, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 68-68v.
- 1430,janeiro,21, procurador dos fidalgos. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 86v-87.
- 1469, março, 03, Martim Ribeiro, fidalgo da casa do Infante d. Fernando, e Isabel Cerveira, moradores na cidade, compram uma casa, que foi adega, na Rua de Diogo Godinho. BPE, Fundos Conventuais, *S. João Eavangelista*, Livro 12, doc. 76.
- 1469, abril, 18, testemunha de consentimento de venda de bens da igreja de Santiago. ACSE, CEC 3 – VI, Fl. 6v-7v.
- 1470, Ref. a Martim Ribeiro, fidalgo da casa do infante D. Fernando, é testemunha de encampação de bens de S. Pedro. Um Gonçalo de Pina é seu criado. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 3, doc. 97. Martim ribeiro tem casas e quintal junto a s.

Vicente. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 3, doc. 99.

1473, junho, 20, Évora, na Câmara, Instrumento de Contrato e obrigação. Presentes: Martim Ribeiro, juiz, ADE, Misericórdia, Pergaminhos de S. Lázaro (n.º 65), fls. 28, 28v.

1479, janeiro, 21, dentro da casa e circuito de s. Lázaro... Compareceu Martim Ribeiro, fidalgo da casa do duque de Viseu, morador na cidade... ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos de S. Lázaro* (n.º 65), fls. 38v, 39.

1480, março, 11, Ref. ao quintal de Martim Ribeiro, próximo da rua direita de S. pedro, em Évora. ACSE, CEC 6 – VIII, fl. 86-88v.

1481, março, 06, Ref. a terras, além da *água de Peramanca*, que parte com terra de Martim Ribeiro. ACSE, CEC 6 – VIII, fl. 61v-62.

1483, outubro, 25, Évora, Ref. a uma casa da igreja de S. Pedro, em Évora, no muro quebrado... Parte com quintal de Martim Ribeiro, ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos da Colegiada de S. Pedro* (nº 64), fls. 22,22v,23.

Referências bibliográficas:

Maria Ângela BEIRANTE, *Évora na idade Média...*, p. 204 e p. 219.

Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões...*, vol. I, pp. 384-385.

Rita Costa GOMES, *A Corte dos Reis de Portugal...*, pp. 65, 92, 93 e 167.

Nota biográfica

Para além do nome, nada mais podemos adiantar sobre este homem que passou pelo cargo de vereador.

Cargos concelhios:

1404/1405 – Vereador

Outros cargos:

Reuniões:

Referências documentais:

1404, dezembro, 20, Gonçalo Vasques, vereador. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 40-41.

Referências bibliográficas:

Nota biográfica

Infelizmente, não é possível a identificação social deste homem, que parece ter tido uma relação relativamente duradoura com a administração municipal, nos anos oitenta e (provavelmente) de noventa de Trezentos, sendo, decerto, um homem bem inserido no seio do grupo dirigente. Tendo em atenção o destaque que Fernão Lopes lhe concede, identificando-o com um dos homens da cidade que mais se destacaram na defesa da causa do Mestre, em Évora, deverá ter tido um papel muito ativo nesse período, possivelmente também no campo militar. Este seu posicionamento terá decerto contribuído para o reforço da sua ligação ao Concelho, que possivelmente terá sido superior àquela que as fontes permitem captar.

Cargos concelhios:

1383/1384 – Vereador
1387/1388 – Vereador
s/d – Procurador

Outros cargos:

Reuniões:

Referências documentais:

1383, julho 25, Vereador. Presente na reunião em que se escolhem os procuradores do Concelho para jurar o contrato de casamento de D. Beatriz. Herdeira do trono, com D. João I de Castela, cf., Salvador Dias ARNAUT, *Op. Cit.*, pp. 430.

1389, abril, 14, James Lourenço, vereador, ADE, Arquivo Municipal, *O Livro das Posturas Antigas da cidade de Évora*, fl. 54.
s/ano, 11 de setembro, James Lourenço, procurador do Concelho, ADE, *O Livro das Posturas Antigas da cidade de Évora*, fl. 20v.

James Lourenço é identificado na Crónica de Fernão Lopes, como um dos apoiantes do Mestre na cidade. Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, Vol. I, Porto, Civilização, 1991, cap. CLIX, p. 341.

Referências bibliográficas:

Nota biográfica

É possível que a alcunha/apelido deste homem tenha origem num topónimo que encontramos na cidade nos finais do Século XIV e ao longo do XV. De qualquer modo, ainda que assim fosse, o designativo *da Regueira* terá passado a identificar outros indivíduos que vemos usar esse mesmo designativo associado ao nome e ao patronímico.

Não temos muitos dados sobre as origens familiares e sociais de João Afonso da Regueira. Muito embora não surja referenciado como mercador, parece ter tido interesses nos negócios, nomeadamente dos negócios financeiros, já que, em 1384, surge como um dos rendeiros das sisas da cidade, que serão concedidas ao *Mestre* para fazer face às despesas da guerra. O facto de ter desempenhado as funções de procurador poderá reforçar também a ideia que se trata de um homem familiarizado com as dinâmicas económicas da cidade.

É bastante provável, tendo em atenção o facto de durante mais de duas décadas ter mantido contacto com a realidade administrativa, que a sua passagem pelos cargos tivesse sido superior àquela que as fontes testemunham.

João Afonso da Regueira, que se incluiria entre os muitos homens ligados aos arrendamentos e aos negócios financeiros que se movimentavam em torno do Concelho, terá, muito provavelmente visto reforçada a sua posição, e facilitada a sua entrada na governação, no contexto da crise dinástica, período que viveu em pleno, tendo tomado o partido do Mestre. Acompanhou, nessa posição, o grosso da elite dirigente concelhia, assumindo, presumivelmente, um papel de revelo nesse processo. Fernão Lopes identifica-o, mesmo, como um dos que, em Évora, mais se destacaram no apoio a essa causa, colocando-os ao lado dos d'Arca, dos Lobo, dos Carvoeiro, dos Brandão e de alguns mercadores como Fernão Gonçalves Façanha, entre outros.

Não parece improvável que esse posicionamento político pudesse ter reforçado a sua posição no Concelho e favorecido a continuidade do apelido entre os dirigentes municipais.

Com efeito, em período posterior, vamos encontrar nos cargos um Rodrigo Eanes da Regueira, porventura um seu filho, que manteve uma duradoura relação com a administração, passando pelos cargos de juiz, chanceler e procurador, até meados da década de cinquenta de Trezentos (cf., nota biográfica n.º 157).

Cargos concelhios:

1410/1411 – Procurador

Outros cargos:

1384 – Rendeiro das sisas

Reuniões:

1400, novembro, 02, Évora, nos Paços do Concelho, João Afonso da Regueira é testemunha da execução de uma sentença

1402, abril, 04, Presente em reunião nos Paços do Concelho.

1402, maio, 13, Presente em reunião nos Paços do Concelho

Referências documentais:

1384, fevereiro, 29, No adro de santo Antoninho, faz-se auto de arrendamento das sisas, que a cidade decidiu outorgar ao Mestre, a Estêvão Eanes Derreado e a mais cinco companheiros, Martim Afonso vesugo, Estêvão Eanes de Santo Antoninho, João Afonso da Regueira, Lourenço Gonçalves Bocarro, e João Longo, cf., Gabriel PEREIRA, *op. cit.*, p. 80.

1400, novembro, 02, Évora, nos Paços do Concelho, João Afonso da Regueira é testemunha da execução de uma sentença entre a igreja de Santiago e Martim Pascoal, mercador, a propósito de um pardieiro. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 23, doc. 16.

1402, abril, 04, João Afonso da Regueira, presente em reunião nos Paços do Concelho em que se procede ao aforamento de bens concelhios. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 27v-28v.

1402, maio, 13, João Afonso da Regueira, presente como homem bom em reunião nos Paços do Concelho, onde se procede

ao aforamento de bens concelhios. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 28v-29v, 31v-33, fls. 38-39v.

1411, maio, 20, João Afonso da Regueira, procurador do Concelho. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 54v-55.

1411, junho, 23, Alcaide do Hospital de S. João. ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital do Corpo de Deus de Santo Antoninho* (n.º 61), fls. 94, 94v.

1412, março, 29, presente, como homem-bom, em reunião de vereação, em que se estabelecem algumas regras relativas às olarias. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 61-62, fls. 62-63.

1413, julho 24, João Afonso da Regueira, alcaide do Hospital de S. João; ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital do Corpo de Deus de Santo Antoninho* (n.º 61), fls. 88, 89v.

Referência a adega e casas do cabido, deixada para aniversários, por D. Elvira, mãe do arcebispo D. Martinho de Oliveira, que “tem agora” João Afonso da Regueira. ACSE, CEC 4 – XV, fl. 15.

João Afonso da Regueira é identificado na Crónica de Fernão Lopes, como um dos apoiantes do Mestre na cidade. Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, Vol. I, Porto, Civilização, 1991, cap. CLIX, p. 341.

Referências bibliográficas:

Nota biográfica

Mais um homem sobre o qual nada sabemos para além do nome e do facto de ter passado pela governação como procurador. A escassez de dados, não permite relacioná-lo com outros homens que usaram este apelido, entre os quais se conta, por exemplo, o cónego Martim Trigueiro.

Cargos concelhios:

1421/1422 – Procurador

Outros cargos:

Reuniões:

1424, janeiro, 25, Presente nos Paços do Concelho como testemunha

Referências documentais:

1421, junho, 30, Procurador do Concelho. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 68v-69v.

1424, janeiro, 25, Testemunha de traslado de carta régia, Paços do Concelho. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 74-75.

1426, novembro, 25, confrade da Albergaria de Jerusalém, ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fls. 81-82.

Cónego Martim Trigueiro, cf., ACSE, *Livro aniversários*, CEC 4 /XVIII, fl. 178.

Referências bibliográficas:

Nota biográfica

Este homem seria, muito provavelmente, oriundo dos Boto, uma família eborense, ligada à mercancia, que conheceu, ao longo do Século XV, um rápido processo de ascensão social. Nesta centúria, os seus membros adquirem o estatuto de escudeiros, cavaleiros e cidadãos e obtiveram dos monarcas diversos privilégios que são o reflexo do seu protagonismo e da sua sólida ascensão social.

Não conhecemos muito do percurso deste homem, que surge referenciado como criado de Martim Afonso de Melo. É possível, contudo, que a sua ligação aos detentores da alcaidaria se tivesse constituído com um fator relevante na sua trajetória. Não é descabido supor, tendo em atenção, a capacidade de influência que os Melo tinham na cidade, que a própria ligação ao Concelho tivesse beneficiado do seu patrocínio.

O protagonismo de João Boto na administração municipal terá beneficiado também da sua aproximação, por via do casamento, aos Oliveira. Uma das mais influentes famílias ligadas à administração municipal, desde a segunda metade do Século XIII, de onde seria oriunda a sua mulher, F^ª. Mendes de Oliveira.

Refira-se que o processo de reforço das posições sociais dos Boto correu paralelamente ao seu crescente protagonismo na administração municipal, que era significativo na segunda metade do Século XV. Nesse período, e para além do biografado, que encontramos nos cargos até 1452, contam-se nos elencos camarários Martim Esteves Boto e Pêro Boto, que talvez fossem seus familiares. Sobretudo o primeiro destes homens teve um fortíssimo ascendente no seio do grupo dirigente, sendo detentor de uma longa carreira concelhia, de cerca de trinta anos, ao longo da qual passou pelos principais cargos, tendo sido, ainda, responsável por representar o Concelho em algumas missões junto da corte. Referenciado como escudeiro, cavaleiro e cavaleiro-cidadão, recebeu, de D. Afonso V, diversas mercês e privilégios, reveladores do prestígio que havia alcançado e do reconhecimento que merecia por parte da coroa.

A partir de 1475, encontramos também nos cargos Pêro Boto, que foi vereador e que, por intercessão régia, foi recebedor do “pedido dos 50 milhões”, lançados pelo reino, em 1483, tendo ocupado também o cargo de recebedor dos portos de Tejo e Odiana. Seria, portanto, um homem merecedor da confiança dos monarcas, que se movimentava entre a administração municipal e o serviço régio.

O biografado deu, pois, início a uma relação dos Boto com o Concelho que se aprofundará nas décadas seguintes. O seu envolvimento com as dinâmicas da gestão municipal, num período crucial da sua trajetória, deixa clara a importância que a ligação ao poder concelhio assumia nas suas estratégias ascensionais.

Cargos concelhios:

1425/1426 – Vereador
1445/1446 – Procurador
1451/1452 – Procurador

Outros cargos:

Reuniões:

Referências documentais:

1425, outubro, 17, João Boto, criado de Martim Afonso de Melo, vereador, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 76-77v. (Gabriel PEREIRA, *Op. Cit.*, p. 218)
1445, julho, 17, João Boto, procurador do Concelho. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Pequeno de Pergaminho* (n.º 66), fls. 58v-

59.

1445, março, 13, Aforamento de um pardieiro, da igreja de Santiago de Évora, localizado na cidade, na rua de Avis, a João Boto, escudeiro, e a sua mulher, F.^a Mendes de Oliveira, moradores em Évora, por vinte soldos antigos, pagos pelo Natal. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 17, doc. 86.

1451, setembro, 04, João Boto, procurador do Concelho, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 113v-114

1456, agosto, 14, Emprazamento que fazem os raçoeiros da Igreja de Santiago de Évora a Gonçalo Boto, mercador, morador em Lisboa, e a sua mulher, de uma casa que estava transformada em cavaliça, por seis libras da moeda antiga a quinhentas por uma, pagas pelo São João Baptista. O casal é representado no ato por João Boto, escudeiro, morador em Évora, que apresenta procuração de Gonçalo Boto e também de João Afonso, contador em Lisboa. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 11, doc. 77.

Martim Esteves Boto:

Presente no Concelho entre 1439-1474 cf., por exemplo: ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 105-105v, 107-107v, 108, 124-126v, 127, 128-128v, 131v, 132, 132v, 133, 134v-135; *Ibidem*, ADE, *Livro Pequeno de Pergaminho* (n.º 66), fls. 59-60.

1450, fevereiro, 27, D. Afonso V privilegia Martim Esteves boto, vassalo régio, morador em Évora, coutando-lhe a seu pedido uma herdade em Sousel. IANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34, fl. 58v

1463, setembro, 07, Santarém. Carta régia respondendo a certos capítulos, apresentados ao rei por Martim Esteves Boto, “vosso cidadão”: sobre o acordo relativo à eleição do julgado dos órfãos, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Originais* (n.º 71), fls. 151-151v.

1475, abril, 04, D. Afonso V privilegia vitaliciamente Martim Esteves Boto, cavaleiro, morador na cidade de Évora, concedendo-lhe autorização para andar de besta muar, IANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 30, fl. 92.

Pêro Boto:

1473, março, 17, D. Afonso V perdoa a justiça régia a Jossepe Abracar, mercador, morador na cidade de Évora, por querela que dele deu Pero Boto, morador na dita cidade, mediante o perdão das partes, tendo pago 1.500 reais brancos para a Arca da Piedade. IANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 33, fl. 81.

1475, novembro, 12, Pêro Boto, vereador, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 140v-141.

1483, dezembro, 28, Almeirim. Carta da Rainha, recomendando Pêro Boto, cavaleiro, cidadão de Évora, de que é “muito encarregada”, para o cargo de recebedor dos dinheiros que, na cidade e na comarca, se tiram dos pedidos dos 50 milhões. ADE, Arquivo Municipal, *Livro 2º de originais* (n.º 72), fl. 156.

1484, junho, 05, Santarém. Carta régia, onde se refere que Gomes de Figueiredo, contador da comarca, deu a Pº Boto, escudeiro do rei, o cargo de recebedor dos portos de Tejo e Odiana. ADE, Arquivo Municipal, *Livro 2º de originais* (n.º 72), fl. 162.

Referências bibliográficas:

Maria Ângela BEIRANTE, *Évora na Idade Média...*, pp. 543-544,

Nota biográfica

Sobre este homem, que passou pelo cargo de vereador em 1378/1379, temos poucos vestígios documentais, pelo que se torna difícil estabelecer o quadro de relações com outros detentores do mesmo apelido, que surgem em Évora desde sensivelmente meados do Século XIV. É provável, tendo em atenção as várias referências à posse de bens rústicos, por parte dos detentores deste apelido, que o biografado fosse originário de uma família de proprietários rurais.

O percurso de alguns dos possíveis membros deste grupo familiar passou também pela Catedral eborense, onde encontramos um Rodrigo Eanes Calça, como escrivão da audiência do Bispo, e, posteriormente, o cónego Nuno Calça.

Cargos concelhios:

1378/1379 – Vereador

Outros cargos:

Reuniões:

Referências documentais:

1379, outubro, 15, João Eanes Calça, vereador. ADE, Arquivo Municipal, *O Livro das Posturas Antigas da cidade de Évora*, fl. 24v.

1383, maio, 31, Referência à rua “onde morava João Eanes Calça”, a S. Domingos, cf., ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fl. 5v.

1387, janeiro, 27, Referência a vinha dos herdeiros de João Eanes Calça, situada nas imediações da cidade, ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fl. 12v.

Outros detentores do mesmo “apelido”:

a) Rodrigo Eanes Calça:

1352, Rodrigo Eanes Calça e sua mulher, Leonor Rodrigues, aforam casas de S. Pedro, às Portas de Moura. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 3, doc. 2.

1360, outubro, 13, Rodrigo Eanes, Calça, escrivão da audiência do Bispo, e Leonor Rodrigues, aforam uma vinha de Santiago. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 19, fl.27, 27v. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 24, doc. 72.

1353, Rodrigo Eanes Calça é testemunha de um contrato de bens da igreja de Santiago. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 21, doc. 52.

1371, Rodrigo Eanes calça é escrivão da audiência do Bispo. Testemunha de tomada de posse de vinha da igreja de Santiago. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 20, doc. 54.

1377, Rodrigo Eanes Calça, escrivão, testemunha de codicilo de testamento, na Sé. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 15, doc. 44. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 12, doc. 51.

1368, março, 15, Ref. a casas de Rodrigo Eanes Calça, ACSE, *Pergaminhos dos Bacharéis da Sé*, Pasta 1, doc. 70.

1419, agosto, 14, Referência a herdade que foi de Rodrigo Eanes Calça, ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fl. 62v-63.

1429, Julho, 22, Referência a herdade que foi de Rodrigo Eanes Calça, ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fls. 88v-89.

b) Gomes Eanes Calça:

1386, julho, 24, Gomes Eanes calça é um dos testamenteiros de Vasco Martins Baina. IANTT, Núcleo Antigo, n.º 276 – *Tombo das Capelas de Évora*, fls. 26.

1401, julho, 20, Gomes Eanes Calça, testemunha de emprazamento de bens dos bacharéis da Sé, ACSE, *Pergaminhos dos Bacharéis*, Pasta 2, doc. 127.

1404, janeiro, 26, Gomes Eanes Calça, testemunha de contrato de bens da Albergaria de Jerusalém, ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fl. 40.

c) Aires Eanes Calça

1372, setembro, 24, Aires Eanes calça e sua mulher, Mor Afonso, moradores em Évora, compram uma herdade, em Mal

degolados, caminho de Portel. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 4, doc. 11d. no dia 29 do mesmo mês, tomam posse da herdade de Mal degolados, que foi de Mestre Pedro das Decretais. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 4, doc. 11e.

1380, setembro, 17, Aires Eanes calça e sua mulher, mor Afonso, escambam bens com Pedro Afonso. Concedem casas em Évora, na rua das Fafinhas, recebendo, em troca, parte de uma herdade, no caminho velho de Portel. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 4, doc. 11f.

1388, setembro, 15, Aires Eanes Calça é já falecido. Aquela que foi sua mulher encontra-se, agora, casada com Rui Gonçalves. Vendem a herdade de Mal Degolados a João salvado, o moço. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 4, doc. 11g.

Outros elementos:

1333, julho, 22, Évora. D. Pedro, bispo de Évora, empraça a João das Calças e a sua mulher, Justa Martins, em suas vidas e de um seu filho, uma adega, à “saa feira”, ACSE, *Pergaminhos dos Bacharéis da Sé*, Pasta 1, doc. 24. 1346 Sentença que envolve os anteriores. ACSE, *Pergaminhos dos Bacharéis*, Pasta 1, doc. 41.

1355, Apelação ACSE, *Pergaminhos dos Bacharéis*, Pasta 1, doc. 59.

1365, dezembro, 09, em Évora, Avença entre João Martins das Calças e Justa Martins, sua mulher, com os Bacharéis da Sé, por razão do foro da estalagem na praça da porta de Alconchel... ACSE, *Pergaminhos dos Bacharéis*, Pasta 1, doc. 68.

Referências bibliográficas:

Nota biográfica

Trata-se de mais um mercador que passou pelas funções de procurador do Concelho, deixando evidente que a experiência de gestão e os cabedais que se possuíam contavam quando se escolhiam os que deveriam ocupar o cargo.

É provável que o seu contacto com a gestão concelhia se tivesse iniciado alguns anos antes, quando foi provedor da Capela de Rodrigo Aires de Veiros, cuja administração pertencia ao Concelho, dando a ideia de uma aproximação progressiva às realidades administrativas do município.

Confrade de uma das mais ricas Albergarias da cidade, a de Jerusalém, onde encontramos alguns dos mais respeitados homens da cidade, este mercador, que vemos dar cumprimento a decisões tomadas em reunião de vereação, diante das suas casas de morada, acompanhado dos seus homens, deverá ter assumido algum ascendente em Évora e no interior do Concelho.

Muito embora não fosse membro das prestigiadas famílias da oligarquia, ocupando uma segunda linha de poder e de influência, este abastado mercador terá, ainda assim, assumido algum ascendente no seio do círculo governativo, que se expressa também pelo facto de ter conseguido que a sua linha familiar tivesse continuidade entre os que geriam o município.

Na geração seguinte, a representação familiar, na administração, coube ao seu filho, Estêvão Eanes, que, tal como ele, exerceu também funções concelhias como procurador do Concelho (cf. nota biográfica n.º 31), confirmando a tendência, bem notória em Évora, para que a passagem de testemunho geracional, no círculo governativo, se fizesse dentro dos mesmos cargos.

Cargos concelhios:

1401/1402 – Procurador

Outros cargos:

Provedor da Capela de Rodrigo Aires de Veiros

Reuniões:

Referências documentais:

1387, novembro, 10, João Eanes, Confrade de Jerusalém. ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fl.13v.

1397, ?, 8, provedor da Capela de Rodrigo Aires de Veiros, ADE, Arquivo Municipal, *Pergaminhos Soltos da Câmara* (n.º 65), doc. 16.

1402, abril, 01, João Eanes, mercador, Procurador, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fl. 25-27.

1402, maio, 13, João Eanes, mercador, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 31v-33, fls. 38-39v, fls. 28v-29v.

1402, maio, 25, João Eanes, mercador, procurador do Concelho, nas suas casas de morada com os seus homens: Martim Lourenço, neto da *Porrada* e João Lourenço. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fl. 30-31v.

1402, maio, 27, diante das casas de João Eanes, mercador, procurador do Concelho. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 34v-35v.

1402, junho, 10, João Eanes, mercador, procurador do Concelho. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 35v-36v.

Referências bibliográficas:

Nota biográfica

João Esteves Lourinho foi um dos homens com uma das carreiras concelhias mais longas. Manteve-se durante mais de três décadas em contacto com administração da cidade. Dele se pode dizer que foi um quase profissional da gestão municipal, *especializando-se* no exercício das funções de procurador e vereador do Concelho, pelas quais passou, por diversas vezes. Muito embora não tivesse desempenhado as mais prestigiadas funções de regedor e de juiz, terá assumido uma forte capacidade de influência na vida concelhia.

As poucas informações que temos sobre ele não permitem estabelecer o quadro de relações familiares e clientelares que manteria em Évora e que, decerto, estabeleceria com gente ligada à governação. Mas o seu longo percurso concelhio, faz crer que fosse um homem bem inserido no seio do grupo dirigente, muito embora não possamos estabelecer esse provável quadro relacional.

O designativo *Lourinho*, que vemos associado ao seu nome e patronímico, não ajuda nessa tentativa de identificação social. No seu caso, não parece corresponder a um apelido, mas talvez a uma alcunha que encontramos aplicada a si e a um Lopo Esteves Lourinho que poderá ser um seu irmão, que passou também pelos cargos concelhios como procurador, embora de forma fugaz (cf., nota biográfica n.º 95). Encontramos alguns Lourinho em Arraiolos, onde na segunda metade de Trezentos residia um tal João Lourinho, filho de um Estêvão Lourinho, mas os dados não permitem qualquer ilação. Em Évora, a presença da alcunha *Lourinho* parece dizer, apenas, respeito a João e a Lopo Esteves.

João Esteves Lourinho, Identificado como vassalo régio, recebeu de D. João I, em 1405, carta de coutada para uma sua herdade localizada no termo da cidade, deixando-nos algumas pistas sobre o seu património e sobre a possibilidade de os círculos régios não lhe serem estranhos.

Sobre os seus descendentes, sabemos que uma das suas filhas era casada com Gonçalo de Pina. Escudeiro, morador em Évora, criado do infante D. Henrique, a quem D. Duarte confirmou o privilégio de coutada de herdade, concedida, anos antes, por D. João I, ao seu sogro.

Os genealogistas afirmam que Gonçalo de Pina era filho de Vasco Eanes de Pina, neto de João Pires de Pina, alcaides-mores de Castelo de Vide, e irmão de Fernão de Pina, que terá ocupado também essas funções. Não podemos confirmar esse quadro familiar, como não podemos também estabelecer a sua relação com outros detentores do apelido Pina que temos em Évora, no mesmo período, e que surgem também ligados à governação da cidade.

Levando em linha de conta a relação que os genealogistas estabelecem entre os Pina de Castelo de Vide e os de Évora, o genro de João Esteves Lourinho seria um provável primo de João Martins de Pina, que encontramos na governação neste mesmo período, e que foi, também ele, detentor de uma prolongada carreira como dirigente municipal (cf., nota biográfica n.º 85). Refira-se, ainda, que diversos outros homens que usaram o apelido Pina estiveram, posteriormente, ligados à governação, como Vasco de Pina e Duarte de Pina.

Apesar de muito incompletos, os dados que temos para João Esteves Lourinho deixam evidente a importância que as lógicas de controlo do poder municipal assumiam para este homem que reforçou a sua ligação ao grupo dirigente por via da sua aproximação aos Pina, também eles fortemente envolvidos na governação.

Cargos concelhios:

1402/1403 – Vereador
 1407/1408 – Procurador
 1414/1415 – Vereador
 1421/1422 – Procurador
 1422/1423 – Procurador
 1423/1424 – Procurador
 1429/1430 – Vereador

(35 anos)

Outros cargos:

Reuniões:

1395, novembro, 27, João Esteves Lourinho, presente na definição de posturas

1404, dezembro, 20, Presente em reunião de vereação

1427, novembro, 05, Presente em reunião vereação

1405, dezembro, 31, João Esteves Lourinho Presente em reunião de vereação

1408, dezembro, 15, Presente como testemunha nos Paços do Concelho

1412, janeiro, 23, Presente entre as testemunhas de um contrato realizado nos Paços do Concelho

A ligação aos Pina mostra também a relevância que se concedia à aproximação a gente que se movimentava em torno dos círculos régios, que se constituía como a mais segura forma de obtenção de privilégios e de ascensão social.

Referências documentais:

- 1395, novembro, 27, João Esteves Lourinho, presente, como homem bom, na definição de posturas, conjuntamente com outros membros do elenco camarário. ADE, Arquivo Municipal, *O Livro das Posturas antigas da cidade de Évora*, fl. 70v.
- s/d, 11 de agosto, João Esteves Lourinho, vereador, presente na elaboração de posturas, ADE, *O Livro das Posturas antigas da cidade de Évora*, fl. 51v.
- 1402, julho, 22, João Esteves Lourinho vereador, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 37, 37v.
- 1404, dezembro, 20, Presente na reunião de vereação. Não é identificado o cargo, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 40-41.
- 1405, julho, 15, Sintra. Coutada a João Esteves Lourinho, vassalo do rei, morador em Évora, que disse ter uma herdade em que lavra, a duas léguas da cidade, “contra Viana”. IANTT, *Chancelaria de D. João I*, Livro III, fl. 51.
- 1405, dezembro, 31, João Esteves Lourinho Presente em reunião de vereação, conjuntamente com os restantes oficiais, como homem-bom. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 41-41v.
- 1407, dezembro, 25, João Esteves Lourinho, procurador do Concelho. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 45-47.
- 1408, janeiro, 20, João Esteves Lourinho procurador do Concelho. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 47v-48.
- 1408, maio, 26, João Esteves Lourinho, procurador do Concelho. André Gonçalves, genro de João Esteves Lourinho, está presente entre as testemunhas. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 48-48v.
- 1408, junho, 06, João Esteves Lourinho. Procurador do Concelho. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 48v-49v.
- 1408, dezembro, 15, João Esteves Lourinho. Está presente entre as testemunhas de um contrato realizado nos Paços do Concelho, conjuntamente com os oficiais desse mandato. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 51v-52v.
- 1412, janeiro, 23, João Esteves Lourinho. Está presente entre as testemunhas de um contrato realizado nos Paços do Concelho, conjuntamente com os oficiais desse mandato. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 60-61.
- 1414, abril, 06. Um João Afonso Lourinho é vereador. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 70-70v.
- 1414, setembro, 08, João Esteves Lourinho. Vereador. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 63v-64.
- 1414, novembro, 28, João Esteves Lourinho. Vereador. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 64v-65.
- 1423, janeiro, 27, João Esteves Lourinho. Procurador do Concelho. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 72-73.
- 1427, novembro, 05. João Esteves Lourinho. Presente no núcleo de oficiais concelhios, como homem-bom. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 79-79v.
- 1430, janeiro, 21, João Esteves Lourinho. Vereador. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 86v-87.
- 1436, junho, 08, Gonçalo de Pina, escudeiro, criado do infante D. Henrique, genro de João Esteves Lourinho, carta de couto de herdade, no caminho de Viana, termo de Évora. IANTT, *Chancelaria de D. Duarte I*, liv. 1, fol. 196.
- 1393, Ref. à travessa do forno do Lourinho, ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos das Albergarias ou Hospitais do Corpo de Deus da Sé, do Santo espírito, S. Bartolomeu e S. Gião* (n.º 63), fl. 97, 107, 107v.
- Ref. Ao ferraglio do Lourinho, na azinhaga do Ferro Velho. ACSE, *CEC 3-I*, fl. 48.
- Ref. À herdade do Lourinho, no caminho de . ACSE, *CEC 6- I*, fls. CXCI-CCXIII.
- 1368, agosto, 31, Arraiolos, João Lourinho, filho de Estêvão Lourinho, fez sua procuradora Sancha Esteves, sua tia, moradora em Évora, concedendo-lhe plenos poderes para tratar de todos os assuntos relativos aos bens que a ele ficarem por morte de Sancha Eanes. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 5, doc. 120.

Referências bibliográficas:

- Manoel Felgueiras GAYO, *op. cit.*, vol. XXIII, pp. 33-35. (sobre os Pina)
- Cristóvão Alão de MORAIS, *Pedatura Lusitana: nobiliário das famílias de Portugal ...*, Vol. I, Tomo I, pp. 165-166. (relativo aos Pina)

Nota biográfica

João Esteves Quadril de Pega é, muito provavelmente, filho de Domingos Esteves Quadril de Pega que, no final dos anos setenta de Trezentos, passou pela governação (cf. nota biográfica n.º 27), e irmão de Gonçalo Esteves Quadril de Pega, que integrou também os elencos camarários, em período um pouco posterior ao do biografado (Cf., nota biográfica n.º 62).

Não sendo uma das famílias mais relevantes de entre as que andavam na governação, os Quadril de Pega terão, ainda assim, conseguido a permanência no poder municipal ao longo de várias décadas, consubstanciando mais um caso de passagem geracional de poder no interior do círculo governativo. Não deixa de ser significativo das lógicas subjacentes à distribuição dos cargos que, todos eles, tivessem ocupado exclusivamente as funções de vereador.

Para além dos já referidos, constata-se, ainda, a presença, nos cargos, de um Lourenço Vicente Quadril de Pega que será também aparentado dos anteriores (cf. nota biográfica n.º 177), reforçando a ideia de que os detentores desta alcunha/apelido terão assumido algum protagonismo na cidade e no Concelho entre os finais de Trezentos e as primeiras décadas da centúria seguinte.

A escassez de dados e a volatilidade do seu nome de família não permitem estabelecer os seus quadros relacionais, nem a sua posterior ligação à governação.

Cargos concelhios:

1406/1407 – Vereador

Outros cargos:

Reuniões:

Referências documentais:

1395, julho, 27, Ferragial, nas proximidades de Évora, que parte com João Esteves Quadril de Pega, ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fl. 43v.

1405, julho, 27, Ref. a ferragial, no caminho de Arraiolos, de Jerusalém, que parte com João Esteves Quadril de Pega. ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fl. 43v.

1406, junho, 18, João Esteves Quadril de Pega, vereador, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 45-46.

1408, agosto, 11, Sintra. Coutada a Gonçalo Rodrigues da Fonseca, morador em Évora, de uma sua herdade, no termo da cidade, que parte com Quadril de Pega, IANTT, *Chancelaria de D. João I*, Livro III, fl. 76.

1409, novembro, 18, Entre as testemunhas de um contrato relativo a bens da Albergaria de Jerusalém, João Esteves, filho de Estêvão Domingues Quadril de Pega, ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fls. 45-45v.

1415, dezembro, 08, emprazamento de uma herdade de pão, da Albergaria do Corpo de Deus, no termo da cidade, no Divor. Foi de Vicente Lourenço Quadril de Pega. Parte com herdade de Martim Afonso de Melo, com João Esteves Quadril de Pega. Foi doada ao Hospital por Mor Gomes, viúva de Vicente Lourenço Quadril de Pega, ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos das Albergarias ou Hospitais do Corpo de Deus da Sé, do Santo Espírito, S. Bartolomeu e S. Gião* (n.º 63), fls. 108-108v.

1421, abril, 15, Aforamento de uma herdade, da Albergaria do Corpo de Deus da Sé, situada no termo da cidade, onde chamam o Divor. Parte com Martim Afonso de Melo, com herdade que foi de Terreiros, com herdade que foi de Lopo Esteves Feltreiro, com herdade que foi de João Esteves Quadril de Pega, ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos das Albergarias ou Hospitais do Corpo de Deus da Sé, do Santo Espírito, S. Bartolomeu e S. Gião* (n.º 63), fls. 110-110v, 111.

1425, julho, 08, Ref. a uma herdade da Albergaria do Corpo de Deus da Sé, de uma herdade de pão que o Hospital tem no termo da cidade, no Divor. Parte com Martim A. De Melo, com herdade que foi de João Esteves Quadril de Pega. ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos das Albergarias ou Hospitais do Corpo de Deus da Sé, do Santo Espírito, S. Bartolomeu e S. Gião* (n.º 63), fls. 112v, 113, 113v

Referências bibliográficas:

Nota biográfica

É provável que a ligação deste homem à governação não se limite às referências documentais que temos. O facto de ter sido apontado por Fernão Lopes como um dos que, na cidade, mais se destacaram no apoio à causa do *Mestre*, faz-nos crer que tivesse sido um homem fortemente engajado nas questões político e militares. Teria, decerto, cumplicidades com os homens ligados ao Concelho que assumiram as rédeas da situação nesse momento decisivo, não sendo despiciendo supor que tivesse assumido um papel mais ativo na governação do que aquele que os parcos dados documentais, relativos a esse período, testemunham.

Torna-se difícil estabelecer as possíveis relações que manteria com outros indivíduos, moradores e vizinhos da cidade, que compartilharam esse mesmo apelido. Sabemos, apenas, que era pai de um tal Gomes Eanes Farto, legitimado por D. João I, em 1411. Nem este nem outros, possíveis descendentes que possamos identificar, parece ter tido ligação com a governação da cidade.

Não podemos também estabelecer qualquer relação entre João Farto e alguns dos escudeiros e criados do Infante D. Henrique que usaram esse mesmo apelido. Não seria estranho, tendo em atenção a forte presença de membros da casa do Infante em Évora, que pudessem ser aparentados do biografado, mas os dados que temos não o permitem confirmar.

Cargos concelhios:

s/d – Vereador
1401/1402 – Vereador

Outros cargos:

Reuniões:

Referências documentais:

1383, setembro, 27, Ref. a herdade, no termo da cidade, em Bençafede, que parte com João Farto. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 5, doc. 12.

1402, abril, 01, João Farto, vereador, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 25-27.

1402, abril, 04, João Farto, vereador, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 27v-28v.

1402, maio, 13, João Farto, vereador, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 28v-29v, fls. 31v-33, fls. 38-39v.

1402, maio, 27, João Farto, vereador, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 34v-35v.

1411, fevereiro, 13, Évora. Legitimação de Gomes Eanes Farto, filho de João Farto, morador em Évora, sendo casado, e de Constança Domingues, solteira... IANTT, *Chancelaria de D. João I*, Livro III, fl. 120.

(c. de 1424), Ref. à herdade de João Farto, no Pigeiro, ACSE, CEC 3- I, fl. 6v.

1429, Ref. a ferragial de Gomes Farto, junto do chafariz das Bravas. Beatriz Airas é sua mulher. BPE, *Pergaminhos Avulso*, Pasta 12, doc. 14.

1455, Ref. ao ferragial de Gomes Farto, no caminho de Portel, além da várzea. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 16, doc. 61.

s/d, João Farto, como vereador, presente na elaboração de posturas, ADE, Arquivo Municipal, *O Livro das Posturas Antigas da cidade de Évora...*, fl. 20v.

João Farto é identificado na Crónica de Fernão Lopes, como um dos apoiantes do Mestre na cidade. Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, Vol. I, Porto, Civilização, 1991, cap. CLIX, p. 341.

João Gonçalves Farto e Gonçalves Farto cf., respetivamente, *Monumenta Henricina*, ed. António Joaquim Dias DINIS, Coimbra, Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960-1974, Vol. II, doc. 191, pp. 381-382 e vol. IV, doc. 3, p. 8

Referências bibliográficas:

Nota biográfica

João Gomes Arnalho exerceu, por diversas vezes, as funções de juiz concelhio e manteve, ao longo de várias décadas, um contacto próximo com a administração. Teve, decerto, uma forte influência no curso dos acontecimentos e algum ascendente no seio do grupo dirigente.

Muito embora não possamos estabelecer os laços concretos que estabeleceria com outros homens que usaram o apelido Arnalho, é provável que fosse oriundo desse grupo familiar, que assumiu um forte destaque na governação. De facto, desde as últimas décadas de Trezentos e ao longo de uma boa parte do Século XV, os Arnalho estiveram presentes, em força, na gestão municipal. Nos anos oitenta, nos elencos camarários, pontuava, como juiz, Martim Afonso Arnalho I, identificado como mercador, que exercia funções quando rebentou a crise dinástica, tendo sido um dos que tomou o partido de D. Beatriz, razão que conduziu ao seu afastamento da vida concelhia (cf., nota biográfica n.º 120). Mas esse afastamento foi pontual, temporário, e de cariz pessoal, não tendo reflexos na posterior ligação dos Arnalho à governação. Nos inícios do Século XV, os detentores deste apelido voltam a assumir grande protagonismo concelhio. Por esses anos, e para além do biografado, pontuavam na governação, Martim Afonso Arnalho II, provável descendente do primeiro Martim Afonso, que exerceu todos os cargos, ao longo de carreira concelhia de várias décadas, que se desenvolveu entre 1432 e 1465 (cf., nota biográfica n.º 121), contabilizando-se, ainda, um Pedro Afonso Arnalho, identificado como mercador, que passou pelo Concelho, como vereador, entre 1411 e 1423 (cf., nota biográfica n.º 138).

Para este possível grupo familiar, com origens no mundo da mercancia, a ligação ao poder concelhio, a par do protagonismo conseguido em outras das instituições urbanas, assumiu-se como um dos vetores da sua estratégia de afirmação e de ascensão social. A designação de vassallos, escudeiros ou mesmo de cavaleiros, com que os vemos identificados, na centúria de Quatrocentos, são o testemunho claro da sua firme ascensão social e da sua aproximação e inserção no universo da pequena nobreza urbana.

A aproximação a outras famílias ligados ao poder municipal e com forte destaque na cidade, como os Boto e os Gramaxo, grandes detentores de riqueza material, a par das relações clientelares que estabeleceram com gente bem instalada no seio da nobreza, constituíram outras importantes facetas desses processos ascensionais, sancionados, também, pelo papel desempenhado na guerra ao serviço da coroa.

É neste quadro que deve ser entendido o protagonismo e o ascendente de João Gomes Arnalho. Para além do capital social que a sua parentela foi acumulando na cidade e na administração municipal, ele terá decerto beneficiado da relação clientelar que estabeleceu com Martim Afonso de Melo, alcaide-mor da cidade, representante de uma das mais poderosas famílias instaladas em Évora.

João Gomes Arnalho foi um homem de grande confiança do Martim Afonso de Melo. Surge como seu procurador em diversos atos administrativas e judiciais, levados a cabo na cidade, e esteve ao seu lado na conquista de Ceuta. Esta proximidade é confirmada pelo cronista Zurara, que nos diz que Martim Afonso de Melo recusou a capitania da cidade de Ceuta, que, após a conquista, D. João I lhe quis atribuir, por influência e conselho dos seus

Cargos concelhios:

1408/1409 – Juiz do crime
1415/1416 – Juiz do Crime
1433/1434 – Juiz do Cível *em logo*

Outros cargos:

Reuniões:

s/d - /d, 11 de agosto, Presente na elaboração de posturas.

1408, maio, 26, Presente, como testemunha de um contrato de bens concelhios nos Paços do Concelho

1412, janeiro, 23, Testemunha, nos Paços do Concelho

1414, setembro, 08, Testemunha, nos Paços do Concelho

1423-outubro-06, presente em reunião de vereação,

homens, nomeadamente, de Álvaro Vasques Tisnado e, precisamente, do escudeiro João Gomes Arnalho.

Esta tão grande proximidade teria decerto reflexos no próprio Concelho, deixando entrever a forte capacidade de influência que o alcaide, por via dos seus homens, teria no andamento da administração.

Nas últimas décadas do Século XV, o apelido Arnalho insere-se claramente entre os mais destacados membros de nobreza urbana, ganhando particular destaque o cavaleiro Vasco Arnalho, que, ao fundar um morgadio, entre outras medidas, tendentes ao reforço da linhagem, define a obrigatoriedade dos herdeiros do vínculo usarem o apelido Arnalho, deixando claro o capital social que o mesmo tinha adquirido no transcurso desta centúria.

Referências documentais:

s/d, 11 de agosto, João Gomes Arnalho, presente, como homem bom, na elaboração de posturas, ADE, Arquivo Municipal, O Livro das Posturas antigas da cidade de Évora, fl. 51v.

1408, maio, 26, Presente, como testemunha de um contrato de bens concelhios nos Paços do Concelho, conjuntamente com os oficiais. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 48-48v.

1408, julho, 21, Juiz da cidade. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 50-50v.

1408, dezembro, 15, Juiz do crime. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 51v-52v.

1409, outubro, 15, João Gomes Arnalho é testemunha de um contrato de aforamento de courelas de campos da igreja de Santiago. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 17, doc. 29.

1412, janeiro, 23, Testemunha, nos Paços do Concelho, de um contrato de bens concelhios, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 60-61.

1414, setembro, 08, Testemunha, nos Paços do Concelho, de um contrato de bens concelhios, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 63v-64.

1416, junho, 22, Juiz do crime. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 65-65v.

1420, setembro, 09, Testemunha de contrato de bens da Albergaria de Jerusalém, ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fls. 64, 64v.

1423, outubro, 06, Homem-bom presente em reunião de vereação, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 73v- 74.

1425, Julho, 08, Évora, quintal da Albergaria do Corpo de Deus... Compareceu João Gomes Arnalho, escudeiro, morador na cidade, em nome de Martim Afonso de Melo e de Dona Briolanja de Sousa, perspetivando demanda entre a Albergaria e Martim A. Melo, por razão de uma herdade de pão que o Hospital tem no termo da cidade, no Divor, estabelece-se avença...ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fls. 112v, 113,113v.

1426, julho, 26, Ref. à rua de João Gomes Arnalho. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 16, doc. 24.

1433, novembro, 14, Évora, câmara dos Paços do Concelho, estando reunidos em vereação, João Gomes Arnalho, Juiz por Mem Rodrigues, juiz pelo rei na cidade..., ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 92v-93v.

1433, novembro, 18, Évora, casas de morada de João Gomes Arnalho, vassalo do rei, juiz em logo de Mem Rodrigues, juiz por el rei. Carta de venda, BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 26, doc. 22.

1433, dezembro, 20, Évora, câmara dos Paço do Concelho, estando reunidos em vereação, João Gomes Arnalho, juiz em logo de Mem Rodrigues, juiz pelo rei, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 94v-95.

1470, setembro, 22, Ref. a Lopo Arnalho, frade de S. Domingos de Évora. Um Diogo Arnalho está presente na instituição da capela de Gonçalo Boto. IANTT, Núcleo Antigo, n.º 276 – *Tombo das Capelas de Évora*, fls. CLXVII.

1492, dezembro, 11, Capela de Inês Fernandes Gramaxa, casada com Vasco Arnalho, ainda vivo. Irmã de Isabel Fernandes, já falecida. São herdeiros Genebra, sua sobrinha, filha de Álvaro Fragoso, entre outros... Ref. a quatro escravos, dois do sexo masculino e dois do feminino. IANTT, Núcleo Antigo, n.º 276 – *Tombo das Capelas de Évora*, fls. CIIII-CVI.

Capela de Vasco Arnalho, inclui-se num documento de 1533, uma verba de instituição de capela, no mosteiro de S. Francisco de Évora, onde Vasco Arnalho, cavaleiro, morador em Évora, pretende ser enterrado, no monumento que está à mão direita, no cruzeiro... É irmão de João Boto, a quem deixa a administração da capela, à qual se anexam os seguintes bens: as suas casas de morada na praça, a herdade da Silveira, no termo do Redondo, Uma outra herdade, além da ribeira da Silveira, parte com o Doutor Rui Boto, com herdade dos *Pobres* de Vale Abraão e uma vinha, ao rebentão, no termo de Évora. Deixa ao irmão obrigando-a a chamar-se João Arnalho, sendo obrigatório que more dentro da cidade. Ficará, posteriormente, ao seu filho varão, caso não existam descendentes, manda encontrar algum parente que se chame Arnalho, a quem ficará o Morgadio. Tem que se chamar Arnalho de Alcinha (FL. XCIVv), tem que ser filho legítimo e viver na cidade. Manda que umas casas, que tem na Rua dos Ferradores, fique aquela que dele cuida, Graça Dias. Anexa-se um outro instrumento, todos sem data, em que Isabel Arnalho, filha de João de Castro e de Inês Bota, apresenta uma sentença, pela qual se contesta a

atribuição do morgado a um Vasco Arnalho, pelo facto deste viver em Badajoz e não em Évora, conforme tinha ficado definido pelo testador. Ela, diz cumprir os requisitos, chama-se Arnalho, vive na cidade e é neta de um irmão do testador... Como curiosidade, pode referir-se a informação de que as casas da praça, referidas na instituição, eram agora, o ano é o de 1533, as casas da Câmara, IANTT, Núcleo Antigo, n.º 276 – *Tombo das Capelas de Évora*, fls. XCIII.XCVI.

1525, Isabel Rodrigues Boto, viúva de Afonso Viçoso, pretende ser enterrada no Mosteiro de S. Francisco de Évora, junto da sepultura dos Arnalho, onde já se encontra enterrado o seu marido, IANTT, Núcleo Antigo, n.º 276 – *Tombo das Capelas de Évora*, fls. CXXXv.

Gomes Eanes ZURARA. C. T. C, cap. 99, pp. 261-262; ZURARA. C P. M., cap. 5, pp. 25-28.

Referências bibliográficas:

Maria Ângela BEIRANTE, *op. cit.*, pp. 542-543.

Abel Agostinho Santos CRUZ, *A Nobreza Portuguesa em Marrocos no Século XV (1415-1464)*, dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1996, p. 49.

Nota biográfica

A passagem de João Lameira pela governação parece ter sido pontual. Surge como escrivão substituto e posteriormente como vereador, não voltando a figurar nos elencos camarários. A sua ligação aos cargos deverá ter ocorrido num momento ainda inicial da sua vida pública, que se estende até pelo menos 1469, quando o encontramos a estabelecer um codicilo ao seu testamento.

É possível que João Lameira corresponda a um dos procuradores do número da cidade, com o mesmo nome, que encontramos em atividade, por volta de 1441, remetendo-nos para a possibilidade da sua inclusão entre funcionalismo urbano, onde, aliás, vamos encontrando, entre os escrivães e outros oficiais, vários detentores do mesmo apelido. Refira-se que este é também usado por alguns dos clérigos das colegiadas eborenses, sendo possível que gente que lhe era próxima se movimentasse nos meios eclesiásticos.

Sobre as suas relações familiares o que temos como certo é que era casado com Catarina Gomes, filha de João Gomes Serrão, um homem muito ligado às dinâmicas económicas da cidade, não apenas as que advinham da posse de herdades e de outros bens rústicos, mas também da exploração de fornos e telhais, de que era, igualmente, detentor, que faziam dele um homem poderoso sob o ponto de vista material.

João Lameira acabou por receber parte dos bens do seu sogro, que contribuíram para engrossar o seu património, composto por um número significativo de imóveis urbanos e rústicos.

A sua filha, Beatriz Lameira, ligou-se matrimonialmente aos Bavainho, uma família de proprietários agrícolas, que só pontualmente surge no Concelho.

Não sendo próximo de gente grada da governação e desenvolvendo atividade profissional como procurador do número, incompatível com o exercício de funções municipais, acabou por ter uma relação pouco duradoura com a administração concelhia.

Cargos concelhios:

1427/1428 – Escrivão *em logo de*

1429/1430 – Vereador

Outros cargos:

Reuniões:

Referências documentais:

1428, abril, 21, João Lameira, escrivão da câmara, em logo de Afonso Gonçalves, criado do Infante. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 84-84v.

1429, julho, 22, Évora, referência a uma herdade, no termo da cidade, onde chamam o Pombal, pelo Caminho da Casbarra, que parte com Herdade que foi de Rodrigo Eanes calça, que agora é de João Lameira, genro de João Gomes Serrão, com herdade que foi de Pêro Esteves, filho de Estêvão Martins, carnicheiro, que é também agora de João Lameira, com Herdade do Cabido, e pelo Caminho dos Carros. João Gomes tinha outorgado a herdade em doação e dote de casamento a João Lameira, seu genro casado com Catarina Gomes... ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fls. 88v, 89.

1430, janeiro, 21, João Lameira, vereador. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 86v-87.

1438, junho, 09, Évora, Paço dos Tabeliães, João Lameira, em seu nome e de sua mulher, Catarina Gomes, de uma parte, e Rui Mendes de Chaves, Alcaide de Jerusalém, e João Eanes Touregão, mordomo, de outra, estabelecem escambo de bens. A Albergaria tem um pedaço de terra, no termo da cidade, no Pombal, parte com herdade e terra de João Lameira de todas as partes. João lameira tem um outro pedaço de terra que está junto de uma herdade da Albergaria, situa-se na Raposeira, termo da cidade. Parte com herdade da Albergaria, com herdade de Gil Eanes Juanejo. Faz-se escambo... ADE, Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fls. 92,92v.

1441, novembro, 08, João Lameira, procurador do número de Évora, compromete-se a tomar a seu cargo um processo da igreja de Santiago de Évora feito pela Albergaria de Jerusalém, contra Álvaro Eanes e sua mulher, Catelina Anes, moradores

em Lisboa, estando em questão o foro de umas casas. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 18, doc. 2.

1442, outubro, 08, Évora, nas pousadas de João Lameira, escudeiro, e de Catarina Gomes. Fazem doação à Albergaria de Jerusalém de 41 soldos antigos, que recebem de bens que têm aforados: Álvaro Martins Sisano paga 11 soldos, por umas casas que estão na rua de Santa Maria; Martim Pires, pomareiro, paga, por outras casas, na mesma rua, outros 11 soldos antigos; Álvaro Pires de Aguiar, por umas casas, na rua dos Galegos, paga, 7 e meio soldos; João Preto, almocreve, marido da Sardinheira, paga 10 soldos e meio por outras casas, na rua dos Galegos. Testemunhas: Rodrigo Eanes de carvalho, Estêvão Eanes Touregão, Luís Lourenço, criado do Ruivo, João Afonso, hortelões. Tab. João Dias ADE, Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fls. 159.

1446, outubro, 06, João Lameira, escudeiro, morador em Évora, empraça uma herdade de pão, da igreja de Santiago de Évora, localizada na valeira, na Fonte da Casbarra. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 23, doc. 51.

1446, novembro, 28, Évora, perante João Álvares, telheiro, Lourenço Vicente, alcaides da Albergaria de S. Gião; Fernão Martins, hortelão, mordomo, Afonso Vasques, escrivão; Lourenço Afonso, João Afonso, hortelão, André Pico, Afonso Gonçalves Castelão, confrades, compareceu João Lameira, escudeiro, morador na cidade, que diz existir *preito e demanda* com a Albergaria, por causa de uma vinha que está em chão, acerca da cidade, entre o caminho da Casbarra e o caminho dos Carros, parte com vinha que foi do Gancinho. A vinha era foreira ao sogro de João Lameira. Pagava um João Domingues Carvalho, que a trazia aforada. Refere que o foreiro deixou de pagar e não tinha por onde pagar, caindo a vinha em comisso ... para evitar demanda, João Lameira concede à Albergaria um foro no valor de sete soldos e meio antigos, que lhe paga um João Álvares, sobrinho de Vasco Vicente, carvoeiro, por uma casa dianteira e celeiro, que está na Rua dos Galegos... ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos das Albergarias ou Hospitais do Corpo de Deus da Sé, do Santo espírito, S. Bartolomeu e S. Gião* (n.º 63), fls. 20,20v.

1458, novembro, 02, Évora, nas casas de morada de João Lameira, escudeiro, e Catarina Gomes. Fazem doação a S. Lázaro do foro de uma casa, na rua dos Galegos, acerca da Porta de Avis, por Santa Maria de agosto, aforada à filha de Joane Eanes gago, hortelão, no valor de cinco soldos de moeda antiga..., ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos da Casa de S. Lázaro*, fls. 6v, 7.

1459, dezembro, 05, Referência a uns pardieiros que foram olarias, em Évora, junto à Porta de Alconchel, que têm servidão da água do poço de Diogo Gonçalves e de João Lameira. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 4, doc. 60.

1461, novembro, 4, Os clérigos da igreja de Santiago autorizam João Lameira e Catarina Gomes, sua mulher, a vender o domínio útil de umas casas que traziam da instituição situadas na Rua das Emparedadas. ADE, Câmara Eclesiástica, Cx 339, doc. 1.

1462, maio, 19, João Lameira, escudeiro, e Catarina Gomes, moradores em Évora, vendem a Rui de Melo, uma herdade, que se chama do Pombal, no caminho velho de Montemor. BPE, Fundos Conventuais, *S. João Evangelista*, Livro 12, doc. 11.

1464, maio, 02, Évora, casas de morada de João Lameira e de Catarina Gomes, afirmam, perante o alcaide e o mordomo da Albergaria de Jerusalém, que traziam aforada uma panasqueira da referida Albergaria, situada no caminho de Mós, ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital do Corpo de Deus de Santo Antoninho* (n.º 61), fls. 115.

1469, abril, 22, Codicilo em que João Lameira, que se encontrava cego, faz as seguintes disposições: nomeia Beatriz Lameira, sua filha, casada com Diogo Gonçalves Bavainho, como segunda pessoa de um prazo de uma herdade que trazia empraçada da igreja de Santiago de Évora. Manda entregar à viúva de Diogo Lourenço, boticário, uma terra. Afirma existir um contencioso, relativo à posse de uma terra, entre ele, Álvaro da Fonseca, o seu sobrinho Lopo Fernandes e Luís da Ponte. Nomeia João Rodrigues, Gil Esteves e Diogo Gil, seu filho, para darem cumprimento às decisões judiciais relativas à referida terra. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 17, doc. 98.

1483, maio, 14, Referência à rua de João Lameira situada a São Domingos..., BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 11, doc. 36.

Outros dados:

1367, setembro, 17, Um Estêvão Lameira é raçoeiro da igreja de Santiago do Vimieiro, testemunha de um emprazamento da igreja de Santiago de Évora, BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 19, fl. 4v. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 24, doc. 38.

1406, Um Estêvão Eanes lameira é raçoeiro de Santiago de Évora- BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 16, doc. 62.

1411, Um Estêvão Lameira é escrivão. Testemunha Mosteiro de S. Francisco. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 17, doc. 125.

1391, Um Vasco Lameira é testemunha de contrato de Santiago BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 13, doc. 84b.

Referências bibliográficas:

Nota biográfica

João Lourenço corresponde, muito possivelmente ao mercador com mesmo nome que esteve presente no adro da Sé, em dezembro de 1384, para apoiar o *Mestre*, como regedor e defensor do reino. A ser verdadeira essa identificação, trata-se de mais um homem envolvido na governação da cidade que tomou esse partido. Não se estranha, também, que tivesse passado pelas funções de vereador, cargo a que diversos mercadores estiveram igualmente ligados. A vereação e a procuração do Concelho foram os cargos que maioritariamente exerceram.

Cargos concelhios:

1378/1379 – Vereador

Outros cargos:

Reuniões:

1383, 25 de Julho, Assiste à nomeação dos procuradores para jurarem o contrato de casamento de D. Beatriz com D. João I de Castela

Referências documentais:

1383, julho, 25, Um dos homens bons que assistem à nomeação dos procuradores para jurarem o contrato de casamento de D. João I de Castela com D. Beatriz; Homens bons: Fernão Martins Brandão, Diogo Lopes Lobo, Lourenço Pires Fuseiro, Pêro Eanes peão, Lopo Rodrigues Façanha, Rui Martins, Estêvão Mendes, João Lourenço, Gonçalo Fava, Fernão Gonçalves, mercador ... Salvador Dias ARNAUT, *op. cit.*, pp. 430-431.

1384, dezembro, 18, Um João Lourenço, mercador, está presente no ato de preito e menagem, que ocorreu no adro da Sé de Évora. ACSE, *RR5a*), publicado por Maria Ângela Beirante, "O Alentejo na 2.ª Metade do Século XIV – Évora na crise de 1383-1385", *Estudos Medievais*, Porto, Nº7, 1986, p. 119-154.

1379, outubro, 15, João Lourenço, vereador. ADE, Arquivo Municipal, *O Livro das Posturas Antigas da cidade de Évora*, fl. 24v.

1396, testamento de Mor Esteves, mulher que foi de João Lourenço, BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 19, fl. 23.

Referências bibliográficas:

Nota biográfica

O percurso concelhio deste homem suscita-nos algumas dúvidas, nomeadamente o facto de surgir referenciado como escrivão. Com efeito, não é comum que os escrivães, em algum momento do seu percurso, surjam a desempenhar os cargos eletivos principais, como também o não é que aqueles que passaram por estes últimos cargos surjam como escrivães. Tratam-se de carreiras distintas. Ainda assim, não podemos descartar a hipótese de João Mendes ter realizado um percurso algo excepcional ou até mesmo um *cursum honorum* concelhio. A ser verdadeira esta hipótese, o biografado teria exercido a escrivania da câmara antes de ser nomeado regedor e de ter sido eleito juiz.

O mais provável, contudo, é que tivesse ocupado a escrivania do Concelho apenas de forma temporária ou interina, por motivos que desconhecemos. Como só temos uma única referência à sua presença no cargo, não podemos tirar qualquer ilação a esse nível.

Mas não é só a sua carreira que levanta dúvidas, também a sua identificação social se torna difícil de perscrutar. Estamos em crer, tendo em atenção a relevância dos cargos que exerceu, como regedor e como juiz, que seria um homem fortemente implicado com o grupo dirigente, se é que não era mesmo oriundo de uma das respeitadas famílias da oligarquia. Contudo, os elementos que temos tornam impossível estabelecer essas relações.

Cargos concelhios:

Regedor Indicado no *Regimento*

1423/1424, Juiz do Cível

Outros cargos:

1419/1420, Escrivão

Reuniões:

Referências documentais:

1414, janeiro, 13, João Mendes Aguado, presente, nos Paços do Concelho, como testemunha de um contrato de bens concelhios. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 63-63v.

1414, setembro, 19, Évora, na Sé, na presença do vigário geral do Bispo e dos cônegos, João Mendes Aguado consta como testemunha de um traslado do testamento de Catarina Gil, viúva de Nuno Fernandes de Chaves. ACSE, CEC 3 – VII d), fls. 172-180v.

1419, novembro, 11, João Mendes Aguado, escrivão da câmara, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 66v-67v.

1423, outubro, 06, Juiz do Cível. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 73v-74.

1426, julho, 23, Testemunha de um contrato de bens da Albergaria de Jerusalém. ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), 77v-78.

1435, fevereiro, 12, Catarina Gomes, viúva, mulher que foi de Vicente Lourenço Caldeira, deixa ao Cabido um conjunto de bens para aniversários, entre os quais consta uma adega “Foro de 20 libras da moeda de 3 libras e meia, de uma adega que traz João Mendes Aguado”, ACSE, CEC 3 – VII a), fls.160-165.

Outros elementos:

1347, Um João Aguado é testemunha de uma *avença* realizada com o Mosteiro de S. Bento de Castris, BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 5, doc. 133.

1368, Um Martim aguado é testemunha de um aforamento dos bacharéis da Sé. ACSE, *Pergaminhos dos Bacharéis da Sé*, Pasta 1, Doc. 70.

Referências bibliográficas:

Nota biográfica

É um dos poucos indivíduos, de entre os que exerceram funções concelhias, que são referenciados em função de uma atividade profissional. Para além desse dado e da indicação do nome do seu sogro, insuficiente para que possamos tirar qualquer ilação, nada mais sabemos sobre este homem que passou fugazmente pela governação.

Cargos concelhios:

1409/1410 – Vereador

Outros cargos:

Reuniões:

Referências documentais:

1410, maio, 31, Um João Mendes é vereador. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fl. 52v.

1410, maio, 31, Évora, João Mendes, genro de Luís Martins Vaqueiro, Vereador. ADE, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 54-54v.

Referências bibliográficas:

Nota biográfica

João Martins de Pina teve uma das carreiras concelhias mais longas, mantendo-se por quase 40 anos ligado à administração. A singularidade do seu percurso expressa-se também no facto de ter ocupado exclusivamente as funções de vereador que, nesse período, era desempenhado por alguns dos homens da primeira linha concelhia, onde, decerto, o biografado se incluía.

De acordo com os genealogistas, os Pina que encontramos em Évora, a partir das primeiras décadas de Quatrocentos, integravam o mesmo grupo familiar dos detentores da alcaidaria de Castelo de Vide. Seria esse o caso de Gonçalo de Pina e Fernão de Pina, filhos de Vasco Eanes de Pina e netos de João Pires de Pina, alcaides-mores de Castelo de Vide. Se sobre Fernão de Pina nada podemos adiantar, os dados que temos confirmam a presença, na cidade, de Gonçalo de Pina, criado do infante D. Henrique, que casou com uma das filhas de João Esteves Lourinho, um homem fortemente envolvido com a administração municipal (cf. nota biográfica n.º 77).

Não sabemos qual a relação que o nosso biografado mantinha com Gonçalo de Pina ou com outros detentores do mesmo apelido que vamos encontrando em Évora, nesse período, mas é provável que fosse oriundo desse grupo familiar. Apesar de todas as dúvidas, o que vai ficando evidente é que os Pina se aproximam da administração municipal eborense e do grupo dirigente, com os quais vão aprofundando as relações também por via das uniões matrimoniais.

Isso mesmo se verificou com João Martins de Pina que se consorciou matrimonialmente com Beatriz Gonçalves de Oliveira que, como supomos, era oriunda de uma das mais influentes famílias oligárquicas, cujo apelido desde meados do Século XIII, surge ligado aos cargos concelhios.

Face a este quadro de relações, e tendo em conta o peso que as afinidades estabelecidas no seio do grupo dirigente assumiam no desenhar das carreiras concelhias, não parece estranho o forte protagonismo e influência que João Martins de Pina teve na governação.

O seu caso deixa também clara a forte apetência que uma pequena nobreza muito ligada ao serviço régio tinha pelo controlo do poder municipal. Gente que deve ao rei e ao serviço régio a ascensão social que protagonizaram, que, como parece ser o caso dos Pina, é atraída à cidade de Évora num período em que a mesma se afirmava como uma das principais cidades cortesãs. Como se comprova, essa nobreza não enfeitava o exercício do poder municipal, nem o envolvimento com as tradicionais famílias oligárquicas eborenses.

Refira-se que a presença dos Pina na administração da cidade continuará nas gerações seguintes. Nas últimas décadas de Quatrocentos e nas primeiras da centúria seguinte constata-se a presença, nos elencos governativos, de Vasco de Pina, fidalgo da casa do Rei, que assumiu um forte protagonismo na vida municipal, e de Duarte de Pina.

Cargos concelhios:

1420/1421 – Vereador
1427/1428 – Vereador
1431/1432 – Vereador
1435/1436 – Vereador
1453/1454 – Vereador
1458/1459 – Vereador

Outros cargos:

Reuniões:

Referências documentais:

1421, março, 22, sábado, João Martins de Pina, vereador, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Pequeno de Pergaminho* (n.º 66), fl. 46v.

1427, agosto, 30, João Martins de Pina, vereador. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 78-78v.
1427, novembro, 05, João Martins de Pina, presente em reunião de vereação. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 79-79v.

1428, fevereiro, João Martins de Pina, vereador, *IANTT, Corpo Cronológico (1161-1699) 1ª parte (1137-1699), Maço 3, doc. 83.*
1428, abril, 21, João Martins de Pina, vereador, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 84-84v.
1432, maio, 12, João Martins de Pina, vereador, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 90-90v.
1433, abril, 20, João Martins de Pina, alcaide da Albergaria de S. João, ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital do Corpo de Deus de Santo Antoninho* (n.º 61), fls. 93v.
1434, março, 04, João Martins de Pina, alcaide da Albergaria de S. João, ADE, Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital do Corpo de Deus de Santo Antoninho* (n.º 61), fls. 89, 89v.
1434, março, 30, Évora, João Martins de Pina, alcaide da Albergaria de S. João, ADE, Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital do Corpo de Deus de Santo Antoninho* (n.º 61), fls. 90, 90v.
1434, abril, 04, João Martins de Pina, Alcaide da Albergaria de S. João, ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos das Albergarias ou Hospitais do Corpo de Deus da Sé, do Santo Espírito, S. Bartolomeu e S. Gião* (n.º 63), fls. 91, 91v.
1435, setembro, 03, João Martins de Pina, vereador, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 101v-102.
1435, dezembro, 04, João Martins de Pina, confrade da Albergaria de S. João, ADE, Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital do Corpo de Deus de Santo Antoninho* (n.º 61), fls. 92v, 93.
1436, janeiro, 06, João Martins de Pina, vereador, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 102v-103.
1436, fevereiro, 20, João Martins de Pina, vereador, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 103-103v.
1436, maio, 30, João Martins de Pina, vereador, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Pequeno de Pergaminho* (n.º 66), fls. 55v-56.
1448, julho, 22, Évora, Referência à rua de João Martins de Pina. ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos das Albergarias ou Hospitais do Corpo de Deus da Sé, do Santo Espírito, S. Bartolomeu e S. Gião* (n.º 63), fls. 81v.
1448, junho, 30, Évora, Hospital do Espírito Santo, João Martins de Pina, confrade. ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos das Albergarias ou Hospitais do Corpo de Deus da Sé, do Santo espírito, S. Bartolomeu e S. Gião* (n.º 63), fls. 82-82v.
1448, [rasgado], 30, Évora, Hospital do Espírito Santo, João Martins de Pina, confrade. ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos das Albergarias ou Hospitais do Corpo de Deus da Sé, do Santo Espírito, S. Bartolomeu e S. Gião*, (n.º 63), fls. 84, 84v
1450, agosto, 17, Évora, à porta das casas de morada do tabelião. Compareceu Catarina Esteves Papanata, moradora na cidade, que trazia uns pardieiros, na Rua de Santa Maria. Partem com João Martins de Pina, ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos das Albergarias ou Hospitais do Corpo de Deus da Sé, do Santo Espírito, S. Bartolomeu e S. Gião* (n.º 63), fls. 78v,79.
1451, agosto, 15, Évora, Referência a uma vinha, cerca da cidade, no Louredo, que parte com João Martins de Pina. ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos das Albergarias ou Hospitais do Corpo de Deus da Sé, do Santo Espírito, S. Bartolomeu e S. Gião* (n.º 63), fls. 80v-81.
1453, dezembro, 19, João Martins de Pina, vereador. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fl. 117v.
1454, janeiro, 03, João Martins de Pina, vereador, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 118-118v.
1454, janeiro, 19, João Martins de Pina, vereador, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 118v-119.
1458, agosto, 01, Évora. Casas de morada de João Martins de Pina, casado com Beatriz Gonçalves de Oliveira. Fazem graça e mercê ao convento e frades de S. Domingos de Évora uma herdade de dois arados de bois, situada no termo de Arraiolos, chamada do Azambujo. O mosteiro entrará em posse da herdade depois da morte de Beatriz Gonçalves de Oliveira. BPE, S. *Domingos*, Maço I, doc. 31.
1459, junho, 02, João Martins de Pina, vereador. BPE, *Convento do Paraíso*, Livro 94, doc. 38.
1474, agosto, 04, sentença relativa a uma herdade deixada por João Martins de Pina e Beatriz Gonçalves, sua mulher ao convento de S. Domingos de Évora... BPE, “documentos dos quais não se encontrou o nome do convento”, doc. 41.
1476, julho, 29, na Sé. Ref. a rua “onde soia morar João Martins de Pina...além do *Chão das Covas*”, ACSE, CEC 6- VIII, fls. 36v-37.

Outros elementos:

1407, janeiro, 31, Um Fernão Martins de Pina, escudeiro, é testemunha de um contrato de bens realizado entre a igreja de Santiago e um criado de Gonçalo Eanes de Abreu. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 23, doc. 36.
1434, novembro, 27, Referência ao quintal de quintal de Gonçalo de Pina, na Rua de Mendo Estevens...em Évora, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 98-98v.

- 1435, julho, 15, Emprazamento a Gonçalo de Pina, escudeiro do Infante d. Henrique de azenhas na ribeira de castelo de Vide, IANTT, *Chancelaria de D. Duarte I*, liv. 1, fol. 163.
- 1436, junho, 08, Gonçalo de Pina, escudeiro, criado do infante D. Henrique, genro de João Esteves Lourinho, carta de couto de herdade, no caminho de Viana, termo de Évora. IANTT, *Chancelaria de D. Duarte I*, liv. 1, fol. 196.
- 1436, novembro, 09 Aforamento a Gonçalo de Pina, escudeiro do infante d. Henrique, de uma adega junta à torre da Porta de moura, IANTT, *Chancelaria de D. Duarte I*, liv. 1, fol. 231.
- 1440, Um Gonçalo de Pina é escrivão da câmara, BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 7, doc. 41.
- 1471, maio, 10, referência aos estaus de Diego de Pina, ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fls. 113,113v, 155v.
- 1473, fevereiro, 03, Diogo de Pina, escudeiro, testemunha de contrato de bens de S. Lázaro, ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos de s. Lázaro* (n.º 65), fls. 26v-27.
- 1473, Dentro na igreja e casa de S. Lázaro, Diogo de Pina, escudeiro, criado do Bispo D. Vasco, e Beatriz Bota, sua mulher, aforam ferragiais da casa de s. Lázaro, *Pergaminhos de S. Lázaro* (n.º 65), fls. 27, 27v. 33v-34.
- 1477, janeiro, 19, Entre as testemunhas de um contrato da Albergaria de S. Bartolomeu: Rui de Pina, escudeiro do príncipe, ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos das Albergarias ou Hospitais do Corpo de Deus da Sé, do Santo Espírito, S. Bartolomeu e S. Gião* (n.º 63), fls. 66-68.
- 1495, fevereiro, 10, Évora, Nuno Martins Pina, escudeiro, morador na cidade, encampa casas da igreja de Santiago, ACSE, CEC 3- VI, fls. 52v-53v
- 1503, Vasco de Pina, fidalgo do rei, vereador... ADE, Arquivo Municipal, *Livro 2º de Pergaminhos* (n.º 68), fls. 18v-19, fls-19v-20, fls. 20-21.
- 1509, Vasco de Pina, vereador, fidalgo da casa do rei, ADE, Arquivo Municipal, *Livro 2º de Pergaminhos* (n.º 68), fls. 94v-95; *Ibidem, Livro 3º de Pergaminho* (n.º 69), fls. 3-3v.
- 1522, maio, 10, Vasco de Pina, vereador, ADE, Arquivo Municipal, *Livro 3º de Pergaminho* (n.º 69), 150v-151-151v.
- 1522, maio, 26, estando reunidos em vereação, Duarte de Pina, juiz em ausência do licenciado João de Barros; Vasco de Pina, vereador, ADE, Arquivo Municipal, *Livro 3º de Pergaminho* (n.º 69), fls. 151v-152.

Referências bibliográficas:

- Manoel Felgueiras GAYO, *Op. Cit.*, tomo XXIII, pp. 31-40.
- Cristóvão Alão de MORAIS, *Pedatura Lusitana...*, Vol. I, Tomo I, pp. 305-316.

Nota biográfica

João Murzelo, *o velho*, teve uma carreira concelhia longa e, aparentemente, ascendente. Iniciou as funções governativas como vereador, passando depois pelos cargos de juiz do cível e de Regedor. Foi um dos dez nomeados, no *Regimento*, para o exercício deste cargo, que desempenhou, pelo menos, até 1427. O seu poder e a sua capacidade de influência assentava numa densa rede de relações que foi construindo no interior do grupo dirigente.

Uma das suas filhas, Mor Afonso Murzela, casou com Rodrigo Esteves *Conto e Meio*, também ele presente nos cargos e oriundo de uma família com algum peso na governação (cf., nota biográfica n.º 158). Em 1417, sogro e genro integram o mesmo elenco camarário, o primeiro como juiz e o segundo como vereador.

A presença familiar na governação reforçar-se-á também pela presença de um dos filhos de regedor nos elencos camarários. Trata-se do escudeiro homónimo do seu pai, que alguns documentos identificam como João Murzelo, *o Moço*, que desempenhou as funções de vereador, consubstanciando-se, assim, mais uma transmissão hereditária das funções governativas.

Refira-se que também uma outra filha - ou talvez neta - do regedor, Beatriz Murzela, se consorciou com um escudeiro ligado à governação. Trata-se de Fernando Afonso de Carvalho, que foi chanceler, juiz, vereador e enviado especial do Concelho para certas missões junto à corte, na década de quarenta e de cinquenta de Quatrocentos.

A presença na governação, em simultâneo ou em sequência geracional, de pais e filhos, sogros e genros, como se verifica com os Murzelo, deixa evidente o forte grau de oligarquização do poder municipal eborense e a fulcral importância que a teia de relações que se estabelecia no interior do grupo dirigente assumia no delinear das carreiras e no poder que se tinha na governação.

Cargos concelhios:

1401/1402 – Vereador
 1405/1406 – Vereador
 1409/1410 – Vereador
 1416/1417 – Juiz do Cível
 1420/1421 – Juiz
 Regedor no *Regimento*
 1425/1426 – Juiz do Cível
 1427/1428 – Regedor

Outros cargos:

Reuniões:

1423, outubro, 06, presente em reunião de vereação

Referências documentais:

1402, maio, 13, João Murzelo, vereador. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 28v-29v, 31v-33, 38-39v.

1402, maio, 27, João Murzelo, vereador, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 34v-35v.

1405, dezembro, 31, Vereador, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 41-41v.

1410, maio, 31, Vereador, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 52v-54, 54-54v.

1417, fevereiro, 20, João Murzelo, juiz do cível, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 65v-66v.

1420, setembro, 06, João Murzelo, juiz, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 68-68v.

1421, março 22, Sábado, na cidade de Évora, reunidos em vereação: João Mendes, cavaleiro, Corregedor da corte; João Mendes, corregedor nesta comarca; Mem Rodrigues, juiz pelo rei; Martim Lopes Lobo, cavaleiro; João Murzelo, *o velho*, Regedores; Fernando Afonso de Carvalho, chanceler; Fernando Afonso Cicioso, procurador dos fidalgos; Vasco Afonso do Samouco; João Martins de Pina; Vasco Rodrigues Façanha; Vasco Esteves, vereadores; Álvaro Vasques, procurador do Concelho, e outros homens bons. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Pequeno de Pergaminho* (n.º 66), fl.46v.

1423, outubro, 06, João Murzelo, escudeiro, presente em reunião de vereação. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 73v- 74.

(c 1424) ref. ao açude de João Murzelo, na azinhaga de Vale de Moura... Traz aforado um ferragial do cabido, ACSE, *CEC 3 – I*, fl. 52, 52v, 53.

1425, outubro, 17, João Murzelo, juiz do cível. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 76-77v.

1426, maio, 20, Évora, João Murzelo e Rodrigo Esteves Conto e Meio, seu genro, confrades de Jerusalém. ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fls. 78v, 79, 79v,80, 80v.

1426, novembro, 25. João Murzelo e Rodrigo Esteves Conto e Meio, confrades de Jerusalém, ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fls. 81, 82.

1427, agosto, 30, João Murzelo, escudeiro, regedor da cidade, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 78-78v.

1427, novembro, 05, João Murzelo, presente em reunião de vereação. Sem indicação do cargo. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 79-79v.

1429, junho, 20, João Murzelo, o Moço, testemunha de contrato relativo a bens do Hospital de Jerusalém, ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fls. 88, 88v.

1439, novembro, 19, João Murzelo, vereador, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 105-105v.

1439, dezembro, 05, João Murzelo e João (Murzelo) o velho, vereadores, ADE, *Livro Pequeno de Pergaminho* (n.º 66), fls. 57-57v.

1442, novembro, 26, João Murzelo, o Moço, confrade de Jerusalém, ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fls. 104,104v, 105,105v.

1443, janeiro, 09, Évora, quintal do Hospital de Jerusalém, João Murzelo, confrade do Hospital... o mordomo Afora a João Murzelo e a Constança Lourenço, umas casas, na Rua do Panasco, ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fls. 159v.

1445, dezembro, 15, confrade de Jerusalém, ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fls. 106,106v.

1445, dezembro, 18, confrade de Jerusalém, ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fls. 75v, 76v.

1446, março, 15, João Murzelo, confrade de Jerusalém, ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fls. 72v, 73.

1446, março, 29, João Murzelo, confrade do hospital de Jerusalém. ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fls. 68, 68v.

1447, maio, 02, João Murzelo, confrade de Jerusalém, ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fls. 95,96.

1447, março, 29, João Murzelo, vereador. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 16, doc. 66.

1449, julho, 08, João Murzelo, escudeiro, afora casas de Jerusalém, ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fls. 146,146v.

1450, março, 30, João Murzelo, escudeiro, confrade de Jerusalém, ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fls. 147,147v.

1452, junho, 13, João Murzelo, alcaide de Jerusalém, ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fls. 126v.

1453, julho, 15, João Murzelo, vassalo, juiz da cidade. IANTT, Núcleo Antigo, n.º 276 – *Tombo das Capelas de Évora*, fls. LXXIX.

1457, agosto, 17, João Murzelo, alcaide de Jerusalém, ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fls. 119v, 120.

1457, agosto, 30, João Murzelo, escudeiro, alcaide de Jerusalém, ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fls. 123v,124.

1459, junho, 02, João Murzelo, vereador. BPE, *Convento do Paraíso*, Livro 94, doc. 38.

1461, junho, 11, João Murzelo, escudeiro, confrade de Jerusalém, ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fls. 136v,137.

1463, abril, 26, Évora, paço dos tabeliães. João Murzelo, escudeiro, e Mécia Vasques, traziam aforada de Jerusalém, uma casa, na rua que chamam do Cano. ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fls. 142,142v.

1462, Mor Afonso, viúva de Rodrigo Esteves Conto e Meio, João Murzelo, seu irmão, e Mécia Vaz, mulher de João Murzelo, vendem a Rui de Melo, uns chãos...BPE, *Convento de S. João Evangelista*, Livro 12, doc. 49.

1463, referência a João Murzelo, confrontante de uma herdade nas Peçenas, no termo de Évora. BPE, *S. Domingos*, Maço II, doc. 5.

1469, Mor Afonso, viúva do Conto e Meio, assim como Catarina Murzela (filha de Fernão Carvalho e Beatriz Murzela). São Herdeiros de João Murzelo, *o velho*. Catarina Murzelo é casada com Afonso Lobo, criado do Bispo D. Vasco Perdigão já falecido, vendem a Rui de Melo uma terra. BPE, *Convento de S. João Evangelista*, Livro 12, doc. 53.

1469, Os herdeiros de João Murzelo, o velho, vendem uma terra, em Valcovo, no termo da cidade, a Rui de Melo. São referidos como herdeiros: Mor Afonso, viúva do Conto e Meio; Catarina Murzela, casada com Afonso Lobo; Beatriz Murzela casada com Fernão Carvalho. cf., BPE, *Convento de S. João Evangelista*, Livro 12, doc. 53. Mor Afonso é viúva de Rodrigo Esteves Conto e Meio e João Murzelo é seu irmão, a mulher deste é Mécia Vaz. Vendem chão que foi vinha, ao Lagar derrubado, no caminho dos carros, BPE, *Convento de S. João Evangelista*, Livro 12, doc. 49.

1477, dezembro, 02, referência a uma horta, abaixo da Porta do moinho de vento, que parte com o ferragial que foi de João Murzelo ACSE, *CEC 6 – VIII*, fls. 47-47v.

Referências bibliográficas:

Nota biográfica

Para além do seu nome e do facto de ter desempenhado as funções de vereador, nada mais sabemos sobre este homem.

Cargos concelhios:

1421/1422 – Vereador

Outros cargos:

Reuniões:

Referências documentais:

1421, agosto, 23, Évora, João Rodrigues, Vereador, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 71v-72.

Referências bibliográficas:

Nota biográfica

Tendo em atenção o arco temporal em que surge referenciado no Concelho, é possível que João Vicente da Torre tivesse assumido um papel na administração superior àquele que as fontes testemunham. Não o podemos confirmar, mas a sua participação, no contexto da crise dinástica, em que surge ao lado dos homens do Concelho a apoiar publicamente o *Mestre de Avis*, faz-nos crer que seria um homem politicamente ativo e certamente próximo do núcleo dirigente.

Não temos, de facto, muitos dados sobre este homem, mas trata-se muito provavelmente de um abastado proprietário, detentor de herdades, no termo da cidade. Sabemos que era casado com Catarina Martins e que fez testamento em fevereiro de 1408, instituindo uma capela na Catedral. Não tendo filhos, deixou a administração do vínculo à sua mulher, enquanto fosse viva, e posteriormente aos seus sobrinhos, Gil e Tomé, filhos de João Rei. Muito esclarecedor quanto à importância que estes homens oriundos das elites locais, concediam à frequência do ensino universitário, é o facto de ter determinado, em testamento, que, após a sua morte, a sua mulher deveria custear, pelas rendas dos bens, as despesas dos seus sobrinhos que frequentavam o Estudo Geral de Lisboa. É possível que um Gil Eanes Rei, que exerceu funções de procurador do Concelho, na década de trinta de Quatrocentos, possa corresponder a um dos seus sobrinhos (cf., nota biográfica n.º 53).

Não podemos também confirmar se João Vicente da Torre teria alguma ligação a Vasco da Torre, que passou pelas funções de vereador nas últimas décadas de Trezentos (cf., nota biográfica n.º 175).

Cargos concelhios:

1380/1381, Vereador

Outros cargos:

Reuniões:

1384, Presente na reunião plenária em que se reconhece o *Mestre* como regedor e defensor do reino

1402, Presente em reunião de vereação

Referências documentais:

1380, outubro, 13, João Vicente, vereador. ADE, Arquivo Municipal, *O Livro das Posturas Antigas da cidade de Évora*, fl. 26v.

1384, dezembro, 18, João Vicente da Torres esteve presente no ato de *preito e menagem ao Mestre como Regedor e defensor do reino*, ACSE, *RR5a*), publicado por Maria Ângela BEIRANTE, “O Alentejo na 2.ª Metade do Século XIV – Évora na crise de 1383-1385”, *Estudos Medievais*, Porto, Nº7, 1986, p. 146.

1402, abril, 04, Évora, câmara dos Paços do Concelho, sendo presentes, Gil Martins Rei, Corregedor, Domingos Domingues, Juiz pelo rei, João Farto, Afonso Eanes e Gonçalo Esteves, dito Feltreiro, vereadores; João Eanes, procurador do Concelho, Fernando Gonçalves, mercador; Pº Sanches, escudeiro; João Vicente da Torre; João Afonso, escrivão do Concelho. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fl. 27v-28v.

1402, maio, 13, Évora, dentro da Câmara dos Paços do Concelho, João Vicente da Torre, presente em reunião de vereação, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 31v-33, 38-39v.

1409, agosto, 12, referência a herdade de João Vicente da Torre, em Montoito, no termo da cidade, ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fl. 44v.

1411, outubro, 04, Traslado do Testamento de João Vicente da torre. Évora, na Sé, em presença de Vasco Vicente cônego e Vigário geral de D. Diego, Bispo de Évora, fazendo audiência e desembargando. Foi-lhe apresentado, por Diego Mendes, testamenteiro, um testamento de João Vicente da Torre, que foi morador na cidade, assinado por João Dias, tab. De Évora, na Era de 1408, fevereiro, 07, na Porta de Alconchel, testemunhas: Gonçalo Mendes e Vasco Afonso, tabeliães, Fernão Lourenço, filho de Lourenço Mendes, Vasco Afonso salgueiro, Brás Domingues, Vogado, Álvaro Afonso, mercador; João Abelhão.

Estavam presentes os seguintes bacharéis: Estêvão Airas, Diego Afonso, Gil Afonso. Pediram o traslado de uma cláusula: pela qual se define que, depois, de cumpridos por sua alma, os bens anexos ano morgadio que institui, fiquem a sua mulher, Catarina Martins, para se manter até sua morte...estabelece como condição que a sua mulher mantenha os seus sobrinhos: Gil e Tomé, filhos de João Rei, nos estudos em Lisboa. Posteriormente, os bens ficarão aos seus sobrinhos, que deverão cumprir as disposições testamentárias. Testemunhas do traslado: Lopo Pires, Pedro Eanes cabeceira, procuradores na dita audiência; Tab. Rodrigo de Airas. ACSE, *Pergaminhos do Bacharéis da Sé*, Pasta 2, doc. 164.

1424, junho, 21, Referência à travessa de João Vicente da Torre, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 75-76.

Referências bibliográficas:

Nota biográfica

Os dados sobre este João Vicente são parcos, não permitindo confirmar se seria aparentado de Gil Eanes Juanejo e de Pedro Eanes Juanejo, dois possíveis irmãos que passaram pelos cargos, também como vereadores, na década de trinta de Quatrocentos (Cf., respetivamente, as notas biográficas n.ºs 52 e 140). Tendo em atenção a partilha de um *apelido* pouco comum e a proximidade temporal em que surgem nos cargos, não é improvável que integrassem um mesmo grupo familiar, que não sendo dos mais influentes, terá assumido algum protagonismo neste período, que lhes permitiu o acesso ao poder municipal.

Cargos concelhios:

1420/1421, Vereador

Outros cargos:

Reuniões:

Referências documentais:

1414, abril, 18, Referência a casas, na rua das Fontes, que partem com João Vicente Juanejo. ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fls. 55v, 56.

1416, fevereiro, 03, Ferragial, no caminho da Figueira Velha, parte com ferragial de João Vicente Juanejo, ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fl. 59.

1420, setembro, 06, Vereador. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 68-68v.

1459, fevereiro, 13, Referência A uma vinha, de S. Lázaro, na Gouveia, termo da cidade, que parte com vinha de João Vicente Juanejo, ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos de S. Lázaro* (n.º 65), fl. 7v.

Outros dados:

1414, ref. a um curral de Nicolau Vicente Juanejo. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 16, doc. 63.

Referências bibliográficas:

Nota biográfica

Não temos outras informações sobre este homem, para além do facto de ter desempenhado as funções de juiz do crime.

Cargos concelhios:

1383, Julho 25- Juiz do crime

Outros cargos:

Reuniões:

Referências documentais:

1383, julho 25, Juiz do crime. Presente na reunião em que se escolhem os procuradores do Concelho para jurar o contrato de casamento de D. Beatriz. Salvador Dias ARNAUT, *Op. cit.* pp. 430.

Referências bibliográficas:

Nota biográfica

Os dados que temos não permitem estabelecer as relações deste homem com outros que usaram esse mesmo apelido que vamos encontrando na cidade, desde o início do Século XIV.

Caso de Martim Botelho, referenciado como morador e vizinho de Évora, em 1303, detentor de herdades, em Machede, no termo da cidade. Ao longo de Quatrocentos, surgem outros indivíduos com este apelido. Um deles é Gonçalo Botelho, escudeiro e vassalo do rei, que, entre 1435-1440, é referenciado como secretário do Bispo de Évora, conselheiro régio e escrivão do desembargo, tendo estado presente na conquista de Tânger, em 1437. Ocupando as funções de notário régio, até cerca de 1440, acabou por ser desterrado, acusado de falsificação de documentos. Só em 1458 foi reabilitado, pelo rei D. Afonso V.

Gonçalo Botelho era pai de Pedro Botelho, referido em 1478, como Comendador da Vila de Rei, da Ordem de Cristo, e de um Pedro Afonso Botelho que foi cónego da Sé. Um outro homem, detentor do mesmo apelido, que assumiu algum protagonismo na cidade foi Rui Botelho, que exerceu as funções de tabelião e de procurador do número de Évora.

É possível que o nosso biografado se encontre ligado a alguns destes homens, mas a documentação que temos não o permite confirmar. De qualquer modo, os Botelho não parecem ter tido uma grande ligação à governação da cidade.

Cargos concelhios:

1419/1420, Procurador

Outros cargos:

Reuniões:

Referências documentais:

1407, dezembro, 05, referência a um chão, na travessa do Mocho, que é entre a Rua de Mendo Estevens e a Rua de Machede, que parte com o chão de Lopo Afonso Botelho. ACSE, *Pergaminhos dos Bacharéis*, Pasta 2, doc. 156.

1419, novembro, 11, Um dos procuradores do Concelho. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 66v-67v.

Outros dados:

Martim Botelho: ACSE, CH, n.º 16; CEC 3- II (tombo das herdades do cabido), fl. 33. ACSE, *Pergaminhos dos Bacharéis da Sé de Évora*, Pasta 1, doc. 65.

Gonçalo Botelho: IANTT, *Chancelaria de D. Afonso V. livro 10*, fl. 130v131; liv. 18, fl. 35, liv. 20, fl. 62v. e 114; liv. 27, fl. 31 e 65; livro 37, fl. 46v. Pedro de AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias reais anteriores a 1531 relativas a Marrocos*; Lisboa, Tomo II, 1934, doc. 234, pp. 243-244. ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital do Corpo de Deus de Santo Antoninho* (n.º 61), fls. 93v, 121-121v. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fl. 106. ACSE, *Pergaminhos dos Bacharéis da Sé de Évora*, Pasta 2, doc. 197, Ibidem, *CEC-10/XIII, 3º Livro de Originais*, doc. IX.

Rui Botelho tabelião de Évora e procurador do número, na década de 80 de Quatrocentos, por exemplo: IANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 26, fl. 136, IANTT, *Chancelaria de D. João II*, liv. 6, fol. 1, liv. 6, fol. 18; *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 32, fl. 141. ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fls. 132-133, 162, 171. ADE, Arquivo Municipal, *Livro 4º de Pergaminho* (n.º 70), fl. 35.

Pedro Afonso Botelho, cónego da Sé, filho de Gonçalo Botelho, ACSE, *Pergaminhos dos Bacharéis da Sé de Évora*, Pasta 2, doc. 208, Pedro Botelho, Comendador da Vila de Rei, da Ordem de Cristo, em 1478, irmão de Isabel Botelha, ambos filhos de Gonçalo Botelho, cf. ACSE, *CEC 6/VIII*, fls. 56-57.

Referências bibliográficas:

Sobre Gonçalo Botelho: cf., Humberto Baquero MORENO, *A Batalha da Alfarrobeira. Antecedentes e significado histórico*, Lourenço Marques, Universidade de Lourenço Marques, 1973, vol. II, p. 742. Abel Agostinho Santos CRUZ, *A Nobreza Portuguesa em Marrocos no Século XV (1415-1464)*, dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1996, p. 111.

Nota biográfica

O escudeiro Lopo Dias de Espinho é oriundo de uma família da pequena nobreza local, detentora de grandes propriedades no termo da cidade, a quem o serviço régio não era estranho e que provavelmente se movimentava com alguma facilidade nos meios cortesãos.

O biografado era neto do escudeiro Diogo Fernandes de Espinho e irmão de Beatriz Dias de Espinho e de Gonçalo Dias de Espinho, homem com forte influência na governação municipal, nas primeiras décadas de Quatrocentos (cf. nota biográfica n.º 59).

Em 1383, Diogo Fernandes de Espinho, avô do biografado, e o seu genro, Afonso Pires (possivelmente de Negreiros), criado e escrivão do rei D. Pedro, foram agraciados, por D. Fernando, com privilégio de coutada para as herdades que possuíam, nas Peçenas, no limite sul do termo de Évora. Não sabemos se Afonso Pires corresponde ao pai de Lopo Dias ou a um seu tio por afinidade.

No contexto da crise dinástica, o seu avô, como tantos outros homens da cidade próximos de D. Fernando, tomou também o partido do Mestre de Avis. Foi um dos muitos escudeiros que esteve presente no ato público de reconhecimento do *Mestre* como *Regedor e Defensor do reino*, que ocorreu no adro da Sé de Évora, em dezembro de 1384.

Muito embora não o tenhamos encontrado nos cargos concelhios, Diogo Fernandes seria, decerto, um homem próximo do círculo governativo, cujas opções políticas terão contribuído para o reforço da sua posição.

Nas gerações futuras, os Espinho voltarão a recolher a graça régia. Em 1393, o monarca de Avis confirma, a Gonçalo Dias de Espinho, a coutada atribuída ao seu avô.

A proximidade face ao círculo restrito de poder e o apoio que recolhiam do monarca de Avis explicam a forte influência que Lopo Dias de Espinho e o seu irmão, Gonçalo Dias, assumiram na gestão municipal nas gerações seguintes.

Nos anos iniciais de Quatrocentos, os dois irmãos integraram, sequencialmente, os elencos camarários. Em 1400/1401, Lopo Dias exerceu o cargo de juiz do cível, contando o governo municipal, no ano seguinte, com a presença de Gonçalo Dias, nas funções de procurador do Concelho, deixando claro o envolvimento dos Espinho na condução dos destinos da cidade.

A ligação ao círculo dirigente foi também reforçada pelas alianças matrimoniais que os Espinho foram estabelecendo com outras famílias da oligarquia. Nomeadamente, com os de Negreiro, caso Afonso Pires corresponda a Afonso Pires de Negreiros, e com os Façanha. Neste caso, por via do casamento de Gonçalo Dias de Espinho com uma filha de Lopo Rodrigues Façanha, oriundo de uma família ligada à governação, desde, pelo menos, meados de Trezentos.

A carreira concelhia de Lopo Dias parece ter sido menos estruturada do que a do seu irmão, que revela uma presença mais constante nos cargos. De qualquer modo, é significativo que o único cargo concelhio em que surge referenciado diga respeito ao exercício das prestigiadas funções de juiz.

Não temos muitos dados sobre a trajetória pessoal de Lopo Dias. Sabemos, contudo, que vivia na freguesia de S. Pedro, ao Muro Quebrado, numa das novas e mais prestigiadas artérias cidade, e que era casado com uma Mor

Cargos concelhios:

1400/1401, Juiz do cível

Outros cargos:

Reuniões:

1395, novembro, 27

Afonso, de quem nada sabemos.

Surpreendente é a importância do seu património, urbano e rústico, que deixa entrever que, independentemente dos seus horizontes sociais, este homem, bem como o seu irmão cuja fortuna imobiliária era também avultada, concedeu uma particular atenção ao crescimento da sua riqueza material.

Lopo Dias terá falecido nos finais de 1422 ou nos inícios do ano seguinte. Fez testamento em junho de 1422, tendo-o redigido, nas suas casas de morada, pelas suas próprias mãos. Era um homem que dominava a escrita e que tinha em sua posse um conjunto de livros de direito que, curiosamente, pretende deixar a um seu sobrinho que quisesse seguir os estudos, numa clara demonstração da importância que concedia à formação escolar, enquanto fator estruturador de carreiras e mesmo de ascensão social. Algo que não era de estranhar, nos tempos que corriam, em que muitos se tinham alcançado socialmente precisamente por via das carreiras feitas na administração laica ou eclesiástica, e que se deveria revelar particularmente importante numa família para quem as carreiras na administração não seriam uma novidade.

No testamento, instituiu uma capela, que, deveria ser cantada, em anos interpolados, na igreja de S. Pedro, de que era freguês, e no mosteiro de S. Francisco, onde se encontravam soterrados os seus pais, e que escolhe também como última morada. Não tendo filhos, estabelece que a administração do vínculo deveria recair num seu sobrinho, filho maior da sua irmã Beatriz Dias de Espinho, ou, no caso de esta não ter filhos varões, no filho maior do seu irmão, Gonçalo Dias de Espinho, revelando forte preocupação com a indivisão do seu património e o engrandecimento da sua linhagem.

Referências documentais:

1383, abril, 06, D. Fernando, querendo fazer graça e mercê a Afonso Pires, criado do rei e escrivão, e a Diogo Fernandes, escudeiro, seu sogro, moradores em Évora, concede-lhes carta de coutada para a herdade das Peçenas, situada entre o termo de Évora e o de Portel... IANTT, *Chancelaria de D. Fernando*, Livro III, fl. 64.

1384, dezembro, 18, Diogo Fernandes de Espinho esteve presente no ato de *preito e menagem ao Mestre como Regedor e defensor do reino*, ACSE, RR5a), publicado por Maria Ângela BEIRANTE, "O Alentejo na 2.ª Metade do Século XIV – Évora na crise de 1383-1385", *Estudos Medievais*, Porto, Nº7, 1986, p. 146.

1395, novembro, 27, Lopo Dias (de Espinho?), homem bom presente em reunião de vereação em que se define a "Hordenaçom" dos Ourives, cf., ADE, *O Livro das Posturas Antigas...*, fl. 70v.

1396, novembro, 03, Lisboa. Gonçalo Dias de Espinho, vassalo do rei, morador em Évora, diz que o rei D. Fernando fez mercê a Afonso Pires, criado do rei, escrivão de D. Pedro, e a Diego Fernandes, sogro do seu pai, moradores que foram na cidade, coutando-lhes umas herdades que ambos tinham no termo da cidade e no termo de Portel, onde chamam as Peçenas. Gonçalo Dias de Espinho, herdeiro do seu pai, solicita confirmação da coutada... IANTT, *Chancelaria de D. João I*, Livro II, fls. 127v.

1400, dezembro, 10, Lopo Dias (de Espinho), escudeiro, Juiz do Cível BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 2, doc. 28 e 28 a).

1400, novembro, 02, Rui Lourenço exerce as funções de juiz *em logo* de Lopo Dias, escudeiro. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 23, doc. 16.

1422, junho, 05, testamento de Lopo Dias de Espinho, escudeiro, morador em Évora, ao Muro Quebrado, na freguesia de S. Pedro, casado com Mor Afonso. O testamento é redigido pelo próprio. *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 3, doc. 47. Entre as diversas cláusulas, expressas no doc. Infra, conta-se a determinação de deixar os seus livros a um seu sobrinho que queira estudar. No caso de nenhum querer aprender, os livros deverão ficar na livraria do Mosteiro de S. Francisco. (no dia 13 de junho, do mesmo ano, João Dias, tabelião de Évora, confere valor legal ao documento).

1423, abril, 04, Os procuradores do prior da igreja de São Pedro de Évora solicitam o traslado do testamento de Lopo Dias de Espinho, o qual instituiu uma capela na referida igreja. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 3, doc. 47 a).

Traslado do Século XVI, do testamento de Lopo Dias de Espinho e de vários instrumentos relativos à execução do mesmo. Testamento de Lopo Dias de Espinho, datado de 13 de julho de 1422, por esse instrumento Lopo Dias de Espinho institui capela, ou pelo menos retifica informação anterior. São testemunhas: Vasco Gonçalves das Donas, Diogo Lopes, escudeiro,

Diogo Nunes, criado da Cogominha. Instituiu capela, por si, e pelos seus pais, em S. Francisco, onde pretende ser enterrado e em S. Pedro, onde é freguês. O documento identifica vários membros da família, herdeiros, dos seus bens e administradores da Capela. Mor Afonso, sua mulher, que administrará os bens até à sua Morte. Seguem-se, por ordem, os filhos varões dos seus irmãos, em primeiro lugar de Beatriz Dias e, em 2ª opção de Gonçalo Dias. Caso a sua linhagem seja extinta, manda que se partam os bens em 3 partes iguais, uma para S. Francisco, uma outra para a gafaria da Cidade e uma 3ª para o Hospital de Jerusalém. O documento enumera de forma muito clara os seus bens, que, diga-se, constituíam um património bastante avultado. Os bens são os seguintes: a) as suas casas de morada, na freguesia de S. Pedro, onde chamam o muro quebrado; b) Uma vinha na Chamuinha, entre o caminho da figueira velha e o porto seco; c) a herdade do Divor, Termo de Arraiolos e do Divor, fica à ponte do Divor; d) Herdade da Albergaria, no termo de Arraiolos, no caminho que vai da dita vinha para Evoramonte; e) Moinhos, no Degebe, termo de Portel; f) Herdade de vale Dantas, Termo do Redondo, à ribeira da Silveira; g) Herdade da Peçena, no vale do Cortiço; h) herdade de Almaçor, no caminho dos Carros, junto do curral do Facho; i) Herdade da Pedra Coelheira, entre os caminhos de S. Manços, Monte do Trigo e da Torre de Coelheiros; j) Ferragial, no caminho do Poço de Dona Ouroana, junto das hortas da ponte da Vera Cruz; l) outro ferragial, junto do anterior, que foi de João Vicente da Burceira; m) Outro ferragial a fundo deste, que foi do Pilica?; n) Ferragial sob o Rossio da cidade, na azinhaga do Sáfiro; o) ferragial que entesta no caminho da gafaria, a par da cidade, foi de Gonçalo Vasques, tosador, p) Ferragial com figueiras, na azinhaga que foi do Sáfiro, do Rossio para a Ponte Velha, que foi da Dona abadessa de S. Bento; q) outras casas, junto com as de morada, que são casa dianteira e celeiro; r) casas, na outra parte da Rua, onde está a atafona, são e casas: dianteira, celeiro e cavalaria. Faz-se divisão com a mulher... incluem-se dois instrumentos, um de 19 de Julho de 1426, *Instrumento de Partilha*, e um outro de *composição* com Lopo de Mariz, que era o administrador dos bens, datado de maio de 1452. São testemunhas: Diogo Lopes Brandão e Martim Afonso Arnalho. IANTT, Núcleo Antigo, n.º 276 – *Tombo das Capelas de Évora*, fls. XCI-XCIII.

Outros elementos:

1405, julho, 31, Diogo Dias de Espinho faz doação às freiras de S. Bento de uma courela, em Pardielas, no caminho de Montoito. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 4, doc. 16b.

Referências bibliográficas:

Maria Ângela BEIRANTE, *Évora na idade Média...*, p. 542.

Nota biográfica

Não temos muitas certezas sobre a identificação deste Lopo Esteves, que poderá corresponder a Lopo Esteves Lourinho (cf., nota biográfica n.º 95), a Lopo Esteves Ourigo (cf., nota biográfica n.º 96) ou a um outro indivíduo com o mesmo nome e patronímico.

Cargos concelhios:

1430/1431 – Vereador

Outros cargos:

Reuniões:

Referências documentais:

1430, julho, 22, Évora, câmara dos Paços do Concelho, estando reunidos em vereação, Lopo Esteves – vereador, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 85v-86.

Referências bibliográficas:

Nota biográfica

Este homem integrava o grupo familiar dos Feltreiro que teve alguma projeção na cidade, nas décadas finais do Século XIV e nas primeiras do Século XV.

Não conhecemos as origens familiares deste grupo, com uma vasta parentela, cujo apelido se foi fixando nas últimas décadas do Século XIV. Apesar do nome de família poder remeter para o mundo das atividades artesanais, não existe nenhuma referência que permita estabelecer qualquer relação dos seus membros a esse tipo de atividades. Trata-se, antes, de uma família que estruturou a sua riqueza a partir da posse da terra, sendo detentores de boas herdades, no termo da cidade, e de várias parcelas periurbanas, sobretudo de hortas e ferragiais, que proporcionariam alguma rendibilidade. É possível que o denominativo Feltreiro, que passou a nome de família, possa ter origem no topónimo de um local situado nas imediações da cidade, conhecida como “alcaria do Feltreiro”, onde alguns dos seus antepassados detinham bens.

Nas décadas de sessenta, setenta e oitenta, de Trezentos, temos referência a três irmãos que usaram este apelido: Estêvão Eanes Feltreiro, pai do biografado, Lourenço Eanes Feltreiro e Constança Eanes Feltreiro. Esta última, que foi casada com Estêvão Eanes Dente, um grande proprietário rural, que se movimentava na órbita dos Cogominho, instituiu capela em S. Francisco de Évora. Não tendo filhos, deixa a administração do vínculo ao filho primogénito da sua sobrinha Leonor Lourenço, filha de Lourenço Eanes Feltreiro, casada com Estêvão Eanes Candeeiro, e em caso de extinção desta linha masculina, à linha de Estêvão Eanes Feltreiro, também seu irmão. A instituição do vínculo, ao qual anexou um conjunto significativo de bens, deixa-nos entrever que os Feltreiro, ou pelo menos alguns dos seus ramos, haviam atingido um certo patamar de consolidação das suas posições sociais.

Estêvão Eanes Feltreiro, pai do biografado, assumiu algum protagonismo na vida da cidade, sendo possível que corresponda ao juiz concelhio Estêvão Eanes, que exerceu funções no final dos anos sessenta (cf., nota biográfica n.º 28). O que sabemos, ao certo, é que foi mordomo da Albergaria de Jerusalém, uma das mais ricas da cidade, de que era confrade. Faleceu nos últimos anos de Trezentos, tendo deixado por liquidar certas dívidas, do tempo em que havia sido mordomo, que obrigou os seus descendentes a ressarcir a instituição.

Na geração seguinte, o protagonismo urbano e concelhio coube aos seus filhos mais velhos, Gonçalo Esteves Feltreiro e Lopo Esteves Feltreiro.

Os dois irmãos passaram pelos cargos nos anos iniciais de Quatrocentos. Em 1402, chegaram a integrar as mesmas reuniões de vereação. Gonçalo Esteves como vereador, Lopo Esteves incluindo-se entre os homens-bons que nela participavam, deixando evidente a sua forte ligação ao grupo de poder.

Quer um quer outro exerceram exclusivamente as funções de vereador. Gonçalo Esteves de uma forma mais sistemática (cf. nota biográfica n.º 61), Lopo Esteves, em 1404-1405, mantendo uma ligação mais curta com a realidade governativa.

Lopo Esteves, casado com Mécia Afonso, terá falecido antes de 1419, sem que possamos identificar com total certeza os seus descendentes.

De qualquer modo, a ligação dos Feltreiro com a administração

Cargos concelhios:

1404/1405 – Vereador

Outros cargos:

Reuniões:

1402, maio, 13. Presente em reunião de vereação

1405, dezembro, 31, presente em reunião de vereação

municipal manteve-se nas gerações seguintes.

Um dos homens de maior relevo oriundo deste grupo familiar foi Rodrigo Afonso “Conto e Meio”, identificado como “neto do Feltreiro” (cf., nota biográfica n.º 158). Para além do peso das suas próprias relações familiares, a carreira concelhia deste homem terá também beneficiado da sua aproximação aos Murzelo, por via do seu casamento com uma filha de João Murzelo, um influente regedor da cidade.

Refira-se que os Feltreiro, nomeadamente uma das filhas de Lourenço Esteves Feltreiro, tio do biografado, se consorciou com Estêvão Eanes Candeeiro, também ligado à governação (cf., nota biográfica n.º 29).

Estas ligações, que decerto se refletiram nas lógicas de adoção dos apelidos, impedem-nos de avaliar o peso dos Feltreiro na governação, nas gerações subsequentes. De qualquer modo, o desaparecimento do apelido Feltreiro, na cidade, a partir dos finais dos anos cinquenta de Quatrocentos, não poderá deixar de significar a progressiva perda de influência das linhas principais deste grupo de parentesco.

Referências documentais:

1400, novembro, 08, É testemunha de posse de casas nas portas de Moura. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 13, doc. 22v.

1402, maio, 13, Presente em reunião de vereação, como homem-bom, quando o seu irmão Gonçalo Esteves Feltreiro exercia as funções de vereador, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 28v-29v, 31v-33, 38-39v.

1405, dezembro, 31, Um dos homens-bons presentes em reunião de vereação. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 41-41v.

1410, agosto, 25, um ferragial acerca do muro, a par de S. Lázaro. Parte com ferragial de Fernão Gonçalves, mercador, com ferragial de Lopo Esteves Feltreiro, pela azinhaga que se vai para o caminho de Viana. ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fls. 49, 49v.

1419, setembro, 19, Ref. a uma vinha, em Monte Redondo, no termo de Évora, que foi de Lopo Esteves Feltreiro. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 4, doc. 27.

1421, abril, 15, Évora, Hospital do Corpo de Deus, aforamento de uma herdade de pão, no termo da cidade, onde chamam o Divor. Parte com herdade que foi de Lopo Esteves Feltreiro, ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos das Albergarias ou Hospitais do Corpo de Deus da Sé, do Santo Espírito, S. Bartolomeu e S. Gião*, (n.º 63), fls. 110,110v,111.

s/d (doc. Truncado) ... avença entre os herdeiros de Estêvão Eanes Feltreiro e a Albergaria de Jerusalém, de que este fora mordomo, ficando por pagar algumas dívidas... no sentido de evitar contencioso, Lopo Esteves Feltreiro e o seu irmão, Gonçalo esteves Feltreiro, filhos de Estêvão Eanes, estabelecem acordo coma Albergaria, propondo-se entregar certos bens como forma de pagamento ... as respetivas mulheres dão a sua anuência á decisão dos respetivos maridos (...) Mécia Afonso, mulher de Lopo Esteves feltreiro, anuí com avença Testemunhas: Gonçalo Esteves Feltreiro, Vasco Fernandes, Pº Esteves.

No mesmo dia, nas casas de morada do dito Gonçalo Esteves Feltreiro, estando ai Constança Gil, disse que concordava com a dita avença... que o seu marido fizera com os Hospital. Testemunhas: Rodrigo Esteves Gordo, Lopo Esteves, tecelão.

No mesmo dia e era, nas casas que foram de Lopo Rodrigues Façanha, onde pousa Afonso Esteves, juiz por el rei, compareceu Rui Martins, escudeiro, teedor dos filhos menores de dito Estêvão Eanes feltreiro, e Estêvão Eanes, alferes da dita cidade, testamenteiro do dito Estêvão Eanes já passado, e disseram que por eles com os outros filhos maiores do dito Estêvão Eanes, para se escusarem a preito e demanda que poderia haver com o dito hospital de Jerusalém, pelos frutos e novos e rendas do dito Hospital, que o dito Estêvão Eanes, sendo vivo, recebera e havia gerido como seu mordomo, fazem avença com o Hospital. Os herdeiros de Estêvão Eanes Feltreiro dão ao hospital umas casas, que eles tinham à Porta Nova, a par do Monturo dos Oleiros. Pedem autorização ao juiz, que lha concedeu. Testemunhas: Brás Domingues, tabelião; Vasco Durães, Lourenço Eanes.

Depois disto, aos dois dias de junho da sobredita Era, estando presente Pedro Eanes, alcaide do Hospital, e Rui Martins, também alcaide, e curador dos filhos menores do dito Estêvão Eanes Feltreiro, o testamenteiro e Lopo Esteves Feltreiro e Gonçalo Esteves Feltreiro, filhos de Estêvão Eanes Feltreiro, concretizam a entrega e posse das ditas casas ao Hospital. Testemunhas: Martim Rodrigues, tabelião; Vasco Martins, escrivão da Correição; João Eanes, que foi anadel...”. ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), [fls. 21, 21v]

Outros dados:

1376, Constança Eanes, viúva de Estêvão Eanes Dente, Moradora na Rua do tinioso, que instituíra capela em S. Francisco, anexa um codicilo ao seu testamento, feito em Évora, nas casas de morada da testadora, em 21 de outubro da era de 1406

(JC1368). Concede todos os bens que tem em, Évora, a Leonor Lourenço, sua sobrinha, filha de Lourenço Eanes, seu irmão. Leonor Lourenço, herdeira, é casada com Estêvão Eanes candeeiro, morador e vizinho de Évora, e ao seu filho varão... caso não haja descendentes, manda que a administração da capela passe a Gonçalo Esteves (Feltreiro), filho de Estêvão Eanes (Feltreiro), irmão da testadora. Institui serviços religiosos por alma do seu marido e dos seus pais. As suas filhas estavam enterradas em S. Domingos, onde institui aniversários...Testemunhas: Constança Eanes, testadora; Estêvão Eanes Feltreiro, Lopo Esteves Feltreiro, seu filho, Afonso Eanes, escrivão da Correição e Diogo Domingues, seu Homem, Vasco Gonçalves, raçoeiro de Santo Antão, Martim Afonso, João Eanes Namorado; João Domingues, lavrador. São muitos os bens anexos, entre os quais casas na praça, hortas, abaixo de S. Lázaro, e diversas herdades... IANTT, Núcleo Antigo, n.º 276 – *Tombo das Capelas de Évora*, fls. LXXX-LXXXIII.

1423, dezembro, 23, Composição entre o Mosteiro de S. Domingos de Évora e Rodrigo Esteves Conto e meio, neto do Feltreiro, administrador dos bens de Mor Rodrigues, viúva de João Eanes Feltreiro, para que os frades dissessem 12 missas oficiadas... conforme estabelecido no seu testamento... pagas pelas rendas de 3 ferragiais. Rodrigo Esteves Conto e meio é neto da testadora. Diz não poder cumprir, uma vez que as rendas são insuficientes. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 2, doc. 7.

Referências bens: ferragiais, hortas, courelas e herdade, ACSE, CEC/3-I, fl. 57, 57v, 72; CEC/3-VI, fls. 14-14v; CEC/3-VII a), fls. 160-165; *Pergaminhos dos Bacharéis da Sé de Évora*, Pasta 2, doc. 121, BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 24, doc. 39; BPE, Fundos Conventuais, S. Domingos, maço 1, doc. 31.

Referências bibliográficas:

Nota biográfica

Tendo em atenção o patronímico, o apodo Lourinho e a cronologia em que passou pelos cargos, é provável que Lopo Esteves fosse irmão de João Esteves Lourinho (cf. nota biográfica n.º 77). De qualquer modo, a sua carreira foi bastante fugaz, em nada se comparando à do seu irmão, que esteve ligado ao governo municipal ao longo de várias décadas.

Cargos concelhios:

1420/1421, Procurador

Outros cargos:

Reuniões:

Referências documentais:

1420, setembro, 06, Procurador do Concelho. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 68-68v.

Referências bibliográficas:

Nota biográfica:

Pouco sabemos sobre este escudeiro, que exerceu as funções de vereador. O designativo que surge associado ao seu nome e patronímico não ajuda nessa identificação, já que não encontramos nenhum outro indivíduo que o tivesse usado. Corresponderia a um apodo/alcunha pessoal, que aparentemente não herdou de outros indivíduos, nem terá passado para os seus possíveis descendentes.

Os dados mais significativos que temos dizem respeito a uma doação que fez ao mosteiro de S. Francisco de Évora, para que os frades dissessem anualmente uma missa, pela alma de Maria Lourenço Namorada, cujo grau de parentesco com Lopo Esteves não é possível estabelecer.

Cargos concelhios:

1411/1412, Vereador
1416/1417, Vereador

Outros cargos:

Reuniões:

Referências documentais:

1411, agosto, 29, Vereador. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 55v-56.

1411, outubro, 17, Vereador. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 58v-59v.

1412, janeiro, 23, vereador. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 60-61.

1417, fevereiro, 20, vereador. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 65v-66v.

1424, Ref. a ferragial do Cabido, situado na proximidade da Porta de Mendo Estevens, que traz Lopo Esteves Ourigo. ACSE, *CEC 3 – I*, fls. 46v-47.

Ref. a dois outros ferragiais do cabido, nas proximidades das Caeiras, que semeou Lopo Esteves Ourigo, ACSE, *CEC 3 – I*, fl. 50v.

1441, outubro, 06, Lopo Esteves Ourigo, escudeiro, morador na cidade, faz doação ao Mosteiro de S. Francisco de Évora, de duas galinhas, que recebe do foro de umas casas, com a condição de o Guardião mandar dizer duas missas caladas, pelo natal, pela alma de Maria Lourenço Namorada, que jaz enterrada no mosteiro. O restante foro das casas deixa a João Gonçalves Barontas? E a sua mulher, Leonor Afonso. As casas situam-se na rua em que morava Maria Lourenço Namorada, perto da rua da Mesquita. Traz as casas Gil Eanes, criado de Fernão Lopes Lobo. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 17, doc. 126. IANTT, Núcleo Antigo, n.º 276 – *Tombo das Capelas de Évora*, fls. CXLVI-CXLViv.

Referências bibliográficas:

Nota biográfica

A presença nos cargos concelhios, em período próximo, de diversos indivíduos com o mesmo nome e patronímico, e por vezes apenas identificados em função deles, impede-nos de delinear as suas carreiras de forma precisa.

É esse o caso de Lopo Fernandes Fuseiro, que objetivamente só assim surge identificado, em 1393 e em 1395, ano em que exerceu as funções de vereador. É provável, contudo, tendo em atenção o tipo de cargos e o arco cronológico das referências, que possa ter passado por funções concelhias em período anterior.

O apelido com que surge identificado remete-nos para a sua pertença aos Fuseiro. Grupo de uma pequena nobreza de escudeiros, constituída por uma vasta parentela, onde se contam grandes proprietários rurais, que foram consolidando as suas posições pelo exercício do poder municipal e pelo serviço régio, nomeadamente na administração central, não desdenhando as carreiras eclesiásticas.

Na cronologia em causa, os Fuseiro constituíam o grupo com maior representatividade na administração municipal. Estiveram presentes no Concelho, de forma ininterrupta, entre, pelo menos, 1366 e 1433, ocupando os principais cargos, nomeadamente os de Regedor e de Juiz. Em alguns anos, contabiliza-se, mesmo, a presença simultânea de diversos membros deste grupo nos elencos municipais. Nas últimas décadas de Trezentos e nas primeiras da centúria seguinte, os Fuseiro eram, portanto, um dos grupos mais influentes da oligarquia eborense. O apoio e o papel que tiveram no contexto da crise, em defesa da causa do *Mestre*, terão também contribuído para o reforço das suas posições.

Quando Lopo Fernandes exerceu funções, os Fuseiro viviam a sua fase de maior influência concelhia, contando-se, na administração, para além do biografado, diversos outros homens detentores do mesmo apelido. É o caso de Lourenço Pires Fuseiro (cf., nota biográfica n.º 109) e de Rodrigo Eanes Fuseiro I (cf., nota biográfica, n.º 153), Regedores, de Rodrigo Afonso Fuseiro (cf., nota biográfica, n.º 147), Chanceler, bem como de Lourenço Pires Fuseiro, “o moço” (cf., nota biográfica n.º 110), Álvaro Pires Fuseiro (cf., nota biográfica n.º 17) e, posteriormente, de Rodrigo Eanes Fuseiro II (cf., nota biográfica n.º 154).

Muito embora não possamos estabelecer o grau de relação que o biografado teria, em concreto, com estes indivíduos, ele integraria, decerto, este mesmo grupo familiar, tendo a sua carreira concelhia beneficiado do peso e da relevância que os Fuseiro tinham na governação.

Cargos concelhios:

1380/1381, Vereador (?)
1383/1384, Vereador (?)
1388/1389, Procurador (?)
1395/1396, Vereador

Outros cargos:

Reuniões:

1393, janeiro, 09, Presente na definição de posturas

Referências documentais:

- 1380, outubro 13, Lopo Fernandes, Vereador, ADE, *O Livro das Posturas antigas da cidade de Évora*, fl. 26v.
1383, julho 25, Lopo Fernandes, vereador, presente na reunião em que se escolhem os procuradores do Concelho para jurar o contrato de casamento de D. Beatriz. Salvador Dias ARNAUT, *Op. cit.*, pp. 430.
1385, Um Lopo Fernandes é vereador. ADE, *O Livro das Posturas antigas da cidade de Évora*, fl. 53.
1388, dezembro, 19, Um Lopo Fernandes é procurador, ADE, Arquivo Municipal, *O Livro das Posturas Antigas da cidade de Évora...*, fl. 20v.
1393, janeiro, 09, Lopo Fernandes Fuseiro, como homem-bom, acompanha o elenco camarário na definição de posturas. ADE, Arquivo Municipal, *O Livro das Posturas Antigas da cidade de Évora...*, fl. 68v.
1395, novembro, 27, Lopo Fernandes Fuseiro, Vereador. ADE, Arquivo Municipal, *O Livro das Posturas Antigas da cidade de Évora...*, fl. 70v.

Referências bibliográficas:

Nota biográfica

Não temos muitas certezas sobre o percurso deste homem, que exerceu temporariamente as funções de juiz pelo rei, em substituição de Afonso Esteves de Elvas, e que poderá ter passado pelos cargos concelhios, como vereador.

É possível que este homem corresponda a um Lopo Fernandes que, em 1396, encontramos como testemunha de um contrato de bens da Albergaria do Corpo de Deus da Sé de quem se diz que foi hastieiro. A ser verdadeira esta possibilidade, Lopo Fernandes foi um dos poucos homens ligados ao mundo dos ofícios mecânicos, que exerceu funções concelhias, no período que temos vindo a tratar. De qualquer modo, a sua relação com a administração parece ter sido pontual e a sua influência limitada.

Cargos concelhios:

1383-1384, Vereador?

Outros cargos:

1395/1396, Juiz pelo rei *em logo* de Afonso Esteves de Elvas

Reuniões:

Referências documentais:

1383, julho 25, Lopo Fernandes, vereador. Presente na reunião em que se escolhem os procuradores do Concelho para jurar o contrato de casamento de D. Beatriz. Salvador Dias ARNAUT, *Op. cit.*, pp. 430.

1387, novembro, 29, confrade da Albergaria do Corpo de Deus de Santo Antoninho. ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital do Corpo de Deus de Santo Antoninho* (n.º 61), fls. 11, 12.

1393, março, 09, Confrade da Albergaria do Corpo de Deus de Santo Antoninho. ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital do Corpo de Deus de Santo Antoninho* (n.º 61), fls. 18v, 19.

1395, novembro 06, em Évora, sob o alpendre dos Paços do Concelho, sendo no dito logo: Lopo Fernandes, hastieiro, morador na cidade, juiz *em logo* de Afonso Esteves de Elvas, vassalo do rei, e juiz por ele na cidade, BPE, *Pergaminhos Avulso*, Pasta 12, doc. 49.

1396, abril, 24, Évora, Évora, junto das casas de morada do tabelião, entre as testemunhas de bens da Albergaria do Corpo de Deus da Sé, conta-se Vicente Bartolomeu, tabelião, Rui Lourenço Murzelo, Vasco Afonso Salgueiro e Lopo Fernandes que foi hastieiro. ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos das Albergarias ou Hospitais do Corpo de Deus da Sé, do Santo Espírito, S. Bartolomeu e S. Gião*, (n.º 63), [fls. 97v.

1406, setembro, 02, Ref. ao forno de Lopo Fernandes, hastieiro BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 4, doc. 22.

1419, novembro, 11, Ref. a Diogo Lopes, filho de Lopo Fernandes, hastieiro. Diogo Lopes afora bens do Concelho. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 66v-67v.

Lopo Fernandes, hastieiro, é foreiro de bens do cabido, ACSE, *CEC 4 – XV*. “Livro velho dos Anniversarios dos primeiros ceis mezes”, fl. 46.

Referências bibliográficas:

Nota biográfica

Não é impossível que este homem fosse descendente de uma família de cavaleiros presentes em Évora desde tempos recuados, que estiveram à frente da alcaidaria da cidade, onde encontramos alguns dos seus mais destacados membros. Caso de Pedro Soares da Costa, alcaide em 1235, de Martim Mendes da Costa, que lhe sucedeu nas mesmas funções, e do filho deste, Estêvão Pires da Costa, que detetamos como alcaide no início da década de sessenta de Duzentos. A partir deste período, os Costa parecem ter perdido protagonismo urbano, sendo possível que alguns dos seus ramos mais destacados tivessem deslocado os seus interesses para outras geografias. De qualquer modo, ao longo das centúrias seguintes vamos encontrando, na cidade, diversos indivíduos que usavam este apelido.

Não sabemos se o biografado entronca em alguns dos ramos mais antigos ou se tinha relações de parentesco, com outros homens que, mais proximamente, usaram o mesmo nome de família, como o cavaleiro, João da Costa, o escudeiro Luís Vasques da Costa, Alcaide da Albergaria do Espírito Santo, em 1433, e outros.

Seja como for, este possível grupo familiar não teve grande ligação à governação municipal. Para além do biografado, que passou fugazmente pelos cargos, não encontramos nenhum outro detentor deste apelido na governação municipal.

Cargos concelhios:

1423/1424, Vereador

Outros cargos:

Reuniões:

Referências documentais:

- 1423, outubro, 06, Évora, Lopo Fernandes. Vereador. ADE, Arquivo Municipal *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), 73v- 74.
 1424, fevereiro, 10, Lopo Fernandes da Costa. Vereador. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 74-75.
 1424, junho, 21, Lopo Fernandes da Costa. Vereador. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), 75-76.
 1426, fevereiro, 10, Évora, Albergaria do Santo Espírito, estando presentes Lopo Fernandes da Costa, alcaide, ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos das Albergarias ou Hospitais do Corpo de Deus da Sé, do Santo Espírito, S. Bartolomeu e S. Gião*, (n.º 63), fls. 74v,75.
 1429, julho, 07, Lopo Fernandes da Costa, confrade da Albergaria do Santo Espírito, ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos das Albergarias ou Hospitais do Corpo de Deus da Sé, do Santo Espírito, S. Bartolomeu e S. Gião*, (n.º 63), fls. 72v-73v, 73v,74.

Outros dados:

- 1295, julho, 15, Afonso Mendes da Costa, ACSE, *CEC 3 – II (Tombo das herdades e capelas do Cabido)*, fls. 29-30v.
 1311, outubro, 12, Ref. aos filhos João Afonso da Costa, ACSE, *CEC 3 – II (Tombo das herdades e capelas do Cabido)*, fls. 38-39.
 1371, Testamento de Sancha Eanes, viúva de João da Costa, cavaleiro. IANTT, Núcleo Antigo, n.º 276 – *Tombo das Capelas de Évora*, fls. LV-LViv.
 1408, Um Nuno Álvares da Costa, criado do Mestre de Avis, é testemunha da execução de uma sentença, no Mosteiro de S. Francisco de Évora. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 2, doc. 4v.
 1433, junho, 10, Évora, Luís Vasques da Costa, escudeiro, procurador e alcaide da Albergaria do Stº Espírito, ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos das Albergarias ou Hospitais do Corpo de Deus da Sé, do Santo Espírito, S. Bartolomeu e S. Gião* (n.º 63), fls. 75-77v.
 1450/1470 – Cónego Álvaro da Costa, por exemplo: ACSE, *CEC 6 – VIII*, fls. 10v-11.

Referências bibliográficas:

Maria Ângela BEIRANTE, *Évora na Idade Média...*, pp. 539-540 e 609-610.

Nota biográfica

A primeira referência relativa à presença de Lopo Fernandes Lobo na governação urbana data de 1378, quando desempenhava as funções de regedor. Tendo em atenção o destaque que, nessa altura, assumia entre o núcleo dirigente é provável que já tivesse atrás de si um longo percurso governativo, que o vazio documental não permite captar.

Não podemos atestar também a informação adiantada pelos genealogistas modernos que dão Lopo Fernandes como filho de Fernão Pires Lobo, morador e vizinho de Évora. Ainda assim, ele integraria, decerto, alguns dos ramos dos Lobo, que desde a segunda metade do Século XIII se encontravam instalados na cidade. Nesse período, os seus mais destacados elementos eram Bartolomeu Eanes Lobo e o seu sobrinho Pedro Pires Vilarinho, que integraram o núcleo de proeminentes cavaleiros da cidade que, em 1286, testemunharam um acordo estabelecido entre o Concelho de Évora e D. Dinis. Nas décadas seguintes, os Lobo foram consolidando as suas posições sociais por via da ação guerreira, do controlo das instituições urbanas e do serviço régio, cuja aproximação terá beneficiado da relação clientelar que estabeleceram com os Cogominho, que, nesse período, tinham uma significativa influência nos meios cortesãos.

Na geração anterior à do biografado, entre os membros deste grupo familiar, destaca-se Gonçalo Eanes Lobo, corregedor da comarca de Entre-Tejo-e-Odiana e da Beira, que em 1262 instituiu capela em S. Francisco de Évora.

Refira-se que alguns dos que usavam este apelido surgem ligados às ordens militares, caso de um Gonçalo Eanes Lobo e de Vasco Esteves Lobo, que foram comendadores de Santiago. Este último terá desempenhado também o cargo de alcaide de Évora, funções em que surge referenciado entre 1356 e 1358.

Os Lobo envolveram-se, como seria de esperar, na gestão camarária, tendo alcançado forte reconhecimento entre o grupo dirigente, o que talvez explique que, em 1311, um Gonçalo Eanes Lobo surja a representar o Concelho, como procurador, numa importante contenda entre o município e o cabido da Sé.

Não sabemos, objetivamente, qual o grau de relação que Lopo Fernandes Lobo estabeleceria com estes indivíduos e com outros, detentores do mesmo apelido, que vamos encontrando na cidade, nas gerações anteriores à sua.

É muito possível, tendo em atenção o prestígio que alcançou, que fosse, de facto, oriundo de alguns dos mais destacados ramos dos Lobo, beneficiando do capital de prestígio que os mesmos foram adquirindo. Essa pertença conjuga-se também com o facto de Lopo Fernandes ter sido designado para regedor da cidade, já que D. Fernando nomeou para o cargo homens oriundos das mais proeminentes famílias locais, com ligação o poder concelhio e preferencialmente com algum grau de relação com a coroa. Critérios que os Lobo, claramente cumpriam.

Lopo Fernandes, um homem que supomos envolvido com as políticas e as ações guerreiras do *Formoso*, ocupava as funções de regedor quando, após a morte de monarca, se colocou a questão da sucessão ao trono.

As crónicas não lhe concedem muito destaque no contexto da crise dinástica. O seu papel é, de alguma forma, eclipsado pela ação determinante,

Cargos concelhios:

1377/1378 – Regedor
1381/1382 – Regedor
1382/1383 – Regedor
1383/1384 – Juiz Cível *em logo*
1384/1385 – Juiz do crime

Outros cargos:

Reuniões:

na cidade, dos seus presumíveis filhos, Diogo, Fernão, Martim e Estêvão Lopes Lobo, fortemente envolvidos em todo esse processo e nas ações guerreiras que se lhe seguiram, tendo participado na batalha de Aljubarrota, onde lutaram ao lado do futuro monarca.

Tendo em atenção o prestígio e a notoriedade local do regedor, é possível que este homem tivesse tido um papel importante nas tomadas de posições que o Concelho foi assumindo em defesa da causa do *Mestre*. Não será, certamente, por acaso que o seu nome, a par do de Fernão Gonçalves d'Arca, encima a lista dos membros do Concelho que estiveram presentes no ato de *preito e menagem*, em que a cidade reconheceu o *Mestre* como defensor do reino.

A crise, e o apoio prestado ao Mestre, amplamente reconhecido pelo monarca de Avis, constituiu a pedra de toque da ascensão social dos Lobo, que os conduzirá, nas gerações seguintes, à nobreza titulada com a obtenção do baronato de Alvito, atribuído a um bisneto do regedor Lopo Fernandes. Um homem que, não muitos anos antes, as fontes identificam como cidadão, deixando clara a sua origem não nobres. Os Lobo, aproveitando as oportunidades de um contexto político e militar muito particular, fizeram, pois, um percurso ascensional notável que permitiu que, nas gerações seguintes, se integrassem e consolidassem as suas posições entre os estratos nobiliárquicos.

O percurso de Lopo Fernandes, após 1385, não é bem conhecido. O vazio documental, para o período que se lhe segue, não o permite captar. Supomos contudo, que a sua carreira concelhia, por motivos que talvez se prendam a com a sua própria idade, não se tivesse prolongado muito para além daquela data.

De qualquer modo, os Lobo reforçaram claramente a sua posição no seio do Concelho, tornando-se um dos principais e mais influentes grupos da governação. Os filhos e netos do regedor, Fernão Lopes Lobo (cf., nota biográfica n.º 44), Martim Lopes Lobo I e Martim Lopes Lobo II (cf., respetivamente, as notas biográficas n.ºs 126 e 127), assumirão forte protagonismo concelhio, ocupando os cargos de regedores, juizes e chanceleres.

Referências documentais:

1378, janeiro, 09, Lopo Fernandes Lobo, regedor, na elaboração de Posturas, ADE, Arquivo Municipal, *O Livro das Posturas Antigas da cidade de Évora...*, fl. 19v.

1380, agosto, 26, Coutada em Vale de Moura, termo de Évora, a Sancha Mendes, moradora na cidade. Parte com Fernão Gonçalves d'Arca, com Lopo Fernandes Lobo, com Constança Pires. IANTT, *Chancelaria de D. Fernando*, Livro II, fl. 28v.

1381, dezembro, 13, Regedores presentes na definição de posturas: Lopo Fernandes Lobo, Fernão Gonçalves D'Arca, Fernão Martins Brandão, Mem Gonçalves, Rodrigo Eanes Fuseiro. ADE, Arquivo Municipal, *O Livro das Posturas Antigas da cidade de Évora...*, fl. 18v.

1382, janeiro, 20, Lopo Fernandes Lobo, Regedor. ADE, Arquivo Municipal, *O Livro das Posturas Antigas da cidade de Évora...*, fl. 18v.

1382, junho, 20, Lopo Fernandes Lobo, Regedor. ADE, Arquivo Municipal, *O Livro das Posturas Antigas da cidade de Évora...*, fl. 28v.

1382, junho, 23, Lopo Fernandes Lobo, Regedor. ADE, Arquivo Municipal, *O Livro das Posturas Antigas da cidade de Évora...*, fl. 37v.

1382, novembro, 10, Lopo Fernandes Lobo, Regedor. ADE, Arquivo Municipal, *O Livro das Posturas Antigas da cidade de Évora...*, fl. 19.

1382, Lopo Fernandes Lobo, Regedor. ADE, Arquivo Municipal, *O Livro das Posturas Antigas da cidade de Évora...*, fl. 63.

1383, outubro, 22, (1383) Perante Lopo Fernandes, juiz em loge de Rodrigo Eanes Fuseiro, cavaleiro, juiz do cível. ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fl. 6.

1384, dezembro, 18, Lopo Fernandes, cidadão, juiz, está presente, é o segundo nome indicado dos não pertencentes à Sé, seguido de outro Juiz, Luís Gonçalves Carvalhais, no ato de preito e menagem ao Mestre, que ocorreu no adro da Sé de Évora.

ACSE, *RR5a*), publicado por Maria Ângela Beirante, “O Alentejo na 2.^a Metade do Século XIV – Évora na crise de 1383-1385”, *Estudos Medievais*, Porto, N^o7, 1986, pp. 119-154.

1385, Lopo Fernandes, juiz do crime. ADE, Arquivo Municipal, *O Livro das Posturas Antigas da cidade de Évora...*, fl. 53.

Outros dados:

1311, julho, 26, Gonçalo Eanes Lobo, procurador do Concelho, numa contenda entre o município e a Catedral, Gabriel PEREIRA, *op. cit.*, p. 62.

1357/1358 – Vasco Esteves Lobo, alcaide de Évora, cf., BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 5, doc. 94.

1362, julho, 09. Gonçalo Eanes Lobo, corregedor de Entre Tejo e Guadiana, com Mécia Afonso, sua mulher, instituem capela em S. Francisco, pela herdade do Freixo, no termo da vila do Redondo. São testemunhas: Lopo Fernandes Courinho, João Lobo, Martim Queimado, Nicolau Martins, escrivão da Correição, Paio Lourenço, sobrinho do testador. IANTT, Núcleo Antigo, n.º 276 – *Tombo das Capelas de Évora*, fls. LXX-LXXI. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 2, *ibidem*, *Convento de São Francisco de Évora*, doc. 5.

1370, setembro, 18, Traslado de cláusula do estamento de Gonçalo Eanes Lobo, no qual deixa, à igreja de São Pedro de Évora, dois ferragiais, para que seja celebrado, perpetuamente, um aniversário, no primeiro dia de cada mês, pela alma de seu pai e de Catarina Pires, e uma missa pela sua alma, BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 3, doc. 4, b).

1374, dezembro, 20, João Domingues Carvalho apresentou a Estêvão Esteves, vigário geral do bispo de Évora, Dom Martinho, uma cláusula do testamento de Gonçalo Eanes Lobo, que foi morador e vizinho de Évora, na freguesia de São Pedro, solicitada por Vasco Martins, raçoeiro da igreja de São Pedro de Évora. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 3, doc.4 a).

1396, Nuno Gonçalves Lobo é testemunha de contrato de Santiago. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 13, doc. 98.

1406, agosto, 20, Sentença relativa a um processo entre os frades do convento de São Francisco de Évora e Maria Domingues, moradora em Montemor-o-Novo, administradora dos bens da capela de Gonçalo Eanes Lobo e de sua mulher, Mécia Afonso, estando em questão um litígio em torno do montante que a administradora deve entregar ao convento. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 2 Convento de São Francisco de Évora, doc. 12.

1422, julho, 05, Diogo Lopes (II), escudeiro, filho de Lopo Fernandes Lobo (II), testemunha do testamento de Lopo Dias de Espinho BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 3, doc. 47.

Referência aos quatro filhos de Lopo Fernandes Lobo cf. BPE, *Manizola*, cód. 66, fl. 35.

Referências bibliográficas:

Maria Ângela BEIRANTE, *Évora na idade Média...*, pp. 524-525.

André Madruga COELHO, *As elites urbanas medievais. O exemplo de Évora e dos Lobo (Sécs. XIII-XV)*, dissertação de mestrado em História do Mediterrâneo Islâmico e Medieval, Universidade de Évora/Universidade de Lisboa, 2014, sobretudo pp. 43-57, 58-62 e o anexo D/Lista de Presenças no Concelho, pp. 127.

Manoel Felgueiras GAYO, *op. cit.*, tomo XVII, p. 149.

Luís Filipe OLIVEIRA, *A Coroa, os Mestres e os Comendadores. As ordens Militares de Avis e de Santiago (1330-1449)*, Universidade do Algarve, 2009, p. 443 e 512-514.

Hermínia VILAR, “Da vilania à nobreza: trajetórias de ascensão e de consolidação no Sul de Portugal (Séc. XIV-XV) ” In Hermínia Vasconcelos Vilar; Maria Filomena Lopes de Barros (eds.), *Categorias Sociais e mobilidade urbana na Baixa Idade Média. Entre o Islão e a Cristandade*, Lisboa, CIDEHUS/Ed. Colibri, 2012, pp. 145-162.

Nota biográfica

Não podemos identificar claramente este indivíduo que surge apenas referenciado como Lopo Fernandes, podendo corresponder a Lopo Fernandes da Costa, a Lopo Fernandes, hastieiro, ou a um outro indivíduo.

Cargos concelhios:

1414/1415, Juiz do crime

Outros cargos:

Reuniões:

Referências documentais

1414, setembro, 08, Évora, Câmara dos Paços do Concelho, Lopo Fernandes, Juiz do crime, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 63v-64.

1414, abril, 06, Évora, Câmara dos Paços do Concelho, Lopo Fernandes, juiz do crime; ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 70-70v.

Referências bibliográficas

Nota biográfica

Lopo Rodrigues Façanha passou pelos cargos concelhios entre 1377 e 1385, num período bastante conturbado, tendo-se envolvido nas questões políticas e militares de que essa época foi pródiga.

Este escudeiro, que morava junto da igreja de Santo Antoninho, na praça de Alconchel, onde residia também o seu irmão, Vasco Rodrigues Façanha, assumiu protagonismo no seio das instituições urbanas, sendo detentor de um forte prestígio local.

Lopo Rodrigues era oriundo de uma família de cavaleiros vilãos, ligada ao governo local desde, pelo menos, a segunda metade do Século XIII, período em que se constata a presença, nos elencos camarários, dos irmãos Martim Soares Façanha e Rui Martins Façanha, que exerceram funções de juiz, assumindo forte destaque no seio da sociedade política eborense do seu tempo. É provável que nas décadas seguintes, num período bastante mal documentado, diversos outros homens detentores do mesmo apelido, que vemos a movimentaram-se próximo de gente ligada à governação, tivessem integrado também os elencos camarários.

Seja como for, quando Lopo Rodrigues Façanha chegou ao poder municipal teria, decerto, atrás de si um lastro de ligação familiar à governação da cidade e um capital de prestígio significativo.

No final do reinado fernandino, Lopo Rodrigues, conjuntamente com o seu irmão Vasco Rodrigues Façanha, tiveram uma clara preponderância na vida municipal.

Os Façanha consubstanciam mais um caso, entre tantos outros, da presença simultânea de irmãos, nos cargos governativos, deixando clara a importância decisiva que o peso familiar assumia no acesso ao poder e a aposta clara que as famílias oligárquicas faziam no sentido da sua perpetuação no seio do grupo dirigente.

No ano camarário de 1377/78, os dois irmãos integravam o mesmo elenco governativo, Lopo Rodrigues, como juiz, e Vasco Rodrigues, como regedor na cidade. O mesmo se verifica em 1382/83, contabilizando-se, no ano seguinte, a sua presença simultânea na reunião em que se escolhem os procuradores para jurarem o casamento de D. Beatriz (sobre Vasco Rodrigues Façanha I, (cf. nota biográfica, n.º 173).

Lopo Rodrigues, apesar de ter exercido as prestigiadas funções de juiz, teve uma carreira concelhia menos estruturada do que a do seu irmão. Este passou de uma forma mais continuada nos cargos, exercendo as funções de regedor e de juiz, tendo representado o Concelho em alguns dos mais relevantes atos políticos. Foi, conjuntamente, com Álvaro Mendes de Oliveira, escolhido como procurador do Concelho para jurar o acordo de casamento de D. Beatriz, herdeira do trono, com D. João de Castela.

O cronista Fernão Lopes relata-nos um episódio que envolve os dois irmãos. Diz-nos, a dado trecho da sua narrativa, que, estando o rei D. Fernando na cidade, Vasco e Lopo Rodrigues Façanha, o primeiro enquanto regedor e o segundo como juiz, aconselharam o monarca a demolir parte da cerca velha da cidade, com o argumento de no seu interior viverem muitos dos defensores da Infante D. João de Castro. Uma decisão que, de acordo com o relato do cronista, se revelou bastante discutível, levantando duras críticas. Independentemente de outros considerandos, o facto de o cronista

Cargos concelhios:

1377/1378, Juiz do crime
1382/1383, Juiz do crime
1385, Vereador

Outros cargos:

Reuniões:

1383, Julho, 25, presente na reunião em que se procede à escolha dos procuradores para jurarem o contrato de casamento de D. Beatriz

ter recuperado a memória do papel assumido por esses dois homens, não pode deixar de ser revelador da preponderância que os irmãos Façanha tiveram na cidade nesse período. O relato deixa também evidente o comprometimento de Lopo e Vasco Rodrigues com as políticas régias do *formoso*.

É provável que os dois irmãos tivessem participado nas guerras fernandinas, nomeadamente, nas contendas que tiveram como palco principal os campos do atual Alentejo. Não custa a crer que se incluíssem entre os muitos homens oriundos da cidade que pelejaram na batalha dos Atoleiros e em outros confrontos.

Lopo Rodrigues seria, decerto, um homem experiente nas questões militares, o que fica também atestado pelo de facto de, já em plena crise dinástica, ter sido designado, para integrar o conselho de guerra de Nuno Álvares Pereira. Algo semelhante a uma estrutura consultiva, que integrava um núcleo restrito de indivíduos, escolhidos entre os muitos escudeiros de Lisboa, de Évora e de Beja, que acompanhavam o futuro Condestável. Os de Évora, para além de Lopo Rodrigues, terão designado também Diogo Lopes Lobo e João Fernandes d'Arca, que serão os grandes protagonistas da causa do Mestre na cidade. A inclusão de Lopo Rodrigues, nesse pequeno grupo, é, por si mesma, reveladora do prestígio e do reconhecimento que este homem teria junto dos seus pares.

Embora não tenhamos dados concretos a esse respeito, é provável, tendo em atenção o seu envolvimento na *companhia de armas* de Nuno Álvares, que Lopo Rodrigues tivesse tido uma atividade militar intensa nestes anos.

Não conhecemos, em profundidade, o posicionamento político dos Façanha nos anos da crise dinástica. No caso de Lopo Rodrigues, e levando em linha de conta o seu papel militar, terá aderido ao partido do Mestre. Não deixa contudo, de ser curioso, que Fernão Lopes, ao rememorar os homens que mais se destacaram, na cidade, no apoio à sua causa, não tivesse incluído nenhum dos irmãos Façanha. Refira-se também que não os vemos agraciados pelo monarca de Avis, como se verificou com outros homens da cidade, cujo papel foi relevante nesse contexto político.

Muito embora não possamos avaliar as possíveis razões que subjazem a este, aparente, menor destaque, o que vai ficando evidente é que os Façanha, sobretudo se comparados com os d'Arca e os Lobo, acabaram por não retirar grande partido dessa conjuntura, sob o ponto de vista do reforço das suas posições sociais. Não significa isso, contudo, que não tivessem mantido uma forte influência na vida municipal, no após crise.

Muito provavelmente ter-se-ão mantido nos cargos, um dado que não podemos confirmar em virtude do vazio documental, para o período que se segue à subida ao poder de D. João I, assistindo-se também ao reforço das posições concelhias de alguns dos apaniguados dos Façanha, como é o caso do mercador Fernão Gonçalves Façanha (cf. nota biográfica, n.º 41). Um homem que ganhará protagonismo no seio do grupo dirigente, entre o qual, nas décadas subsequentes, vamos encontrar também os seus filhos Garcia e Vasco Fernandes Façanha (cf., respetivamente, notas biográficas n.ºs 50 e 168).

Independentemente da sua projeção não ter sido tão significativa como aquela que se verificou, por exemplo, com os Lobo ou com os d'Arca, os Façanha, continuarão, ao longo do reinado de D. João I, a ser uma das mais influentes famílias ligadas ao poder municipal, numa clara demonstração do peso que as inércias locais e as estratégias familiares, assumiam no controlo do poder municipal.

Refira-se que o peso dos Façanha, no seio do grupo dirigente, se foi

também reforçando pelas alianças que estabeleceram com outros grupos integrantes da oligarquia. É o caso dos Espinho, à qual os Façanha se terão aproximado, por via do casamento de uma das filhas de Lopo Rodrigues com Gonçalo Dias de Espinho, também ele um homem forte da governação.

Nos anos vinte de Quatrocentos, continuamos a encontrar, entre os regedores, o apelido Façanha, concretamente na figura de Vasco Rodrigues Façanha, que tendo em atenção a cronologia da sua presença no Concelho, pode corresponder a um descendente direto do primeiro regedor (sobre Vasco Rodrigues Façanha II, cf. nota biográfica, n.º 174). Este Vasco Rodrigues manteve-se no arco da governação entre 1423 e 1439, surgindo também nos cargos, a partir desse último ano, um Lopo Façanha, que poderá ser um descendente do biografado, que dará, assim, continuidade ao nome de família no governo municipal até cerca de 1475.

Referências documentais

1362, janeiro, 13, Évora, na Sé. Num contrato relativo a bens dos bacharéis, realizado na Catedral, surgem entre as testemunhas: Testemunhas: Vasco Rodrigues, prioste do cabido, Lopo Rodrigues, seu irmão, Martim Lourenço, homem do dito Vasco Rodrigues, ACSE, *Pergaminhos dos Bacharéis da Sé de Évora*, Pasta 1, doc. 63.

1371, outubro, 06, Évora. Nas casas onde pousa Rodrigo Afonso de Sousa. Lopo Rodrigues Façanha, escudeiro, é testemunha do testamento de R. A. De Sousa, Esporão. São, também, testemunhas: Fernão Gonçalves d'arca, Pº Seco, Estêvão Gonçalves mercador. Note-se, a ordem: 1º Fernão Gonçalves D'arca, o único referido como escudeiro, segue-se Estêvão Gonçalves, mercador, Pº Seco, Afonso Eanes Macieira, Lopo Rodrigues Façanha. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 2, doc. 9.

1378, janeiro, 09, Lopo Rodrigues, juiz do crime. ADE, Arquivo Municipal, *O Livro das Posturas Antigas da Cidade de Évora...*, fl. 19.

1379, janeiro, 04, Lopo Rodrigues Façanha é testemunha de um contrato relativo a bens da igreja de Santiago de Évora. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 21, doc. 63.

1382, novembro, 7, Lopo Rodrigues Façanha, juiz do crime. ADE, Arquivo Municipal, *O Livro das Posturas Antigas da Cidade de Évora...*, fl. 64.

1383, julho, 25, Presente na reunião em que se procede à escolha dos procuradores para jurarem o contrato de casamento de D. Beatriz com D. João I de Castela. Estavam presentes: Lopo Afonso e Martim Afonso Arnalho, juízes do crime, Martim de Oliveira e Estêvão Eanes Candeeiro, procuradores. Homens bons: Fernão Martins Brandão, Diogo Lopes Lobo, Lourenço Pires Fuseiro, Pêro Eanes Peão, Lopo Rodrigues Façanha, Rui Martins, Estêvão Mendes, João Lourenço, Gonçalo fava, Fernão Gonçalves, mercador. Foram designados procuradores: Álvaro Mendes de Oliveira e Vasco Rodrigues Façanha. Salvador Dias ARNAUT, *op. cit.*, pp. 430-431.

1383, janeiro, 09, Lopo Rodrigues (Façanha), juiz do crime. ADE, Arquivo Municipal, *O Livro das Posturas Antigas da Cidade de Évora...*, fl. 19v.

1383?, D. Nuno Álvares Pereira integra no seu conselho restrito alguns elementos de Évora, Diogo Lopes Lobo, João Fernandes D'Arca e Lopo Rodrigues Façanha. Fernão Lopes, *CDJI*, Parte 1, Cap. XCII, p. 88.

1385, s/d, Lopo Rodrigues Façanha, vereador, ADE, Arquivo Municipal, *O Livro das Posturas Antigas da Cidade de Évora...*, fl. 53.

1407, novembro, 22, Ref. à ama de Lopo Rodrigues Façanha. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 18, doc. 1.

1407, abril, 03, Évora, na Igreja de Santo Antoninho. Rui Salvado, alcaide, João Rodrigues, mordomo; Luís Barriga, Afonso Fernandes, tecelão, Lopo Fernandes, Cristóvão Eanes, Afonso Pires, confrades. Comparecerem Gonçalo Dias de Espinho que afirmou que, por morte do seu sogro, Lopo Rodrigues Façanha, ele herdou umas casas, na Rua de Alconchel. São casa e celeiro. Partem com casas de Vasco Rodrigues Façanha, com casas de Vasco Cordeiro, tabelião... ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital do Corpo de Deus de Santo Antoninho* (n.º 61), fl. 80.

Lopo Rodrigues Façanha e o seu irmão Vasco Rodrigues aconselham D. Fernando a destruir parte da cerca velha da cidade. Fernão LOPES, *Crónica de D. Fernando...* (CDF), cap. CXVII.

Outros dados:

Sobre a presença de Martim Soares Façanha e Rui Martins Façanha, cf., respetivamente, IANTT, *Gavetas, III*, Maço I, doc. 16 e Gabriel PEREIRA, *op. cit.*, p. 40 e p. 44. O forte envolvimento na vida pública local, destes dois homens, é testemunhado pela sua presença em alguns dos mais significativos atos administrativos e políticos que se iam realizando na cidade. É o caso, por exemplo, da Concordata realizada entre D. Dinis e o Concelho de Évora, em 1286, na qual Rui Martins Façanha surge a encimar a lista de homens bons e de cidadãos ilustres da cidade, testemunho da proeminência social que já então gozava a nível local. Veja-se, Gabriel PEREIRA, *op. cit.*, pp. 42-44.

Sem data, codicilo do testamento de Constança Eanes, que instituiu uma capela em S. Francisco de Évora. Um Afonso

Façanha, conjuntamente com Estêvão Eanes candeeiro, são os testamenteiros. Este último era casado com uma sobrinha da testadora. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 15, doc. 44.

1375, janeiro, 30, Afonso Rodrigues Façanha é tutor de Joane, moço menor, filho de Gomes Pires Perdigão. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 5, doc. 131.

1379, fevereiro, 02, Um Vasco Façanha é juiz dos resíduos em Évora BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 2, doc. SF. 9.

1351, Ref. a um Estêvão Rodrigues Façanha, entre as testemunhas de um contrato de S. Bento. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 4, doc. 2,

1368, janeiro, 25, no termo da cidade de Évora, onde chamam a Água do Pigeiro, por onde vão para a herdade de Afonso Rodrigues Façanha, numa herdade que foi de Domingos Martins, dito de Terena, e de Domingas Eanes, que foi sua mulher, ambos já falecidos. ACSE, CEC 3-VIIa), fls. 84-89. Original: CEC 10/ XIII, 3º livro de originais, doc. X.

Sobre a presença de Vasco Rodrigues II, na governação, cf., ADE, Arquivo Câmara Municipal de Évora, *Livro Pequeno de Pergaminho (n.º 66)*, fls. 57, 57v; idem, *Livro Primeiro de Pergaminho (n.º 67)*, fls. 73v-74; 74-75, 76-77, 79-79v, 90-90v, 98-98v, 99-99v, 100v-101, 105-105v.

Sobre a presença de Lopo Façanha na governação, entre 1439 e 1475, cf., ADE, Arquivo Câmara Municipal de Évora, *Livro Pequeno de Pergaminho (n.º 66)*, fls. 110-111, 111-111v, 135-135v, 136v-137, 139v-140; idem, Livro 2º de originais (n.º 72), fl. 74.

Referências bibliográficas

Joaquim Bastos SERRA, “Os “Façanha”. Uma família da oligarquia eborense nos finais de Trezentos”, Hermínia Vasconcelos Vilar, Maria Filomena Lopes de Barros, eds., *Categorias sociais e mobilidade na Baixa idade Média. Entre o islão e a cristandade*, Lisboa, Colibri, 2012, pp. 163-186.

Idem, “Entre o comércio e a governação local. Fernão Gonçalves Façanha: um mercador eborense de finais da Idade Média”. *Medievalista* [Em linha]. Nº16 (Julho - dezembro 2014). Disponível em <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA16/serra1607.html>

Nota biográfica

Sobre Lopo Rodrigues Mousinho, sabemos que era filho de Rodrigo Eanes Mousinho, um homem com algum protagonismo na cidade, que foi alcaide da Albergaria do Corpo de Deus da Sé, confrade da Albergaria de Jerusalém e que exerceu funções concelhias, também como vereador, em período não muito distante daquele em que o seu filho passou pelo cargo (cf., nota biográfica n.º 155). É possível que um Diogo Lopes Mousinho, que era procurador do Concelho em 1470, pudesse ser também oriundo desta família.

Torna-se difícil situar socialmente os Mousinho, cujo percurso não conhecemos. De qualquer modo, parecem ser detentores de algum poder económico, comprovado pela posse de diversos bens da periferia urbana, sendo possível que alguns dos seus membros tivessem enveredado por carreiras da administração periférica. A partir das décadas iniciais de Quatrocentos deverão ter visto reforçada a sua posição social, que lhes permitiu a aproximação ao grupo dirigente da cidade.

Cargos concelhios:

1419/1420, Vereador

Outros cargos:

Reuniões:

Referências documentais

1419, novembro, 11, Vereador. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 66v-67v.

1428, setembro, 21, Rodrigo Eanes Mousinho e Lopo Rodrigues, seu filho, são testemunhas de um contrato de bens do Hospital de Jerusalém, ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fls. 85-85v, 86-86v.

Outros elementos:

1383, julho, 02, Emprazamento, em duas vidas, de uma vinha, da igreja de Santiago de Évora, localizada no termo da cidade, em valadas de Mor Mendes, a Afonso Domingues Mousinho e a Beatriz Esteves, moradores na cidade, por cinquenta soldos. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 21, doc. 51.

1391, março, 12, venda do domínio útil de um vinha da igreja de Santiago, localizada nas imediações de Évora, a Domingos Afonso Mousinho e a Catarina Martins, por oitenta libras. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 13, doc. 84, a).

1443, abril, 22, Évora, Álvaro Martins Mousinho, confrade do Hospital de S. Gião, ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos das Albergarias ou Hospitais do Corpo de Deus da Sé, do Santo Espírito, S. Bartolomeu e S. Gião* (n.º 63), fls. 12v.

1435, novembro, 20, Évora, Álvaro Martins Mousinho, confrade do Hospital de S. Gião, ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos das Albergarias ou Hospitais do Corpo de Deus da Sé, do Santo Espírito, S. Bartolomeu e S. Gião* (n.º 63), fls. 15.

1449, refere-se que um João Mousinho foi juiz dos resíduos. IANTT, Núcleo Antigo, n.º 276 – *Tombo das Capelas de Évora*, fls. 33.

1469, dezembro, 20, Francisco Mousinho, escudeiro do rei e escrivão do juiz e contador dos resíduos na cidade e provedor das capelas, hospitais e órfãos na comarca e contadoria de Évora, cf. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 15, doc. 42, fls. 4-5v.

1470, janeiro, 13, Diogo Lopes Mousinho, procurador do Concelho. IANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 28, fl. 43.

Referências bibliográficas

Nota biográfica

Os dados que temos para este homem são muito escassos, sendo de realçar a designação de que se trata de um criado do rei. Mais um caso, que testemunha a forte presença de gente ligada ao monarca no poder municipal eborense.

Cargos concelhios:

1433/1434, Vereador
1449/1450, Vereador

Outros cargos:

Reuniões:

Referências documentais

- 1433, agosto, 29, vereador. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 93v-94.
1433, novembro, 14. Vereador. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 92v-93v.
1433, dezembro, 20. Vereador. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 94v-95.
1434, março, 03, vereador. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 96-96v.
1442, abril, 05, Testemunha do Instrumento de partilha e outorgamento de uma vinha. de Lourenço, moço menor, filho de Martim Cimeez... BPE – “documentos dos quais não se encontrou o nome do convento”, doc. 11.
1448, junho, 30, Confrade do Hospital do espírito santo, ADE, Misericórdia, *Pergaminhos das Albergarias ou Hospitais do Corpo de Deus da Sé, do Santo Espírito, S. Bartolomeu e S. Gião*, (n.º 63), fls. 82,82v, fls. 84, 84v.
1450, março, 21, vereador. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 110-111.
1450, junho, 10, vereador. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 111-111v.
1455, outubro, 19, confrade do Hospital do Espírito Santo, ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos das Albergarias ou Hospitais do Corpo de Deus da Sé, do Santo Espírito, S. Bartolomeu e S. Gião* (n.º 63), fls. fls. 82,83v.
1465, dezembro, 20, Évora, ref. a um ferragial que entesta com ferragial que foi de Lopo de Soure, ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fl. 148.

Referências bibliográficas

Nota biográfica

Torna-se difícil, unicamente a partir do nome e do patronímico, tecer considerações sobre este escudeiro que desempenhou as funções de vereador.

Cargos concelhios:

1409/1410, Procurador

Outros cargos:

Reuniões:

Referências documentais

1408, janeiro, 20, Évora, Paços do Concelho, Lopo Vasques testemunha, nos Paços do Concelho um contrato de Aforamento de um chão junto da Albergaria do Santo Espírito. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 47v-48.

1410, maio, 31, Évora, na câmara dos Paços do Concelho, Lopo Vasques, escudeiro – procurador do Concelho ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 52v-54.

1410, maio, 31, Évora, Câmara dos Paços do Concelho, Lopo Vasques, escudeiro – procurador do Concelho; ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 54-54v.

Referências bibliográficas

Nota biográfica

As dificuldades decorrentes da homonímia impedem a clara identificação deste homem. É possível que corresponda a Lourenço Eanes, criado do Infante, que posteriormente surge identificado como escudeiro do rei. Em 1384, este homem esteve presente, no adro da Sé de Évora, no ato de obediência ao Mestre como senhor e defensor e regedor do reino. Nesse mesmo ano, o futuro monarca doou-lhe os bens que haviam sido confiscados a Diogo Afonso e a Lopo Afonso, que andavam em *desserviço*.

Tendo em atenção a relação clientelar estabelecida com D. João, não parece estranha a entrada de Afonso Eanes nos elencos camarários, num período em que se assistia ao reforço do peso dos homens vinculados ao monarca na administração concelhia.

Muito embora estejamos no campo das hipóteses, não é improvável – e, por isso, o colocámos na mesma nota biográfica – que este homem corresponda a Lourenço Eanes Magro, que passou por funções concelhias também como vereador no ano de 1407/1408.

A ser assim, Afonso Eanes, integraria uma família de escudeiros, que precisamente a partir dos finais do Século XIV, e em boa parte, por via do serviço régio, foi consolidando as suas posições.

Desse grupo serão, decerto, oriundos o escudeiro do rei Diogo Gonçalves Magro, que fundou capela em S. Domingos, em 1490, e o seu filho, Rui Gil Magro, cavaleiro da casa do rei, que foi almoxarife de Évora, e que exerceu, posteriormente, funções na administração central, como anadel-mor dos besteiros da câmara do rei e de recebedor do tesouro régio e pagador das moradias. Este homem foi, talvez, um dos detentores deste apelido que mais se destacou.

Cargos concelhios:

1395/1396, Vereador
1404/1405, Vereador
1407/1408, Vereador

Outros cargos:

Reuniões:

Referências documentais

1384, dezembro, 18, Um Lourenço Eanes, criado do infante, está presente no ato de preito e menagem ao Mestre, que ocorreu no adro da Sé de Évora. ACSE, *RR5a*), publicado por Maria Ângela Beirante, “O Alentejo na 2.ª Metade do Século XIV – Évora na crise de 1383-1385”, *Estudos Medievais*, Porto, Nº7, 1986, p. 119-154.

1384, março, 15, Lisboa, Doação a Lourenço Eanes, escudeiro do rei, de todos os bens móveis e de raiz que foram de Diogo Afonso e de Lopo Afonso, que estes tinham na cidade de Évora e no seu termo, por *desserviço* alinhando por el rei de Castela. IANTT, *Chancelaria de D. João I*, Livro I, fl. 2v.

1395, novembro, 27, Lourenço Eanes, criado do rei, Vereador. ADE, Arquivo Municipal, O Livro das Posturas antigas da cidade de Évora, fl. 69v.

1404, dezembro, 20, Évora, na Câmara do Concelho, estando presentes, Lourenço Eanes, vereador. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho (n.º 67)*, fls. 40-41.

1407, dezembro, 25, Vereador. Lourenço Eanes Magro, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho (n.º 67)*, fls. 45-47.

1408, janeiro, 20, Lourenço Eanes Magro, vereador. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho (n.º 67)*, fls. 47v-48.

Outros elementos:

1490, Gil Gonçalves Magro institui capela em S. Domingos. É administrador o seu filho, Rui Gil. IANTT, Núcleo Antigo, n.º 276 – *Tombo das Capelas de Évora*, fls. CLXIII-CLXIIIv.

1496, outubro, 21, referência a Gil Gonçalves Magro e ao seu filho, Rui Gil Magro, que traziam emprazadas casas do cabido da Sé. ACSE, *CEC 6 – VIII*, fls. 147-147v.

1496, fevereiro, 25, Gil Magro é substituído no cargo de almoxarife da cidade de Évora, IANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 26, fl. 41.

1497, janeiro, 22, Rui Gil magro, cavaleiro da casa do rei, capitão e anadel-mor dos besteiros da câmara, cf., por exemplo: IANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 27, fls. 14v e fl. 13.

1514, outubro, 13, Rui Gil Magro, recebedor do tesouro régio e pagador das moradias, cf., por exemplo: IANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 11, fl. 115

Referências bibliográficas

Nota biográfica

Os escassos dados que temos tornam praticamente impossível a identificação deste homem, que poderá corresponder a um apaniguado de D. Pedro de Meneses.

Cargos concelhios:

1429/1430, Vereador

Outros cargos:

Reuniões:

Referências documentais

1430, janeiro, 21, sábado, Évora, na câmara do Concelho, estando reunidos em vereação, Lourenço Eanes, vereador ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 86v-87.

1434, novembro, 27, Évora, na câmara, Lourenço Eanes, criado do Conde de Ceuta, homem-bom presente em reunião de vereação, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 98-98v.

Referências bibliográficas

Nuno Silva CAMPOS, *D. Pedro de Meneses e a construção da Casa de Vila Real (1415-1437)*, Lisboa, Colibri, Évora, CIDEHUS, 2005. (O autor não identifica, entre os criados e dependentes de D. Pedro, nenhum homem com o nome de Lourenço Eanes)

Nota biográfica

Tendo em atenção o seu nome e o seu patronímico, este homem integraria, decerto, um dos ramos dos Cerveira. Família da uma nobreza de serviço ligada à corte, que se terá aproximado de Évora, nas primeiras décadas do Século XV, quando a mesma se afirmava como uma das principais cidades cortesãs.

Muito embora não possamos identificar os seus laços familiares, não é improvável que o biografado pudesse estabelecer alguma relação com Rui Mendes Cerveira ou com Álvaro Mendes Cerveira, filhos de Mendo Afonso Cerveira, que se terão aproximado dos núcleos urbanos do sul, nos inícios de Quatrocentos. O primeiro foi alcaide-mor de Arronches, sendo possível que um seu filho homónimo tivesse exercido as mesmas funções em Beja. No que diz respeito a Álvaro Mendes é significativo que, após a conquista de Ceuta, e num quadro de organização e estruturação do poder cristão na cidade, lhe tivesse sido atribuída a responsabilidade de capitanear os escudeiros de Évora. Dado que poderá indiciar que mantinha alguma relação de proximidade com a cidade e os seus homens. Para além dos já referidos, constata-se, ainda a presença, em Évora, de uma Isabel Cerveira, casada com Martim Ribeiro, fidalgo da casa do infante D. Fernando, que surge em diversas reuniões de vereação, nos inícios de Quatrocentos, revelando alguma proximidade face ao poder concelhio. Mais tardiamente, em 1440, é referenciado um Martim Mendes Cerveira, que foi juiz pelo rei na cidade.

Apesar da impossibilidade de reconstituirmos os laços que uniam todos estes indivíduos, o que parece claro é que alguns dos ramos dos Cerveira se instalaram em Évora, não negligenciando o desempenho de cargos concelhios.

De facto, se a passagem de Lourenço Mendes Cerveira, pelos cargos, parece pontual – sendo possível que isso derive apenas dos vazios documentais – na geração seguinte, um outro homem detentor do mesmo apelido, João Mendes Cerveira, provável parente do biografo, será titular de uma longa carreira concelhia, desempenhando o cargo de juiz, por diversas vezes, entre 1439 e 1462.

A presença dos Cerveira na administração municipal é o reflexo da crescente aproximação da cidade e da sua elite dirigente à corte e àqueles que em torno dela movimentavam. Assiste-se, em consequência, a uma nobilitação do próprio Concelho, que surge progressivamente mais funcionariado e eivado da noção de serviço régio.

Referências documentais:

1425, outubro, 17, Juiz do cível. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 76-77v.

1432, dezembro, 01, Testemunha do traslado da instituição da capela de Nuno Martins da Silveira. IANTT, Núcleo Antigo, n.º 276 – *Tombo das Capelas de Évora*, fls. CLVII.

Outros elementos:

1440, dezembro, 10, Martim Mendes Cerveira, juiz do rei em Évora, BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 7, doc. 41.

1469, março, 03, Martim Ribeiro, fidalgo da casa do Infante d. Fernando, e Isabel Cerveira, moradores na cidade, compram uma casa, que foi adega, na Rua de Diogo Godinho. BPE, *S. João Evangelista*, Livro 12, doc. 76.

João Mendes Cerveira, Juiz concelhio, Por exemplo: BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 4, doc. 63 a), ADE, Arquivo Municipal,

Cargos concelhios:

1425/1426, Juiz do Cível

Outros cargos:

Reuniões:

Referências bibliográficas

Abel Agostinho Santos CRUZ, *A Nobreza Portuguesa em Marrocos no Século XV (1415-1464)*, dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1996, p. 38, 70, 211.

Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões...*, vol. I, p. 170 e p. 285.

Manoel Felgueiras GAYO, *op. cit.*, pp. 103-106.

Rita Costa GOMES, *A Corte dos reis de Portugal...*, pp. 97-98.

Nota biográfica

Lourenço Pires foi um dos homens chave na consolidação dos Fuseiro na governação urbana. Ocupou um lugar charneira entre diversas gerações de indivíduos que passaram pelos cargos e que fizeram dos Fuseiro uma das mais relevantes famílias da oligarquia concelhia, no período correspondente ao reinado de D. Fernando e de D. João I.

A relação dos Fuseiro com o governo municipal data, pelo menos, do final do período de D. Pedro. Em 1366 encontramos nos cargos concelhios dois homens da mesma família, Pedro Esteves Gavião, que ocupava as funções de procurador do Concelho, e Lourenço Pires Fuseiro, o biografado, que integrou também esse mesmo elenco camarário, como juiz. O primeiro corresponderá ao pai ou tio do biografado, sendo ambos descendentes de Estêvão Martins Gavião. Um poderoso proprietário fundiário que encontramos em 1348 a instituir uma capela em S. Francisco de Évora. Lourenço Pires Fuseiro dará, assim, continuidade à presença familiar no governo municipal.

O peso dos Fuseiro no seio do núcleo dirigente deveria ser significativo já que, por esses anos, se constata também a presença, nos elencos camarários, de Rodrigo Eanes Fuseiro (I), que, com muita probabilidade, corresponderá a um irmão, talvez o mais velho, do biografado.

Rodrigo Eanes (I) (cf., nota biográfica n.º 153), identificado como vassalo do rei, recebeu de D. Pedro carta de coutada para duas das suas herdades, situadas no termo da cidade, deixando evidente que os Fuseiros iam recolhendo o beneplácito da coroa.

Os dois possíveis irmãos, Lourenço Pires fuseiro (I) e Rodrigo Eanes Fuseiro (I) tiveram carreiras paralelas na administração que se estenderam até meados dos anos oitenta. Como se verificou com outros irmãos que passaram pelo governo municipal, também eles ocuparam o mesmo tipo de cargos, no seu caso, o de juiz e o de regedor. O facto de ambos terem sido nomeados regedores, por D. Fernando, é bastante revelador do peso que os Fuseiro tinham no seio do grupo governativo e da confiança que mereciam do *formoso*.

No contexto da crise dinástica, os Fuseiro aderiram à causa do Mestre, constituindo mais um exemplo de homens de confiança de D. Fernando que, após a sua morte, e quando se colocou a questão da sucessão, optaram pelo partido do Mestre de Avis.

Lourenço Pires Fuseiro foi um dos muito homens do Concelho que esteve presente no ato que ocorreu em Évora, no adro da Sé, em dezembro de 1384, no qual se prestou obediência ao Mestre como regedor e defensor do reino. Nesse mesmo ato, encontrava-se também presente um outro homem do mesmo apelido. Referimo-nos a João Afonso Fuseiro, clérigo, que será corregedor de Lisboa e sobrejuiz do rei.

Vale a pena notar que este, conjuntamente com Pedro Afonso Fuseiro, seu provável irmão, e com João Rodrigues Fuseiro e Lopo Rodrigo Fuseiro, todos eles clérigos, haviam recebido, em 1380, o apoio do infante D. João de Castro, que por eles intercedeu, junto da Santa Sé, para que lhes fossem atribuídas certas prebendas. Um dado relevante que deixa entrever alguma proximidade dos Fuseiro face à coroa. É possível que os dois primeiros clérigos, João Afonso, o futuro corregedor, e Pedro Afonso, fossem também filhos de Lourenço Pires Fuseiro. Quanto a João Rodrigues Fuseiro e Lopo

Cargos concelhios:

1366/1367, Juiz do Crime
1382/1383, Regedor

Outros cargos:

s/d, Lourenço Pires Fuseiro, Juiz pelo rei presente na elaboração de posturas

Reuniões:

1383, 25 de Julho, Um dos homens que assistem à nomeação dos procuradores para jurarem o contrato de casamento de D. Beatriz

Rodrigues Fuseiro, seriam, decerto, filhos de Rodrigo Eanes Fuseiro (I), e, portanto, primos dos anteriores. Como se comprova para os Fuseiro as carreiras eclesiásticas constituíam uma aposta de vulto nas suas estratégias familiares.

Quanto a Lourenço Pires, ele ter-se-á mantido nos cargos até próximo dos anos noventa, ocupando, temporariamente, também as funções de juiz pelo rei na cidade, o que constitui um claro testemunho do prestígio que possuía e do reconhecimento que merecia por parte da coroa.

Torna-se difícil acompanhar o final da sua carreira concelhia porque, entretanto, se assiste à entrada nos elencos camarários de um seu homónimo, um Lourenço Pires Fuseiro, que em alguns documentos surge identificado como Lourenço Pires Fuseiro “o moço”. Este exerceu funções como vereador, pelo menos, em 1392-1393 (cf., nota biográfica n.º 110).

Com muita probabilidade, este Lourenço Pires Fuseiro corresponderá a um filho do anterior, consubstanciando-se, assim, mais uma passagem geracional dos Fuseiro no governo municipal. Tal como na geração anterior, o poder municipal volta a contar com vários irmãos, em simultâneo, nos cargos, já que, em período não muito distante, dois outros filhos do regedor surgem também nos cargos.

Referimo-nos a Álvaro Pires Fuseiro, que passou por funções concelhias entre 1407 e 1421 (cf., nota biográfica n.º 17), e a Rodrigo Afonso Fuseiro, que supomos ser também irmão dos anteriores, que exerceu funções entre 1406 e 1417 (cf., nota biográfica n.º 147). Terão sido, assim, três os filhos de Lourenço Pires (I) que exerceram funções concelhias, até aos anos vinte de Quatrocentos.

A ser verdadeira a possibilidade de João Afonso Fuseiro, que foi corregedor e sobrejuiz, ser filho de Lourenço Pires Fuseiro, a linha de Lourenço Pires, no governo municipal, teria passado para a gerações dos seus netos, já que no Concelho, nos anos de 1433/1434, se constata a presença de Rodrigo Eanes Fuseiro (II), filho do Corregedor João Afonso Fuseiro (cf., nota biográfica n.º 154).

Deste mesmo grupo familiar, será ainda um outro João Afonso, que fez testamento em 1449 e que afirma ser filho de Lourenço Pires Fuseiro (que supomos corresponder ao II), primo de Lopo Pires e sobrinho de João Afonso, de Rodrigo Afonso e de Álvaro Pires Fuseiro. Ao que estamos em crer, este João Afonso não terá passado pelos cargos concelhios.

Ao longo da restante centúria de Quatrocentos, só encontramos, nos cargos, um indivíduo claramente identificado com o apelido Fuseiro, nomeadamente, um João Fuseiro, que foi juiz em 1466, cujos laços com os anteriores não podemos confirmar. Não significa isso que os descendentes destas gerações de Fuseiros não permanecessem ligados ao governo municipal. Note-se que alguns deles se foram consorciando com outras importantes famílias oligárquicas. É o caso, por exemplo, dos Oliveira, já que Mor Fuseiro, filha de Rodrigo Afonso Fuseiro (I) se consorciou com Álvaro Mendes de Oliveira, cuja filha, Inês Mendes de Oliveira, por sua vez, surge casada com Fernando Afonso Cicioso, um homem poderoso da governação que desempenhou também as funções de Regedor (cf. nota biográfica, n.º 35).

De qualquer modo, a partir do final do reinado de D. João I, o apelido Fuseiro parece ter perdido a relevância que anteriormente tivera no seio do grupo dirigente.

1357, janeiro, 22, Lourenço Pires Fuseiro surge entre as testemunhas da instituição do morgadio de Fernão Gonçalves Cogominho, ao lado de: Lopo Afonso, Martim Afonso, Nuno Gonçalves Lobo, Nuno Fernandes de Chaves, Fernão Lourenço, escudeiros, Vicente Martins, escrivão do almoxarifado. IANTT, *Chancelaria de d. Pedro I*, Livro 1, fl. 50.

1360, outubro, 25, Figura entre as testemunhas de um aforamento de ferragiais da igreja de Santiago e Évora, BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 19, fls. 32, 32v.

1365, novembro, 17, Évora. Partilha de bens que ficaram por morte de Domingas Lourenço, viúva de Gonçalo Tomas, e de Margarida Gonçalves, que foi casada com Fernão Martins Brandão. Herdeiros: a) Fernão Martins Brandão, escudeiro, e sua mulher, Beatriz Gonçalves. A referida Margarida Gonçalves deixou parte dos bens à igreja de Santiago de Évora; b) Lourenço Pires Fuseiro e Mor Esteves, moradores e vizinhos de Évora. Os bens que ficaram a Lourenço Pires Fuseiro e a sua mulher são os seguintes: as casas de morada que foram de Domingas Lourenço, na Praça. Uma adega, metade de um pardieiro, nas olarias, que parte com Lourenço Pires Fuseiro. Um ferraglio, que parte com a horta do Feltreiro, no caminho de Montemor-O-Novo, Uma herdade, no termo da cidade, que parte com Gonçalo Eanes Lobo e com Fernão Gonçalves d'Arca. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 19, fls. 16-16v.

1366, julho, 27, Juiz do Crime, BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 12, doc. 1b).

1372, dezembro, 08. É testemunha do testamento de João Rodrigues, escudeiro, filho de Rui Mendes, casado com Mécia Gil. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 4, doc. 12 a).

1380, maio, 10 Herdade no termo da cidade, a par da ribeira a que chamam da Azambuja. Parte com herdade do Cabido, com herdade do Mestre de Cristo, com Lourenço Pires Fuseiro. IANTT, *Chancelaria de D. Fernando*, Livro II, fl. 60.

1381, fevereiro, 07, Testemunha do testamento de Madalena Lourenço, mulher de João Esteves Zagalo, morador na cidade a par de Andreu Afonso. Testemunhas: Rodrigo Eanes Fuseiro, Fernão Martins Brandão, Rui Martins, o moço, Martim Toscano, Lourenço Pires Fuseiro, João Lourenço, filho de Lourenço Eanes, que foi cónego BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 12, doc. 104.

1381, junho, 30, referência a casas, na Porta Nova, que partem com Afonso Álvares, marido da Brandoa, com Lourenço Pires Fuseiro..., ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fl. 2.

1382, junho, 22, Lourenço Pires Fuseiro, Regedor. ADE, Arquivo Municipal, *O Livro das Posturas Antigas da cidade de Évora...*, fl. 37v.

1382, setembro, 19, Lourenço Pires Fuseiro, regedor. ADE, Arquivo Municipal, *O Livro das Posturas Antigas da cidade de Évora...*, fl. 12v.

s/d, Regedor, ADE, Arquivo Municipal, *O Livro das Posturas Antigas da cidade de Évora...*, fl. 63.

s/d, Lourenço Pires Fuseiro, juiz pelo rei, presente na elaboração de posturas, ADE, Arquivo Municipal, *O Livro das Posturas Antigas da cidade de Évora...*, fl. 20.

1383, julho, 25, Um dos homens bons que assistem à nomeação dos procuradores para jurarem o contrato de casamento de D. João I de Castela com D. Beatriz. Pra além dos officias concelhios estão presentes: Fernão Martins Brandão, Diogo Lopes Lobo, Lourenço Pires Fuseiro, Pêro Eanes Peão, Lopo Rodrigues Façanha, Rui Martins, Estêvão Mendes, João Lourenço, Gonçalo fava, Fernão Gonçalves, mercador ... Salvador Dias ARNAUT, *op. cit.*, pp. 430-431.

1384, dezembro, 18, Lourenço Pires Fuseiro está presente no ato de preito e menagem ao Mestre, que ocorreu no adro da Sé de Évora. João Afonso Fuseiro, que será corregedor, também está presente. ACSE, *RR5a*), publicado por Maria Ângela Beirante, "O Alentejo na 2.ª Metade do Século XIV – Évora na crise de 1383-1385", *Estudos Medievais*, Porto, N.º7, 1986, p. 119-154.

1388, maio, 05. Entre as testemunhas de uma doação efetuada por Domingos Gonçalves, encontram-se Lourenço Pires, filho de Lourenço Pires Fuseiro. BPE, *Pergaminhos Avulso*, Pasta 12, doc. 42.

1392, maio, 11, Herdade de pão, no termo de Évora, no Vale do Rico Homem, que foi de Paio Marinho, parte com herdade da Porrinha, pela água da Azambuja, com Martim Vasques, com Gonçalo Esteves, filho do Brua Pouco, com herdade de Lourenço Pires Fuseiro. IANTT, *Chancelaria de D. João I*, Livro II, fl. 67.

1395, fevereiro, 20, Lourenço Pires Fuseiro e o seu filho, Álvaro Pires Fuseiro, são testemunhas de uma encampação de bens da Igreja de Santiago de Évora. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 21, doc. 59.

1410, abril, 16, Entre as testemunhas de um contrato de aforamento de bens da igreja de Santiago contam-se vários Fuseiro: Álvaro Pires Fuseiro, Rodrigo Afonso Fuseiro e Lourenço Pires Fuseiro. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 23, doc. 14.

1410, agosto, 25, Évora, casas em que mora Martim Afonso Vesugo, alcaide de Jerusalém, Lopo Afonso, mordomo, Vasco Gil, Lourenço Afonso Palmeiro, emprazam a Pedro Afonso, sapateiro, e a Margarida Gil, e para duas outras pessoas, 4 vidas, uma casa, na Porta Nova, parte com casa que agora é dos herdeiros de Lourenço Pires Fuseiro..., ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fls. 48,48v.

1411, Ref. a herdade que foi Lourenço Pires Fuseiro, na Fonte Boa. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 3, doc. 24.

Outros dados:

1348, outubro, 11, Testamento de Estêvão Martins Gavião. Todas as testemunhas são mercadores. IANTT, Núcleo Antigo, n.º 276 – *Tombo das Capelas de Évora*, fls. LXXVIv.

1362, dezembro, 24, Testamento de P.º Esteves Gavião, filho de Estêvão Martins Gavião. IANTT, Núcleo Antigo, n.º 276 – *Tombo das Capelas de Évora*, fls. LXXXVIIv.

1380, fevereiro, 29, Súplica do infante D. João, irmão de D. Fernando, ao papa Clemente VII, intercedendo para quatro

clérigos eborenses de apelido Fuseiro: João Afonso Fuseiro, que será Corregedor de Lisboa, e Pedro Afonso Fuseiro, que é legitimado por D. João I, João Rodrigues Fuseiro, e Lopo Rodrigues Fuseiro. Cf. Salvador Dias ARNAUT, *op. cit.*, pp. 482-483.

1380, Um João Afonso de Fuseiro é clérigo de Évora, escolar em direito civil, *Chartularium Universitatis Portugalensis (1288-1537)*, documentos coligidos e publicados por Moreira de Sá, Lisboa, 1970, Vol. II, p. 75

1380, Um Lopo Rodrigo de Fuseiro é cónego de Coimbra e um João Rodrigo de Fuseiro de Évora, *Chartularium Universitatis Portugalensis (1288-1537)*, documentos coligidos e publicados por Moreira de Sá, Lisboa, 1970, Vol. II, p. 76. Idem Pedro Afonso de Fuseiro, escolar em Direito Canónico, clérigo de Évora.

1406, setembro, 30, Santarém. João Afonso Fuseiro, corregedor na cidade de Lisboa, disse ter uma herdade no termo de Évora, onde chamam a Fonte Alva, parte com herdeiros de Rodrigo Eanes Fuseiro e de Fernão Gonçalves D'arca. Afirma, que no tempo de Estêvão Martins gavião e de Pêro Esteves, seus avós, e de Pêro esteves, seu tio, de quem a dita herdade fora, esta era coutada... IANTT, *Chancelaria de D. João I*, Livro III, fls. 91v-92.

1411 ou 1449, 23 de maio, em Lisboa, João Fuseiro, filho de Lourenço Pires Fuseiro, faz o seu testamento instituindo morgadio. O morgadio fica a Lopo Pires (fuseiro), seu primo e aos seus descendentes ou, em caso de este não ter filhos, a outros seus primos filhos dos seus tios, pela seguinte ordem: 1º ao filho varão de João Afonso Fuseiro, ao de Rodrigo Afonso Fuseiro ou de Álvaro Pires Fuseiro, seus tios. Os bens anexos ao morgado são significativos, contando-se várias herdades, casas e vinhas... IANTT, Núcleo Antigo, n.º 276 – *Tombo das Capelas de Évora*, fls. XXXII-XXXIIIv.

Referências bibliográficas

Maria Ângela BEIRANTE, *Évora na Idade Média...*, pp. 540-541.

Mário FARELO, *op. cit.*, 693-697.

Nota biográfica

Este homem era provavelmente filho de Lourenço Pires Fuseiro (I) (cf., nota biográfica n.º 109) e irmão de dois outros homens que passaram pela governação, Álvaro Pires Fuseiro (cf., nota biográfica n.º 17) e Rodrigo Afonso Fuseiro (cf., nota biográfica n.º 147), e possível sobrinho de Rodrigo Eanes Fuseiro (I) (cf., nota biográfica n.º 153), sendo, portanto, um homem fortemente inserido no seio do círculo governativo.

Foi pai de um João Fuseiro, que instituiu morgadio e um conjunto de ofícios religiosos na igreja de Santiago de Évora, que, aparentemente, não terá exercido funções municipais na cidade.

Cargos concelhios:

s/d, vereador,
1392/1393, Vereador

Outros cargos:

Reuniões:

Referências documentais

1388, maio, 05, Entre as testemunhas de uma doação efetuada por Domingos Gonçalves, encontram-se Lourenço Pires, filho de Lourenço Pires Fuseiro. BPE, *Pergaminhos Avulso*, Pasta 12, doc. 42.

1393, janeiro, 31, Lourenço Pires Fuseiro, o moço, vereador, ADE, Arquivo Municipal, *O Livro das Posturas Antigas da cidade de Évora...*, fl. 68.

s/d, Lourenço Pires Fuseiro, vereador, presente na elaboração de posturas, ADE, Arquivo Municipal, *O Livro das Posturas Antigas da cidade de Évora...*, fl. 49v.

Outros dados:

1411/1449, maio, 23, em Lisboa, João Fuseiro, filho de Lourenço Pires Fuseiro, faz o seu testamento instituindo morgadio. O morgadio fica a Lopo Pires (fuseiro), seu primo e aos seus descendentes ou, em caso de este não ter filhos, a outros seus primos filhos dos seus tios, pela seguinte ordem: 1º ao filho varão de João Afonso Fuseiro, ao de Rodrigo Afonso Fuseiro ou de Álvaro Pires Fuseiro, seus tios. Os bens anexos ao morgado são significativos, contando-se várias herdades, casas e vinhas... IANTT, Núcleo Antigo, n.º 276 – *Tombo das Capelas de Évora*, fls. XXXII-XXXIIIv.

Referências bibliográficas

Nota biográfica

Os dados que temos, não permitem a clara identificação deste homem que exerceu as funções de vereador, em 1409-1410.

Cargos concelhios:

1409/1410 , Juiz do Cível

Outros cargos:

Reuniões:

Referências documentais

1410, maio, 31, Évora, na câmara dos Paços do Concelho, Lourenço Rodrigues – juiz do cível, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho (n.º 67)* fls. 52v-54-54v.

Referências bibliográficas

Nota biográfica

Possuímos uma única referência a este homem que passou pelas funções de vereador, não sendo possível tecer qualquer consideração a seu respeito.

Cargos concelhios:

1367/1368, Vereador

Outros cargos:

Reuniões:

Referências documentais

1368, janeiro, 08. Lourenço Vasques, vereador...BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 12, doc. 31.

Referências bibliográficas

Nota biográfica

Infelizmente, torna-se difícil delinear o perfil deste homem que, tendo em atenção o facto de ter exercido as funções de juiz, estaria relativamente bem integrado no grupo dirigente.

É possível que corresponda ao neto de um Vicente Domingues, identificado como escolar que, nas gerações anteriores à sua, encontramos em algumas reuniões de vereação, entre o grupo de homens bons que a elas assistem.

Não custa a crer que assim fosse até porque a relação com o poder municipal, na grande maioria dos casos, não se cinge a um único indivíduo, insere-se numa linha de continuidade familiar. De qualquer modo, não podemos confirmar esta ou outra ligação anterior do Lourenço Vicente com a gestão municipal.

Não sabemos também qual a relação que o biografado mantinha com outros indivíduos, identificados com o mesmo apodo, que encontramos na cidade, ao longo de Quatrocentos.

Cargos concelhios:

1412/1413, Juiz do Cível
1420/1421, Juiz do Cível

Outros cargos:

Reuniões:

Referências documentais

1412, outubro, 10, Lourenço Vicente, escudeiro, juiz do cível, BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 2, doc. Sf. 31.

1412, junho, 25, Lourenço Vicente, juiz do cível, ADE, Arquivo Municipal, *Pergaminhos Soltos da Câmara (n.º 65)*, fl. 8v.

1421, junho, 30, juiz do cível. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho (n.º 67)*, fls. 68v-69v, 70-70v.

1426, novembro, 25, Lourenço Vicente Bavainho confrade da Albergaria de Jerusalém. ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém (n.º 62)*, fls. 81, 82.

1428, setembro, 21 confrade da Albergaria de Jerusalém. ADE, Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém (n.º 62)*, fls. 85, 85v.

1428, dezembro, 30, Escambo. Lourenço Vicente Bavainho, escudeiro, e sua mulher, Biringuema Dias, moradores em Évora, concedem a Manuel Domingues, contador do rei e a sua mulher um ferragial no caminho do álamo, recebendo, em troca, 12 marcos de prata lavrada em taças. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 4, doc. 29.

1431, junho, 24, Évora, Lourenço Vicente Bavainho confrade da Albergaria de S. Gião, ADE, Arquivo Misericórdia, *Pergaminhos das Albergarias ou Hospitais do Corpo de Deus da Sé, do Santo Espírito, S. Bartolomeu e S. Gião*, (n.º 63), fls. 11v e 13v.

1431, junho, 29, testemunha de um aforamento de bens do mosteiro de S. Bento de Castris, BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 5, doc. 5.

1435, novembro, 20, Évora, Lourenço Vicente Bavainho, confrade da Albergaria de S. Gião, ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos das Albergarias ou Hospitais do Corpo de Deus da Sé, do Santo Espírito, S. Bartolomeu e S. Gião*, (n.º 63), fl. 15.

1436, novembro, 07, Évora. Lourenço Vicente Bavainho é testemunha de uma doação efetuada por Ana Lourenço, viúva de João Afonso Panóias, moradora em Évora, de uma vinha ao Mosteiro de S. Domingos, situada na Chamuinha, no termo da cidade. BPE – “documentos dos quais não se encontrou o nome do convento”, doc. 14.

Outros dados:

s/a, outubro, 19, Vicente Domingues, escolar, está presente em reunião de vereação, ao lado dos oficiais eleitos, ADE, Arquivo Municipal, *O Livro das Posturas Antigas da Cidade de Évora...*, fl. 21.

s/a, agosto, 11, Vicente Domingues, escolar, está presente em reunião de vereação, ao lado dos oficiais eleitos, ADE, Arquivo Municipal, *O Livro das Posturas Antigas da Cidade de Évora...*, fl. 51v.

1393, janeiro, 09, Vicente Domingues, escolar, está presente em reunião de vereação, ao lado dos oficiais eleitos, ADE, Arquivo Municipal, *O Livro das Posturas Antigas da Cidade de Évora...*, fl. 68v.

1416, fevereiro, 03, Évora, ante as casas de morada de Lourenço Eanes, ferrador, afirmou que ele e Clara Martins, que foi sua mulher, falecida, tinham um ferragial, no caminho da Figueira Velha, parte com esse caminho, com ferragial de João Vicente Juanejo, com Lourenço Eanes Beirão, e com azinhaga. Dentro do ferragial, jazia um pedaço de chão, que foi da Albergaria de S. Salvador, que traziam aforado, por 20 soldos de moeda antiga, entretanto pago a Jerusalém. Afirmou que, depois da morte da sua mulher, houvera o ferragial e o pedaço de chão, Vicente Domingues Bavainho, seu genro. Agora tem-no Lourenço Vicente, seu neto. Faz-se este instrumento para o for não se alhear. Pedro Afonso Ouro Bom, mordomo, pede o traslado. Testemunhas. Estêvão Martins, escrivão do Hospital, Lopo Rodrigues, ferrador, João Afonso, albardeiro. Tab. Fernão Afonso. Escrivão: Fernão Fernandes. ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém (n.º 62)*, fl. 59.

Referências bibliográficas:

Nota biográfica:

Luís Fernandes Vieira era filho de Fernão Martins Vieira, que foi regedor e detentor de uma longa carreira concelhia (cf., nota biográfica n.º 47), e irmão de Álvaro Vieira, também ligado às dinâmicas da administração na década de quarenta e cinquenta de Quatrocentos.

Não conhecemos muito sobre as origens desta família. É possível que corresponda a um dos ramos dos Vieira que encontramos no sul do reino, nos finais de Trezentos e inícios de Quatrocentos, período a partir do qual este apelido surge também em Évora.

Os Vieira ganharam um rápido ascendente na cidade e nas suas instituições. Fernão Martins Vieira, o pai do biografado, teve um papel central no processo de consolidação desta família em Évora. Detentor de uma riqueza fundiária considerável, que lhe permitiu a aquisição de diversas herdades, no termo eborense, lançou as bases económicas que fizeram deste ramo familiar um dos grande detentores de bens fundiários da cidade. A ligação dos Vieira à administração concelhia eborense fez-se também por mão deste homem, que esteve fortemente envolvido com a administração municipal. Foi procurador do Concelho, juiz e regedor, tendo sido um dos nomeados para o lugar, no *Regimento* da cidade. O vassalo régio, Fernão Martins Vieira, como surge referido na documentação, foi, pois, um homem com um poder e uma capacidade de influência consideráveis no seio do grupo governativo. Não conhecemos o seu quadro de relações que se terá revelado fundamental neste processo de afirmação. É possível que mantivesse algum grau de proximidade com algumas das mais influentes famílias da oligarquia eborense, sendo também provável a sua vinculação a gente que se movimentava nos círculos régios. Facto que, a par da sua carreira concelhia e do ascendente que foi granjeando no seio do grupo governativo local, talvez não tivesse sido também indiferente para a sua nomeação como regedor, que, como se sabe, era um cargo da confiança régia.

A relação dos seus filhos com a administração municipal foi um pouco diversa da sua. Nem Luís Fernandes Vieira, nem o seu irmão, Álvaro Vieira, tiveram ligações tão efetivas à governação. Não significa isso que não tivessem tido influência no andamento da vida municipal.

De facto, apesar de não terem integrado de forma recorrente os elencos camarários, os filhos do regedor estariam, decerto, bem integrados no seio do círculo governativo e comprometidos com as dinâmicas da administração.

Luís Fernandes Vieira surge em diversas reuniões de vereação, acompanhando e participando na gestão municipal, tendo-lhe sido atribuídas algumas missões específicas de representação do Concelho, junto da coroa, um claro sinal da confiança que merecia por parte do restante grupo dirigente.

O biografado desempenhou também as funções de procurador dos Fidalgos. Cargo sobre o qual pouco sabemos, mas que aparentemente procurava representar a fidalguia no interior do Concelho, sendo de supor que este homem se movimentaria com à-vontade nos meios nobiliárquicos da cidade.

Cargos concelhios:

Outros cargos:

1427/1428, Procurador dos Fidalgos

Reuniões:

1427, novembro, 05, Évora, na câmara da vereação, estando presentes, João Vasques de Pedroso, juiz por el rei, integra reunião de vereação.

1431 maio, 17, presente em reunião de vereação

Esta segunda geração dos Vieira parece ter aprofundado a sua relação com a coroa e os círculos régios, numa estratégia que era, aliás, comum a muitas outras famílias da governação.

O envolvimento com as lógicas da coroa fica patente, sobretudo, no percurso do escudeiro/cavaleiro do rei Álvaro Vieira, que desempenhou alternadamente funções concelhias e régias. Se, em 1449, surge como um dos homens responsáveis por apresentar na corte um conjunto de petições concelhias, nos dois anos seguintes, é indicado como juiz pelo rei em Évora, deixando evidente alguma permeabilidade entre funções régias e concelhias.

É provável que este homem corresponda ao Álvaro Vieira, a quem D. Afonso V, em 1450, concedeu a alcaidaria do Castelo Real, situado no termo da cidade. Tendo em atenção o benefício recebido, não parece improvável que Álvaro Vieira, no contexto da guerra civil tivesse tomado o partido de D. Afonso V, não sendo de afastar a possibilidade de ter participado na batalha de Alfarrobeira na sua hoste. Seja como for, seria um homem da confiança do monarca.

Os Vieira consubstanciam mais um exemplo do envolvimento da elite dirigente com as lógicas da coroa, testemunhando também o peso que esta assumia na administração concelhia.

Referências documentais:

1427, agosto, 30, Évora, Paços do Concelho, presente em reunião de vereação, Luís Fernandes, procurador dos fidalgos; [Refere que Luís Fernandes Vieira foi o portador da carta do Concelho para o infante com determinadas petições, sendo o mesmo que trouxe a carta resposta]. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 78-78v.

1427, novembro, 05, Évora, na câmara da vereação, estando presentes, João Vasques de Pedroso, juiz por el rei, integra reunião de vereação, onde se estabelece um contrato de aforamento de bens concelhios. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 79-79v.

1430, julho, 22, Évora, câmara dos Paços do Concelho. Aforamento de pardieiros a Luís Fernandes Vieira. Este diz ter comprado a Vasco Pires, morador no termo de Almada, o domínio útil de uns pardieiros do Concelho, em Évora, junto das suas casas. Partem com casas de Luís Fernandes Vieira, com azinhaga que vem do moinho de vento, com quintal da Carva, com Gonçalo Vasques Chonoca, com adega que foi de M^a Gil e que ora é de Rui Mendes, com quintal de Fernão Martins Vieira. O Concelho afora, para sempre as casas, a L. F. Vieira e a sua mulher, Beatriz Fernandes, autorizando-o a fazer casas ou curral. Foro de 12 soldos antigos, pela Páscoa. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 85v-86.

1431, maio, 17, presente em reunião de vereação, como testemunha de um aforamento de bens concelhios. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 88, 88v.

1437, maio, 23, Demanda judicial entre Luís Fernandes Vieira, morador em Évora, e os clérigos da igreja de S. Pedro de Évora. A igreja acusa LF Vieira de se ter apoderado indevidamente de um ferragial. O réu afirma que o ferragial foi de seu pai, Fernão Martins Vieira, e posteriormente do seu irmão, Álvaro Vieira. Este foi chamado a juízo e confirmou a versão do irmão. Ferragial situa-se à Porta do Moinho de Vento. Os irmãos não apresentam os documentos, sendo julgados à revelia. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 3, doc. 64.

Outros dados:

1449, outubro, 04, Almeirim, Carta régia respondendo a certos capítulos apresentados por Álvaro Vieira e Lopo Vaz de Camões, cavaleiros e vizinhos de Évora, em nome do Concelho... ADE, Arquivo Municipal, *Livro 4º de originais da Câmara* (n.º 74), fls. 130-130v.

1450, dezembro, 02, Évora, Álvaro Vieira, cavaleiro, juiz pelo rei. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 112-112v.

1450, março, 28, D. Afonso V doa, enquanto sua mercê for, a Álvaro Vieira, alcaide do castelo real, termo da cidade de Évora, casas, herdades, pomares e árvores, situadas nas imediações do dito castelo. IANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34, fl. 63v.

1451, fevereiro, 27, Álvaro Vieira, cavaleiro, juiz pelo rei em Évora, ADE, Arquivo Municipal, *Livro primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 113-113v.

1451, junho, 16, Évora, Álvaro Vieira, cavaleiro, juiz, Arquivo Municipal, *Livro primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 115-115v.

1465, setembro, 28, Testamento de Álvaro Vieira, cavaleiro, morador na cidade, casado com Isabel de Foios; Deixa a Santa Maria do Espinheiro diversos bens, uma herdade, em Fonte Boa, termo de Évora, que parte com herdade de Beatriz Fernandes, que foi mulher de Luís Fernandes Vieira, pelo caminho de Fronteira. BPE, *Santa Maria do Espinheiro*, Livro 3, doc. 607.

1466, Isabel de Foios, viúva de Álvaro Vieira, cavaleiro, cidadão, vende uma herdade, designada de herdade do Paço, por

39.000 reais brancos. Diz-se que Álvaro Vieira morreu em 1465 e que possuiu a herdade durante 28 anos. BPE, *Convento da Graça*, Livro 15, doc. 118-119.

1475, julho, 05, ref. a uma terra de pão, no termo da cidade, que parte com o caminho da Ponte Velha que vai para Beja e da outra parte com terra de Luís Fernandes vieira, com vinha de Lopo Façanha, com a ribeira da Torregela pelo meio. ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fls. 168,168v.

(C1424) O cabido tem um assentamento de S. Manços. Tem 4 ou 5 arados, que parte com herdade de Luís Fernandes Vieira, ACSE, *CEC 3-I*, fl. 3-3v, 4.

(C1424) Ref. a uma courela de um arado, no Xarrama, no caminho de Viana, do cabido, que parte com a ribeira do Xarrama e com Luís Fernandes Vieira. ACSE, *CEC 3-I*, fl. 71v.

1435, fevereiro, 12, Numa doação ao cabido, faz-se referência a uma herdade de pão, no Xarrama, termo da cidade. Parte com herdade de Luís Fernandes Vieira, *CEC 3 – VII a*), fls. 160-165.

Referências bibliográficas

Manoel Felgueiras GAYO, *op. cit.*, Vol. XXVIII, p. 182 e sgts. (digital 436-437)

Nota biográfica

Temos poucos dados sobre este homem que surge no Concelho nos anos da crise dinástica, mas que tendo em atenção o protagonismo que assume deveria ter uma anterior relação com a administração e os seus dirigentes. De facto, nesse ano de fogo, de 1384, Luís Gonçalves foi um dos juizes concelhios, a par de Lopo Fernandes Lobo. Esteve presente no ato público, realizado na cidade, em que se reconheceu o *Mestre* como defensor do reino, encabeçando o seu nome a lista de homens do Concelho que tomaram partido pelo Mestre. É possível que o papel que teve em todo este processo, em favor da causa do futuro monarca, tivesse reforçado a sua posição no Concelho.

A par dos d'Arca e dos Lobo, Luís Gonçalves acabou por ser também uma das grandes figuras deste contexto. Foi um dos procuradores do Concelho enviado às decisivas cortes de 1385, tendo sido também um dos nomes propostos para integrar o Conselho Régio, em representação das cidades do reino. Uma designação que, pelo menos simbolicamente, não pode deixar de revelar o peso e o ascendente que este homem tinha, nesta altura, na administração.

O facto de não conhecermos o seu quadro de relações não permite explicar este protagonismo e esta aparentemente forte ligação ao poder municipal. De facto, nada sabemos sobre este homem que, talvez, fosse descendente do escudeiro Gonçalo de Carvalhais, presente em diversos atos realizado na cidade por meados de Trezentos.

Se nada sabemos sobre os seus ancestrais, também a identificação dos seus descendentes levanta dificuldades, até porque na geração seguinte à sua são muitos os que, na cidade, usavam este mesmo apelido. É possível contudo, tendo em atenção as lógicas de continuidade familiar entre os que dirigiam o Concelho, que alguns dos homens com esse mesmo apelido que, posteriormente, encontramos nos cargos, se pudessem situar na sua linha de descendência. Poderá ser esse o caso de um Afonso Esteves de Carvalhais, que foi vereador em 1434/1435 ou mesmo o caso do escrivão concelhio Pedro de Carvalhais, uma figura incontornável da administração, que exerceu funções entre 1449 e 1483.

Por meados do Século XV, os que usavam este apelido constituíam uma vasta parentela de escudeiros e cavaleiros do rei, surgindo alguns deles no desempenho de funções régias, havendo ainda que referir que os seus membros se foram consorciando com muitas outras famílias ligadas à governação, como os ou os Estaço, por exemplo.

Os dados que temos não permitem, contudo, estabelecer os possíveis laços que teriam com Luís Gonçalves Carvalhais.

Cargos concelhios:

1384/1385, Juiz Ordinário

Outros cargos:

Foi um dos procuradores do Concelho às cortes de 1385

Reuniões:

Referências documentais:

1384, dezembro, 18, Luís Gonçalves de Carvalhais, escudeiro, juiz, está presente no ato de preito e menagem ao Mestre como senhor e defensor do reino, que ocorreu no adro da Sé de Évora. É o primeiro nome indicado, a seguir aos cónegos da Sé, seguido de outro Juiz, Lopo Fernandes (Lobo) cidadão, ACSE, RR5a), publicado por Maria Ângela BEIRANTE, "O Alentejo na 2.ª Metade do Século XIV – Évora na crise de 1383-1385", *Estudos Medievais*, Porto, Nº7, 1986, p. 119-154.

Aquando da constituição do conselho régio, e no sentido da representatividade das cidades do reino, são propostos 3 nomes,

dos quais se escolheria um para conselheiro, entre os quais, e por ordem, Fernão Gonçalves d'Arca, Luís Gonçalves ou Pêro Sanches, cf., Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, Vol. II, Porto, Civilização, 1991, cap. I, p 5.
s/a, 14 de julho, Luís Gonçalves, juiz, ADE, Arquivo Municipal, *O Livro das Posturas Antigas da cidade de Évora...*, fls. 19v-20.
1385, abril, 06, Luís Gonçalves é dos procuradores nas cortes de 1385, conjuntamente com Fernão Gonçalves D'Arca, cf. IANTT, Gaveta 13, maço, 10, n.º 9 (pub por Marcello CAETANO, *A crise Nacional de 1383-85...*, p. 92)

Outros dados:

1348, Gonçalo Carvalhais, escudeiro, é testemunha de contrato de bens da igreja de Santiago, BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 21, doc. 39.

1434/1435 – Afonso Esteves de Carvalhais, vereador, por exemplo: ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 98-98v.

Referências bibliográficas

Filipa ROLDÃO, *op. cit.*, p. 161. (Sobre Pêro de Carvalhais)

Nota biográfica

Este vereador, que passou pelas funções em 1433/1434, surge identificado na documentação como criado do Bispo, que corresponderá, possivelmente, ao prelado que se encontrava à frente da Diocese ou a um dos que proximamente haviam passado pela cadeira episcopal eborense. A identificação de Luís Gonçalves em função do bispo deixa adivinhar que este terá assumido um papel importante na estruturação do seu percurso pessoal.

Refira-se que a presença, nos cargos concelhios, de gente ligada a importantes personagens da igreja não diz apenas respeito a Luís Gonçalves. Para outros homens, como Fernando Afonso Cicioso, Fernando Afonso de Elvas ou os irmãos Álvaro e Martim Vasques Tisnado, por exemplo, (cf., respetivamente, notas biográficas n.ºs 35, 36, 20 e 132), a relação mantida com figuras eclesiásticas, nomeadamente com as que se movimentavam em torno da Catedral eborense, parece ter sido igualmente relevante nos seus processos de afirmação.

O facto de Évora ser sede episcopal ampliou naturalmente a importância destas relações clientelares, havendo ainda a considerar que as estratégias das muitas das famílias da oligarquia de colocação dos seus membros nas carreiras eclesiásticas ia contribuindo para adensar a teia de relações entre o Concelho e a Catedral.

Cargos concelhios:

1433/1434, Vereador

Outros cargos:

Reuniões:

Referências documentais

1433, agosto, 12, Luís Gonçalves, criado do Bispo, vereador, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 91v-92.

1433, agosto, 29, Luís Gonçalves, criado do Bispo, vereador, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 93v-94.

1433, novembro, 14, Luís Gonçalves, criado do Bispo, vereador, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 92v-93v.

1433, dezembro, 20, Luís Gonçalves, criado do Bispo, vereador, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 94v-95.

1434, março, 03, Luís Gonçalves, criado do Bispo, vereador, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 96-96v.

Referências bibliográficas

Nota biográfica

Luís Martins foi um dos mercadores que passaram pelos cargos concelhios.

Integraria, decerto, o núcleo de abastados homens de negócios que se movimentavam em torno do Concelho e que iam acedendo aos cargos, sobretudo ao lugar de procurador, onde encontramos diversos indivíduos ligados às atividades mercantis.

A especificidade das funções e as exigências que requeria em termos de cabedais tornavam o cargo adequado a homens com experiência de gestão e com disponibilidade financeira.

Cargos concelhios:

1402/1403, Procurador

Outros cargos:

Reuniões:

Referências documentais:

1402, maio, 13, Um dos procuradores do Concelho. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 38-39v.

1402, julho, 22, Um dos procuradores do Concelho, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 37, 37v.

Referências bibliográficas

Nota biográfica

Nada podemos adiantar sobre este homem que exerceu as funções de vereador e que teve, aparentemente, uma passagem fugaz pela administração.

Cargos concelhios:

1429/1430, Vereador

Outros cargos:

Reuniões:

Referências documentais:

1430, janeiro, 21, vereador, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 86v-87.

Referências bibliográficas:

Nota biográfica

Infelizmente, não sabemos muito sobre este homem que teve uma relação continuada com a administração municipal, na década de setenta e oitenta de Trezentos, tendo reincidido, por diversas vezes, nas funções de procurador. Refira-se que a repetição do mesmo cargo, de cada vez que se voltava ao Concelho, é uma tendência muito comum, em Évora, entre os que exerceram funções concelhias.

Não podemos delinear o perfil deste homem, nem o seu quadro de relações. Teria, contudo, algum protagonismo na cidade, já que o vemos a exercer as funções alcaide da Albergaria do Corpo de Deus da Sé, encontrando-se, decerto, bem inserido no seio do grupo dirigente.

Apesar de não se incluir entre a primeira linha concelhia, em termos de estatuto e prestígio, Martim Afonso seria, ainda assim, um homem com alguma capacidade de influência, testemunhada pela sua recorrente presença na administração e pela permanência da sua linha familiar no círculo governativo, na geração seguinte, já que, alguns anos depois da sua saída dos cargos, encontramos em funções concelhias o seu filho Pedro Afonso Davide (cf., nota biográfica n.º 137).

Cargos concelhios:

1376/1377, Procurador
1387/1388, Procurador
1381/1382, Procurador
1382/1383, Procurador
s/d, Vereador

Outros cargos:

Reuniões:

Referências documentais:

1375, dezembro, 17; Martim Afonso Davide é testemunha da instituição de aniversário, na igreja de Santiago de Évora, por parte de Fernando Afonso de Moraes, cavaleiro da Ordem de Santiago, comendador em Montemor-o-Novo, BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 17, doc. 47.

1378, janeiro, 09, Martim Afonso, procurador, ADE, Arquivo Municipal, *O Livro das Posturas Antigas da cidade de Évora...*, fl. 19v.

1378, março, 26, Pêro Afonso, filho de Martim Afonso Davide, cf., ACSE, CEC 3 – VII a), fls. 157-159.

1380, dezembro, 09, Martim Afonso Davide, alcaide da Albergaria do Corpo de Deus da Sé, ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos das Albergarias ou Hospitais do Corpo de Deus da Sé, do Santo Espírito, S. Bartolomeu e S. Gião*, (n.º 63), fls. 95, 95v.

1382, janeiro, 20, Martim Afonso, procurador. ADE, Arquivo Municipal, *O Livro das Posturas Antigas da cidade de Évora...*, fl. 18v.

1382, junho, 20, Martim Afonso Davide, Procurador. ADE, Arquivo Municipal, *O Livro das Posturas Antigas da cidade de Évora...*, fl. 28v.

1382, junho, 22, Martim Afonso Davide, Procurador. ADE, Arquivo Municipal, *O Livro das Posturas Antigas da cidade de Évora...*, fl. 37v.

1382, julho, 04. Martim Afonso Davide, procurador. ADE, Arquivo Municipal, *O Livro das Posturas Antigas da cidade de Évora...*, fl. 37v.

1382, novembro, 7, ADE, Arquivo Municipal, *O Livro das Posturas Antigas da cidade de Évora...*, fl. 63.

1382, novembro, 10, Martim Afonso, procurador. ADE, Arquivo Municipal, *O Livro das Posturas Antigas da cidade de Évora...*, fl. 19.

1382. Martim Afonso, procurador do Concelho. ADE, Arquivo Municipal, *O Livro das Posturas Antigas da cidade de Évora...*, fl. 63.

1383, janeiro, 09. Martim Afonso, procurador. ADE, Arquivo Municipal, *O Livro das Posturas Antigas da cidade de Évora...*, fl. 19.

s/d, Martim Afonso Davide, como vereador, presente na elaboração de posturas, ADE, Arquivo Municipal, *O Livro das Posturas Antigas da cidade de Évora...*, fl. 20.

Outros dados:

1384, dezembro, 18, um Pêro Esteves Davide está presente no ato de preito e menagem ao Mestre, que ocorreu no adro da Sé de Évora. ACSE, *RR5a*), publicado por Maria Ângela Beirante, "O Alentejo na 2.ª Metade do Século XIV – Évora na crise de 1383-1385", *Estudos Medievais*, Porto, N.º7, 1986, p. 119-154.

Referências bibliográficas

Nota biográfica

O mercador Martim Afonso Arnalho foi o primeiro homem detentor deste apelido a assumir um certo protagonismo na vida da cidade. Não temos dados sobre as suas atividades comerciais, mas elas ter-lhe-ão permitido acumular um nível de riqueza, de prestígio e de poder que favoreceram o seu protagonismo e o seu destaque nas instituições urbanas. Exerceu as funções de alcaide da Albergaria de Santo Antoninho, que era uma das mais ricas da cidade, e passou pelo poder municipal, onde desempenhou as prestigiadas funções de juiz do crime.

Era no desempenho deste cargo que se encontrava quando, após a morte de D. Fernando, se colocou a questão da sucessão ao trono. Segundo Fernão Lopes, Martim Afonso foi um dos homens ligados à governação que tomou o partido de D. Beatriz, tendo acompanhado nessa decisão o alcaide Álvaro Mendes de Oliveira e o escrivão concelhio, Vasco Martins Porrado. Com eles tentou, em vão, defender o castelo das investidas da turba capitaneada pelos Lobo e pelos d'Arca, como nos conta o cronista. Uma tomada de posição que terá conduzido ao seu afastamento das lides concelhias e da cidade, onde de facto, não o encontramos nos anos subsequentes.

As dificuldades em reconstituir os laços que teria com outros homens que usaram este mesmo apelido, impedem-nos de tentar acompanhar o posterior percurso de sua linha familiar e da relação que a mesma poderá ter tido com a administração.

Seja como for, a partir dos inícios de Quatrocentos voltamos a encontrar diversos homens detentores deste apelido no município. É o caso de Pedro Afonso Arnalho, que foi vereador, nas duas primeiras décadas de Quatrocentos, sendo possível que possa corresponder a um irmão ou um filho do biografado (cf. nota biográfica n.º 138). Para além dele, constata-se também a presença de João Gomes Arnalho, com ligação ao governo municipal entre 1408 e 1433 (cf., nota biográfica n.º 80), assim como de um novo Martim Afonso Arnalho (II), detentor de uma longa carreira concelhia balizada entre 1432 e 1479 (cf. nota biográfica 121). Nos anos subsequentes, e até praticamente ao final da centúria, passaram pelos cargos outros homens com o apelido Arnalho, deixando evidente a linha de continuidade deste grupo familiar na administração.

Não sabemos se alguns destes homens eram descendentes do mercador ou se com ele teriam algum grau de parentesco.

Pelo menos, no que diz respeito a Martim Afonso Arnalho II, é provável que assim fosse. A similitude dos elementos de identificação leva-nos a crer que possamos estar face a um neto/bisneto do primeiro Martim Afonso que teria, assim, dado continuidade à presença desta linha familiar na gestão municipal.

Bastante relevante é o facto deste segundo Martim Afonso já não surgir identificado como mercador, como o seu possível antecessor, mas como escudeiro. Um dado que deixa entrever que, no transcurso destes décadas, que medeiam entre o final dos anos oitenta de Trezentos e as primeiras da centúria seguinte, os Arnalho terão realizado uma trajetória social que os aproximou da pequena nobreza urbana. É nela que, aparentemente, se incluíam também outros detentores do mesmo apelido que, no Século XV, surgem igualmente identificados como escudeiros e vassalos régios.

Cargos concelhios:

1383/ 1384, Juiz do crime

Outros cargos:

Reuniões:

Os Arnalho realizaram, pois, uma trajetória de mobilidade social ascendente onde a riqueza, o controlo das instituições urbanas, os laços clientelares, nomeadamente com os Melo, o serviço régio e as alianças com outras proeminentes famílias da cidade, como os Boto ou os Gramaxo, se terão revelado alavancas fundamentais.

Referências documentais

1380, novembro, 18, Martim Afonso Arnalho, Alcaide da Albergaria do Corpo de Deus de santo Antoninho. ADE, Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital do Corpo de Deus de Santo Antoninho* (n.º 61), fls. 6.

1381, agosto, 09, Martim Afonso Arnalho, identificado como mercador, Alcaide da Albergaria do Corpo de Deus de santo Antoninho. ADE, Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital do Corpo de Deus de Santo Antoninho* (n.º 61), fl. 7.

1381, dezembro, 20, Martim Afonso Arnalho, Alcaide da Albergaria do Corpo de Deus de santo Antoninho. ADE, Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital do Corpo de Deus de Santo Antoninho* (n.º 61), fls. 8.

1383, julho 25, Juiz do crime. Martim Afonso Arnalho, presente na reunião em que se escolhem os procuradores do Concelho para jurar o contrato de casamento de D. Beatriz. Salvador Dias ARNAUT, *Op. Cit.*, p. 430.

1383, Martim Afonso Arnalho, mercador, juiz da cidade, casado com uma donzela da Rainha Dona Leonor, conjuntamente com Álvaro Vasques, mercador, e com outros honrados do lugar, está presente na defesa do Castelo, cujo alcaide Álvaro Mendes de Oliveira deu voz pela Rainha. Estão presentes e dão voz pela Rainha: Martim Afonso Arnalho, Vasco Martins Porrado, escrivão do Concelho. Fernão LOPES, *CDJI*, vol. I, Cap. XLIV, p. 88.

Referências bibliográficas

Maria Ângela BEIRANTE, *Évora na Idade Média...*, pp. 542-543.

Nota biográfica

A homonímia e a escassez de dados que caracterizam este tipo de estudos impedem-nos de delinear, de forma clara, a carreira concelhia dos homens que usaram esta identificação.

Atendendo à distância temporal, estamos em crer que este homem não corresponde ao primeiro Martim Afonso Arnalho, o mercador, que era juiz em 1383/84 e que tomou o partido da Rainha D. Beatriz tendo, em consequência dessa posição, sido afastado das lides concelhias (cf., nota biográfica n.º 120).

O biografado corresponderá, muito possivelmente, a um seu descendente homónimo, talvez um seu neto ou bisneto. Como se comprova, a crise dinástica só momentaneamente terá interrompido a presença desta linha familiar na administração.

No ano de 1432/1433, encontramos, de facto, um novo Martim Afonso Arnalho nos cargos, que não sabemos se é o mesmo que se mantinha em funções em 1478/1479. Seja como for, aqueles que supomos serem os descendentes do primeiro Martim Afonso, ter-se-ão mantido no governo municipal durante largas décadas, tendo passado por todos os cargos concelhios. Uma continuidade notável, balizada pelo menos entre 1383 e 1479, que fez com que o nome Martim Afonso Arnalho tivesse permanecido quase um século entre os que iam exercendo funções concelhias.

Nesse transcurso temporal, esta linha dos Arnalho realizou um claro percurso de mobilidade social ascendente. Se o primeiro homem com este nome é identificado como mercador, o seu descendente que encontramos nos cargos, a partir da década de trinta, é já identificado como escudeiro. Designação que deixa entrever a sua pertença à pequena nobreza urbana e o seu afastamento, pelo menos sob o ponto de vista formal, do mundo da mercancia.

Refira-se que, para além dos homens com esta identificação, o Concelho contou, ao longo do Século XV, com outros detentores do apelido Arnalho. Referimo-nos a Pedro Afonso Arnalho, que esteve envolvido na administração entre 1402-1423 (cf. nota biográfica n.º 138), e a João Gomes Arnalho. Um homem ligado por via clientelar aos Melo, que foi também detentor de uma longa carreira concelhia, balizada entre 1408 e 1433 (cf., nota biográfica n.º 80). A par deles, constata-se, ainda, a presença de um Lopo Arnalho, que passou pela governação nos anos sessenta de Quatrocentos.

Não podemos estabelecer os laços que existiriam entre estes homens e o biografado, não sendo impossível que com ele pudessem manter algum grau de parentesco.

De qualquer modo, na centúria de Quatrocentos, os Arnalho tiveram uma forte presença no Concelho, cujo peso foi também ampliado pelas ligações que foram estabelecendo com outras famílias proeminentes da cidade, como os Gramaxo ou os Boto, por exemplo.

Cargos concelhios:

1432/1433, Procurador
1439/1440, Procurador *em logo de*
1453/1454, Vereador
1454/1455, Juiz ordinário
1465/1466, Juiz ordinário
1478/1479, Vereador

Outros cargos:

Reuniões:

1435, junho, 08, Presente em reunião de vereação

Referências documentais

1432, dezembro-17, Procurador do Concelho. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 91-91v.
1435, junho, 08, Presente em reunião de vereação, como testemunha de um contrato relativo a bens concelhios. ADE,

Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 100v-101.

1438, outubro, 04, testemunha num contencioso entre Lopo dias, contador dos almoxarifados de Évora e de Estremoz e as religiosas do mosteiro de S. Bento. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 4, doc. 42e.

1436, julho, 20, ref. a ferragial, cerca da cidade, caminho de Viana, que parte com Martim Afonso Arnalho. ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fls. 73,74.

1439-novembro-19. Martim Afonso Arnalho, procurador do Concelho em nome de Martim Esteves Boto, procurador. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 105-105v.

1454, janeiro, 03, Vereador. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 118-118v.

1454, novembro, 20, juiz. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fl. 119v.

1455, fevereiro, 02, Ref. a casas na Praça, que partem com Martim Afonso Arnalho. IANTT, Núcleo Antigo, n.º 276 – *Tombo das Capelas de Évora*, fls. C-CIII.

1455, fevereiro,03, Martim Afonso Arnalho, Juiz. Afora bens concelhios. Na câmara da vereação, os oficiais aforam, para sempre, a Martim Afonso Arnalho, escudeiro, juiz, e a Inês Vasques, um ferragial, no Rego da Várzea, junto do Chafariz do Concelho. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 120-120v.

1455, junho,19, Juiz. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 120v-121.

1458, janeiro, 21. Martim Afonso Arnalho obtém licença concelhia para aproveitamento de um arco, em frente das suas casas situadas na praça da cidade. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 126v-127.

1466, abril, dias 01 e 11, Escudeiro, juiz ordinário, ACSE, *CEC 10/ XIII, 3º livro de originais*, doc. IX, com cópia em: *CEC 3 – VII a*), fl. 124-132.

1471, outubro, 16, Évora, ref. a um ferragial, junto com a cidade, no caminho de Viana, que parte com ferragial de Martim Afonso Arnalho, ACSE, *CEC 3 – VI*, fls. 21v-22v.

1471, novembro, 28, Évora, testemunha da venda do domínio útil de casas da Albergaria de Santo Antoninho. ADE, Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital do Corpo de Deus de Santo Antoninho* (n.º 61), fls. 124v, 125v.

1479, julho, 05, Martim Afonso Arnalho, vereador, IANTT, Gaveta X, maço, 2, nº 2, IANTT, *Chancelaria de D. João II*, Livro X, fl. 10v.

Outros dados:

1467, maio, 30, / 1467, junho 17, Évora, na câmara da vereação, Lopo Arnalho, vereador, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 131v-132 e fl. 133.

Referências bibliográficas:

Maria Ângela BEIRANTE, *Évora na Idade Média...*, pp. 542-543.

Nota biográfica

Não deixa de ser curioso que este homem surja na governação no período em que o seu tio, o corregedor João Mendes de Góis, assumia uma forte intervenção em Évora, de que resultou a publicação do *Regimento*.

A presença de Martim Afonso nos cargos reflete bem o forte peso que, nesse período, o centro político assumia na administração municipal, favorecendo a criação de uma elite dirigente mais próxima da coroa, mais comprometida com o serviço régio e com as lógicas do poder central.

Cargos concelhios:

1421/1422, Vereador

Outros cargos:

Reuniões:

Referências documentais

1421, junho, 30, Martim Afonso, sobrinho de João Mendes, corregedor da corte, vereador, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 68v-69v.

1421, junho, 30, Évora, Paços do Concelho, Martim Afonso, vereador ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 70-70v.

Referências bibliográficas:

Hermínia Vasconcelos VILAR, *Os Regimentos de Évora e de Arraiolos do Século XV*, Évora, CIDEHUS-UE, 2012 (introdução).

Nota biográfica:

O escudeiro Martim Afonso de Paiva é o primeiro detentor deste apelido que encontramos no Concelho. Apesar de surgir apenas como vereador no ano camarário de 1402/1403, a sua presença em diversas reuniões de vereação indicia uma relação de alguma proximidade com a administração e com o grupo dirigente.

A relação dos Paiva com a gestão municipal da cidade, iniciada por Martim Afonso, aprofundar-se-á nas décadas seguintes. Na segunda metade do Século XV, particularmente nas décadas de sessenta e setenta, os Paiva assumiram um peso considerável nas dinâmicas da administração, contando os elencos camarários com a presença de dois descendentes do biografado: Vasco Martins de Paiva e o seu irmão Fernão Martins de Paiva, que muito provavelmente seriam seus filhos ou seus netos. Os Paiva consubstanciam, pois, mais um exemplo de passagem de testemunho geracional no interior do grupo governativo.

Não sabemos muito sobre as origens desta família, nem sobre a sua anterior relação com a cidade. Martim Afonso de Paiva parece ter sido, de facto, o primeiro homem a assumir protagonismo nas instituições eborenses. Sabemos que era filho de Andreu Afonso de Paiva e irmão de Diogo Afonso de Paiva, detentores de bens rústicos no termo da cidade, que mantinham uma relação, talvez por via do casamento, com famílias implantadas na cidade. De qualquer modo, a presença dos Paiva, em Évora, deverá remontar às últimas décadas de Trezentos.

Trata-se, decerto, de mais uma família de escudeiros em rota de atração pela cidade, num período em que a mesma se ia impondo como uma das mais relevantes do reino. É possível que os homens deste apelido instalados em Évora pudessem estabelecer algum grau de parentesco com os Paiva. Família da média nobreza, que tinha a sua primitiva base de implantação territorial mais a norte, mas que por essa altura surge em núcleos urbanos com outras localizações.

Como já notou Maria Ângela Beirante, a sua relação com esses grupos nobiliárquicos é, de algum modo, confirmada pelo seu presumível parentesco com os Cogominho, já que quando Vasco Martins de Paiva, filho ou neto do biografado, casou com Maria Fernandes Cogominho, incorreu na pena de confisco de bens, precisamente por ser parente da sua mulher. De qualquer modo, torna-se difícil estabelecer a sua relação com outros detentores do mesmo apelido que não se encontrem ligados à cidade. Não sabemos, por exemplo, se um Martim Afonso de Paiva que era Corregedor da Estremadura, em 1427, tinha alguma relação com os detentores desta identificação radicados em Évora.

Independentemente da sua possível relação com outros grupos da nobreza ou com homens que se movimentavam no serviço régio, os Paiva de Évora, identificados como escudeiros, vassalos e posteriormente como cavaleiros da casa do rei, mereceram a proteção dos monarcas.

Vasco Martins viu confirmados, por D. Afonso V, os privilégios de coutada para as herdades que haviam sido de sua mulher e que, posteriormente, serão também confirmados ao seu filho, João de Paiva. Recebeu, ainda, do mesmo monarca, privilégios de isenção de prestação de certos serviços militares para oito dos seus criados. Mercês que vão deixando

Cargos concelhios:

1402/1403, Vereador

Outros cargos:

Reuniões:

s/d, 11 de agosto, Presente na elaboração de posturas.

1406, junho, 18, Presente em reunião de vereação.

1407, dezembro, 25, Presente em reunião de vereação.

1408, janeiro, 20, Presente em reunião de vereação.

evidente o reconhecimento que tinha por parte da coroa, facto que talvez não tivesse sido indiferente para o próprio protagonismo que assumiu no Concelho.

Nos anos sessenta e setenta de Quatrocentos, os Paiva tiveram, de facto, um certo ascendente no Concelho. Desempenharam os cargos de juiz dos órfãos, de juizes concelhios e de vereadores tendo sido escolhidos para representar o Concelho em determinadas missões ou em atos específicos. Vasco Martins e o seu irmão Fernão Martins encontravam-se, pois, fortemente envolvidos com as dinâmicas da administração e bem inseridos no seio do grupo dirigente. Este peso local foi também reforçado pelos laços que foram estabelecendo com outras famílias que se movimentavam em torno do Concelho.

Vasco Martins de Paiva depois da morte da sua primeira mulher, Maria Fernandes Cogominho, casou com Maria de Carvalhais, oriunda de uma família que nesse período assumia também algum peso na governação. Por sua vez, Fernão Martins aproximou-se, por via do casamento, dos Fonseca, também ligados à administração concelhia, consorciando-se com Isabel da Fonseca, filha de Álvaro da Fonseca.

A relação dos Paiva com a administração passou para a geração seguinte, já que nas duas primeiras décadas de Quinhentos encontramos no Concelho Jorge de Paiva, filho de Fernão Martins, constatando-se ainda a presença de um outro seu filho, Álvaro Fernandes de Paiva, na Catedral eborense, como cónego e tesoureiro, numa clara demonstração das lógicas familiares de inserção dos seus membros nos principais polos do poder urbano.

Referências documentais

1392, março, 13, ref. a uma adega, na rua de Correvilas, que parte com Martim Afonso de Paiva, ACSE, *Pergaminhos dos Bacharéis*, Pasta 1, doc. 105.

1402, junho, 28, Évora. Composição amigável que põe termo a um litígio entre Martim Afonso de Paiva, e João Lourenço Ravasco e Maria Eanes, sua mulher, moradores em Évora, respeitante aos bens que ficaram por morte de João Esteves Zagalo e de Diogo Afonso de Paiva, filho de Andreu Afonso, que foi casado com Isabel Nunes. Entre outras disposições Martim Afonso compromete-se a conceder um moio de trigo a João Lourenço Ravasco, na eira da herdade das Corveiras. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 2, doc. 30, Pasta 23, doc. 32. 1402, ?, 04, Isabel Nunes, viúva de Diogo Afonso de Paiva, entra em contencioso com João Afonso Ravasco, sobrinho de João esteves Ravasco e da mulher deste, Madalena Lourenço, que estabeleceram capela em Santiago. Esta última, enquanto administradora da capela, acusa Isabel Nunes de se ter apropriados dos bens com a anuência do seu tio, o juiz Gil Gonçalves... BPE, *Pergaminhos Avulso*, Pasta 12, doc. 99.

s/d, 11 de agosto, Martim Afonso, filho de Andreu Afonso de Paiva, presente, como homem bom, na elaboração de posturas, ADE, Arquivo Municipal, *O Livro das Posturas Antigas da Cidade de Évora*, fl. 51v.

1402, dezembro-08, vereador. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 37v-38.

1404, setembro, 02, Ref. a um quinhão de vinha, em Valbom, termo de Évora, que parte com Martim Afonso de Paiva. BPE – “documentos dos quais não se encontrou o nome do convento”, doc. 16.

1406, junho, 18, presente em reunião de vereação, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 45-46.

1407, dezembro, 25, presente em reunião de vereação, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 45-47.

1408, janeiro, 20, presente em reunião de vereação, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 47v-48.

1408, janeiro, 23, Ref. a um quinhão de vinha, em Valbom, termo de Évora, que parte com Martim Afonso de Paiva. BPE – “documentos dos quais não se encontrou o nome do convento”, doc. 2.

(c 1424) ref. a uma herdade do cabido, na Tourega, no termo de Évora, que começa na Ribeira de Peramanca e vai no sentido da casa de Martim Afonso de Paiva, cavaleiro, ACSE, CEC 3 – I, fl. 31.

1444, novembro, 10, Lourenço Eanes, criado de Martim de Paiva, BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 13, doc.72.

1445, julho, 23, Martim Afonso de , escudeiro, morador em Évora, vende a Martim de Oliveira, uma vinha, em Motrogos, no termo da cidade. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 13, doc. 170.

1471, maio, 04, ref. a Lopo Afonso, criado de Martim Afonso de Paiva, testemunha de contrato da igreja de Santiago de Évora. ACSE, CEC 3 – VI, fls. 27v-28.

1471, novembro, 14, ref. a Lopo Afonso, criado de Martim Afonso de Paiva, testemunha de contrato da igreja de Santiago,

Outros dados:

a) Vasco Martins de Paiva:

1456, abril, 06, Capela de Vasco Martins de Paiva, filho de Martim Afonso de Paiva, casado com Maria Fernandes Cogominha. São testemunhas da instituição Martim de Oliveira, Rodrigo Eanes Fuseiro, Lopo Dias, Rodrigo Eanes, entre outros. Tomam das suas terças os seguintes bens, para se cantarem certos ofícios em S. Domingos e em S. Francisco. Por suas almas e por alma do pai e do avô de Vasco Martins de Paiva. A testadora manda cantar outro por alma da sua tia, Beatriz Fernandes Cogominha. Bens: Herdade de Vale Vazio, onde está a igreja de S. Manços; a herdade de Corneiros, termo de arraiolos. A administração ficará ao último a falecer e, posteriormente, aos seus filhos caso o viessem a ter ... não existindo descendência legítima, a administração ficaria aos filhos bastardos de Vasco Martins... na ausência de descendentes... herdará o morgadio Lourenço Martins de Paiva, irmão do testador, ambos filhos de Martim Afonso de Paiva... na eventualidade de não existir descendência... a administração ficará a Beatriz Mendes, filha de Gonçalo Mendes Cogominho, sobrinha da testadora... e ao mosteiro de S. Bento de Castris... IANTT, Núcleo Antigo, n.º 276 – *Tombo das Capelas de Évora*, fls. XCVI-XCVIII.

1462, maio, 03, Vasco Martins de Paiva, cavaleiro e cidadão de Évora, apresenta petições do Concelho junto da coroa, ADE, Arquivo Municipal, Livro 2º de Originais (n.º 72), fl. 48.

1466, junho, 27, Vasco Martins de Paiva é juiz dos órfãos, ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fls. 148v-149.

1471, maio, 07, D. Afonso V privilegia Vasco Martins de Paiva, escudeiro régio, morador na cidade de Évora e a oito dos seus homens, nomeadamente Afonso Lourenço Garça, Pedro Afonso, sapateiro, Martim Cabeceira, almocreve, Mateus Gonçalves, Francisco Nunes, Pero Gonçalves Boletto, almocreve, Álvaro Eanes Azambujo, Mateus Gonçalves, almocreve, moradores nessa cidade, isentando-os de serem acontiadados em besta de polé, garrucha, ou outra qualquer contia, bem como de participar em alardo. IANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 16, fl. 90.

1473, junho, 20, Vasco Martins de Paiva, cavaleiro, juiz concelhio, e Fernão Martins de , vereador, ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos da Casa de S. Lázaro* (n.º 65), fl. 28-28v.

1473, agosto, 02, Vasco Martins de Paiva, alcaide da Albergaria de Jerusalém, ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fls. 126v.

1474, abril, 18, Évora, na Sé. Perante os cónegos compareceu Vasco Martins de Paiva, cavaleiro, morador na cidade, que trazia emprazada uma quinta, no termo de Lisboa, em Carnide, com suas casas, vinhas e herdades de pão. Sucedeu a esta quinta por morte do seu tio, Fernão D´Egas. É a segunda pessoa, de um contrato de três vidas. Foro de 1400 reais, pela Páscoa. Vende a Afonso Álvares, barbeiro, morador em Lisboa, por 23.000 reais brancos... ACSE, CEC 6 – VIII, fls. 14v-15.

1475, novembro, 12, Vasco Martins de , conjuntamente com muitos cidadãos de Évora, fidalgos e cavaleiros está presente na câmara onde pousa o príncipe herdeiro, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 139v-141.

1475, março, 11, Évora, nas casas de Vasco Martins de Paiva, cavaleiro, e sua mulher, Maria de Carvalhais. Estavam presentes: Lopo Esteves, prior da igreja de Santiago, João Vaz, Afonso Esteves, João Gonçalves, Vasco Martins, Dº Rodrigues, João do Porto, raçoeiros. Os clérigos da igreja apresentaram uma sentença, julgada por Vasco Vicente, vigário que foi do Bispo, pela qual se mandava que Martim Afonso de Paiva, pai de Vasco Martins de Paiva, levantasse um chão, que trazia da igreja, em casas. Por falecimento de Martim Afonso, os seus filhos Vasco Martins e Fernão Martins, fizeram partilhas, tendo o chão ficado a Fernão Martins, que cumprira o contrato, fazendo o chão em casas, e metendo-as nas suas, pagando de foro de 40 reais. Estabeleceu-se avença... ACSE, CEC 3 – VI, fls. 41-41v.

1475, março, 11, Évora, Vasco Martins de Paiva, cavaleiro, e o seu irmão Fernão Martins de Paiva são testemunhas de um contrato de bens igreja de Santiago, CEC 3 – VI, *Tombo 1º das herdades do cabido*, fl.39v.

1482, maio, 31, João de , filho de Vasco Martins de Paiva, já falecido, solicitou confirmação de coutada para as herdades de vale de rico Homem, em S. Manços, no termo de Évora, que haviam sido coutadas ao seu pai e à sua mãe, Maria Fernandes Cogominho. IANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, Livro 31, fl. 33, e *Chancelaria de D. João II*, livro II, fl. 140-142.

b) Fernão Martins de Paiva:

1472, Fernão Martins de Paiva é casado com Isabel da Fonseca, herdeira do seu pai, Álvaro da Fonseca. Referem-se três filhos de Álvaro da Fonseca e de Catarina Ribeiro: Isabel, Leonor e Maria...Vasco Martins de Paiva é testemunha, BPE, *Santa Catarina de Sena*, Livro 85, doc. 27.

1492, junho, 01, Évora, escambo de bens entre Fernão Martins de Paiva e os bacharéis da Sé de Évora, nas casas de morada de Fernão Martins de Paiva e de Isabel da Fonseca... Testemunhas: João Galvão, escudeiro, criado do falecido bispo D. Garcia, João de Paiva, cavaleiro da casa do rei, e Álvaro Fernandes, filho de Fernão Martins de Paiva e Isabel da Fonseca. ACSE, *Pergaminhos dos Bacharéis de Sé de Évora*, Pasta 3, doc. 276.

1498, Fernão Martins de Paiva, filho de Martim Afonso de Paiva, BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 12, doc. 88.

c) Jorge de Paiva:

1510, setembro, ?, Jorge de Paiva, vereador, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Terceiro de Pergaminho* (n.º 69), fls. 8v-9.

1510, novembro, 10, Jorge de Paiva, vereador, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Terceiro de Pergaminho* (n.º 69), fls. 14v-15.

1517, outubro, 11, Jorge de Paiva, vereador, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Terceiro de Pergaminho* (n.º 69), fl. 91.

Referências bibliográficas:

Maria Ângela BEIRANTE, *Évora na Idade Média...*, pp. 538-539.

Mário FARELO, *op. cit.*, p. 770 (sobre Martim Afonso de Paiva, corregedor da Beira)

Manoel Felgueiras GAYO, *op. cit.*, Vol. XXII, p. 50.

José MATTOSO, *Identificação de um País. Ensaio sobre as origens de Portugal*, Lisboa, Editorial Estampa, 1986, vol. I, p. 172. (sobre Maria Fernandes Cogominho)

Idem, *Ricos Homens, Infanções e cavaleiros. A nobreza medieval portuguesa nos Séculos XI e XII*, Lisboa, Guimarães Editores, 1985, p. 62 (sobre as denominações Paiva/)

Nota biográfica:

Os únicos dados que temos sobre este homem dizem respeito à sua passagem pelo Concelho como vereador.

Cargos concelhios:

Vereador (sem data)
Vereador (sem data)

Outros cargos:

Reuniões:

Referências documentais:

?, dezembro, 15, Martim Gil, vereador, ADE, Arquivo Municipal, *O Livro de Posturas Antigas da cidade de Évora...*, fls. 12-12v.
?. setembro, 11, Martim Gil vereador, ADE, Arquivo Municipal, *O Livro de Posturas Antigas da cidade de Évora...*, fl. 20v.
?, agosto, 08 e 11, Martim Gil vereador, ADE, Arquivo Municipal, *O Livro de Posturas Antigas da cidade de Évora...*, fls. 50v-51 e 51v.

Referências bibliográficas:

Nota biográfica:

Não temos outras informações sobre este homem que desempenhou as funções de vereador em 1411/1412.

Apesar da distância temporal não é impossível que possa corresponder a Martim Leonardes, que representou os *meãos e minores* no outorgamento das sisas ao Mestre, no contexto da crise dinástica. A ser verdadeira essa identificação, estaremos face a um homem que decerto já nessa altura teria alguma proximidade face ao grupo dirigente – sem a qual essa representação talvez não tivesse sido possível – mas cujo papel político poderá ter contribuído para reforçar a sua ligação ao poder municipal.

Cargos concelhios:

1411/1412, Vereador

Outros cargos:

Reuniões:

1407, dezembro, 25, presente em reunião de vereação

Referências documentais:

1384, fevereiro, 25, Um Martim Leonardes, caudilho de meãos e minores, está presente no outorgamento das sisas gerais de Évora ao Mestre de Avis. Gabriel PEREIRA, *op. cit.*, pp. 78-83.

1407, dezembro, 25, Martim Leonardes presente em reunião de vereação, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67) fls. 45-47.

1411, novembro, 14, Martim Leonardes, vereador, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 57-58v, fls. 58v-59v.

Referências bibliográficas:

Nota biográfica:

Tendo em atenção o arco temporal em que o nome Martim Lopes Lobo surge no Concelho estamos em crer que podemos estar face a dois homens com a mesma identificação.

Não sendo impossível, se considerarmos um longo ciclo da vida, que o homem que esteve em Aljubarrota, a lutar ao lado Mestre de Avis, pudesse estar ainda em funções concelhias em 1439 – que é a última referência que temos à presença nos cargos de um homem com este nome – é plausível que possamos estar face a dois homens que passaram sequencialmente pelo Concelho. Homens que muito provavelmente corresponderão ao pai e ao seu filho homónimo. A ser verdadeira esta hipótese, estaríamos assim face a mais uma passagem de testemunho geracional nos cargos concelhios, absolutamente comum entre as famílias mais influentes, nas quais, obviamente, os Lobo se incluíam.

Trata-se, contudo, de uma hipótese que não podemos confirmar. O vazio documental do período que medeia entre o fim da crise dinástica e o início de Quatrocentos torna difícil acompanhar e delinear o percurso destes homens.

De qualquer modo, o Martim Lopes Lobo que encontramos no Concelho em 1406/1407 corresponderá, com probabilidade, ao homem que viveu a crise dinástica e que conjuntamente com os seus irmãos, Diogo, Fernão e Estêvão foram, a par dos d'Arca, os protagonistas dos acontecimentos que ocorreram na cidade em defesa da causa do Mestre. Os quatro filhos do regedor e cidadão Lopo Fernandes Lobo tiveram também um papel militar relevante. Estiveram em Aljubarrota e lutaram ao lado do Mestre e do Condestável em muitos outros conflitos militares que se revelaram cruciais na subida ao poder do novo monarca.

O posicionamento e o papel militar dos Lobo acabou por ser generosamente recompensado por D. João I. A crise dinástica constituiu para os Lobo um momento decisivo dos seus processos ascensionais, que lhes permitiu a sua entrada no seio da nobreza. Um percurso notável se considerarmos que na geração anterior, Lopo Fernandes Lobo, pai dos quatro irmãos, era ainda identificado como cidadão.

Muito embora, antes de 1383, os Lobo estivessem já fortemente envolvidos nas dinâmicas da administração e assumissem um significativo ascendente no seio do grupo dirigente, testemunhada pelo facto de D. Fernando ter nomeado Lopo Fernandes Lobo, como um dos regedores da cidade (cf., nota biográfica n.º 100), o papel desempenhado, no contexto da crise, acabou por reforçar a sua posição na administração.

No período que se segue à crise dinástica e até meados de Quatrocentos, os Lobo constituíram o mais influente dos grupos familiares do Concelho. Estiveram fortemente representados nos elencos camarários, ocupando os principais cargos concelhios.

Se Diogo Lopes Lobo, o mais velho dos irmãos, que desempenhou as funções de alcaide-mor da cidade, não passou pelos cargos concelhios, os restantes irmãos e os seus descendentes ocuparam, de forma sucessiva e em alguns casos simultânea, os principais cargos concelhios. Martim Lopes Lobo e o seu irmão Fernão Lopes Lobo (cf., nota biográfica n.º 44) passaram pelo Concelho em período análogo, integrando de forma sucessiva os elencos

Cargos concelhios:

1406/1407, Juiz do Cível
Regedor no *Regimento*
1423/1424, Juiz do Cível

Outros cargos:

Reuniões:

1414, setembro, 08, Martim
Lopes Lobo e Estêvão
Fernandes Lobo estão
presentes em reunião de
vereação.

camarários, chegando a ocupar os cargos de juizes em simultâneo, nomeadamente no ano de 1423/1424. Por esses anos, que se estendem até à década de vinte, as reuniões de vereação contaram, também, com a presença assídua do terceiro irmão, Estêvão Fernandes Lobo. Neste período a sua influência era absolutamente esmagadora no Concelho. Não se estranha, por isso, que Martim Lopes Lobo tivesse sido um dos dez regedores nomeados no *Regimento*. Muito embora a indicação dos regedores não corresponda a uma listagem hierarquizada, não deixa de ser relevante que o nome que encabeça a lista dos dez nomeados seja o de Martim Lopes Lobo.

Não sabemos se o nomeado corresponde ao primeiro Martim Lopes Lobo ou ao seu filho com o mesmo nome, mas seja como for, mais do que os perfis individuais, terá sido o prestígio e a influência da família o que contou nessa nomeação.

Não temos muitos dados pessoais sobre Martim Lopes Lobo I. Aparentemente foi casado com Violante Nunes de Moraes, filha do cavaleiro Nuno Fernandes de Moraes, tendo sido pais de Garcia Lobo, Gomes Martins Lobo, Aldonça Martins Lobo e Martim Lopes Lobo (II), que muito provavelmente terá *sucedido* ao seu pai nos cargos concelhios.

Referências documentais:

- 1384, dezembro, 18, Martim Lopes Lobo está presente no ato de preito e menagem ao Mestre, que ocorreu no adro da Sé de Évora. ACSE, *RR5a*), publicado por Maria Ângela Beirante, “O Alentejo na 2.ª Metade do Século XIV – Évora na crise de 1383-1385”, *Estudos Medievais*, Porto, Nº7, 1986, p. 119-154.
- Doc. Sem data (provavelmente primeiros anos do XV), Martim Lopes Lobo, escudeiro, alcaide de Jerusalém. Afonso Eanes, homem de Martim Lopes Lobo. ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fls.27,27v.
- 1402, abril, 01, ref. a foro atribuído a Martim Lopes Lobo, em compensação pelas casas que lhe foram derrubadas na Selaria. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 25-27.
- 1406, junho, 18, Juiz do cível, escudeiro, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 45-46.
- Doc. sem data, Martim Lopes Lobo, talvez como juiz, presente na elaboração de posturas: “*Outrosi acordado per Martim Lopez Lobo e por Rruy Marti[n]z Gudinho e pelos vereadores e procuradores que nom sseja nenhum rendeiro atam ousado que acoyme sallvante com dous jurados ou porteiros e que per esta guisa lhe se/ja[m] jullgadas as coymas que acharem e se per ventura for achado algum em coyma...*”, ADE, Arquivo Municipal, *O Livro das Posturas Antigas da cidade de Évora...*, fl. 77.
- 1406, setembro, 06, juiz do cível, escudeiro, ADE, Arquivo Municipal, *Pergaminhos Soltos da Câmara* (n.º 65), doc. 14, fl. 1v.
- 1407, maio, 27, alcaide de Jerusalém, escudeiro, ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fls. 50v, 51.
- 1408, janeiro, 20, ref. a um chão que o Concelho tinha em Évora, “ dentro dos muros da cidade, entre o muro da primeira cerca e a Albergaria dos santo espírito dos vaqueiros. Parte com curral da Albergaria, de um cabo ao longo, e de outro com o dito muro. Entesta com chão de Martim Lopes Lobo. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls.47v-48.
- 1408, maio, 26, ref. a Afonso Eanes, criado de Martim Lopes Lobo, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 48-48v.
- 1409, novembro, 18, alcaide de Jerusalém, ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fls. 45, 45v.
- 1410, março, 26, Martim Lopes Lobo, Alcaide de Jerusalém, escudeiro, ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fls. 46,47.
- 1410, abril, 07, Alcaide de Jerusalém, ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fls. 47,48.
- 1411, março, 08, Alcaide de Jerusalém, escudeiro, Afonso Eanes, criado de Martim Lopes Lobo. ADE, Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fls. 49v, 50.
- 1411, junho, 11. Estêvão Eanes, lavrador, é criado de Martim Lopes Lobo. Afora bens de S. bento. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 4, doc. 24.
- 1412, janeiro, 06, escudeiro, Alcaide de Jerusalém; Lopo Martins, escudeiro de Martim Lopes Lobo. ADE, Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fls. 51v, 52, fls. 52v,53.
- 1414, setembro, 08, Martim Lopes Lobo e Estêvão Fernandes Lobo estão presentes em reunião de vereação, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 63v-64.
- 1421, março, 22, Sábado, texto que se segue à transcrição do Regimento dos coudéis. 22 de março, na cidade de Évora,

reunidos em vereação João Mendes, cavaleiro, corregedor da corte; João Mendes, corregedor nesta comarca; Mem Rodrigues, juiz pelo rei; Martim Lopes Lobo, cavaleiro; João Murzelo, o velho, Regedores; Fernando Afonso de Carvalho, chanceler; Fernando Afonso Cicioso, procurador dos fidalgos; Vasco Afonso do Samouco; João Martins de Pina; Vasco Rodrigues Façanha; Vasco Esteves, vereadores; Álvaro Vasques, procurador do Concelho, e outros homens bons. ADE, Arquivo Municipal, *Livro pequeno de Pergaminho* (n.º 66), fl. 46v.

1423, outubro, 06, Martim Lopes Lobo, cavaleiro, Juiz do cível, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 73v- 74.

(C 1424) ref. a herdade de Martim Lopes Lobo em S. Maços, Próximo da ribeira da Azambuja, uma outra, em Pardielas, ACSE, CEC 3 – I, fl. 3-3v; 12v-13-14v. Ferragial, nas imediações da cidade, no caminho que vai para Portel, *Ibidem*, fl. 53.

1424, fevereiro, 08, Martim Lopes Lobo, cavaleiro, juiz, ADE, Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fls. 90,91v.

1424, fevereiro,10, Martim Lopes Lobo, cavaleiro, Juiz do cível, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 74-75.

1424, junho, 01, Ref. a Diogo Pires, Criado de Martim Lopes Lobo. Testemunha de contrato de S. Pedro. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 3, doc. 52.

1424, junho, 21, Martim Lopes Lobo, cavaleiro, Juiz do cível, o seu irmão Fernão Lopes Lobo era também juiz concelhio, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), 75-76.

1426, maio, 20, Évora, Hospital de Jerusalém, Martim Lopes Lobo, cavaleiro, alcaide, ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fls. 78v, 79, 79v,80, 80v.

1426, novembro, 25, Évora, alpendre da Albergaria de Jerusalém. Martim Lopes Lobo, cavaleiro, alcaide, ADE, Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fls. 81, 82.

1428, setembro, 21, Évora, na capela do Hospital de Jerusalém. Martim Lopes Lobo, cavaleiro, alcaide, ADE, Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fls. 85, 85v.

Martim Lopes Lobo e os seus irmãos são identificados na Crónica de Fernão Lopes, entre a lista dos que na cidade se distinguiram no apoio à causa do Mestre na cidade. A lista, onde constam 18 indivíduos da cidade, é encabeçada por Fernão Gonçalves d'Arca, e João Fernandes d'Arca, seu filho, seguindo-se os quatro irmãos Lobo, pela seguinte ordem: Diogo Lopes Lobo, Fernão Lopes Lobo, Martim Lopes Lobo e Estêvão Fernandes Lobo. Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, Vol. I, Porto, Civilização, 1991, cap. CLIX, p. 341.

Martim Lopes Lobo, conjuntamente com os seus irmãos, é feito cavaleiro pelo Mestre de Avis no campo de batalha de Aljubarrota, cf., Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, Vol. II, Porto, Civilização, 1991, cap. XXXVIII, p. 97.

Estêvão Fernandes Lobo:

1404, dezembro, 20, Estêvão Fernandes Lobo, escudeiro, presente em reunião de vereação, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de pergaminho* (n.º 67), fls. 40-41.

1406, junho, 18, Estêvão Fernandes Lobo, escudeiro, presente em reunião de vereação em que o seu irmão, Martim Lopes Lobo, desempenhava as funções de juiz, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 45-46.

1408, janeiro, 20, Estêvão Fernandes Lobo e o seu irmão Fernão Lopes Lobo estão presentes em reunião de vereação, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 47v-48.

1408, junho, 06, Estêvão Fernandes Lobo presente em reunião de vereação, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 48v-49.

Referências bibliográficas:

Maria Ângela BEIRANTE, *Évora na Idade Média...*, pp. 524-525.

André Madruga COELHO, *As elites urbanas medievais: o exemplo de Évora e dos Lobo ...*, pp. 105-106 e anexo B4, p. 124.

Nota biográfica:

É provável que este homem corresponda ao filho do primeiro Martim Lopes Lobo. Na década de trinta, assiste-se a uma substituição geracional dos Lobo presentes no Concelho. Para além de Martim Lopes Lobo, que possivelmente terá dado continuidade à sua linha familiar nos cargos, o Concelho conta com a presença dos descendentes de outros dos irmãos Lobo. É o caso de Nuno Fernandes Lobo, filho de Fernão Lopes Lobo, que sucedeu ao seu pai nos cargos. Desempenhou as funções de vereador e de chanceler, respetivamente em 1437 e em 1439, ocupando posteriormente as funções de juiz concelhio. No mesmo período, encontramos no Concelho Diogo Lopes Lobo (II), filho de Rui Dias Lobo e neto do primeiro Diogo Lopes Lobo, que ocupou as funções de chanceler, nos anos de 1435 e 1436.

A década de trinta foi, pois, a década da renovação geracional dos Lobo, que de uma forma esmagadora continuam presentes no Concelho. Refira-se que se trata de uma presença continuada desde pelo menos 1378, quando encontramos nos cargos e com forte influência concelhia, Lopo Fernandes Lobo (cf., nota biográfica n.º 100). A presença dos Lobo teve continuidade nas gerações seguintes, que foi a dos seus filhos, e posteriormente na dos seus netos e bisnetos, ainda presentes, em força, no Concelho, nos finais dessa mesma década

Muito embora, a partir desse período, alguns dos membros do grupo familiar dos Lobo tivessem continuado a marcar presença nos cargos, as linhas principais afastam-se progressivamente da gestão municipal.

O forte processo de ascensão social, que coloca os Lobo entre os membros da nobreza titulada e na esfera de influência das famílias cortesãs, afastou-os das lides concelhias.

Cargos concelhios:

1435/1436, Vereador
1438/1439, Vereador

Outros cargos:

Reuniões:

Referências documentais

1431, agosto, 10, Ref. a uma herdade, a herdade da Fonte Boa, que parte com a Ribeira do Degebe e com a estrada de Evoramonte e com Martim Lopes Lobo..., IANTT, Núcleo Antigo, n.º 276 – *Tombo das Capelas de Évora*, fls. CLIV-CLII.

1435, setembro, 03, Martim Lopes Lobo, Cavaleiro, vereador, Diogo Lopes Lobo, chanceler, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 101v-102.

1436, janeiro, 06, Martim Lopes Lobo, cavaleiro, vereador, Diogo Lopes Lobo, chanceler, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. CIV; CII, nº102v-103.

1436, fevereiro, 20, Martim Lopes Lobo, Cavaleiro, vereador, Diogo Lopes Lobo, chanceler, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 103-103v.

1438, outubro, 04, Martim Lopes Lobo é testemunha num contencioso entre Lopo dias, contador dos almoxarifados de Évora, Estremoz, e as freiras de s. Bento. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 4, doc. 42e.

1439, março, 07, Martim Lopes Lobo, vereador, Nuno Fernandes Lobo, chanceler, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. CV, CVv, nºs. 106-106v.

1439, maio, 29, Ref. ao ferragial de Martim Lopes Lobo, ao poço Novo. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 3, doc. 67.

1465, junho, 10, na herdade que se chama de S. Manços, termo de Évora, estando presentes os seguintes cônegos: Álvaro Galvão e Rodrigo Afonso. Estava também presente Martim Lopes Lobo, como herdeiro de sua mãe, para partir e demarcar um pedaço de terra, que o dito Martim Lopes diz que tem e lhe ficou de sua mãe ... ACSE, *CEC 3 – VII d)*, 37-38v e CEC 10/ XIII, 3º livro de originais, doc. XX.

Outros membros Lobo presentes no Concelho:

1437, maio, 01, Évora, Nuno Fernandes Lobo, vereador, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls.

104v-105.

1451, setembro, 04, Évora, Nuno Fernandes Lobo, juiz, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 113v-114.

1451, dezembro, 01, Nuno Fernandes Lobo, juiz, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 114v.

1467, junho, 17, João Lobo, procurador dos fidalgos. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 132v-133.

Referências bibliográficas:

Nota biográfica:

Tendo em atenção o seu apelido é provável que estejamos face a mais um homem ligado aos Oliveira, que tiveram neste período forte influência na administração. A escassez de dados não nos permite confirmar essa ligação, nem adiantar outros dados sobre este indivíduo.

Cargos concelhios:

1383/1384, Procurador

Outros cargos:

Reuniões:

Referências documentais:

1383, julho 25, Procurador, Presente na reunião em que se escolhem os procuradores do Concelho para jurar o contrato de casamento de D. Beatriz. Salvador Dias ARNAUT, *Op. cit.* pp. 430.

Referências bibliográficas:

Nota biográfica:

Não temos outras informações sobre este homem, que passou pelas funções de procurador do Concelho e que, talvez, se encontre ligado aos Toscanos que tiveram, neste período e no Século XV, alguma influência na administração municipal. É o caso de Gomes Eanes Toscano e de Rui Martins Toscano (cf., respetivamente, notas biográficas n.ºs 58 e 159).

Cargos concelhios:

1367/1368, Procurador

Outros cargos:

Reuniões:

Referências documentais:

1367, ?, ?, Martim Toscano, procurador do Concelho, BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 5, doc. 49.

Referências bibliográficas:

Nota biográfica:

Mais um homem, para o qual não temos outras informações para além da referência à sua passagem pelo cargo de vereador.

Cargos concelhios:

1410/1411, Vereador

Outros cargos:

Reuniões:

Referências documentais:

1411, maio, 20, Vereador. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 54v-55.

Referências bibliográficas:

Nota biográfica

É provável que o indivíduo que a documentação identifica apenas como Martim Vasques corresponda a Martim Vasques Mascarenhas, que o *Livro de Linhagens* do Século XVI designa como “huum homem homrrado de dEuora”.

Martim Vasques Mascarenhas tinha, de facto, ligação à cidade, sendo detentor de diversas herdades no seu termo.

Identificado como vassalo e como escudeiro do rei, recebeu de D. Fernando, em 1369, carta de coutada para a sua herdade junto da *fonte de Domingos Carro*, tendo posteriormente, sido agraciado pelo mesmo monarca com certas isenções para os lavradores das suas terras. O *formoso* justifica a mercê pelo facto de Martim Vasques Mascarenhas andar, como se refere no diploma, “contenoadamente” ao serviço do rei, sendo provável que tivesse desempenhado funções de meirinho ou de almoxarife ao serviço da coroa. Trata-se, portanto, de um homem que se movimentava nos círculos do pequeno oficialato régio.

Não sabemos, ao certo, se o homem que passou pelo Concelho corresponde, de facto, a Martim Vasques Mascarenhas. Mas a cronologia, a similitude do nome e do patronímico e as referências ao seu filho Fernão Martins, que encontramos em 1395 numa reunião de vereação, tornam plausível que esses homens possam corresponder a Martim Vasques Mascarenhas e ao filho deste Fernão Martins Mascarenhas.

Essa possibilidade conjuga-se também com o facto de Martim Vasques surgir, na administração municipal, no desempenho das prestigiadas funções de regedor. Cargo de nomeação régia, que D. Fernando atribuiu a homens em quem tinha confiança, quase todos eles seus vassalos, para quem o serviço régio não era estranho. Martim Vasques Mascarenhas cumpria todos estes requisitos, incluindo a ligação à cidade, em função da qual era identificado. É, por isso, plausível que o Martim Vasques que temos no Concelho corresponda a Martim Vasques Mascarenhas.

O facto de Martim Vasques e o seu filho, Fernão Martins Mascarenhas terem sido agraciados por D. João I, e de este último se contar entre os seus escudeiros, deixa entrever que tomaram o partido do *Mestre* no contexto da crise dinástica. Opção política igualmente assumida por Martim Vasques que temos no Concelho, que esteve presente no ato realizado em Évora em que publicamente se reconheceu o Mestre como regedor e defensor do reino.

Num período em que a coroa assumia um crescente peso na configuração dos dirigentes municipais, não parece estranha a presença de homens como Martim Vasques Mascarenhas nos cargos concelhios.

Note-se que as lógicas seguidas pelos Mascarenhas de aproximação ao serviço régio, nas suas várias formas, e o envolvimento com gente ligada à corte eram comuns a tantos outros homens do Concelho. Tal como era a aproximação às ordens militares, sobretudo às de Santiago e de Avis, onde se contam muitos dos apelidos de gente de Évora ligada à governação e onde pontuavam também os Mascarenhas. Lembremos que o filho de Martim Vasques, Fernão Martins Mascarenhas foi comendador da Represa e de Garvão, de Santiago, tendo posteriormente ascendido à comenda-mor da milícia, onde vamos encontrar também os seus filhos, Nuno Mascarenhas e Martim Vasques Mascarenhas II e outros dos seus descendentes.

Cargos concelhios:

1377/1378, Regedor
1381/1382, Regedor
1382/1383, Regedor
1385/1386 Juiz Cível

Outros cargos:

Reuniões:

Referências documentais:

- 1369, janeiro, 12, Évora. Coutada em Évora a Martim Vasques de Mascarenhas, vassalo do rei. Herdade que foi de Rui Vasques, escudeiro, IANTT, *Chancelaria de D. Fernando*, livro I, fl. 35v-36. (pub. por Carlos Manuel Leitão Baeta NEVES, Maria Teresa Barbosa ACABADO, Maria Luísa ESTEVES *História florestal, aquícola e cinegética: colectânea de documentos existentes no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Chancelarias reais*, Lisboa, Direção-Geral do Ordenamento e Gestão Florestal, Ministério da Agricultura e Pescas, 1980, vol. I, doc. 115, pp. 212-122.
- 1378, janeiro, 09, Martim Vasques, Regedor, ADE, Arquivo Municipal, *O Livro das Posturas Antigas da Cidade de Évora...*, fl. 19v.
- 1382, julho, 13, Privilégios aos lavradores das herdades de Martim Vasques de Mascarenhas, vassalo do rei, morador em Évora, que não paguem imposições fiscais concelhias. Uma vez que Martim Vasques *anda continuamente ao serviço do rei*. IANTT, *Chancelaria de D. Fernando*, Livro III, fl. 13.
- 1382, janeiro, 20. Martim Vasques, regedor. ADE, Arquivo Municipal, *O Livro das Posturas Antigas da Cidade de Évora...*, fl. 18v.
- 1382, junho, 20, Martim Vasques, Regedor. ADE, Arquivo Municipal, *O Livro das Posturas Antigas da cidade de Évora*, fl. 28v.
- 1382, junho, 22, Martim Vasques, regedor. ADE, Arquivo Municipal, *O Livro das Posturas Antigas da Cidade de Évora...*, fl. 37v.
- 1382, Julho, 04. Martim Vasques, regedor. ADE, Arquivo Municipal, *O Livro das Posturas Antigas da Cidade de Évora...*, fl. 37v.
- 1382, novembro, 10, Martim Vasques, regedor, ADE, Arquivo Municipal, *O Livro das Posturas Antigas da Cidade de Évora...*, fl. 19.
- 1384, dezembro, 18, Um Martim Vasques está presente no ato de preito e menagem ao Mestre, que ocorreu no adro da Sé de Évora. ACSE, *RR5a*), publicado por Maria Ângela Beirante, “O Alentejo na 2.ª Metade do Século XIV – Évora na crise de 1383-1385”, *Estudos Medievais*, Porto, Nº7, 1986, p. 119-154.
1385. Martim Vasques, juiz do cível. ADE, Arquivo Municipal, *O Livro das Posturas Antigas da Cidade de Évora...*, fl. 53.
- 1389, junho, 15, carta de D. João I em que se faz quitação ao escudeiro Rui Lourenço Carvalhosa de tudo o que fixou por pagar do tempo em que Martim Vasques Mascarenhas, “ouue de veer o baleal a par da a como dos pididos que el lamçou por El rej dom fernando e de Sacadores que pos e de dinheiros que das dictas ssacadarias Reçeebo e a que deu quitações E outras que Reçeebo pera conprar vacas como totalas outras cousas quaaesquer que ele ouuesse de veer e Reçeeber...”. Rui Lourenço substituiu Martim Vasques Mascarenhas, que entretanto falecera, nessas funções, IANTT, *Chancelaria de D. João I*, Livro V, fl. 5.
- 1395, fevereiro, 04, Coimbra. Ref. a herdade que parte com Fernão Martins, filho de Martim Vasques, IANTT, *Chancelaria de D. João I*, Livro II, fl. 93-93v.
- 1395, novembro, 27. Fernão Martins, filho de Martim Vasques, presente na elaboração de posturas, conjuntamente com outros membros do elenco camarário. ADE, Arquivo Municipal, *O Livro das Posturas Antigas da Cidade de Évora*, fl. 70v.

Referências bibliográficas

- Maria Ângela BEIRANTE, *Évora na Idade Média...*, p. 536.
- Manoel Felgueiras GAYO, *op. cit.*, vol. XVIII, pp. 79-94.
- Livro de Linhagens do Século XVI*, edição de António Machado de FARIA, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1966, p. 293.
- Lúis Filipe OLIVEIRA, *op. cit.*, pp. 429-432
- António Pestana de VASCONCELOS, “Os Mascarenhas, uma família da ordem de Santiago”, in Luís Adão da FONSECA (org), *Comendas das Ordens Militares na Idade Média, Actas do seminário internacional realizado no porto em 3 e 4 de novembro, de 2008*, Porto, 2009, pp. 163-180.

Nota biográfica:

Martim Vasques é irmão de Álvaro Vasques Tisnado, um homem com algum peso no interior do Concelho que passou por todos os cargos concelhios, incluindo o de regedor (cf., nota biográfica n.º 20).

Martim Vasques parece ter tido um menor envolvimento com a administração do que o seu irmão. Encontramo-lo, apenas, nas funções de vereador, nos anos de 1411/1412 e de 1427/1428. Curiosamente, no primeiro destes anos desempenhou funções em simultâneo com o seu irmão, que era também vereador concelhio.

Não sendo oriundos das mais influentes famílias da oligarquia, os Tisnado conseguiram, ainda assim, algum peso na administração e uma presença continuada nos cargos que se transmitiu para a geração seguinte. Nos anos cinquenta e sessenta de Quatrocentos, vamos encontrar nos elencos camarários Nuno Álvares Tisnado, filho de Álvaro Vasques Tisnado, que deu continuidade à presença dos Tisnado no governo municipal. Nos anos noventa, da mesma centúria deteta-se, ainda, no Concelho um Martim Afonso Tisnado que poderá ser oriundo da mesma família.

Filhos de um clérigo de missa, legitimados, por D. João I, em 1387, os dois irmãos devem ter beneficiado das redes de influência que se movimentavam em torno da Catedral eborense, onde vamos encontrar também fortemente envolvido Nuno Álvares Tisnado, filho de Álvaro Vasques Tisnado e sobrinho do biografado, que foi recebedor do Bispo D. Vasco Perdigão, e um dos seus homens de confiança, tendo participado ativamente, ao serviço do prelado, no processo de instalação do Mosteiro de Santa Maria do Espinheiro.

Cargos concelhios:

1411/1412, Vereador
1427/1428, Vereador

Outros cargos:

Reuniões:

Referências documentais:

1387, dezembro, 06, Carta de legitimação de D. João I de Martim Vasques, Gil Vasques, maior Vasques e Álvaro Vasques Tisnado, filhos de Vasco Domingues Tisnado, clérigo de ordens sacras e de uma mulher solteira, IANTT, *Chancelaria D. João I*, Livro I, fl. 200.

1411, agosto, 29, Martim Vasques Tisnado, vereador, conjuntamente com Álvaro Vasques Tisnado, seu irmão. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 55v-56.

1412, janeiro, 23, Martim Vasques Tisnado, vereador, conjuntamente com Álvaro Vasques Tisnado, seu irmão. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 60-61.

1412, março, 29, Martim Vasques Tisnado, vereador, conjuntamente com Álvaro Vasques Tisnado, seu irmão. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 61-62, fls. 62-63.

1419, janeiro, 02, Martim Vasques Tisnado, confrade do Hospital de Santo Antoninho, ADE, Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fls. 61-61v.

1426, novembro, 25, Martim Vasques Tisnado, confrade do Hospital de Santo Antoninho, ADE, Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fls. 81-82.

1427, agosto, 30, Martim Vasques Tisnado, vereador, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 78-78v.

1427, novembro, 05, Martim Vasques Tisnado, vereador, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 79-79v.

1428, fevereiro, 28, Martim Vasques Tisnado, vereador. IANTT, *Corpo Cronológico (1161-1699) 1ª parte (1137-1699)*, Maço 3, doc. 83.

1428, abril, 21, Martim Álvares Tisnado, vereador, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 84-84v.

1430, dezembro, 31, ref. a adega, ao fundo das estalagens de S. Francisco, que foi de Martim Vasques Tisnado. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 12, doc. 10.

Outros dados:

1492, setembro, 27, Martim Afonso Tisnado é o emissário de petição concelhia junto da coroa, ADE, Arquivo Municipal, *Livro 3º de originais* (n.º 73), fl. 215.

Referências bibliográficas:

Joaquim Bastos SERRA, "Santa Maria do Espinheiro. Um mosteiro na periferia urbana de Évora. Apropriação e organização do Espaço", *Paisagens Rurais e Urbanas – Fontes, Metodologias, Problemáticas. Actas das Segundas Jornadas*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos/Universidade Nova de Lisboa, 2006, pp. 161-179.

Nota biográfica

Martim Vicente passou pelo Concelho nos primeiros anos da década de oitenta de Trezentos, quando se deu a crise dinástica desempenhava as funções de juiz concelhio. Foi nessa qualidade que participou nos principais acontecimentos que ocorreram na cidade e que marcaram a adesão da mesma à causa do Mestre de Avis. Martim Vicente esteve presente na reunião em que se decidiu atribuir ao Mestre as sisas gerais da cidade, por um ano, para fazer face às despesas da guerra. Marcou também presença no ato público realizado no adro da Sé de Évora, em dezembro de 1384, em que o Mestre foi obedecido como regedor e defensor do reino.

Martim Vicente acompanhou de perto todo este processo, assumindo um papel relevante nos acontecimentos. Fernão Lopes, designando-o como Martim Vicente de Vilalobos, incluiu-o entre os homens que mais se destacaram, na cidade, na defesa da causa do futuro monarca.

Se o seu papel nestes anos é relativamente bem conhecido, o mesmo não se pode dizer do seu percurso posterior. O vazio documental para os anos que se seguem à crise dinástica, a par da dificuldade de identificação clara deste homem, impedem-nos de tentar delinear a sua trajetória.

Supomos que a sua ligação à administração municipal eborense não terá ido muito para além daquela data. O seu papel político, que poderá ter sido impulsionador da sua trajetória, e mesmo a sua condição de escolar, designação com que surge identificado nos anos em que foi juiz, deixam adivinhar a possibilidade de ter realizado um posterior percurso ao serviço da coroa. É mesmo provável que a sua passagem pela administração tivesse ocorrido num momento inicial da sua vida pública, como parece ter acontecido com outros (dos poucos) escolares que também passaram fugazmente pelos cargos municipais.

É também provável – e aqui continuamos a no campo das hipóteses – que tivesse realizado um percurso na burocracia régia, podendo corresponder a um Martim Vicente, vassalo do rei, que, em 1385, desempenhava as funções de corregedor da corte. Um dado que não podemos confirmar, como não podemos também saber se o biografado corresponde ao Martim Vicente, morador em Évora, que desempenhou as funções de vedor das terras do Conde D. Pedro de Menezes e que, em 1440, já no fim da vida, foi agraciado com uma tença no valor de 175.000 reais. A confirmar-se esta identificação, Martim Vicente teria sido mais um homem, oriundo da elite urbana eborense, cuja trajetória se fez em torno da corte e da nobreza cortesã.

As dúvidas sobre o seu percurso estendem-se às suas origens familiares e, mesmo, à sua ligação à cidade. Não sabemos, de facto, qual era o quadro de vinculações que teria em Évora nem qual a sua anterior relação com administração municipal, havendo, ainda que referir que só encontramos o apelido Vilalobos, na cidade, por volta de meados dos anos cinquenta do Século XV. É provável, contudo, que este homem, identificado por Fernão Lopes com o apelido Vilalobos, pudesse ter alguma relação de natureza familiar com os Villalobos que encontramos, em Évora, a partir daquele período.

Não sabemos também se o biografado teria algum grau de parentesco com Martim Vicente de VilaLobos/Vasconcelos, que esteve em Ceuta com o Conde de D. Pedro de Menezes, e que, em 1419, era contador da cidade,

Cargos concelhios:

1382/1383, Juiz do Cível
1383/1384, Juiz ordinário

Outros cargos:

Reuniões:

tendo sido generosamente agraciado pelo capitão da praça. Apesar de alguns autores sugerirem a identificação entre os dois homens, essa possibilidade não parece crível, já que, tendo em atenção o ciclo de vida, torna-se difícil que o biografado possa corresponder ao contador de Ceuta que em 1453 era ainda vivo, tendo sido empossado, nessa data, como juiz na vila de Serpa.

Apesar de todas as dúvidas, parece plausível que o biografado se inclua entre os antecessores de homens com o apelido Vilalobos que encontramos, posteriormente, em Évora.

Com efeito, na segunda metade do Século XV, o apelido Vilalobos era um dos que andava na governação assumindo os seus titulares um significativo protagonismo urbano. Entre eles, destacou-se um homónimo do biografado, o cavaleiro Martim Vicente Vilalobos II, que surge no Concelho, nas décadas de quarenta e cinquenta, como procurador e juiz, tendo sido um dos escolhidos para representar o município nas Cortes de Lisboa de 1448. Desempenhou ainda as funções de juiz pelo rei e, possivelmente, de Corregedor da comarca. Também um Rui Martins Vilalobos, talvez filho do anterior, identificado como criado do Duque de Guimarães e, posteriormente, como cavaleiro da casa do rei, surge no desempenho de diversos cargos e funções, nas três últimas décadas de Quatrocentos. Foi alcaide da Albergaria de Jerusalém, Administrador e provedor do mesmo hospital, escrivão da almotaçaria, tendo sido nomeado, por D. Manuel, juiz da coutada do rei em Évora. O seu filho, Nuno Vaz de Vilalobos, exerceu as funções de contador em Évora.

Trata-se, pois, de um grupo familiar, que paralelamente ao controlo dos polos do poder urbano, foi construindo os seus processos ascensionais pela aproximação ao serviço régio e ao entorno cortesão. Uma lógica que se encontrava já expressa no possível percurso do primeiro Martim Vicente e que se torna ainda mais evidente nas gerações futuras, espelhando bem os horizontes e as estratégias sociais das elites locais eborenses.

Referências documentais

1382, novembro, 7, Martim Vicente. Escolar, juiz do cível. ADE, Arquivo Municipal, *O Livro das Posturas Antigas da Cidade de Évora...*, fl. 64.

1382, Martim Vicente, escolar, juiz ordinário. ADE, Arquivo Municipal, *O Livro das Posturas Antigas da Cidade de Évora...*, fl. 63.

1384, fevereiro, 25, Martim Vicente, escolar, juiz da cidade, presente no outorgamento das sisas gerais de Évora ao Mestre de Avis. Gabriel PEREIRA, *op. cit.*, pp. 78-83.

1384, fevereiro, 29, no adro da Sé, em reunião plenária, está presente Martim Vicente, como juiz, que, conjuntamente com os regedores e o procurador, arrenda as sisas a Estêvão Eanes Derreado. Gabriel PEREIRA, *op. cit.*, p. 80.

1384, dezembro, 18, um Martim Vicente está presente no ato de preito e menagem ao Mestre, que ocorreu no adro da Sé de Évora. ACSE, *RR5a*), publicado por Maria Ângela Beirante, "O Alentejo na 2.ª Metade do Século XIV – Évora na crise de 1383-1385", *Estudos Medievais*, Porto, Nº7, 1986, pp. 119-154.

Um Martim Vicente de Vilalobos é identificado na Crónica de Fernão Lopes, como um dos apoiantes do Mestre na cidade. Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, Vol. I, Porto, Civilização, 1991, cap. CLIX, p. 341.

1385, agosto, 20, Um Martim Vicente é identificado, numa carta de doação de D. João I, como vassalo e corregedor da corte. IANTT, *Chancelaria de D. João I*, Livro I, fl. 83.

Outros dados:

Martim Vicente Vilalobos II – ocupou funções de juiz concelhio, procurador do Concelho e juiz pelo rei, entre 1448 e 1475, e foi procurador às cortes de Lisboa de 1448, e Corregedor da comarca, por exemplo, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 110, 111, 111v, 133-133v; *Livro Primeiro de Originais* (n.º 71), fls. 76v-77; *Livro Segundo de Originais* (n.º 72), fl. 4. É possível que corresponda ao Corregedor da corte com o mesmo nome identificado nas funções em 1455 (IANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, Livro 15, fl. 13.

Rui Martins de Vilalobos – Criado/escudeiro do duque de Guimarães, alcaide da Albergaria de Jerusalém de Évora, Administrador e provedor destes hospital, escrivão da almotaçaria, juiz da coutada régia em Évora. Entre outra documentação, veja-se: ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fls. 158,168-168v, 169-169v; *Pergaminhos das Albergarias do Corpo de Deus da Sé, do Santo Espírito, de S. Bartolomeu e de S. Gião*, (n.º 63), fls. 123-123v, IANTT, *Chancelaria de D. João II*, liv. 6, fl. 70; Livro, 28, fl. 90, Chancelaria de D. Manuel I, liv. 28, fl. 43, liv. 30, fl. 75.

Nuno Vaz de Vilalobos – contador dos feitos e custas de Évora, em 1482, IANTT, *Chancelaria de D. João II*, liv. 6, fol. 9.

Referências bibliográficas:

Maria Ângela BEIRANTE, *Évora na Idade Média*, p. 545.

Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Casa de Sintra...*, vol. I, pp. p. 394-399.

Nuno da Silva CAMPOS, *D. Pedro de Meneses e a construção da Casa de Vila Real (1415-1437) ...*, anexo/quadro VII, n.ºs 32 e 33.

Abel Agostinho Santos CRUZ, *A Nobreza Portuguesa em Marrocos no Século XV...*, p. 89 e 269.

Nota biográfica

Supomos que o Mem Gonçalves que surge como regedor corresponde a Mem Gonçalves do Vimieiro, abastado proprietário, que, em 1383, foi privilegiado com carta de coutada para uma das suas herdades. Trata-se, pois, de um homem que merecia a confiança de coroa e que teria forte vinculação ao poder municipal da cidade.

No contexto da crise dinástica, deverá ter tomado o partido do Mestre, caso corresponda a Mem Gonçalves Cheira, que esteve presente, ao lado de outros oficiais concelhios, no ato em que se reconheceu o Mestre como regedor e defensor do reino. A sua posterior presença no Concelho deixa entrever também esta posição.

O facto de ter voltado às funções concelhias, em 1395, como vereador, confirma que, por esses anos, o cargo de regedor já não seria uma realidade em Évora. Anteriormente, encontramos alguns dos homens nomeados para reger a cidade a desempenhar paralelamente as funções de juiz, mas nunca as de vereador. Um dado que reforça a hipótese de extinção dos regedores pouco depois da subida ao trono de D. João I.

Cargos concelhios:

1376/1378, Regedor
1381/1382, Regedor
1382/1383, Regedor
1395/1396, Vereador

Outros cargos:

Reuniões:

Referências documentais

1378, janeiro, 09, Mem Gonçalves, regedor na definição de Posturas, ADE, Arquivo Municipal, *O Livro das Posturas Antigas da Cidade de Évora*, fl. 19v.

1380, outubro, 18, um Mem Gonçalves presente na elaboração de posturas, ao lado de Vasco Rodrigues Façanha, ADE, Arquivo Municipal, *O Livro das Posturas Antigas da Cidade de Évora*, fl. 26v.

s/d, Mem Gonçalves do Vimieiro está presente, nos Paços do Concelho, na elaboração de posturas relativa aos atafoneiros, ADE, Arquivo Municipal, *O Livro das Posturas Antigas da Cidade de Évora*, fl. 51v.

1381, novembro, 23, Mem Gonçalves, enquanto regedor, participa na definição de Posturas. Estão igualmente presentes, Fernão Gonçalves d'Arca, Fernão Martins Brandão, Mem Gonçalves e Vasco Eanes, ADE, Arquivo Municipal, *O Livro das Posturas Antigas da Cidade de Évora*, fl. 18.

1382. Mem Gonçalves, regedor. ADE, Arquivo Municipal, *O Livro das Posturas Antigas da Cidade de Évora*, fl. 63.

1382, novembro, 7, Mem Gonçalves, Regedor, ADE, Arquivo Municipal, *O Livro das Posturas Antigas da Cidade de Évora*, 64.

1383, dezembro, 21, Alenquer. Carta de coutada da Coutada de quintã e herdade, no termo de Évora, além da Carrega, a Mem Gonçalves, natural do Vimieiro, morador em Évora. Carta da Rainha dona Leonor, enquanto regente, IANTT, *Chancelaria de D. Fernando*, Livro II, fls. 111-111v.

1384, dezembro, 18, Mem Gonçalves Cheira está presente no ato de preito e menagem, Maria Ângela BEIRANTE, "O Alentejo na 2.ª Metade do Século XIV – Évora na crise de 1383-1385", *Estudos Medievais*, Porto, Nº7, 1986, p. 119-154.

1395, novembro, 06, Mem Gonçalves, conjuntamente Álvaro Mendes de Oliveira e Pêro Sanches, é testemunha de um processo relativo ao testamento de Lopo Rodrigues Fuseiro. Entre. BPE, Pergaminhos Avulsos, Pasta 2, doc. 49.

1395, novembro, 27, Mem Gonçalves do Vimieiro, Vereador. ADE, Arquivo Municipal, *O Livro das Posturas antigas da cidade de Évora*, fl. 69v.

1401, janeiro, 26, ref. a uma vinha, no caminho de Oriola, que parte com Mem Gonçalves do Vimieiro, ADE, Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fls., 39v-40.

1409, novembro, 26, ref. a uma vinha, além do Xarrama, no caminho da Oriola, que parte com Mem Gonçalves do Vimieiro, ADE, Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fls. 45v-46.

Referências bibliográficas:

Nota biográfica:

Face à escassez de dados, nada podemos adiantar sobre este homem que passou pelas funções de procurador no ano de 1382/1383.

Cargos concelhios:

1382/1383, Procurador

Outros cargos:

Reuniões:

Referências documentais:

1382, Mem Pires, procurador do Concelho. ADE, Arquivo Municipal, *O Livro das Posturas Antigas da cidade de Évora...*, fl. 63.
1382, novembro, 10. Mem Pires, procurador. ADE, Arquivo Municipal, *O Livro das Posturas Antigas da cidade de Évora...*, fl. 19 e 63.

Referências bibliográficas:

Nota biográfica

Mendo Esteves passou pela governação num período bastante mal documentado, sendo provável que a sua relação com a administração tivesse sido superior àquela que as fontes permitem captar. Não sabemos se este homem corresponde ao Mendo Esteves que foi juiz do cível em 1342, dado que, a confirmar-se, o faria detentor de uma longa carreira concelhia. Ainda assim, e caso só as duas últimas datas correspondam ao homem em questão, constata-se a sua presença nas proximidades do poder municipal durante cerca de uma década.

O facto de surgir como testamenteiro de Estêvão Eanes Dente, um abastado proprietário fundiário, oriundo provavelmente da cavalaria vilã, que se movimentava na esfera de influência dos Cogominho, remete-nos para a possibilidade do biografado se movimentar nesse mesmo contexto social.

Cargos concelhios:

1341/1342, Juiz do cível (?)
1357/1358, Juiz do cível
1367/1368, Vereador

Outros cargos:

Reuniões:

Referências documentais:

- 1342, junho, 01, Mendo Esteves, juiz do cível, ACSE, *Pergaminhos dos Bacharéis da Sé de Évora*, Pasta 1, doc. 33.
1352, novembro, 05, Ref. a casas junto da Porta de Moura, ante as casas de Mendo Estrelado. É provável que Mendo Esteves tivesse dado nome a um dos arruamentos da cidade que sai precisamente das Portas de Moura, designada precisamente de Rua de Mendo Estevens. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 3, doc. 2.
1358, janeiro, 02, Fernão Gonçalves d'Arca e Mendo Esteves (estrelado), juizes do cível. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 5, doc. 94.
1362, agosto, 02, nas imediações da cidade, nos paços de Fernão Gonçalves Cogominho, senhor de Oriola e Aguiar. Mendo Esteves, dito estrelado, testamenteiro de Estêvão Eanes Dente cuja irmã, Maria Eanes era casada com Fernão Gonçalves Cogominho, faz quitação de dívidas deixadas pelo testador relativas à compra de uma herdade... entre as testemunhas: Gonçalo Mendes, filho de Mendo estrelado. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 5, doc. 10.
1367, agosto, 09, Mendo Estrelado, vereador, BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 12, doc. 31.

Referências bibliográficas:

Nota biográfica:

Pedro Afonso Davide era filho de Martim Afonso Davide, um homem que teve alguma influência no círculo governativo, mantendo um longa relação com a administração, sobretudo como procurador do Concelho (cf., nota biográfica n.º 119).

Pedro Afonso deu continuidade à presença da linha familiar na governação, consubstanciando mais um caso de passagem *hereditária* de ligação ao poder.

Cargos concelhios:

1397/1398, Vereador

Outros cargos:

Reuniões:

Referências documentais:

1397, ?, ?, Pedro Afonso Davide, vereador, ADE, Arquivo Municipal, *Pergaminhos Soltos da Câmara* (n.º 65), doc. 16, fl. 5.

Referências bibliográficas:

Nota biográfica

Pedro Afonso Arnalho desempenhou as funções de vereador em 1410/1411, sendo possível que se identifique com Pedro Afonso, mercador, que passou também por funções concelhias, em período não muito distante. Esta hipótese ganha alguma consistência pelo facto de, nesse período, não encontrarmos, na administração, outros homens com o mesmo nome e patronímico.

O apelido e a atividade comercial, a que estaria ligado, remete para a sua pertença ao mesmo grupo de parentesco do mercador Martim Afonso Arnalho, que desempenhou as funções de juiz nos anos oitenta. Muito embora, posteriormente, os Arnalho tivessem realizado um processo de ascensão e de mobilidade social, que os colocou no seio da pequena nobreza, as origens desta família encontram-se ligadas às atividades mercantis, que se terão revelado importantes na sua afirmação e no seu protagonismo urbano.

Não podemos, contudo, confirmar a possível relação de Pedro Afonso com o mercador Martim Afonso Arnalho, nem com outros homens detentores do mesmo apelido que passaram pelos cargos em período análogo ao seu. Foi o caso, por exemplo, de João Gomes Arnalho (cf., nota biográfica n.º 80) ou de Martim Afonso Arnalho (II) (cf., nota biográfica n.º 121).

Cargos concelhios:

1410/1411, Vereador
1423/1424, Vereador (?)

Outros cargos:

Reuniões:

1402, presente em reunião
vereação (?)
1410, maio, presente em
reunião de vereação (?)

Referências documentais:

1402, abril, 04, Évora, entre as testemunhas de um contrato de bens concelhios, conta-se um Pedro Afonso, mercador; ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 27v-28v.

1410, maio, 31, Évora, na câmara dos Paços do Concelho, entre as testemunhas de um contrato de bens concelhios surge Pedro Afonso, mercador, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 52v-54.

1411, maio, 20, Pedro Afonso Arnalho. Vereador. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 54v-55.

1424, junho, 21, Pedro Afonso, vereador, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 75-76.

Referências bibliográficas:

Nota biográfica:

Face à escassez de dados sobre este homem que passou pela Concelho como vereador, torna-se arriscado tecer considerações sobre o seu perfil social ou tentar estabelecer qualquer relação com outros indivíduos identificados com o mesmo patronímico e apodo, nomeadamente com Vasco Eanes do Crato, presente no Concelho nas décadas iniciais de Quatrocentos (cf., nota biográfica n.º 167), bem como com outros indivíduos da cidade que usavam os mesmos elementos de identificação.

Cargos concelhios:

1378/1379, Vereador
s/d, Vereador

Outros cargos:

Reuniões:

Referências documentais:

1379, outubro, 15, Pedro Eanes do Crato, vereador. ADE, Arquivo Municipal, *O Livro das Posturas antigas da cidade de Évora...*, fl. 24v.

Sem ano, 19 de outubro, Pedro Eanes, vereador, ADE, Arquivo Municipal, *O Livro das Posturas Antigas da cidade de Évora...*, fl. 21.

Referências bibliográficas:

Nota biográfica:

Este homem era, muito provavelmente, irmão de Gil Eanes Juanejo que encontramos também nos cargos (cf., nota biográfica n.º 52), chegando ambos a integrar o mesmo elenco camarário como vereadores, em 1432/1433.

É possível que os dois irmãos pudessem ser aparentados de João Vicente Juanejo que exerceu funções concelhias, curiosamente também como vereador, na década de vinte (cf., nota biográfica n.º 89), aumentando assim – e caso se verificasse essa relação – o peso deste grupo na governação.

Torna-se difícil tecer muitas considerações sobre os homens que usaram esta alcunha, que acabou por não se fixar como nome de família, já que não a encontramos posteriormente na cidade. Tendo em atenção as referências à posse de herdades e de outros bens rústicos seriam decerto abastados proprietários, cujos níveis de riqueza favoreceram o seu protagonismo urbano. É possível que mantivessem laços com gente influente do Concelho, onde se encontravam relativamente bem inseridos, nas décadas de vinte e trinta de Quatrocentos.

Cargos concelhios:

1432/1433, Vereador

Outros cargos:

Reuniões:

Referências documentais:

1430, janeiro, 18, Testemunha de um contrato de bens dos bacharéis da Sé, ACSE, *Pergaminhos dos Bacharéis*, Pasta 2, doc. 188.

1432, dezembro-17, Pedro Eanes juanejo vereador. Gil Eanes Juanejo é também vereador. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 91-91v.

1432, dezembro, 20, ref. a moinho, na Ribeira de Rio de Moinhos, termo de Évora, que foi de Gomes Calvo e que agora é de Pedro Eanes Juanejo. 1432, BPE, Fundos Conventuais, *Santa Catarina de Sena*, Livro 86, doc. 1.

Referências bibliográficas:

Nota biográfica:

É possível que Pedro Eanes Peão, que vemos como vereador, em 1375/1376, corresponda ao homem que, em 1380, é identificado como almoxarife da cidade. Um facto que não seria estranho tendo em atenção que muito do pequeno oficialato régio era, precisamente, recrutado entre gente oriunda das elites urbanas. A ser crível esta identificação, isso explica que Pedro Eanes, embora fosse um homem próximo do círculo dirigente, não surja, posteriormente, em cargos concelhios. O que não invalida, contudo, que não tivesse continuado a acompanhar a vida administrava municipal. A sua presença, como testemunha, em algumas reuniões de vereação e em atos concelhios, confirmam o seu envolvimento nas questões da governação local.

Nos anos setenta e oitenta, este homem teve um certo destaque na vida pública eborense, ocupando, para além dos cargos já referidos, as funções de alcaide das Albergarias de S. João e de Jerusalém, esta última uma das mais ricas, que reunia, entre os seus confrades, destacados homens da cidade.

No contexto da crise, terá tomado o partido do Mestre, acompanhando, nessa decisão, a generalidade dos homens do Concelho e tantos outros que haviam estado ao serviço do rei D. Fernando. Será isso que justifica que, logo em 1385, tivesse sido agraciado, pelo novel monarca, com um conjunto significativo de bens em Évora e no seu termo.

Os dados que temos sobre o seu quadro de relações e vinculações sociais são muito escassos. Sabemos, contudo, que era casado com Mécia Afonso e que foi testamenteiro de uma Clara Afonso, talvez sua cunhada, mulher de cavaleiro, Nuno Afonso, que instituiu aniversários no mosteiro de S. Domingos. Um dado que nos remete para a sua possível inclusão nesse universo social com origens na cavalaria vilã.

Caso corresponda ao Pedro Eanes Peão que encontramos, na cidade, nos primeiros anos de Quatrocentos, o biografado terá sido pai de um Lourenço Pires Peão que era detentor de herdades no termo da cidade, junto da ponte do Albardão, no caminho de Monsaraz, deixando entrever a sua inclusão entre os proprietários fundiários eborenses.

Cargos concelhios:

1375/1376, Vereador

Outros cargos:

1380, Almoxarife em Évora

Reuniões:

Sem ano, 19 de outubro,
Presente na elaboração de
posturas,

Sem ano, 08 e 11 de agosto,
Presente na elaboração de
posturas.

1383, 25 de Julho, um dos
homens que assistem à
nomeação dos procuradores
para jurarem o contrato de
casamento de D. Beatriz com D.
João de Castela

1393, janeiro, 09, acompanha o
restante elenco camarário na
definição de posturas.

1397, (...), testemunha da
nomeação do provedor da
capela de Rodrigo Aires de
Veiros

1402, maio, 13, testemunha de
contrato de bens concelhios.

Referências documentais:

1363, abril, 11, Pedro Eanes peão é testemunha do ato em que se solicita o traslado de uma carta do rei D. Pedro relativa à 4ª funerária, disputada entre o mosteiro de S. Francisco e as igrejas paroquiais, BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 2, doc. SF 8.

1364, janeiro, 29, Pedro Eanes Peão, morador e vizinho de Évora, é testamenteiro de Clara Afonso, que foi mulher de Nuno Afonso, cavaleiro. Os frades de S. Domingos dizem ter recebido de Pedro Eanes "todallas cousas" que Clara Afonso deixou ao Mosteiro, BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 2, doc. 3 e doc. 14.

1375... ?, Pedro Eanes Peão, vereador, ADE, Arquivo Municipal, *O Livro das Posturas Antigas da cidade de Évora...*, fl. 14v.

1380, junho, 04, Escambo realizado entre o cabido da Sé de Évora e o rei D. Fernando, representado no ato por Pedro Eanes Peão, seu almoxarife na cidade. O escambo é realizado por solicitação do cabido. Este doa ao rei um ferragial a par da horta dos frades do mosteiro de São Francisco de Évora e D. Fernando dá-lhes a horta do Rei que fica na cidade à porta do Raimundo a qual fora do Binga (?) Lasa (?) e o alpendre que fora do açougue que está em pardieiro e que parte com casas do cabido onde mora João Esteves, cônego. O alpendre rendia trinta soldos. O rei determinara também que metade do ferragial que recebe do cabido seja doado ao convento de São Francisco de Évora. Neste ato, por ordem régia, realiza-se a troca e o almoxarife coloca de posse de cada bem os respetivos intervenientes no contrato. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 11, doc.

19, a).

1383, Julho, 25, Pedro Eanes Peão está presente na reunião de vereação em que se nomearam os procuradores para jurarem o contrato de casamento de D. João I de Castela com D. Beatriz, Salvador Dias ARNAUT, *op. cit.*, pp. 430-431.

1385, outubro, 25, Porto, doação a Pedro Eanes Peão, morador em Évora, e a todos os seus sucessores, de umas casas na Rua do Raimundo. Partem com: o dito Pedro Eanes, com Afonso Domingues Revelho. Doação de uma outra casa que está na Judiaria, atrás das casas do referido Afonso Domingues Revelho. De um ferragial, no termo da cidade, junto da ribeira do Xarrama e do caminho da Mouta. De uma vinha, em Vila Fria, etc. IANTT, *Chancelaria de D. João I*, Livro I, fl. 156.

1386, janeiro, 07, Pêro Eanes Peão, confrade de Jerusalém, ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fl. 11v.

1386, fevereiro, 04, Pedro Eanes Peão, Alcaide do Hospital de S. João, Afonso Eanes, homem de Pedro Eanes Peão ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fl. 12.

1387, novembro, 10, Pedro Eanes Peão, Alcaide do Hospital de Jerusalém. ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fl. 13v.

1391, janeiro, 22, Pedro Eanes Peão, confrade da Albergaria de Santo Antoninho, ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital do Corpo de Deus de Santo Antoninho* (n.º 61), fls. 17, 17v.

1393, janeiro, 09, Pedro Eanes Peão acompanha o restante elenco camarário na definição de posturas. ADE, Arquivo Municipal, *O Livro das Posturas Antigas da cidade de Évora...*, fl. 68v.

Sem ano, 19 de outubro, Pedro Eanes Peão presente na elaboração de posturas, ADE, *O Livro das Posturas antigas da cidade de Évora*, fl. 21.

Sem ano, 08 de agosto, Pedro Eanes Peão, presente na elaboração de posturas, ADE, *O Livro das Posturas antigas da cidade de Évora*, fl. 50v-51.

Sem ano 11 de agosto, Pedro Eanes Peão presente na elaboração de posturas, ADE, Arquivo Municipal, *O Livro das Posturas Antigas da cidade de Évora...*, fl. 51v.

1393, junho, 08, Pº Peão, confrade do Hospital de Santo Antoninho, ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital do Corpo de Deus de Santo Antoninho* (n.º 61), fls. 19, 19v.

1397, (...), testemunha da nomeação do provedor da capela de Rodrigo Aires de Veiros, ADE, Arquivo Municipal, *Pergaminhos Soltos da Câmara* (n.º 65), n.º 14, fl. 5.

1402, maio, 13, Pº Peão presente como testemunha nos Paços do Concelho. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 28v-29v. fls. 31v-33, fls. 38-39v.

1402, março, 13, ref. a herdade, no termo de Évora, que parte com herdade de Pedro Eanes Peão..., IANTT, *Chancelaria de D. João I*, Livro III, fl. 20v-21.

1422, dezembro, 05, O Procurador de S. Domingos confessa ter recebido 10 libras antigas de Mécia Lourenço, viúva de Pº Peão, testamenteira de Clara Eanes, que foi mulher de Nuno Afonso, cavaleiro, relativas ao pagamento de aniversários..., BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 2, doc.16 a, b, c, e d.

(C 1424) O cabido tem uma herdade, à ponte do Albardão, que parte com herdade de Pêro Peão, ACSE, CEC 3 – I, fl. 5v.

1456, Acordo estabelecido entre os frades do convento de São Domingos de Évora e Lourenço Pires Peão e Inês Martins, relativo ao pagamento de um aniversário que Lourenço Pires Peão era obrigado a mandar celebrar. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 2, doc. 13.

1470, maio, 10, Évora, ref. a herdade, no caminho de Monsaraz, à venda do Albardão, no termo da cidade, que parte com herdade de Lourenço Pires peão..., ACSE, *CEC 3/VII a*, fls. 76-79.

Referências bibliográficas:

Nota biográfica:

Face à ausência de outros dados e às dificuldades da sua identificação efetiva, nada podemos adiantar sobre este homem que surge referenciado como vereador e procurador.

Cargos concelhios:

Vereador (sem data)
Procurador (sem data)

Outros cargos:

Reuniões:

Referências documentais:

s/a, agosto, 08, Pêro Gonçalves, vereador, ADE, Arquivo Municipal, *O Livro das Posturas Antigas da cidade de Évora...*, fl. 50v-51

s/a, outubro, 19, sábado, Pedro Gonçalves, procurador do Concelho, ADE, Arquivo Municipal, *O Livro das Posturas Antigas da cidade de Évora...*, fl. 21.

Referências bibliográficas:

Nota biográfica:

A escassez de dados, para os anos em que Pêro Seco passou pelos cargos, tornam difícil tecer qualquer consideração sobre sua carreira concelhia. A sua presença, como testemunha, do testamento de Rodrigo Afonso de Sousa, vassalo do rei, que institui capela no Mosteiro de S. Domingos, ao lado de outros homens ligados ao governo municipal, deixa entrever a sua possível inclusão entre as famílias de escudeiros que vão surgindo nos cargos concelhios.

Cargos concelhios:

1367/1368, Vereador

Outros cargos:

Reuniões:

Referências documentais:

1367, agosto, 09, Pº Seco, vereador. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 12, doc. 31.

1371, outubro, 06, Évora. Nas casas onde pousa Rodrigo Afonso de Sousa. P. Seco é testemunha do testamento de R. A. De Sousa, *Esporão*. São, também, testemunhas: Lopo Rodrigues Façanha, Fernão Gonçalves D'Arca, Fernão Gonçalves, mercador. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 2, doc. 9.

Referências bibliográficas:

Nota biográfica:

Este homem será muito provavelmente oriundo da família dos Oliveira, uma das tradicionais famílias ligadas à governação eborense desde, pelo menos, meados de Trezentos.

É possível que corresponda a um Pêro de Oliveira, legitimado por carta de D. João I, em 1396, que era filho de Gonçalo Mendes de Oliveira, provável irmão de Álvaro Mendes de Oliveira, o alcaide que exercia funções quando rebentou a crise dinástica e que foi afastado por ter tomado o partido perdedor de D. Beatriz (cf., nota biográfica, n.º 15).

A crer nesta filiação, Pêro de Oliveira seria, nestas décadas iniciais de Quatrocentos, o continuador da linha familiar na governação, num período em que os Oliveira se encontravam plenamente reabilitados sob o ponto de vista político. Recuperaram o morgadio da quinta da Oliveira, que lhe havia sido confiscado por *desserviço*, e entraram em posse de outros bens e direitos, voltando a assumir o seu lugar nas lides concelhias.

Tendo em atenção a distância temporal é provável que o Pêro de Oliveira que vemos em funções concelhias em 1455/1456 não corresponda já ao biografado, não sendo de excluir a hipótese de o mesmo poder ser um seu descendente.

A dificuldade em reconstituir as diversas linhas familiares do Oliveira impede-nos também de saber qual o grau de relação que o biografado teria com outros homens detentores do mesmo apelido que passaram pelo governo Municipal ao longo da restante centúria de Quatrocentos. Caso, entre outros, de João Álvares Oliveira, vereador na década de trinta; de Martim Mendes de Oliveira, herdeiro do morgadio da Oliveira, que esteve nos cargos entre 1439-1452; de Gil de Oliveira e de Vasco Martins de Oliveira, juizes nos anos sessenta e setenta; de Luís Mendes de Oliveira, com uma longa carreira concelhia realizada nas primeiras décadas de Quinhentos, e do incontornável João Mendes de Oliveira, cavaleiro-fidalgo, que era um dos seis homens que tinham o privilégio de levar o pálio nas procissões, tendo-lhe sido concedida a honra de pegar nas rédeas do cavalo do rei, quando este entrava na cidade.

Apesar de ser difícil deslindar a teia de relações que se estabelecia entre estes homens, muitos deles seriam, decerto, aparentados. A sua presença nos cargos, em gerações sucessivas, deixa bem evidente a força que o apelido Oliveira continuou a ter, no interior do grupo dirigente, ao longo do Século XV, fazendo dele um dos mais poderosos da governação.

Cargos concelhios:

1406/1407, Procurador
1413/1414, Procurador

Outros cargos:

Reuniões:

s/d, presente na elaboração de posturas

s/d, presente na elaboração de posturas

Referências documentais:

s/d, Pº de Oliveira, presente na elaboração de posturas, ADE, Arquivo Municipal, *O Livro das Posturas Antigas da cidade de Évora*, fl. 51v.

s/d, Pêro ou Pedro? de Oliveira, presente na elaboração de posturas ADE, Arquivo Municipal, *O Livro das Posturas Antigas da cidade de Évora*, fl. 49v.

1399, abril, 1, Évora. Legitimação de Pêro de Oliveira, filho de Gonçalo Mendes, homem solteiro e de Leonor Vasques... IANTT, *Chancelaria de D. João I*, Livro II, fl. 151v.

1406, junho, 18, Um dos procuradores do Concelho. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 45-46.

1406, setembro, 06, Um dos procuradores dos bens do Concelho. ADE, Arquivo Municipal, *Pergaminhos Soltos da Câmara* (n.º 65), n.º 14, fl. 1v.

1414, janeiro, 13, procurador do Concelho, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 63-63v.

1452, maio, 17, Évora, na Câmara da cidade, estando reunidos em vereação os juizes e oficiais da cidade. Estes mandaram João Álvares, porteiro do Concelho, apresentasse ao tabelião uma sentença régia, que ganharam contra Pº de Oliveira, para ser assentada no livro da câmara. JC 1451-dezembro, 16, Lisboa. Sentença de D. Afonso V, em que se refere Pº de Coimbra, que foi corregedor de Tejo e Odiana, lhe enviou, para apelação, um feito, entre o Concelho e Pº de Oliveira, escudeiro, morador na cidade, como réu. O Concelho diz ser proprietário de um chão, dentro da cidade, entre as Portas da Lagoa e as Portas de Avis. Parte com os muros da cidade, com Pº Fernandes, criado do falecido Infante D. João, com Afonso Fernandes, oleiro, “estando em posse todo o comum de lançarem esterco e o rendeiro da cidade pôr estacas, levar coimas e se servir dele e lançar bestas”. O réu é acusado de há sete ou oito meses ter valado e semeado o dito chão... Este, c afirma que já o seu pai estava em posse do chão, tendo este colocado aí as estacas “levando dele o Concelho as coimas tal como leva doutros em que se fazem estacarias”; refere, ainda, que o seu pai o lavrara, tendo o réu e a sua irmã Inês de Oliveira, depois da morte do seu pai, ficado com as casarias que estão em redor dele... foram ouvidas testemunhas... sentença favorável ao Concelho. Instrumento de Posse. JC 1452-janeiro-04, nos Paços do Concelho, Martim de Oliveira, juiz ordinário, dando cumprimento a sentença, mandou que Afonso Trigo, em nome do Concelho, tomasse posse da alagoa. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 116-117.

1447, março, 29, Pedro de Oliveira, escudeiro é vereador. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 16, doc. 66.

1455, agosto, 28, Pedro de Oliveira, escudeiro, vereador, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 121-121v.

1456, junho, 03, Pedro de Oliveira, escudeiro, vereador, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fl. 122-122v.

1456, junho, 12, Pedro de Oliveira, escudeiro, vereador, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fl. 122.

1456, junho, 26, Pedro de Oliveira, escudeiro, vereador, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fl. 123-123v.

Outros dados:

João Álvares de Oliveira, por exemplo, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Pequeno de Pergaminho* (n.º 67), fls. 103-104.

Martim Mendes de Oliveira, por exemplo, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Pequeno de Pergaminho* (n.º 67), fls. 110-111, 113-114, 116-117.

Gil de Oliveira, por exemplo, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Pequeno de Pergaminho* (n.º 67), fls. 133-134.

Vasco Martins de Oliveira, por exemplo, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Pequeno de Pergaminho* (n.º 67), fls. 135-135v, 136, 136v. *Livro Segundo de Originais* (n.º 72), fl. 74.

Luís Mendes de Oliveira, por exemplo, ADE, Arquivo Municipal, *Livro segundo de Pergaminho* (n.º 68), fls. 3, 3v, 4,4v. *Livro 4º de pergaminho* (n.º 70), fls. 283-286.

João Mendes de Oliveira, por exemplo, ADE, *Livro Pequeno de Pergaminho* (n.º 66). Fl. 75v, Livro Primeiro de originais (n.º 71), fls. 94-94v. *Livro Segundo de Originais* (n.º 72), fl. 181.

Referências bibliográficas:

Maria Ângela BEIRANTE, *Évora na Idade Média...*, p. 535.

Anselmo Braamcamp FREIRE, *Brasões da Casa de Sintra*, 3ª edição, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1973. Vol. III, pp. 129-130.

Luís Filipe OLIVEIRA, *op. cit.*, pp. 444-445.

Nota biográfica:

Pêro Sanches Carvoeiro teve uma forte influência concelhia nas décadas de setenta e oitenta de Trezentos. Exerceu, por diversas vezes, as prestigiadas funções de juiz do crime e do cível, e acompanhou, de perto, a gestão municipal ao longo desses anos.

Este homem, que talvez se possa situar na linha de descendência de Gonçalo Esteves Carvoeiro, vizinho de Évora, que foi Alferes-mor do Rei D. Afonso IV na Batalha do Salado, viveu, em pleno, a crise dinástica tendo assumido, de forma clara, o partido do *Mestre*.

Pêro Sanches foi um dos muitos homens ligados à gestão municipal que esteve presente no ato público de reconhecimento do *Mestre* como regedor e defensor do reino, que se realizou em Évora, em dezembro de 1384. Fez-se acompanhar, nesse ato, do seu filho, Álvaro Pires Carvoeiro, que terá tido também um papel relevante ao serviço da causa do futuro monarca e que, posteriormente, vamos também encontrar nos cargos concelhios, rendendo o seu pai nas funções de juiz (cf., nota biográfica n.º 16).

Álvaro Pires, conjuntamente com João Fernandes d'Arca, filho do regedor Fernão Gonçalves d'Arca, e dos quatro irmãos Lobo, filhos do também regedor, Lopo Fernandes Lobo, foram os homens da nova geração que surgem de uma forma mais clara diretamente envolvidos nas campanhas militares. Muito embora não tenhamos informações concretas a esse nível, é muito provável que Álvaro Pires, à semelhança do que se verificou com os homens da sua geração, tivesse tido também uma participação ativa nos conflitos militares. Seja como for, o cronista Fernão Lopes incluiu-o, ao lado dos anteriormente referidos, como um dos que, na cidade, mais se destacaram em defesa da causa do *Mestre* em Évora.

Os Carvoeiro, no período que segue à crise, e em consequência do papel político e militar assumido, viram reforçada a sua posição no interior do Concelho e ampliado o seu prestígio local. É significativo, a este nível, que Pêro Sanches Carvoeiro tivesse sido um dos três nomes propostos para integrar o Conselho do Rei, em representação das cidades do reino. Muito embora a decisão tomada nas Cortes de 1385 de inclusão, no conselho régio, de quatro cidadãos dos principais núcleos urbanos, pudesse não se ter concretizado, o facto do nome de Pêro Sanches ter sido um dos propostos, ao lado de Fernão Gonçalves d'Arca e de Luís Gonçalves Carvalhais, é revelador do prestígio local e do reconhecimento que este homem teria por parte da coroa.

Nos anos que se seguem à crise, Pêro Sanches volta aos cargos municipais, como juiz, onde ainda o encontramos em 1387/1388. É possível que essa tivesse sido a última vez que exerceu funções concelhias. Nas décadas seguintes, a representação familiar, na administração, coube ao seu filho, Álvaro Pires Carvoeiro, que lhe sucede no interior do círculo governativo.

Nas primeiras décadas de Quatrocentos, o peso dos Carvoeiro na governação era ampliado pela presença, nos elencos camarários, de Aires Martins Carvoeiro, que muito provavelmente era aparentado dos anteriores. Este homem teve uma significativa influência na governação, à qual esteve ligado entre 1408 e 1437, passando por todos os cargos, incluindo o de regedor (cf., nota biográfica n.º 12). A sua inclusão, entre os dez regedores

Cargos concelhios:

1376/1377, Juiz do Crime
1381/1382, Juiz do Crime
1385/1386, Juiz do Cível
1387/1388, Juiz do Cível

Outros cargos:

Indicado para integrar o conselho régio

Reuniões:

s/d – presente
na elaboração de posturas.

1380, outubro 13, presente na elaboração de Posturas

nomeados no *Regimento*, é revelador do capital de prestígio que os Carvoeiro tinham na governação e na cidade.

As dificuldades de reconstituição das diversas linhas dos que usavam o apelido impede-nos de tentar acompanhar o ulterior percurso deste grupo familiar nos cargos concelhios. De qualquer modo, a partir dos finais da década de trinta não encontramos o apelido Carvoeiro entre os que ocuparam os cargos municipais, facto que poderá ser indiciador da sua perda de influência.

Referências documentais:

1378, janeiro, 09, Pêro Sanches Carvoeiro, juiz do crime, ADE, Arquivo Municipal, *O Livro das Posturas Antigas da Cidade de Évora...*, fl. 19v.

1384, dezembro, 18, Pêro Sanches Carvoeiro está presente no ato de preito e menagem ao Mestre, que ocorreu no adro da Sé de Évora. ACSE, *RR5a*), publicado por Maria Ângela Beirante, “O Alentejo na 2.ª Metade do Século XIV – Évora na crise de 1383-1385”, *Estudos Medievais*, Porto, Nº7, 1986, p. 119-154.

Aquando da constituição do conselho régio, e no sentido da representatividade das cidades do reino, são propostos 3 nomes, dos quais se escolheria um para conselheiro. Os nomes propostos são os seguintes: Fernão Gonçalves d’Arca, Luís Gonçalves (Carvalhais) e Pêro Sanches (Carvoeiro), cf., Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, Vol. II, Porto, Civilização, 1991, cap. I, p 5.

1380, outubro, 13. Pêro Sanches, presente na elaboração de Posturas. ADE, Arquivo Municipal, *O Livro das Posturas Antigas da Cidade de Évora...*, fl. 26v.

(?), junho, 12, Pêro Sanches presente na elaboração de Posturas, ADE, Arquivo Municipal, *O Livro das Posturas Antigas da Cidade de Évora...*, fl. 48v.

s/d, Pêro Sanches presente como homem bom na elaboração de posturas, ADE, Arquivo Municipal, *O Livro das Posturas Antigas da Cidade de Évora...*, fl. 49v.

1385, Pêro Sanches, escudeiro, juiz do cível. ADE, Arquivo Municipal, *O Livro das Posturas Antigas da Cidade de Évora...*, fl. 53.

1386, Pêro Sanches, juiz do cível. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 2, doc. 5.

1388, maio, 29, Pêro Sanches juiz do cível, BPE, *Tombo de S. Domingos*, Livro II, fls. 32-39.

1401, Julho, 14, Évora, Pêro Sanches, escudeiro, testemunha de um contrato da Albergaria de S. Gião, a par de S. Domingos. ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos das Albergarias ou Hospitais do Corpo de Deus da Sé, do Santo Espírito, S. Bartolomeu e S. Gião*, (n.º 63), fl.2v.

1406, setembro, 06, Álvaro Pires Carvoeiro, filho de Pº Sanches, ADE, Arquivo Municipal, Pergaminhos Soltos da Câmara (n.º 65), n.º 14, fl. 1v.

1407, fevereiro, 22, Santarém. Herdade dos Souseis, no termo de Évora, que parte com herdade herdade dos filhos de Pêro Sanches..., IANTT, *Chancelaria de D. João I*, Livro III, fl. 90.

Referências bibliográficas:

Armando Luís de Carvalho HOMEM, “Conselho real ou conselheiros do Rei? A propósito dos «Privados» de D. João I”, *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, vol. II, 4 (1987), pp. 9-68.

Mário Jorge BARROCA, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2000, Vol. II, tomo II, pp. 1605-1615.

José Augusto de Sottomayor PIZARRO, *Os Patronos do Mosteiro de Grijó (evolução e estruturação da família nobre nos Séculos XI a XIV)*, Ponte de Lima, Edições Carvalho de Basto, 1995, p. 164.

Luiz de Lencastre e TÁVORA, *Dicionário das Famílias Portuguesas*, Lisboa, Quetzal Editores, 1999, p. 132

Nota biográfica:

Tendo em atenção o seu apelido, é possível que este homem seja oriundo de uma família de antiga implantação na cidade, que assumiu algum protagonismo no governo municipal na segunda metade do Século XIV.

Nos anos sessenta, dessa centúria, um dos mais destacados membros deste grupo familiar, na administração concelhia, foi o vassalo régio Fernando Esteves Chanoca, que representou o Concelho nas cortes de Elvas de 1361.

Por esses anos, os Chanoca encontravam-se bem integrados no seio do grupo dirigente. Não sabemos se se terão aproximado dos Oliveira, por via das uniões matrimoniais, como referem os genealogistas modernos, mas a sua presença em atos significantes da vida familiar, dos Gavião/Fuseiro sugerem-nos a sua proximidade com gente ligada ao governo municipal.

Nas décadas seguintes, os Chanoca terão perdido algum do anterior protagonismo. Não os encontramos nos cargos, nem em outras instituições urbanas. O apelido, que ia rareando entre os que tinham maior destaque, parece ter perdido, de facto, alguma força.

Poucos dados temos sobre o quadro relacional de Pêro Esteves Chanoca. Não sabemos se entronca em alguns dos ramos anteriormente ligados ao governo municipal, nem que laços estabeleceria com homens com quem partilhava alguns dos elementos de identificação, como João Lopes Chanoca, que encontramos na cidade entre os finais de Trezentos e os inícios da centúria seguinte.

De qualquer modo, o regresso do apelido Chanoca à governação foi fugaz. Pêro Lopes teve, aparentemente, uma passagem pontual pela gestão do município, não se encontrando, ao longo de Quatrocentos, outros homens com o mesmo apelido entre os que exerceram os cargos.

Cargos concelhios:

1420/1421, Vereador

Outros cargos:

Reuniões:

Referências documentais:

1413, dezembro, 08/09, Évora, Pº Lopes Chanoca testemunha de um contrato da Albergaria do Corpo de Deus da Sé, ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos das Albergarias ou Hospitais do Corpo de Deus da Sé, do Santo Espírito, S. Bartolomeu e S. Gião*, (n.º 63), fls. 105v, 106, 106v-107.

1420, setembro, 06, Pº Lopes Chanoca, vereador. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 68-68v. Outros dados:

1326, Afonso Chanoca é confrontante de vinha, no herdamento de Mor Mendes. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 12, doc. 76.

1337, Afonso Martins Chanoca é testemunha de contrato da igreja de Santiago. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 24, doc. 35.

1347, Afonso Chanoca é testemunha de contrato da igreja de Santiago. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 17, doc. 3

1362, Vasco Pires Chanoca é testemunha do testamento de Pº esteves Gavião, filho de Estêvão Martins Gavião. IANTT, Núcleo Antigo, n.º 276 – *Tombo das Capelas de Évora*, fls. LXXXVIIv.

1361, Rui Martins Toscano e Fernando Esteves Chanoca são procuradores do Concelho às cortes de Elvas. Gabriel PEREIRA, *op. cit.*, p. 66.

1380, Demanda relativa à capela de Lourenço Vicente, prior de S. Mamede, entre as sobrinhas do testador e Fernão Esteves Chanoca, em nome do seu irmão, Gonçalo Esteves Chanoca, já falecido, testamenteiro. IANTT, Núcleo Antigo, n.º 276 – *Tombo das Capelas de Évora*, fls. XXXIII-XXXIV.

1401, maio, 23, Um João Lopes Chanoca é testemunha de contrato de bens da igreja de S. Pedro. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 3, doc. 11.

1402, julho, 10, João Lopes Chanoca testemunha de contrato da Albergaria de Jerusalém, ADE, Arquivo Municipal, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fl. 41.

Referências bibliográficas:

D. Luiz de Lencastre e Távora, *Dicionário das Famílias Portuguesas*, Lisboa, Quetzal Editores, 1999, p. 139.

Manoel Felgueiras GAYO, *op. cit.*, vol. XXI, p. 167

Nota biográfica:

Rodrigo Afonso Fuseiro passou pela governação, em 1406, como vereador, correspondendo, com probabilidade, ao Rodrigo Afonso que exerceu as funções de Chanceler em 1417.

Era oriundo de uma das mais influentes famílias da oligarquia que, neste período, assumia ainda um significativo protagonismo na administração municipal, contando-se a presença de diversos dos seus membros nos elencos camarários.

Rodrigo Afonso, provável filho de Lourenço Pires Fuseiro I – um homem com grande ascendente na administração municipal, na geração anterior (cf. nota biográfica n.º 109) – era irmão de Lourenço Pires Fuseiro (II) (cf., nota biográfica n.º 110), e de Álvaro Pires Fuseiro (cf., nota biográfica n.º 17), homens que, por esses anos, passaram igualmente pelos cargos, deixando bem evidente o peso que este ramo familiar assumia no governo municipal.

É possível que o biografado fosse também irmão de João Afonso Fuseiro, corregedor de Lisboa e sobrejuiz do rei. Um homem que, por motivos que se prendem com a sua carreira e a sua instalação em Lisboa, não esteve ligado à governação de Évora. Contudo, manteve sempre uma forte ligação à cidade, onde residia o seu filho, Rodrigo Eanes Fuseiro (II), que integrou o governo municipal eborense, em 1433/1434 (cf., nota biográfica n.º 154).

Rodrigo Eanes, sobrinho do biografado, foi o homem que deu continuidade à presença dos Fuseiro no governo municipal, na década de trinta de Quatrocentos, fechando um ciclo de presenças sistemáticas dos Fuseiros no governo municipal de cerca de setenta anos.

Com efeito, a presença deste grupo familiar nos cargos remontava, pelo menos, ao final do reinado de D. Pedro, quando encontramos em funções concelhias Pedro Esteves Gavião, possível avô do biografado. Os Fuseiro continuaram bem representados, no Concelho, na geração seguinte, que é a geração do pai do biografado, o já referido Lourenço Pires Fuseiro I, e a do seu tio, Rodrigo Eanes Fuseiro (I) (cf. nota biográfica n.º 153), homens de grande influência no governo da cidade no reinado fernandino. O pai e, provavelmente, o tio do biografado tomaram o partido do Mestre, no contexto da crise, assumindo uma posição política que terá também contribuído para reforçar a presença dos Fuseiro no seio da oligarquia.

A geração que se lhe seguiu já a conhecemos: foi a de Rodrigo Afonso Fuseiro e a dos seus irmãos, Lourenço e Álvaro Pires Fuseiro.

Apesar de, posteriormente, encontrarmos ainda nos cargos dois homens detentores deste apelido, nomeadamente, o já referido Rodrigo Eanes Fuseiro (II), e mais tarde ainda, nos anos sessenta, um novo João Fuseiro, a partir da década de vinte de Quatrocentos, o apelido Fuseiro parece ter perdido, progressivamente, alguma força entre a oligarquia concelhia.

Cargos concelhios:

1406/1407, Vereador
1416/1417, Chanceler

Outros cargos:

Reuniões:

Referências documentais:

Sem ano, 11 de agosto, um Rodrigo Afonso está presente, nos Paços do Concelho, na elaboração de posturas, ADE, Arquivo Municipal, *O Livro das Posturas Antigas da Cidade de Évora...*, fl. 51v.
1401, ?, ?, Rodrigo Afonso Fuseiro, testemunha de contrato de bens da igreja de Santiago, BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta

21, doc. 50.

1406, junho-18, Rodrigo Afonso Fuseiro é vereador, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 45v-46.

1410, abril, 16, no âmbito de um emprazamento de casas da igreja de Santiago de Évora, localizadas em Évora, na Rua de Avis, refere-se que elas confrontam com casas que traz Rodrigo Afonso. Entre as testemunhas contam-se vários homens de apelido Fuseiro: Álvaro Pires Fuseiro, Rodrigo Afonso Fuseiro e Lourenço Pires Fuseiro. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 23, doc. 14.

1417, fevereiro, 20, Rodrigo Afonso (Fuseiro), chanceler, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* 65v-66v.

Outros dados:

1404, abril, 11, entre as testemunhas de um contrato relativo s bens dos bacharéis da Sé de Évora, conta-se João Coelho, açacal de Rodrigo Afonso Fuseiro, ACSE, *Pergaminhos dos Bacharéis da Sé de Évora*, Pasta 2, doc. 141.

1411/1449, 23 de maio, em Lisboa, João Fuseiro, filho de Lourenço Pires Fuseiro, faz o seu testamento instituindo morgadio. O morgadio fica a Lopo Pires (Fuseiro), seu primo e aos seus descendentes ou, em caso de este não ter filhos, a outros seus primos filhos dos seus tios, pela seguinte ordem: 1º ao filho varão de João Afonso Fuseiro, ao de Rodrigo Afonso Fuseiro ou de Álvaro Pires Fuseiro, seus tios. Os bens anexos ao morgado são significativos, contando-se várias herdades, casas e vinhas... IANTT, Núcleo Antigo, n.º 276 – *Tombo das Capelas de Évora*, fls. XXXII-XXXIIIv.

1433, novembro, 02, Ref.um vinha, em Peramanca, nas imediações de Évora, que confronta com Leonor Fernandes, viúva de Rodrigo Afonso Fuseiro. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 4, doc. 40.

1435, julho, 20. Doação dos bens de Leonor Fernandes, viúva de Rodrigo Afonso Fuseiro, moradora em Évora, a Pedro Lourenço, sobrinho de Leonor Fernandes, escudeiro do rei, IANTT, *Chancelaria de D. Duarte I*, liv. 3, fol. 86.

Referências bibliográficas:

Maria Ângela BEIRANTE, *Évora na Idade Média...*, pp. 540-541.

Mário FARELO, *op. cit.*, 693-697.

Nota biográfica:

Rodrigo Álvares é oriundo de um dos ramos dos Pimentéis que, nas suas lógicas de expansão para os núcleos urbanos do sul, se aproximaram da cidade, na segunda metade do Século XIV.

O biografado, bem como a sua irmã, Beatriz Gonçalves Pimentel, eram filhos bastardos de Álvaro Gonçalves Pimentel, freire da ordem de Avis, e de Catarina Vicente, tendo sido legitimados por D. João I, respetivamente, em 1387 e 1391. Não sabemos exatamente quem seria a mãe do biografado, mas era decerto uma mulher oriunda de uma das famílias das elites eborenses.

No contexto da crise, Rodrigo Álvares tomou claramente o partido do Mestre, assumindo uma posição bem mais clara do que a manifestada pelos representantes dos ramos principais da sua linhagem, que mudaram por diversas vezes de campo político. Envolvido nas dinâmicas da cidade e, decerto, próximo do grupo governante eborense, Rodrigo Álvares acompanhou o grosso dos membros da oligarquia na opção tomada pelo partido do Mestre de Avis.

Rodrigo Álvares esteve, desde o início, envolvido nos conflitos militares. Integrou a companhia de armas de Nuno Álvares Pereira, ao lado de outros homens da cidade, como Diogo Lopes Lobo, João Fernandes d'Arca e Lopo Rodrigues Façanha, por exemplo, tendo participado nos principais embates que tiveram lugar nas terras d'Odiana. Fernão Lopes incluiu-o entre os homens de Évora que mais se destacaram na defesa do Mestre de Avis. Figura numa lista de dezoito nomes, onde se incluem, por exemplo, os apelidos d'Arca, Lobo, Carvoeiro, Brandão ou Façanha.

O seu papel político e militar valeu-lhe o reconhecimento de D. João que, por diversas vezes, o agraciou. Logo em 1384, o ainda Regedor e Defensor do reino, doou-lhe todos os bens móveis e de raiz que haviam sido de João Fernandes Cogominho, por este último *andar em Castela em desserviço*. Depois da subida ao trono, o monarca de Avis voltou a agraciá-lo. Em 1387, concedeu-lhe a quinta da Oliveira, sede do morgadio da Oliveira, confiscada a Álvaro Mendes de Oliveira, por o mesmo ter tomado o partido castelhano. Em 1389, confirmou-lhe os direitos de coutada da quintã da Torre de Coelheiros, que pertencera aos Cogominho.

Para um homem, como Rodrigo Álvares, oriundo de uma linha secundária da sua linhagem, a crise dinástica, ao favorecer o seu protagonismo político e o seu papel militar, constituiu um momento de fulcral importância no reforço da sua posição.

Não deixa de ser significativo da sua relação com a cidade, que Rodrigo Álvares, apesar de ser oriundo de uma linhagem nobre, seja sistematicamente referenciado em função de Évora, onde tinha a base do seu património e onde estruturou o seu quadro de relações.

Não se estranha, por isso, que o seu nome figure nos elencos camarários. Em 1407/1408, surge referenciado como juiz do cível, sendo possível que tivesse passado em outros anos pela governação, nomeadamente no final dos anos noventa, para os quais os dados que temos são bastante escassos. Mesmo que não tivesse mantido um contacto muito regular com a governação efetiva, a sua passagem pelos cargos deixa entrever a sua ligação às dinâmicas da administração municipal e a sua proximidade face à oligarquia da cidade.

Cargos concelhios:

1407/1408, Juiz do Crime

Outros cargos:

Reuniões:

A sua presença nos cargos é também sintomática do ambiente social que se vivia no Concelho. Neste período, a administração municipal eborense era controlado pelos homens que tiveram um forte protagonismo no período da crise. Lembremos que, para além do biografado, pontuavam na administração, por esses anos, homens como Fernão Lopes Lobo e Martim Lopes Lobo, Gonçalo Eanes de Abreu, Aires Martins Carvoeiro e tantos outros que estiveram ao lado do Mestre.

O Concelho eborense era, pois, dominado, neste período, por gente fortemente sintonizada com o monarca de Avis que, em consequência do papel político e militar assumido, viu reforçado o seu papel no controlo do poder concelhio, e, em muitos casos, engrandecida a sua posição social, contribuindo com a sua presença para a nobilitação do órgão dirigente local.

Referências documentais:

1384, outubro, 01, Lisboa. Doação a Rodrigo Álvares Pimentel de todos os bens móveis e de raiz que foram de Beatriz Fernandes, filha de João Fernandes Cogominho, tinha em Évora, uma vez que os perdeu por desserviço. IANTT, Chancelaria de D. João I, Livro I, fl. 36v.

1387, dezembro, 07, Braga. Doação a Rodrigo Álvares Pimentel, da Quinta da Oliveira, no termo de Évora, sede do morgadio, cujo administrador era Álvaro Mendes de Oliveira, que a perdeu por andar em Castela, em desserviço, IANTT, *Chancelaria de D. João I*, Livro I, fl. 197v.

1389, março, 30, Lisboa. Confirmação de Coutada a Rodrigo Álvares Pimentel, vassalo do rei, da quintã da torre de coelheiros, no termo de Évora, que pertencera a João Fernandes Cogominho. IANTT, *Chancelaria de D. João I*, Livro II, fl. 58v.

1391, julho, 10, Legitimação de Rodrigo Álvares Pimentel, filho de Álvaro Gonçalves Pimentel, freire de Avis, e de catarina Vicente. IANTT, *Chancelaria de D. João I*, Livro II, fl. 62.

1395, fevereiro, 04, Coimbra. Quintã, no termo de Évora, em São Manços, que parte com Rodrigo Álvares Pimentel. IANTT, *Chancelaria de D. João I*, Livro II, fl. 93-93v.

1395, ref. a uma herdade, no caminho velho de Portel, em Mal Degolados, que foi de Fernão Gonçalves Cogominho, e que agora é de R^o Álvares Pimentel, BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 4, doc. 11i.

1408, maio, 26, Rodrigo Álvares Pimentel, escudeiro, juiz do crime, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 48-48v.

Rodrigo Álvares Pimentel é identificado na Crónica de Fernão Lopes, como um dos apoiantes do Mestre na cidade, a seguir aos d'Arca, aos Lobo e aos Carvoeiro. Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, Vol. I, Porto, Civilização, 1991, cap. CLIX, p. 341.

Nuno Álvares Pereira agracia muitos dos que com ele serviram na guerra. Rodrigo Álvares Pimentel recebe os direitos da vila de Monsaraz. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, Vol. II, Porto, Civilização, 1991, cap. CLI, p. 331; *Crónica do Condestável de Portugal. D. Nuno Álvares Pereira*, preparação do texto e introdução de António Machado de Faria, prefácio de Manuela Mendonça, Lisboa, Academia Portuguesa de História/QuidNovi, 2011, cap. LXI, p. 156.

Outros dados:

1387, dezembro, 03, Braga. Legitimação de Beatriz Gonçalves Pimentel, moradora em Évora, filha de Álvaro Gonçalves Pimentel, freire professo da ordem de Avis, e de Catarina vicente, mulher solteira, IANTT, *Chancelaria de D. João I*, Livro I, fl. 196v-197.

Referências bibliográficas:

Luís Filipe OLIVEIRA, *A Coroa, os Mestres e os Comendadores. As ordens Militares de Avis e de Santiago (1330-1449)*, Universidade do Algarve, 2009, p. 310.

Bernardo Vasconcelos e SOUSA, *os Pimentéis, Percursos de uma Linhagem da Nobreza Medieval Portuguesa*, Lisboa, INCM, 2000, pp. 291-292.

Nota biográfica:

Os dados que temos não permitem a clara identificação deste homem, que foi procurador em 1427/1428.

Cargos concelhios:

1427/1428, Procurador

Outros cargos:

Reuniões:

Referências documentais:

1427, agosto, 30, Rodrigo Álvares, procurador do Concelho. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Pequeno de Pergaminho* (n.º 67), fls. 78-78v.

1427, novembro, 05, Rodrigo Álvares, procurador do Concelho; ADE, Arquivo Municipal, *Livro Pequeno de Pergaminho* (n.º 67), 84-84v.

Referências bibliográficas:

Nota biográfica:

Rodrigo Eanes era oriundo de uma linhagem da pequena nobreza que foi consolidando as suas posições pelo serviço régio, marcando presença na corte desde o reinado de D. Pedro.

Se nas gerações anteriores às do biografado, os Abreu surgem essencialmente ligados às regiões do alto Minho e de Trás-os-Montes, nos Século XIV e XV, alguns dos ramos desta linhagem foram deslocando os seus interesses para as zonas mais meridionais.

No reinado fernandino, encontramos diversos homens deste apelido ligados a núcleos urbanos do centro e do sul. Consta-se a sua presença em vilas como Torres Novas, Tomar, Santarém, Castelo de Vide, Elvas ou Arronches, surgindo, em diversos casos, ligados às respetivas alcaidarias.

Évora, como seria de esperar, não ficou fora da rota dos seus interesses. A partir dos finais do Século XIV, num período em que a urbe transtagana conhecia uma crescente projeção e se movimentava em torno dos círculos régios, os Abreu aproximaram-se também da cidade.

Nessas décadas, para além do biografado, vamos também encontrar em Évora o seu irmão, Gonçalo Eanes de Abreu, alcaide de Castelo de Vide, que viu a sua posição reforçada pelo papel desempenhado em prol da causa do monarca de Avis.

A trajetória de Rodrigo Eanes é menos conhecida do que a de Gonçalo Eanes. É possível, contudo, que, no contexto da crise, o biografado tivesse seguido as pisadas do seu irmão que, após um período inicial de adesão às fações castelhanas, abraçou, de forma definitiva e empenhada, a causa do Mestre. Lutou ao lado de Nuno Álvares Pereira, tendo posteriormente sido recompensado pelo monarca de Avis.

Tivesse ou não participado diretamente nos acontecimentos, Rodrigo Eanes terá beneficiado do capital de reconhecimento e de prestígio granjeado pelo seu ramo familiar no apoio à causa do monarca. Esse capital terá também facilitado a sua aproximação ao poder municipal, num período em que o mesmo era dominado por homens que haviam tido papéis relevantes na subida ao poder do Mestre de Avis e que se encontravam fortemente vinculados ao monarca. Lembremos que Rodrigo Eanes foi, contemporâneo, no Concelho, de homens como Fernão Lopes Lobo e Martim Lopes Lobo, Rodrigo Álvares Pimentel, Pêro Sanches Carvoeiro e do seu filho Álvaro Martins Carvoeiro e de outros que viram as suas posições reforçadas em consequência do apoio prestado ao monarca de Avis (cf., respetivamente, as notas biográficas n.ºs: 44, 126, 127, 148, 16, 145).

A presença de Rodrigo Eanes nos cargos é sintomática da progressiva nobilitação da vida política municipal, deixando também evidente a importância que a sintonização política com a coroa assumia no acesso e no controlo do poder municipal.

Não deixa de ser curioso que Rodrigo Eanes tivesse integrado os elencos camarários como procurador do Concelho. Cargo que, como se comprova, estava longe ser exclusivamente entregue a mercadores ou gente socialmente menos relevante ou menos implicada com o grupo dirigente.

A escassez de dados, sobretudo para o final dos anos noventa de Trezentos, não permite avaliar, em pleno, a carreira concelhia do biografado. De qualquer modo, este homem surge, ainda assim, próximo da governação

Cargos concelhios:

1402/1403, Procurador
1407/1408, Procurador

Outros cargos:

Reuniões:

1423-janeiro-27, presente em reunião de vereação

urbana ao longo de várias décadas, encontrando-se, decerto, fortemente implicado com a gestão municipal e o núcleo dirigente.

Muito embora na geração seguinte, os Abreu tivessem aprofundado a sua relação com a cidade, não voltamos a encontrá-los nos cargos concelhios. As suas estratégias passaram essencialmente pela aproximação ao serviço régio, unindo-se a famílias como os Silveira, os Sousa ou os Melo que, apesar da sua ligação à cidade, deviam as suas posições ao exercício dos altos cargos palatinos e à privança régia.

Apesar de alguns dos seus membros surgirem nas carreiras eclesiásticas – como é o caso Álvaro Falcão, filho de Gonçalo Eanes, que foi Bispo de Évora – ou nas ordens militares, o serviço régio constituía o principal horizonte dos Abreu.

Horizonte que era, aliás, partilhado pelas mais proeminentes famílias ligadas à governação local.

Referências documentais:

1402, julho, 22, Rodrigo Eanes, irmão de Gonçalo Eanes de Castelo de Vide, procurador do Concelho. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 37, 37v.

1403, agosto 12, Rodrigo Eanes, irmão, de Gonçalo Eanes, e Luís Martins, mercador, procuradores do Concelho, e João Afonso, escrivão da Câmara, dirigiram-se a casa de ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 38-39v.

1407, dezembro, 25, Rodrigo Eanes de Abreu, escudeiro, procurador do Concelho. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 45-47.

1408, janeiro, 20, Rodrigo Eanes de Abreu, procurador do Concelho. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 47v-48.

1408, junho, 06, Rodrigo Eanes de Abreu, procurador do Concelho. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 48v-49v.

1423-janeiro-27, Rodrigo Eanes de Abreu, presente em reunião de vereação. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 72-73.

Fernão LOPES, *CDJI*, vol. I, Cap. LXXXIV, p. 161; Cap. CLV, p. 328, cap. CLIX, p. 342, Cap. CLXXXII, p. 392.

Fernão LOPES, *Crónica de D. Fernando*, cap. CXXI, p. 434, *Ibidem*, Cap. CXXXV, p. 478.

Crónica do Condestável de Portugal..., cap. X., p. 22, cap. LXI, p. 156.

Referências bibliográficas:

Maria Ângela BEIRANTE, *Évora na Idade Média...*, pp. 532-533.

Fátima Regina FERNANDES, “Os Abreu - uma família em busca do estabelecimento na segunda metade do Século XIV”, *Revista de Ciências Históricas*, Nº 12, 1997, pp. 147-154.

Anselmo Braamcamp FREIRE, *Os Brasões...*, vol. III, p. 130, 148, 201, 261.

Rita Costa GOMES, *A Corte dos Reis de Portugal no final da Idade Média...*, pp. 97-98.

Luís Filipe OLIVEIRA, *A Coroa, os Mestre e os Comendadores. As ordens Militares de Avis e de Santiago (1330-1449)*, Universidade do Algarve, 2009, pp. 449-450.

D. Luiz de Lencastre e TÁVORA, *Dicionário das Famílias Portuguesas*, Lisboa, Quetzal Editores, 1999, pp. 64-65.

Nota biográfica:

Não temos outros dados sobre este homem, que passou, por duas vezes, nas funções de vereador, e que a documentação identifica como amo do rei. Trata-se, pois, de mais um homem vinculado ao monarca a marcar presença no Concelho.

Cargos concelhios:

1419/1420, Vereador
1427/1428, Vereador

Outros cargos:

Reuniões:

1425, outubro, 17, Testemunha
nos Paços do Concelho

Referências documentais:

1419, novembro, 11, Rodrigo Eanes, amo do rei, vereador, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 66v-67v.

1425, outubro, 17, Évora. Rodrigo Eanes, testemunha nos Paços do Concelho (está também presente Rodrigo Eanes, criado de Álvaro Pires de Castro, confirmando que se trata de dois indivíduos diferentes). ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), 76-77v.

1427, novembro, 05, Rodrigo Eanes, amo do rei; vereador, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 79-79v.

1428, abril, 21, Rodrigo Eanes, amo do rei, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 84-84v

Referências bibliográficas:

Nota biográfica:

Trata-se de um homem cuja trajetória deverá ter beneficiado da relação clientelar mantida com os Castro, que tinham fortes ligações a Évora. Muito embora os grupos nobiliárquicos de maior estatuto não se encontrassem diretamente ligados às governações urbanas, não deixavam de ir influenciando o rumo dos acontecimentos, por via dos seus apaniguados. Muito possivelmente terá sido também por intercessão do seu senhor, que Rodrigo Eanes obteve o lugar de escrivão dos órfãos.

Cargos concelhios:

1420/1421, Vereador
1425/1426, Vereador

Outros cargos:

1439, março, 28, escrivão dos órfãos da cidade de Évora

Reuniões:

Referências documentais

1420, setembro, 06, Rodrigo Eanes, criado de D. Álvaro Pires de Castro, vereador, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 68-68v.

1425, outubro, 17, Rodrigo Eanes, criado de D. Álvaro de Castro, vereador, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 76-77v.

1433, novembro, 02, ref. a uma vinha em Peramanca, que confronta com Rodrigo Eanes, criado de D. Álvaro Pires de Castro. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 4, doc. 40.

1439, março, 28, D. Afonso V confirma a nomeação de Rodrigo Eanes, criado de D. Álvaro Pires de Castro, para o cargo de escrivão dos órfãos da cidade de Évora, em substituição de Lopo Afonso, que morrera. IANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 18, fl. 78v.

Referências bibliográficas:

Nota biográfica:

É possível que Rodrigo Eanes Fuseiro seja filho de Pedro Esteves Gavião, e neto de Estêvão Martins Gavião. Grandes detentores de herdades no termo da cidade, fundaram capelas em S. Francisco de Évora, respetivamente, em 1348 e 1362.

A ligação dos Gavião/Fuseiro à administração municipal data, pelo menos, dos finais do reinado de D. Pedro, quando encontramos como procurador do Concelho, um Pedro Esteves Gavião, talvez tio de Rodrigo Eanes, e, como juiz, Lourenço Pires Fuseiro, que, com alguma probabilidade, corresponda a um irmão do biografado.

Rodrigo Eanes Fuseiro, identificado como vassalo do rei, recebeu de D. Pedro e, posteriormente, de D. Fernando, privilégio de coutada para algumas das suas herdades, num claro testemunho de que ia recolhendo o beneplácito régio.

Este homem, que as fontes também identificam como cavaleiro, teve um forte ascendente na governação municipal durante o reinado de D. Fernando. Exerceu as funções de juiz e de regedor. Este último, um cargo atribuído a alguns dos mais prestigiados e respeitados homens que andavam na governação, a quem o *formoso* confiou a missão de reger a cidade, num contexto de forte conturbação.

A relevância que, neste período, os Fuseiro tinham na gestão municipal, fica também expressa no facto de encontrarmos nas funções de regedor um outro membro da mesma família, nomeadamente, Lourenço Pires Fuseiro (I), possível irmão de Rodrigo Eanes, que teve, aliás, uma carreira concelhia muito semelhante à sua (cf., nota biográfica n.º 109).

A proteção que os Fuseiro foram recolhendo da coroa fica também expressa no apoio que, em 1380, o infante D. João de Castro concedeu a quatro jovens clérigos, escolares do Estudo Geral de Lisboa, oriundos deste grupo familiar, intercedendo por eles, junto da Santa Sé, para que lhes fossem atribuídos certos benefícios.

Entre esses clérigos contavam-se dois possíveis filhos do biografado: João Rodrigues Fuseiro e Lopo Rodrigues Fuseiro. Os dois outros clérigos eram João Afonso Fuseiro e Pedro Afonso Fuseiro, que provavelmente seriam filhos de Lourenço Pires Fuseiro, e, portanto, primos dos anteriores. Vale a pena notar, pelo que tem de esclarecedor quanto às estratégias familiares deste grupo, a forte presença dos jovens Fuseiro nos meios eclesiásticos e académicos.

Sabemos, pelo testamento de Lopo Rodrigues Fuseiro, que o biografado teve também uma filha, Mor Rodrigues Fuseiro.

Não tendo filhos, será aos descendentes da sua irmã que Lopo Rodrigues atribuiu a administração do vínculo que fundou, em 1395, no mosteiro de S. Francisco de Évora.

Mor Rodrigues casou com Álvaro Mendes de Oliveira, oriundo de uma das mais antigas e influentes famílias da governação, que exercia as funções de Alcaide quando rebentou a crise dinástica, tendo dado voz por D. Beatriz. Constata-se, assim, a aproximação, por via dos enlacedos matrimoniais, entre os Fuseiro e os Oliveira.

Será dos descendentes desta união que o ramo familiar de Rodrigo Eanes

Cargos concelhios:

1373/1374, Juiz do cível
1381/1382, Regedor
1382/1383, Regedor
1383/1384, Juiz do Cível

Outros cargos:

Reuniões:

Fuseiro terá continuidade no governo municipal, já que nenhum dos outros filhos do regedor nem dos seus descendentes surge em cargos concelhios.

A futura ligação ao governo municipal far-se-á, concretamente, por via dos descendentes da sua neta, Inês Mendes de Oliveira, filha de Mor Rodrigues e de Álvaro Mendes, que se consorciará com Fernando Afonso Cicioso (cf., nota biográfica n.º 35). Um dos Regedores, dos anos vinte, cujo filho, que seria, portanto, bisneto do biografado, teve grande protagonismo na governação, nas décadas finais de Quatrocentos.

Referências documentais

1359, Carta de Coutada do rei D. Pedro a Rodrigo Eanes fuseiro, Vassalo do rei, morador em Évora, Herdade no termo de Évora e de Montemor-o-Novo..., IANTT, *Chancelaria de D. Pedro I*, Livro I, fl. 34.

1359, Julho, 06, Rodrigo Eanes Fuseiro e sua mulher, Mor Esteves ou Eanes, vizinhos e moradores de Évora, aforam um pardieiro, localizado à Porta Nova. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 17, doc. 38.

1362, dezembro, 04, Carta de Coutada do rei D. Pedro a Rodrigo Eanes Fuseiro, vassalo do rei, morador em Évora. Herdade em Peramanca. Parte com Vasco Esteves Lobo e com herdade da Sé. IANTT, *Chancelaria de D. Pedro*, Livro I, fl. 78v.

1368, Julho, 07, Évora, no tesouro da Sé. Arrendamento de uma herdade de pão, no termo da cidade, em Machede, que parte com Fernão Gonçalves Dairão, com herdade do cabido, com Rodrigo Eanes Fuseiro, com Pedro Esteves Gavião, com herdade da Ordem de Avis. ACSE, CEC 3 – VII a), fls. 218-220.

1374, janeiro, 12, Rodrigo Eanes Fuseiro, juiz do cível. Afonso Pires. Homem do juiz. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 9, doc. 11.

1376, Julho, 21. Ref. a ferragial no Cardal, no termo de Évora, de Rodrigo Eanes Fuseiro. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 5, doc. 107.

1380, Julho, 02, (1380) Évora, Confrade da Albergaria de Jerusalém, ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fls. 1v.

1381, fevereiro, 07, Rodrigo Eanes Fuseiro é testemunha do testamento de *Madalena Lourenço, mulher de João Esteves Zagalo, morador na cidade a par de Andreu Afonso*. Entre as testemunhas conta-se, também, Lourenço Pires Fuseiro. BPE, *Pergaminhos avulsos*, Pasta 12, doc. 104.

1381, novembro, 23, Presente como regedor na definição de Posturas, ADE, Arquivo Municipal, *O Livro das Posturas Antigas da cidade de Évora...*, fl. 18.

1382, setembro, 19, Regedor na definição de Posturas, ADE, Arquivo Municipal, *O Livro das Posturas Antigas da cidade de Évora...*, fl. 12v.

1382, novembro, 7, Rodrigo Eanes Fuseiro, Regedor, ADE, Arquivo Municipal, *O Livro das Posturas Antigas da cidade de Évora...*, fl. 64.

1382, Rodrigo Eanes Fuseiro, regedor. ADE, Arquivo Municipal, *O Livro das Posturas Antigas da cidade de Évora...*, fl. 63.

1383, Julho, 25, Juiz do cível, Presente na reunião para escolher o procurador para jurar o casamento de D. Beatriz com D. João de Castela, Salvador Dias ARNAUT, *op. cit.*, pp. 430-431.

1383, outubro, 22.

Lopo Fernandes, juiz em logo de Rodrigo Eanes Fuseiro, cavaleiro, juiz do cível. ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fl. 6.

1383, junho, 28. Questão entre Nicolau Domingues, escrivão dos contos, e Rodrigo Eanes Fuseiro, cavaleiro, relativo à herança de uma casa de morada, na freguesia de Santiago de Évora. As casas foram de Mem Rodrigues, cavaleiro... BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 13, doc. 17.

1387, novembro, 10, Rodrigo Eanes Fuseiro, identificado como Cavaleiro é confrade de Jerusalém, ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fl. 13v.

1388, março, 15, ref. ao abegão de Rodrigo Eanes Fuseiro. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 17, doc. 28.

1392, setembro, 2, ref a uma horta, no Cardal, que foi de Rodrigo Eanes Fuseiro. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 4, doc. 16 a).

1396, março, 16. Ref. a casas na rua das Çarrinhos, da igreja de Santiago, que partem com casas que foram de Rodrigo Eanes Fuseiro. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 19, fl. 5, 6v.

1398, dezembro, 10, aforamento de uma casa da igreja de Santiago, à Porta Nova, que foi de Rodrigo Eanes Fuseiro, BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 19, fl. 28.

Outros dados:

1348, outubro, 11. Testamento de Estêvão Martins Gavião. Todas as testemunhas são mercadores. IANTT, Núcleo Antigo, n.º

276 – *Tombo das Capelas de Évora*, fls. LXXVI- LXXXVIv.

1362, dezembro, 24. Testamento de P^o Esteves Gavião, filho de Estêvão Martins Gavião. IANTT, Núcleo Antigo, n.º 276 – *Tombo das Capelas de Évora*, fls. LXXVIIv-LXXVII.

1366, julho, 27, Lourenço Pires Fuseiro, Juiz do Crime, Pedro esteves gavião, procurador do Concelho, BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 12, doc. 1b).

1380, fevereiro, 29. Súplica do infante D. João, irmão de D. Fernando, ao papa Clemente VII, intercedendo para quatro clérigos eborenses de apelido Fuseiro: João Afonso Fuseiro, que será Corregedor de Lisboa, e Pedro Afonso Fuseiro, que é legitimado por D. João I, João Rodrigues Fuseiro, e Lopo Rodrigues Fuseiro. Cf. Salvador Dias ARNAUT, *op. cit.*, pp. 482-483.

1380, Um João Afonso de Fuseiro é clérigo de Évora, escolar em direito civil, *Chartularium Universitatis Portugalensis (1288-1537)*, documentos coligidos e publicados por Moreira de Sá, Lisboa, 1970, Vol. II, p. 75

1380 Um Lopo Rodrigo de Fuseiro é cónego de Coimbra e um João Rodrigo de Fuseiro de Évora, *Chartularium Universitatis Portugalensis (1288-1537)*, documentos coligidos e publicados por Moreira de Sá, Lisboa, 1970, Vol. II, p. 76. Idem Pedro Afonso de Fuseiro, escolar em Direito canónico, clérigo de Évora

1395, maio, 29, manda testamentária de Lopo Rodrigues Fuseiro, morador na cidade de Évora, que funda capela em S. Francisco de Évora, onde manda enterrar o seu corpo, com o seu avô. Institui uma capela cuja administração deixa ao filho maior da sua irmã, Mor Rodrigues Fuseiro..., BPE, *Pergaminhos Avulso*, Pasta 12, doc. 49; IANTT, Núcleo Antigo, n.º 276 – *Tombo das Capelas de Évora*, fls. LXXXVI-LXXXVIv.

1395, outubro, 30, Apelação de um processo entre Álvaro Mendes de Oliveira, escudeiro, morador na cidade, como herdeiro que dizia ser de sua mulher, Mor Rodrigues, irmã de Lopo Rodrigues Fuseiro, de uma parte, já passado, de uma parte, autor. De outra, Pêro Sanches, escudeiro, morador na cidade e testamenteiro de Lopo Rodrigues Fuseiro, réu..., BPE, *Pergaminhos Avulso*, Pasta 12, doc. 49.

1395, novembro, 06, em Évora, sob o alpendre dos Paços do Concelho, compareceu Pêro Sanches, morador na cidade, como testamenteiro de Lopo Rodrigues Fuseiro, já passado, morador que foi na cidade de Évora... BPE, *Pergaminhos Avulso*, Pasta 12, doc. 49.

Referências bibliográficas:

Joaquim Bastos SERRA, “Entre a promoção do *bem comum* e a defesa dos interesses próprios. A oligarquia concelhia de Évora no Século XV”, *Media Aetas. Revista de Estudos Medievais*, II Série, vol. III, *A Cidade e o Campo I*, Ponta Delgada, 2008/2009, pp. 69-101 (sobre João Mendes Cicioso, filho de Fernando Afonso Cicioso).

Nota biográfica

Este homem era filho de João Afonso Fuseiro, que foi corregedor de Lisboa e sobrejuiz do rei, e bisneto e trineto, respetivamente, de Pedro Esteves Gavião e de Estêvão Martins Gavião, confirmando a descendência dos Fuseiro relativamente aos Gavião. Uma família de grandes proprietários rurais que se afirmaram, na cidade, na segunda metade de Trezentos.

Se existem certezas sobre os antepassados mais distantes de Rodrigo Eanes Fuseiro (II), elas são menos consistentes no que diz respeito aos seus mais próximos ascendentes. É provável, contudo, tendo em atenção dados recolhidos no testamento de um João Fuseiro, que talvez fosse seu primo, que Rodrigo Eanes Fuseiro (II) e o seu pai, João Afonso Fuseiro, fossem descendentes de Lourenço Pires Fuseiro (I), que seria, assim, respetivamente, pai e avô paterno do biografado (cf. nota biográfica n.º 109).

A ser assim, Rodrigo Eanes Fuseiro seria neto de um dos homens fortes do Concelho, do período fernandino, e sobrinho de outros homens que passaram pela governação da cidade, na geração posterior, nomeadamente, Lourenço Pires Fuseiro (II), Rodrigo Afonso Fuseiro e Álvaro Pires Fuseiro, que integraram os elencos camarários nas primeiras duas décadas de Quatrocentos. Uma linha familiar fortemente representada nos cargos nesse período, onde não se conta, naturalmente, a presença do pai do biografado, por motivos que se prendem com a sua carreira na burocracia régia e a sua instalação em Lisboa (cf., respetivamente, notas biográficas n.ºs 110, 147 e 17).

Rodrigo Eanes Fuseiro fecha, de algum modo, o ciclo de presenças sistemáticas de Fuseiro na governação urbana. Um ciclo que se havia iniciado no final do reinado de D. Pedro, quando encontramos nos cargos Pedro Esteves Gavião, que teve sequência na geração do avô do biografado, Lourenço Pires Fuseiro e do irmão deste Rodrigo Eanes (I), (cf., nota biográfica n.º 153). A geração seguinte foi a dos já referidos tios de Rodrigo Eanes (II).

Verifica-se, pois, uma presença ininterrupta dos Fuseiro na governação, ao longo de cerca de setenta anos, que termina na década de trinta, precisamente com o biografado. Este exerceu as funções de vereador, apenas em 1433/1434, não parecendo ter tido uma carreira municipal muito consistente.

Posteriormente, o apelido Fuseiro perdeu alguma força no seio do grupo dirigente. Só em 1466 se constata a presença, nos elencos governativos de um outro homem que usava esse apelido. Trata-se de João Fuseiro, cujo grau de parentesco com o biografado não podemos apurar.

Apesar de muitos dos descendentes dos que fomos referindo terem, decerto, continuado a integrar a oligarquia dirigente, até porque se foram ligando a outras importantes famílias da governação, a ausência do apelido Fuseiro, entre os que exerceram cargos, a partir do final do reinado de D. João I, é, de alguma forma, o sintoma da perda de influência deste grupo familiar no seio da oligarquia.

Cargos concelhios:

1433/1434, Vereador

Outros cargos:

Reuniões:

Referências documentais:

- 1433, Julho, 14, Questão em torno do pagamento que Rodrigo Eanes Fuseiro (filho de João Afonso Fuseiro) e sua mulher, Constança Mendes deviam dar anualmente ao Mosteiro de s. Francisco, por razão de um compromisso que Estêvão Martins Gavião e seu filho, Pedro esteves gavião e respetivas mulheres (Mor Domingues e Constança Martins), fizeram... BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 16, doc. 68.
- 1433, agosto, 12, Rodrigo Eanes Fuseiro, vereador, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho*, (n.º 67), fls. 91v-92.
- 1433, agosto, 29, Rodrigo Eanes Fuseiro, vereador, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho*, (n.º 67), fls. 93v-94.
- 1433, novembro, 14, Rodrigo Eanes Fuseiro, vereador, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho*, (n.º 67), fls. 92v-93v.
- 1433, dezembro, 20 Rodrigo Eanes Fuseiro, vereador, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho*, (n.º 67), fls. nºs. 94v-95.
- 1434, fevereiro, 24, Pleito judicial entre o cabido da Sé, autor, e Rodrigo Eanes Fuseiro, réu, a propósito da demarcação de uma herdade, no termo da cidade. ACSE, CEC 3 /VII c), *Livro terceiro de sentenças e concertos que o cabido houve contra as partes*, fls.79-81v.
- 1434, março, 03, Rodrigo Eanes Fuseiro, vereador, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho*, (n.º 67), fls. 96-96v.
- 1446, fevereiro, 22, Rodrigo Eanes Pinga, escudeiro, e Inês Dias, moradores em Évora, aforam meia courela de vinha, à torre de Castris. Rodrigo Eanes Fuseiro é testemunha do contrato. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 13, doc. 167.
- 1456, abril, 06, Rodrigo Eanes Fuseiro é testemunha da instituição da Capela de Vasco Martins de , filho de Martim Afonso de , e de Maria Fernandes Cogominha, sua mulher. IANTT, Núcleo Antigo, n.º 276 – *Tombo das Capelas de Évora*, fl. XCVI.
- 1457, março, 22, Acordo estabelecido entre os frades de S. Francisco e Rodrigo Eanes fuseiro, relativo às disposições testamentárias de João Afonso Fuseiro, pai de Rodrigo Eanes Fuseiro... BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 17, doc. 127.
- 1459, junho, 09, Rodrigo Eanes Fuseiro é testemunha de contrato de Santiago. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 13, doc. 82.
- 1459, setembro, 03, Rodrigo Eanes Fuseiro, escudeiro, morador na cidade, é *teedor* do testamento de P. Esteves Gavião (testamento de 1366). BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 2, doc. Sf. 37.
- 1475, novembro, 14, Évora, casas de morada de Leonor Rodrigues, viúva de Rodrigo Eanes Fuseiro. Instrumento de Obrigação. ADE, Misericórdia, N.º 61 – Pergaminhos do Hospital do Corpo de Deus de Santo Antoninho Livro [fls. 134, 134v Lápis /372, 372v]
- 1431, junho, 13, Beja – demanda entre Maria Fernandes, que foi mulher de João Afonso Fuseiro, e Rodrigo Eanes, seu filho, moradores em Évora, e Frei Diogo Leitor, frade e guardião de S. Francisco de Beja. A propósito dos bens de Aires Martins Gavião, ADBeja, *Convento de Santa Clara de Beja*, Caderno nº 27: Escrituras, 1431-1498 (pergamino, 6 fls.).

Referências bibliográficas:

- Maria Ângela BEIRANTE, *Évora na Idade Média...*, pp. 540-541.
- Mário FARELO, *op. cit.*, 693-697.

Nota biográfica

Não temos muitos dados sobre este homem que passou pelas funções vereador em 1422/1423. Apesar de não ser oriundo de uma das famílias mais prestigiadas, teria, ainda assim, alguma capacidade de influência que lhe permitiu manter o seu apelido ligado ao poder.

Na geração seguinte, encontramos nos cargos o seu filho, Lopo Rodrigues Mousinho, que surge também nas funções de vereador (cf., nota biográfica n.º 103). Mais um caso que testemunha que a transmissão de poder para a geração seguinte se tendia a fazer nas mesmas funções. De facto, mais do que os perfis pessoais, o que definia o lugar que cada um ocupava na estrutura concelhia era o prestígio e a posição social do grupo familiar de onde o indivíduo era oriundo.

É possível que um Diogo Lopes Mousinho, que foi procurador do Concelho, em 1470/1471, fosse filho de Lopo Rodrigues e neto do biografado, assistindo-se, assim, e caso se confirme esta hipótese, à presença de três gerações sucessivas nos cargos concelhios.

Cargos concelhios:

1422/1423, Vereador

Outros cargos:

Reuniões:

Referências documentais:

1402, maio, 25, Rodrigo Eanes Mousinho, testemunha de um contrato de bens concelhios, realizado nos Paços do Concelho. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fl. 30-31v.

1412, janeiro, 6, Rodrigo Eanes Mousinho, testemunha de contrato de bens da Albergaria de Jerusalém, ADE, Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fls. 51v-52.

1412, janeiro, 6, Rodrigo Eanes Mousinho e Leonor Gonçalves, aforam bens do hospital de Jerusalém: uma vinha, no termo da cidade, onde chamam o Aivado e dois quartéis de vinha que andam com a dita vinha. ADE, Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fls. 52v-53.

1423, janeiro, 27, Rodrigo Eanes Mousinho, vereador, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 72-73.

1425?, março, 19, Évora, Albergaria do Corpo de Deus da Sé, que está a par dos açougues. Rodrigo Eanes Mousinho, alcaide, ADE, Misericórdia, *Pergaminhos das Albergarias ou Hospitais do Corpo de Deus da Sé, do Santo Espírito, S. Bartolomeu e S. Gião*, (n.º 63), fls. 112,112v.

1425, julho, 08, Rodrigo Eanes Mousinho, confrade do Hospital do Corpo de Deus da Sé, João Lourenço, seu genro. ADE, Misericórdia, *Pergaminhos das Albergarias ou Hospitais do Corpo de Deus da Sé, do Santo Espírito, S. Bartolomeu e S. Gião*, (n.º 63), fls. 112v, 113,113v.

1426, agosto, 24, Rodrigo Eanes Mousinho é testemunha do traslado de uma carta régia pela qual se concedem certas mercês aos pobres da serra D'Ossa. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 7, doc. 23.

1428, setembro, 21, Rodrigo Eanes Mousinho e Lopo Rodrigues, seu filho, são testemunhas de um contrato de bens do Hospital de Jerusalém, ADE, Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fls. 85-85v, 86-86v.

1432, janeiro, 04, ref. a uma vinha morta, no Aivado, que foi de Rodrigo Eanes Mousinho, ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fls. 97-97v.

Outros dados:

1470, janeiro, 13, Diogo Lopes Mousinho, procurador do Concelho. IANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 28, fl. 43.

Referências bibliográficas:

Nota biográfica:

É possível que Rodrigo Eanes seja descendente de João Vicente Pinga ou de um dos seus filhos, Vasco Vicente ou Gonçalo Eanes Pinga. Homens que, no contexto da crise dinástica, encontramos a assumir publicamente o partido do Mestre.

João Vicente, com os seus filhos, esteve presente no *ato de Preito e Menagem* em que se reconheceu o Mestre como regedor e defensor do reino, que se realizou em Évora, em dezembro, de 1384. Muito embora não os tenhamos encontrado nos cargos, supomos que estes homens se movimentavam em torno do Concelho e que estabeleceriam relações de proximidade com o grupo dirigente. A presença de Gonçalo Eanes Pinga, como rendeiro da Capela de Rodrigo Aires de Veiros, cuja administração pertencia ao Concelho, indiciam também essa proximidade. Nesse período, os Pinga assumiram algum protagonismo urbano, favorecido pelas possíveis relações clientelares mantidas com gente da governação e, decerto, sustentada na riqueza, já que eram detentores de diversas herdades e outros bens rústicos no termo da cidade.

Muito embora os dados que temos não permitam reconstituir as suas relações de parentesco, não seria estranho, tendo em atenção as lógicas de transmissão geracional do poder concelhio, que o biografado pudesse ser oriundo desse grupo familiar.

Ao certo, sabemos que Rodrigo Eanes morava à Porta Nova e que era casado com Inês Dias, sendo possivelmente pai de João Rodrigues Pinga e Isabel Rodrigues Pinga, casada com o escudeiro Fernão Eanes.

Para além do cargo de vereador, o biografado terá desempenhado, ainda, as funções de alcaide pequeno, que era escolhido pelos oficiais do Concelho, entre os nomes propostos pelo Alcaide-mor.

Apesar de ter passado pelos cargos e de manter algum contacto com a vida administrativa local, Rodrigo Eanes Pinga ocupou uma posição de segundo plano, testemunhada também pelo facto de o apelido não voltar a surgir no Concelho até aos finais de Quatrocentos.

Cargos concelhios:

1422/1423, Vereador

Outros cargos:

1443, abril, 30, Rodrigo Eanes Pinga, Alcaide pequeno

Reuniões:

1455, agosto, 28, Presente nos Paços do Concelho, como testemunha de contrato de bens concelhios.

Referências documentais:

1384, dezembro, 18, João Vicente Pinga e os seus filhos: Vasco Vicente Pinga e Gonçalo Eanes Pinga estão presentes no ato de preito e menagem ao Mestre, que ocorreu no adro da Sé de Évora. ACSE, *RR5a*), publicado por Maria Ângela Beirante, "O Alentejo na 2.ª Metade do Século XIV – Évora na crise de 1383-1385", *Estudos Medievais*, Porto, N.º 7, 1986, p. 119-154.

1423, janeiro, 27, vereador, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 72-73.

1443, abril, 30, Rodrigo Eanes Pinga, alcaide pequeno. Testemunha de contrato de bens da Albergaria de Jerusalém, ADE, Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fl. 160.

1446, fevereiro, 22, Rodrigo Eanes Pinga, escudeiro, e Inês Dias, moradores em Évora, aforam meia courela de vinha, à Torre de Castris. Parte com vinha do foreiro. Rodrigo Eanes Fuseiro é testemunha do contrato. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 13, doc. 167.

1455, agosto, 28, presente nos Paços do Concelho, como testemunha de contrato de bens concelhios, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 121-121v.

Ref. a casas, ao poço da porta Nova. Partem com casas de Inês Dias, viúva de Rodrigo Eanes Pinga, ACSE, CEC 3- VI, fl. 2-3.

Outros dados:

1357, vinha no caminho da Fonte Santa, que confronta com João Vicente Pinga. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 15, doc. 57c.

1357 Herdade de Sancha Esteves, que parte com João Vicente Pinga, em Bencafede. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 5, doc. 94.

1368, janeiro 20 e 25. João Vicente Pinga é casado com Clara Eanes, filha de domingos de terena, falecido nessa data, que institui morgadio anexando ao vínculo a 3º parte de uma herdade no Pigeiro, termo de Évora..., ACSE, Original: CEC 10/ XIII, 3º *Livro de originais*, doc. X. e CEC 3 /VII a), fls. 84-89.

1383, Ref. a uma herdade, no termo da cidade, em Bencafede, que parte com João Vicente Pinga. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 5, doc. 12. Herdade do Pinga, em Bencafede, BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 5, doc. 45.

1389, Gonçalo Eanes Pinga é testemunha de procuração de Beatriz Vasques. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 17, doc. 102. ?, ?, Gonçalo Eanes Pinga, rendeiro da Capela de Rodrigo Aires de Veiros, ADE, Arquivo Municipal, *Caderno da capela de Rodrigo Aires de Veiros*, fl. 5v.

1411, ref. à herdade de Gonçalo Eanes Pinga, em Bencafede, BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 9, doc. 41v.

1472, janeiro, 23, casas à Porta Nova que partem com João Rodrigues Pinga, ACSE, CEC 3/VI, fls.26-26v.

1492, maio, 25, Évora, Fernando Eanes, escudeiro, e Isabel Rodrigues Pinga, traziam aforada uma casa situada junto com a Porta Nova, na rua de Maria Mateus, ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos da Colegiada de S. Pedro de Évora*, fls. 49-50.

Referências bibliográficas:

Nota biográfica:

Rodrigo Eanes foi um dos homens, do nosso período, que teve uma das carreiras concelhias mais longas. Manteve um contacto regular com a administração durante cerca de 40 anos, tendo passado por todos os principais cargos da orgânica concelhia. Era certamente um dos homens, da sua geração, mais experientes e mais respeitados no interior do círculo governativo. O desempenho das funções de Chanceler, já em período avançado do seu percurso concelhio, confirma essa respeitabilidade, já que essas funções, que tinham muito de honorífico, foram sendo entregues aos mais prestigiados de entre os que andavam nos cargos.

É possível que este homem estabelecesse laços de parentesco com João Afonso da Regueira. Homem da geração anterior, que ocupou também diversos cargos no interior do Concelho. João Afonso da Regueira, que talvez possa corresponder ao pai do biografado, foi um dos homens que viveu a crise dinástica. Tendo em atenção o destaque que o cronista Fernão Lopes lhe concede, colocando-o entre os que mais se destacaram na cidade na defesa da causa do Mestre, João Afonso terá tido, nesse contexto, um papel relevante, nomeadamente no campo militar, ao serviço do futuro monarca. À semelhança do que se verificou com tantos outros homens, esse papel terá contribuído para o reforço da sua posição e para o estreitamento dos laços com o grupo dirigente. Um quadro que favoreceu a sua ligação ao poder concelhio, onde ainda o encontramos no ano de 1411, no exercício das funções de procurador do Concelho (cf., nota biográfica n.º 72).

Rodrigo Eanes da Regueira seria, decerto, o herdeiro do capital social acumulado pelo seu antecessor, dando continuidade à relação do Regueira com a administração concelhia. Tendo em atenção aquelas que eram as lógicas de substituição geracional no interior do Concelho, estamos em crer que o protagonismo que Rodrigo Eanes assumiu não se pode desligar do peso que o seu apelido já tinha no interior do círculo governativo. Lembremos que, neste período, o Concelho continuava ainda a ser dominado pelos descendentes dos homens que viveram a crise e que, em muitos casos, viram as suas posições reforçadas em função do apoio concedido à nova dinastia. Julgamos que foi isso que aconteceu também com os Regueira e particularmente com João Afonso da Regueira. Homem que supomos ligado às dinâmicas económicas da cidade, que terá visto a sua posição pessoal, social e política reforçada em consequência do papel assumido na subida ao poder do Mestre de Avis.

A escassez de dados não permite acompanhar o percurso ulterior dos homens que surgem identificados com o apodo Regueira. Uma alcunha que teve, possivelmente, origem num topónimo urbano e que terá sido relativamente efémero, não se consolidando como nome de família.

O biografado terá falecido por volta de 1464, quando a sua filha Guiomar Rodrigues da Regueira, assume a gestão dos contratos dos bens aforados que haviam sido do seu pai. Muito embora as dificuldades de identificação não permitam acompanhar, de uma forma clara, o percurso dos membros desta família, nos períodos subsequentes, nenhum deles parece ter assumido o protagonismo dos homens das gerações anteriores. Não surgem nos cargos concelhios, nem nas Albergarias, onde os Regueira tinham ocupado os principais cargos dirigentes.

Cargos concelhios:

1409/1410, Juiz do crime
1429/1430, Procurador
1435/1436, Procurador
1445/1446, Chanceler
1449/1450, Vereador

Outros cargos:

Reuniões:

1410, agosto, 23, presente, nos Paços do Concelho, como testemunha de contrato de bens concelhios

1427, novembro, 05, presente em reunião de vereação

Apesar de todas as dificuldades de acompanhamento da trajetória desta família, os Regueira, nas gerações futuras, terão perdido influência e capacidade de inserção no grupo dirigente.

Referências documentais:

- 1410, maio, 31, Juiz do crime, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 52v-54.
- 1410, agosto, 23, Presente, nos Paços do Concelho, como testemunha de contrato de bens concelhios. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fl. 71.
- 1411, junho 23, testemunha de uma encampação e emprazamento de bens do hospital de S. João, ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital do Corpo de Deus de Santo Antoninho* (n.º 61), fls. 94, 94v.
- 1413, julho, 24, Confrade do Hospital de S. João, (um João Afonso da Regueira é alcaide), ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital do Corpo de Deus de Santo Antoninho* (n.º 61), fls. 88, 89v.
- 1421, agosto, 23, Évora. Rodrigo Eanes da Regueira; testemunha nos Paços do Concelho. Lourenço Eanes, escudeiro, criado de Martim Afonso de Melo, Nuno Gonçalves, porteiro do Concelho, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 71-72.
- (c 1424), ref. a herdade de Rodrigo Eanes da Regueira, no termo de Evoramonte, e em vale de sobrado, termo de Arraiolos, ferragiais, em Évora, um próximo das portas de Mendo Estevens e um outro na azinhaga que vai para o caminho de Portel, ACSE, *CEC 3 - I*, fl. 12v e 22v, 48v e 53v.
- 1427, novembro, 05, Rodrigo Eanes da Regueira, presente em reunião de vereação. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 79-79v.
- 1429, julho, 07, Rodrigo Eanes da Regueira, Alcaide da Albergaria do Santo Espírito, ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos das Albergarias ou Hospitais do Corpo de Deus da Sé, do Santo Espírito, S. Bartolomeu e S. Gião* (n.º 63), fls. 72v, 73v.
- 1430, janeiro, 21, Rodrigo Eanes da Regueira, procurador. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 86v-87.
- 1433, abril, 20, ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital do Corpo de Deus de Santo Antoninho* (n.º 61), fl. 93v.
- 1435, setembro, 03, procurador do Concelho, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 101v-102.
- 1436, janeiro, 06, Rodrigo Eanes da Regueira, procurador do Concelho, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 102v-103.
- 1436, fevereiro, 20. Rodrigo Eanes da Regueira, procurador do Concelho, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 103-103v.
- 1445, julho, 17, Rodrigo Eanes da Regueira, Chanceler. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Pequeno de Pergaminho* (n.º 66), fl. 58v-59.
- 1445, agosto, 07, Rodrigo Eanes da Regueira, conjuntamente com os restantes oficiais, elabora uma ordenação relativa ao desempenho dos almotacés, ADE, Arquivo Municipal, *Livro pequeno de Pergaminho* (n.º 66), fls. 59-60.
- 1445, dezembro, 18, Rodrigo Eanes da Regueira, confrade do Hospital de Jerusalém, ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fls. 75v, 76v.
- 1447, maio, 02, Rodrigo Eanes da Regueira, confrade do Hospital de Jerusalém, ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fls. 95-96.
- 1448, novembro, 21, ref/ à horta de Rodrigo Eanes da Regueira, na Palmeira, dentro dos muros da cidade. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 23, doc. 34.
- 1450-junho-10, vereador, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 111-111v.
- 1463, junho, 06, Ref. a casas, na rua dos mercadores, que são da filha de Rodrigo Eanes da Regueira. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 3, doc. 83.
- 1464, agosto 02, Guiomar Rodrigues, filha de Rodrigo Eanes da Regueira, já falecido, vende, com autorização, o domínio útil de umas casas, na rua dos mercadores, do foro da igreja de s. Pedro. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 3, doc. 87.
- 1475, Julho, 04, O cabido tem um ferragial, na Torregela, que parte Catarina Pires, viúva de Rodrigo Eanes da Regueira, ACSE, *CEC 6 – IX*, Fls. 110v-111.

João Afonso da Regueira é identificado na Crónica de Fernão Lopes, como um dos apoiantes do Mestre na cidade, a seguir aos D'Arca, aos Lobo e aos Carvoeiro. Fernão LOPES, *Crónica de D. João I*, Vol. I, Porto, Civilização, 1991, cap. CLIX, p. 341.

Referências bibliográficas:

Nota biográfica:

Rodrigo Esteves teve uma longa carreira concelhia, como vereador e procurador do Concelho. O seu protagonismo concelhio não causa surpresa tendo em atenção a vasta teia de relações que mantinha no interior do grupo dirigente.

Este homem, que vemos identificado como “neto do Feltreiro”, era oriundo de uma família detentora de grande riqueza fundiária, que mantinha relações clientelares com os Cogominho.

A partir dos finais do século XIV, os Feltreiro assumiram algum protagonismo urbano, surgindo envolvidos na governação, desde pelo menos 1367/1368, quando Estêvão Eanes Feltreiro exercia as funções de juiz (cf., nota biográfica n.º 28). Na geração seguinte, a presença dos Feltreiro, no órgão dirigente, coube aos filhos do referido juiz, Gonçalo e Lopo Esteves Feltreiro, que foram vereadores, nos primeiros anos de Quatrocentos (cf., respetivamente, notas biográficas n.ºs 61 e 94).

Aparentado dos anteriores, Rodrigo Esteves terá também reforçado a sua ligação ao grupo dirigente por via da sua união com Mor Afonso Murzelo, filha de João Murzelo. Regedor da cidade que teve uma longa carreira concelhia e uma significativa influência no interior do grupo governativo (cf., nota biográfica n.º 86). Por via dessa relação, o biografado era cunhado de outros dois homens também ligados à administração, nomeadamente, de João Murzelo, *o moço*, filho do regedor com o mesmo nome, e de Fernando Afonso de Carvalho, casado com Beatriz Murzelo, também filha de João Murzelo, *o velho*.

O caso de Rodrigo Esteves deixa pois bem evidente o peso que as relações de parentesco assumiam no acesso e permanência no poder municipal.

Cargos concelhios:

1416/1417, Vereador
1431/1432, Vereador
1434/1435, Procurador
1436/1437, Vereador

Outros cargos:

Reuniões:

1423-janeiro-27, Presente em reunião de vereação

1431-maio-17, Presente nos Paços do Concelho enquanto testemunha de um aforamento de bens concelhios

1445-fevereiro-06, Presente em reunião de vereação

Referências documentais:

- 1417, fevereiro, 20, Rodrigo Esteves *Conto e Meio*, vereador, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 65v-66v.
- 1423, janeiro, 27, Rodrigo Esteves *Conto e Meio*, presente em reunião de vereação. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 72-73.
- 1423, dezembro, 23, Composição entre o Mosteiro de S. Domingos de Évora e Rodrigo Esteves Conto e meio, neto do Feltreiro, administrador dos bens de Mor Rodrigues, viúva de João Eanes Feltreiro, para que os frades dissessem 12 missas oficiadas... conforme estabelecido no seu testamento... os ofícios seriam pagos pelas rendas de 3 ferragiais. Rodrigo Esteves Conto e meio é neto da testadora. Diz não poder cumprir, uma vez que as rendas são insuficientes. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 2, doc. 7
- 1426, maio, 20, Évora, Rodrigo Esteves *Conto e Meio*, confrade do Hospital de Jerusalém, João Murzelo é seu sogro”, ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fls. 78v, 79, 79v, 80, 80v.
- 1426, novembro, 25, Rodrigo Esteves *Conto e Meio*, confrade de Jerusalém, ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fls. 81, 82.
- 1428, setembro, 21 confrade de Jerusalém, ADE, Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fls. 85, 85v.
- 1431, maio, 17, presente nos Paços do Concelho enquanto testemunha de um aforamento de bens concelhios. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 88, 88v.
- 1432, maio, 12, Rodrigo Esteves *Conto e Meio*, vereador. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls.90-90v.
- 1434, novembro, 27, Rodrigo Esteves *Conto e Meio*, procurador do Concelho. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 98-98v.
- 1435, março, 05, Rodrigo Esteves *Conto e Meio*, procurador do Concelho. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de*

Pergaminho (n.º 67), fls. 99-99v.

1435, junho, 08 procurador do Concelho. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 100v-101.

1437, maio, 01, “ o conto e meio” é vereador. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 104v-105. (tendo em atenção que não encontramos outros indivíduo com o mesmo alcunha/apelido, considerámos que se tratava de Rodrigo Esteves).

1437, maio, 31, Rodrigo Esteves *Conto e Meio*, testemunha de um instrumento de obrigação relativo à Albergaria de Jerusalém, ADE, Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fls. 72, 72v.

1445, fevereiro, 06, Rodrigo Esteves *Conto e Meio*, presente em reunião de vereação. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 107-107v.

1474, julho, 07, ref. a lagar, na rua das adegas, que foi do *conto e meio*. ACSE, CEC 6 – VIII, fl. 13v.

Referências bibliográficas:

Nota biográfica:

Rui Martins Toscano assumiu um significativo protagonismo urbano e um forte ascendente no interior do grupo governativo, no período correspondente aos reinados de D. Pedro e de D. Fernando.

Identificado como escudeiro e vassalo do rei, foi agraciado pelos monarcas. Recebeu de D. Pedro carta de coutada para a sua quintã e para as suas herdades de Rio de Moinhos, no termo da cidade, e de D. Fernando, em 1372, a renda dos Mouros de Évora. Concessões que testemunham a confiança e o reconhecimento que merecia por parte da coroa.

As muitas referências aos seus bens deixam claro que era detentor de um vasto património urbano e rústico, este último, composto por um conjunto significativo de herdades, que fazia dele um homem poderoso sob o ponto de vista material.

A escassez de informações, para o período em que passou pela governação urbana, e os riscos da homonímia impedem-nos de apreender a carreira concelhia deste homem, no seu todo. Não é sequer possível confirmar se corresponde ao Rui Martins que desempenhou as funções de procurador concelhio no ano de 1375/1376. De qualquer modo, estamos em crer que a passagem de Rui Martins Toscano pelo poder municipal deverá ter sido superior àquela que as fontes testemunham. A sua nomeação como procurador às cortes de Elvas de 1361 deixa adivinhar que era um homem experimentado nos meandros da administração e que merecia a confiança dos seus pares, tendo decerto algum ascendente no seio do grupo dirigente, onde se encontraria bem inserido.

Terá sido, decerto, a forte relação que mantinha com a administração municipal que justificou que Rui Martins, ao fundar uma capela, por sua alma e da sua mulher, Teresa Eanes, à qual anexou as herdades da Abóbada e de Machede, tivesse deixado a administração da mesma ao Concelho.

Os dados biográficos e familiares que temos sobre este homem não são muitos. Mas sabemos, ainda assim, que era casado com Teresa Eanes e que era irmão de Maria Eanes, que encontramos a comprar uma herdade no Pigeiro, no termo da cidade, onde Rui Martins também detinha bens. É possível que o biografado fosse aparentado de um Martim Toscano que, em período análogo ao seu, integrou também os elencos camarários (cf., nota biográfica n.º 129).

Quanto aos seus descendentes, as referências que temos dizem respeito a Aldonça Martins Toscano, que casou com Diogo Lopes Lobo. Homem oriundo de uma das principais famílias da governação que teve um papel relevante, durante a crise dinástica, ao serviço do Mestre. Esse apoio à causa do futuro monarca valeu-lhe a concessão da alcaidaria da cidade de Évora e a obtenção diversas outras mercês régias que permitiram o reforço da sua posição social.

Não sabemos se Rui Martins Toscano teve ou não outros filhos, mas será a linha de descendência ligada aos Lobo aquela que virá a assumir um maior relevo. O rápido processo de ascensão social que os Lobo conheceram, com a subida ao poder do monarca de Avis, que lhes permitirá o acesso à nobreza titulada, no espaço de três gerações, acabou por colocar os Toscano na sua dependência.

Quanto a Rui Martins Toscano deverá ter falecido por volta de 1377 ou de 1378, havendo ainda que referir, que para além da capela cuja administração pertencia ao Concelho, instituiu um conjunto de aniversários no cabido da Sé

Cargos concelhios:

1375/1376, Procurador (?)

Outros cargos:

Procurador às Cortes de Elvas de 1361

Reuniões:

de Évora, para cumprimento dos quais deixou diversos bens urbanos.

A ligação dos Toscano ao Concelho fez-se, nas gerações seguintes, essencialmente por via da sua relação com os Lobo. Nos anos trinta de Quatrocentos, encontramos ainda no Concelho alguns dos seus descendentes. É o caso, por exemplo do seu bisneto, Diogo Lopes lobo II, que foi chanceler do Concelho, em 1435 e 1436, num período em que os Lobo continuavam a exercer um fortíssimo controlo sobre a administração concelhia.

É possível, tendo em atenção os seus apelidos, que outros homens que passaram pela governação, ao longo de Quatrocentos, pudessem ser oriundos do mesmo grupo familiar de Rui Martins Toscano. Referimo-nos a Gomes Eanes Toscano, procurador do Concelho em 1411/1412 (cf., nota biográfica n.º 58), a João Toscano, procurador às Cortes de Lisboa de 1446, a Rui Toscano I, vereador nos anos sessenta, e a Rui Toscano II, que integrou os elencos camarários nas duas primeiras décadas de Quinhentos.

Tivesse sido por via da sua relação com os Lobo ou por outras linhas de descendência, os Toscano mantiveram-se ligados à governação até, pelo menos, às primeiras décadas de Quinhentos.

Referências documentais:

1356, abril 06, Rui Martins Toscano, escudeiro, é testemunha de um contrato de bens do cabido da Sé de Évora, ACSE, CEC 3/ VII a), fls. 197-199.

1361, Rui Martins Toscano, procurador às Cortes de Elvas, cf., Gabriel PEREIRA, *op. cit.*, p. 66.

1371, abril, 15, Ref. a herdade na Aldeia do Bispo e Pego do Lobo, no termo da cidade, que partem com Rui Martins Toscano, com Água do Degebe, com o Pego do Lobo, com o termo de Monsaraz, IANTT, *Chancelaria de D. Fernando*, Livro I, fls. 71v-72.

1372, fevereiro, 18, Rui Martins Toscano, vassalo do rei, recebe de D. Fernando a renda dos Mouros de Évora, IANTT, *Chancelaria de D. Fernando*, Livro II, fl. 113.

1375 ?, outubro, 27, Rui Martins, procurador do Concelho, ADE, Arquivo Municipal, *O Livro das Posturas antigas da cidade de Évora...*, fl. 14v.

1377, novembro, 27, Maria Eanes, irmã de Rui Martins Toscano, compra uma herdade em Vale de Ferreiros, no termo de Évora, que foi penhorada a Lopo Fernandes Lágrima, por 300 libras portuguesas, ACSE, CEC 10/ XIII, 3º Livro de Originais, doc. XV.

1378, janeiro, 24, Cláusula do testamento de Maria Eanes, “irmã de Rui Martins Toscano, já passado”, em que deixa ao cabido uma herdade, no Pigeiro, termo da cidade, para aniversários... ACSE, CEC 3/VII a), fls. 157-159.

1380, janeiro, 21, Évora. Coutada em Rio de Moinhos, no termo de Évora, a Diogo Lopes, vassalo do rei. Diogo Lopes afirmou que por morte de Rui Martins Toscano, cobrou uma sua quintã, em Rio de Moinhos, a qual foi coutada e defesa pelo rei D. Pedro. Pede confirmação da coutada. IANTT, *Ch. D. Fernando*, Livro II, fl. 57.

Aniversário na Sé por Rui Martins Toscano, que deixou à instituição umas casas, na rua da Lagoa, para o cumprimento dos ofícios, ACSE, CEC 4/ XVII, fl. 90.

No inventário dos bens municipais, elaborado no início do Século XV, contam-se: “as erdades da abobeda e de Machede que ficaram do testamento de Ruy Martins Toscano e de sua mulher tareja Anes pera se per ellas cantar huu capella perpetua e fazer os cirios da missa de santa Maria da qual o dito Ruy Martins leixou a ministração ao dito Concelho... e estão, agora em possa das erdades Aldonça martins filha do dito Ruy Martins Toscano e Ruy dias Lobo filho da dita aldonça martins...”, Cf., Gabriel PEREIRA, *op. cit.*, p. 112.

Outros dados:

1446, fevereiro, 02, João Toscano, procurador às cortes de Lisboa, ADE, Arquivo Municipal, *Pergaminhos Soltos da Câmara* (n.º 65), n.º 7.

1467, maio, 30/ 1467-junho-17/1467-junho-20 – Rui Toscano, vereador, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 131v-132, 132v-133.

1523, novembro, 14, Rui Toscano, vereador, ADE, Arquivo Municipal, *Livro 3º de Pergaminho* (n.º 69), fls. 160-160v.

Referências bibliográficas:

Maria Ângela BEIRANTE, *op. cit.*, 537-538.

André Madruga COELHO, *As elites urbanas medievais. O exemplo de Évora e dos Lobo (Sécs. XIII-XV) ...*, p. 102 e 128.

Nota biográfica:

As dificuldades de identificação não nos permitem saber, com total certeza, se o biografado corresponde ao homem que encontramos no Concelho nos anos oitenta de Trezentos, identificado apenas como Rui Martins ou como Rui Martins, *o moço*. A crer nessa correspondência, Rui Martins Godinho teria tido uma longa carreira concelhia que teria iniciado, ainda, enquanto jovem adulto e que se estenderá até 1414.

Não temos muitos dados sobre o quadro relacional de Rui Martins, mas este homem seria, decerto, oriundo de uma família de antiga implantação na cidade, que talvez entronque na descendência de Gonçalo Godins, que foi alcaide de Évora, em 1224, cujos membros foram estruturando os seus percursos em torno do exercício do poder local, das ordens militares e do serviço régio.

Desse grupo, e para nos referirmos apenas aos que viveram num tempo próximo do biografado, eram originários homens como Martim Vicente Godinho, vizinho e morador de Évora, que foi Corregedor do Algarve (1378-1384) e Ouvidor da Corte (1386-1400), Álvaro Mendes Godinho, Bacharel em Degredos, que era corregedor da Corte, em 1446, e João Fernandes Godinho, que exerceu funções no desembargo.

Para além da burocracia régia, os Godinho surgem também ligados às casas dos monarcas ou dos infantes. Entre eles, conta-se Estêvão Pires Godinho, referenciado entre os escudeiros de D. João I ou Fernão Godinho, que serviu o infante D. Pedro. Refira-se, ainda, que alguns dos membros desta família surgem nas ordens militares, como é o caso de Vasco Esteves Godinho, que foi Comendador de Santiago.

Muito embora não possamos estabelecer os laços concretos que Rui Martins Godinho teria com estes homens, é possível que mantivesse com eles algum grau de parentesco.

É também bastante plausível, levando em linha de conta a cronologia e os elementos identificativos usados por ambos, que Rui Martins Godinho fosse pai de Fernão Rodrigues Godinho. Homem que esteve igualmente ligado à governação, entre 1408 e 1428, tendo ambos integrado o mesmo elenco camarário no ano de 1413/1414 (cf. nota biográfica n.º 48). A ser assim, o biografado, seria avô de Diogo Fernandes Godinho, filho de Fernão Rodrigues, que, alguns anos depois, surge também no desempenho de funções concelhias. Considerando como verdadeira esta hipótese, estaremos face a mais uma linha familiar que marcou presença no poder concelhio em gerações sucessivas.

Se aos já referidos somarmos outros homens do mesmo apelido, que, nesse período, passaram também pelo Concelho, como Álvaro Mendes Godinho, que foi vereador, e João Godinho que exerceu as mesmas funções, temos bem a noção do peso que os Godinho foram assumindo na governação, ao longo do Século XV.

Não deixa de ser significativo que a presença dos Godinho no Concelho tivesse assumido maior peso num momento em que muitos dos seus membros se encontravam em clara rota de aproximação à coroa e ao serviço régio. É mesmo possível que alguns desses homens, como Álvaro Mendes Godinho, tivessem alternado no desempenho de funções régias e concelhias. Um quadro que, de alguma forma, é o reflexo do crescente peso que a coroa

Cargos concelhios:

1388/1389, Vereador
1397/1398, Procurador
1406/1407, Juiz do Cível
1413/1414, Vereador

Outros cargos:

Reuniões:

1383, 25 de Julho, Assiste à nomeação dos procuradores para jurarem o contrato de casamento

assumia na configuração dos dirigentes concelhios, mas que é também o resultado das lógicas de aproximação ao serviço régio por parte das elites locais.

Referências documentais:

s/d, Rui Martins, o moço, presente como homem bom na elaboração de posturas, ADE, Arquivo Municipal, *O Livro das Posturas Antigas da Cidade de Évora...*, fl. 49v.

s/d, 08 de agosto, Rui Martins, o moço, presente, como homem bom, na elaboração de posturas, ADE, Arquivo Municipal, *O Livro das Posturas Antigas da Cidade de Évora...*, fl. 50v-51.

11 de agosto, Rui Martins, o moço, presente na elaboração de posturas, ADE, Arquivo Municipal, *O Livro das Posturas Antigas da Cidade de Évora...*, fl. 51v.

S/d, Rui Martins Godinho presente na elaboração de posturas, cf. ADE, Arquivo Municipal, *O Livro das Posturas Antigas da Cidade de Évora...*, fl. 77.

1381, fevereiro, 07, Rui Martins, o moço, Testemunha do testamento de *Madalena Lourenço, mulher de João Esteves Zagalo, morador na cidade a par de Andreu Afonso*, BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 12, doc. 104.

1383, Julho, 25, Rui Martins é um dos homens que assiste à nomeação dos procuradores para jurarem o contrato de casamento de D. João I de Castela com D. Beatriz... Salvador Dias ARNAUT, *op. cit.*, pp. 430-431.

1388, dezembro, 19. Rui Martins, vereador, ADE, Arquivo Municipal, *O Livro das Posturas Antigas da Cidade de Évora...*, fl. 20v.

1397, oito dias de ..., Rui Martins, escudeiro, procurador. ADE, *Pergaminhos Avulso da Câmara*, n.º 16, fl.1.

1406, setembro, 06, Rui Martins Godinho, Juiz do cível. ADE, Arquivo Municipal, *Pergaminhos Soltos da Câmara* (n.º 65), n.º 14, fl. 1v.

1406, junho, 18, Rui Martins Godinho, juiz do cível. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 45-46.

1407, maio, 29, Rui Martins Godinho, confrade de Jerusalém, ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fls. 50-51v.

1411, maio, 20, Rui Martins Godinho, testemunha de um contrato de bens concelhios, realizado nos Paços do Concelho, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 54v-55.

1411, março, 08, Rui Martins Godinho, confrade do Hospital de Jerusalém. ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fls. 49-50.

1412, janeiro, 06, Rui Martins Godinho, confrade de Jerusalém, ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fls. 51v-52.

1414, janeiro, 13, Rui Martins Godinho, Vereador. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 63-63v.

Ref. a herdade de Rui Martins Godinho, ACSE, *CEC 3 – I*, fl. 15.

1426, novembro, 26, Gil Afonso, enteado de Rui Martins Godinho, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 82-83.

Referências bibliográficas:

Maria Ângela BEIRANTE, *Évora na Idade Média...*, p. 540 e p. 609.

Luís Filipe OLIVEIRA, *A Coroa, os Mestre e os Comendadores. As ordens Militares de Avis e de Santiago (1330-1449)*, Universidade do Algarve, 2009, pp. 510-511.

Nota biográfica

Tendo em atenção os seus elementos identificativos, Rui Mendes de Chaves seria oriundo de uma família instalada em Évora, desde os finais do Século XIV. Desse grupo saíram homens como Martim Gomes Chaves, grande proprietário de bens fundiários no termo da cidade, João Gomes de Chaves, que foi bispo de Évora, entre 1356 e 1368, e ainda um Rui Gomes de Chaves, todos eles irmãos.

Integrante desse mesmo grupo, mas já da geração seguinte, era também o escudeiro e vassalo régio Nuno Fernandes de Chaves, identificado como sobrinho do bispo D. João Gomes. Este membro dos Chaves assumiu algum protagonismo nos reinados de D. Pedro e de D. Fernando, tendo recebido deste monarca os direitos da mouraria de Évora, em préstamo. Apesar de surgir identificado como vizinho de Évora e sempre ter mantido uma forte relação com a cidade, desempenhou funções em Lisboa, onde era morador. Passou pelo cargo de alvazil do cível, foi juiz da Alfândega dessa cidade e regedor pelo rei também em Lisboa, culminando a sua carreira como Corregedor. O seu percurso constitui mais um exemplo da progressiva permeabilidade entre serviço concelhio e régio.

Dentro daquelas que eram as lógicas das alianças matrimoniais das elites urbanas, marcadas pela forte endogamia, os Chaves foram-se aproximando de outros grupos ligados à cidade de Évora e à sua governação. Nuno Fernandes casou com Catarina Gil de Aguiar, filha de Gil Soares, cujo apelido se contava entre os governantes locais da centúria de Duzentos. Por sua vez, os descendentes de Martim Gomes de Chaves, aproximaram-se dos Oliveira, já que a sua filha, Leonor Gomes, surge consorciada com João Mendes de Oliveira, que teve grande protagonismo concelhio nas últimas décadas de Quatrocentos, dando continuidade à longa presença da sua família na governação urbana.

Rui Mendes de Chaves entroncaria, decerto, num destes ramos familiares, sendo um homem bem inserido no seio da oligarquia. Não se estranha, por isso, a sua entrada, ainda que pontual, nos elencos camarários. De facto, tendo em atenção as referências que temos, este homem não parece ter tido uma relação muito continuada com a governação efetiva da cidade, onde só o encontramos em 1433/1434, como vereador.

A ausência de informações sobre o seu percurso de vida e sobre a sua descendência impedem-nos, como é natural, de tecer quaisquer outros considerandos sobre a sua relação com o Concelho.

Cargos concelhios:

1433/1434, Vereador

Outros cargos:

Reuniões:

Referências documentais:

1433, agosto, 12, Rui Mendes de Chaves, vereador, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 91v-92.

1433, agosto, 29, Rui Mendes de Chaves, vereador, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 93v-94.

1433, novembro, 14, Rui Mendes de Chaves, vereador, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 92v-93v.

1433, dezembro, 20, Rui Mendes de Chaves, vereador, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 94v-95.

1434, março, 03, Rui Mendes de Chaves, vereador, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 96-96v.

1438, junho, 09, Rui Mendes de Chaves, alcaide de Jerusalém, ADE, Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fls. 92, 92v.

1439, outubro, 22, Rui Mendes de Chaves, confrade do Hospital de Jerusalém, ADE, Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fls. 100v,101.

1442, novembro, 26, Rui Mendes de Chaves, confrade do Hospital de Jerusalém, ADE, Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fls. 104, 104v, 105,105v.

1445, dezembro, 18, Rui Mendes de Chaves, confrade do Hospital de Jerusalém, ADE, Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fls. 75v-76v.

(c 1470) Beatriz Gonçalves, filha de Gil Soares, que foi mulher de Rui Mendes de Chaves, deixa ao cabido uma herdade, na aldeia de Cabeceira, ACSE, *CEC 4 – XV*, fls. 7v-8 e *CEC 4 – XVII*, fl. 49v.

Referências bibliográficas:

Maria Ângela BEIRANTE, *op. cit.*, p. 541.

Mário FARELO, *op. cit.*, pp. 601-604.

Hermínia VILAR, *As dimensões...*, pp. 92-93.

Nota biográfica:

Rui Salvado era, com toda a probabilidade, aparentado de dois outros homens que encontramos na cidade nos finais do Século XIV. Referimo-nos a João Salvado, *o velho*, e ao seu filho, João Salvado, *o moço*, não sendo descabido supor que o biografado pudesse ser irmão deste último.

Os Salvado tomaram o partido do Mestre no contexto da crise. João Salvado, *o velho*, esteve presente no ato de *preito e menagem* tendo, decerto, assumido um papel de algum destaque, na cidade, na defesa da causa do futuro monarca. À semelhança do que se verificou com tantos outros, também os Salvado foram agraciados pelo monarca de Avis, em recompensa do apoio prestado. João Salvado, *o moço*, identificado como escudeiro e vassalo do rei, foi agraciado pelo monarca de Avis, logo em 1386, com a doação de umas casas, da propriedade régia, situadas na praça de Alconchel, tendo-lhe sido quitado, para sempre, o foro de 44 soldos anuais que era obrigado pagar. No ano seguinte recebeu de D. João I, o Pomar de Çaide, na periferia urbana. Foi também por intercessão do monarca que este homem obteve, posteriormente, a escrivania dos órfãos, cargo em que estava ainda investido em 1402, quando se refere que o mesmo lhe tinha sido atribuído a rogo do rei. Rui Salvado, o nosso biografado, que supomos irmão do anterior, foi também agraciado pelo monarca, alguns anos mais tarde, com a doação de um ferragial situado junto a S. Lázaro, nas imediações da cidade.

Detentores de herdades e de outros bens urbanos e rústicos, os Salvado, identificados como escudeiros e vassalos do rei, como vimos, assumiram alguma relevância no período que se segue à crise. Para além da sua presença na governação urbana surgem ainda, todos eles, ligados à confraria de Santo Antoninho, uma das mais ricas da cidade, tendo o biografado, nos inícios de Quatrocentos, passado pelas funções de alcaide do instituto.

Não conhecemos as suas origens sociais, mas talvez João Salvado, *o velho*, se identifique com João Salvado, “*alfaayte que he homem boom e antigo*”, que os oficiais concelhios ouviam quando se tornava necessário tomar decisões relativas ao grupo socioprofissional a que pertencia, sendo que quando assim foi referido já não usava do ofício. A verificar-se esta possibilidade, os Salvado teriam realizado um rápido processo de ascensão social, favorecido pelo contexto da mudança dinástica.

Mas, tivessem ou não essas origens, o que parece inquestionável é que a crise dinástica constituiu também para eles, um momento decisivo no reforço das suas posições e no engrandecimento do seu património. O posicionamento político assumido terá também favorecido a sua aproximação à governação urbana. Muito embora já tivessem anteriormente algum envolvimento com as dinâmicas da administração, o papel assumido naquele contexto e o reconhecimento régio terão, decerto, favorecido o reforço da sua posição no seio do grupo dirigente.

Vale a pena destacar, pelo que tem de relevante quanto à importância concedida ao engrandecimento da riqueza material por parte das elites urbanas, que Rui Salvado, apesar do seu processo ascensional, se encontrava fortemente envolvido nas dinâmicas económicas da cidade. Era detentor de diversas olarias e de telheiros que, sobretudo num período de forte crescimento urbano, como aquele que se vivia, se revelariam como

Cargos concelhios:

1411/1412, Juiz do Cível

Outros cargos:

Reuniões:

investimentos rentáveis.

Quanto ao Concelho, e levando em linha de conta que o seu ciclo de vida coincide com um período bastante mal documentado, é possível que a sua passagem pelos cargos tivesse sido mais significativa do que aquela que as fontes permitem captar. O desempenho das respeitadas funções de juiz e do facto de, na geração seguinte, encontrarmos próximo da governação um outro Rui Salvado II, que supomos corresponder a um seu filho, deixam adivinhar que os Salvado teriam conseguido algum ascendente no seio do círculo dirigente.

O facto deste Rui Salvado surgir referenciado entre os escudeiros do infante D. Henrique, deixa clara que as estratégias sociais dos Salvado, à semelhança do que se verificava com generalidade das famílias ligadas à governação, passavam também pela aproximação à coroa e serviço régio, entendidos como elementos decisivos no reforço das suas posições sociais.

Referências documentais:

- 1407, abril, 03, Rui Salvado, alcaide da Albergaria do Corpo de Deus de Santo Antoninho, ADE, Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital do Corpo de Deus de Santo Antoninho* (n.º 61), fls. 79v.
- 1407, junho, 26, Rui Salvado, alcaide da Albergaria do Corpo de Deus de Santo Antoninho, ADE, Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital do Corpo de Deus de Santo Antoninho* (n.º 61), fls. 81v, 82, fls. 82v, 83.
- 1409, julho, 14, ref. a casas de Rui Salvado: umas casas com 12 talhas, na Rua de Alconchel, partem com Rui Salvado. ADE, Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital do Corpo de Deus de Santo Antoninho* (n.º 61), fls.84, 84v.
- 1409, novembro, 29, ref. a vinha, dos bacharéis: na Ribeira da Lage, pelo caminho do monte do Zagalo, acerca de Santa Maria do espinheiro. Parte com vinha de Rui Salvado, ACSE, *Pergaminhos dos Bacharéis*, Pasta 2, doc. 160.
- 1411, agosto, 29, Juiz do Cível. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 55v-56.
- 1411, setembro, 26, Juiz do cível. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 56v-57.
- 1411, outubro, 17, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 58v-59v.
- 1411, novembro, 14. Juiz do cível. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 57-58v.
- 1412, janeiro, 23, Juiz do cível. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 60-61.
- 1412, março, -29, Évora, dentro da câmara dos Paços do Concelho, Perante os oficiais compareceu, Rui Salvado, “sendo ele com eles em a dita vereação”, a quem aforaram, juntamente com Catarina Pires, sua mulher, durante os dias de sua vida e por outra pessoa, um chão do Concelho junto das olarias, que estão a direito da Porta de Alconchel, onde Rui Salvado tem os cozedores dos fornos, ambos de telha. E também as casas “onde põem as telhas de ambos” e as eiras em que lançam as telhas... parte com o ferragial de Rui Salvado em que estão os seus fornos de telhas e talhas, com o rossio do Concelho que ora tomou de emprazamento João Gomes Serrão, em que estão outras eiras dos fornos velhos do dito Concelho... ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), Fl. 62.
- 1412, março, 29, Rui Salvado, Juiz do Cível, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 62-63.
- 1412, agosto, 29, Lisboa. Doação a Rui Salvado, vassalo do rei, morador em Évora, que disse que acerca da cidade de Évora, a par de s. Lázaro, jaz um ferragial, parte com ferragiais de S. pedro, com ferragial de Rui Gomes Golhelmo, pelo caminho de S. Lázaro, que permanece devasso e se não lavra, e não lhe sabem dono nenhum há 40 anos e ficou destinto sem herdeiro... pertencendo, agora, ao rei... solicita que o mesmo lhe seja doado... IANTT, *Chancelaria de D. João I*, Livro III, fl. 145v.
- 1413, abril, 26, Ref. a João Domingues e Leonor Afonso, sua mulher, amos de Rui salvado. Aforam vinha de S. Bento. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 5, doc. 39.
- 1432, fevereiro, 02, Ref. a Ferragial de Rui salvado, junto a S. Lázaro. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 3, doc. 65.
- 1436, abril, 30, João Afonso criado de Rui Salvado, DE, Câmara Eclesiástica, Cx 339, doc. 2.
- 1447, março, 10, Casa na rua de Alconchel, acerca da praça, que partem com adega com casas de Catarina Pires, mulher que foi de Rui Salvado. ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital do Corpo de Deus de Santo Antoninho* (n.º 61), fls. 50, 50v.
- Rui Salvado II
- 1449, janeiro, 19, Évora, igreja de Santo Antoninho. Compareceu Rui Salvado, escudeiro do Infante D. Henrique, e Beatriz Gomes, sua mulher. Afirmam que junto das suas casas de morada, que são na Rua de Alconchel, o hospital tem umas casas, muito danificadas. Estão paredes meias com as casas de Rui Salvado. ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital do Corpo de Deus de Santo Antoninho* (n.º 61), fls. 56, 57.
- 1449, janeiro, 19 testemunha de um aforamento do Hospital de Santo Antoninho, ADE, Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital do Corpo de Deus de Santo Antoninho* (n.º 61), fls. 57-57v.
- 1449, março, 03, ref. a casas: de uma casa, na Rua de Alconchel, abaixo da praça. Parte com Rui Salvado. ADE, Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital do Corpo de Deus de Santo Antoninho* (n.º 61), fls. fls. 58, 58v.
- 1455, junho, 19, Testemunha de um aforamento nos Paços do Concelho, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 120v-121.

1460, janeiro, 25, confrade de Santo Antoninho, ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital do Corpo de Deus de Santo Antoninho* (n.º 61), fls. 107v, 108.

1461, outubro, 06, alcaide da Albergaria de Santo Antoninho, ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital do Corpo de Deus de Santo Antoninho* (n.º 61), fls. fls. 109, 110v.

1462, abril, 06 alcaide da Albergaria de Santo Antoninho, ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital do Corpo de Deus de Santo Antoninho* (n.º 61), fls. 110v, 111v.

1462, julho, 25, confrade de Santo Antoninho, ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital do Corpo de Deus de Santo Antoninho* (n.º 61), fls. 111v, 112v.

1463, setembro, 16, confrade de Santo Antoninho, ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital do Corpo de Deus de Santo Antoninho* (n.º 61), fls. 113v, 114v.

1465, fevereiro, 26 - Abr., 1, Évora *Sentença contra Fernão de Melo, Alcaide-Mor de Évora, no conflito que o opunha à Vereação da cidade, em torno da posse das dízimas de algumas sentenças (nomeadamente das "bravas" e da almotaçaria)*. Rui Salvado é Juiz, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 130v-131v.

1470, fevereiro, 25, confrade de Santo Antoninho, ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital do Corpo de Deus de Santo Antoninho* (n.º 61), fls. 122v, 123v.

1471, junho, 08, vereador. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 138v-139.

1473, agosto, 11, ref. a casas situadas abaixo da igreja de Santo Antão, na Rua de Alconchel. Partem com casas de Foro de Rui Salvado. ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital do Corpo de Deus de Santo Antoninho* (n.º 61), fls. 128v, 129v.

1474, outubro, 14, Évora, na Sé, o cabido diz ter um ferragial acerca da cidade da parte do moinho de vento que é o caminho que vai para o Vimieiro, parte com o dito caminho de longo e com horta do cabido, e da outra com ferragial de Santiago de longo e entesta com ferragial que foi de Rui salvado. ACSE, CEC 6 – VIII, fls. 25-25v.

1479, dezembro, 27, ref. a casas que se situam na rua de Alconchel, junto com a igreja de Santo Antão. Partem com casas do foro de Rui Salvado, ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital do Corpo de Deus de Santo Antoninho* (n.º 61), fls. 132, 133 Lápis /370, 371.

1480, setembro, 02, a propósito da construção da igreja de S. Sebastião, faz-se referência aos oficiais que então eram, entre os quais Rui Salvado. CEC 3 /VII c), Fls. 135-137v.

1482, novembro, 09, ref. a vinha dos bacharéis, na Ribeira da Lage, no caminho da coutada do Macedo, parte com outra de Rui Salvado. ACSE, *Pergaminhos dos Bacharéis*, Pasta 3, doc. 262.

1486, março, 14, ref. a ferragial que foi de Rui Salvado, foreiro à igreja de S. Pedro. ACSE, *Pergaminhos dos Bacharéis*, Pasta 3, doc. 268.

1496, abril 26, ref. a João Gonçalves, criado de Rui salvado, por 14.000 reais brancos. ACSE, CEC 6 – VIII, 134v-135.

1502, janeiro, 17, Rui Salvado, escudeiro, morador na cidade de Évora, traz casas do rei aforadas, localizadas na praça dessa cidade, onde costumava estar a casa das sisas... IANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 17, fl. 112v

João Salvado, o *velho* e o *moço*:

1379 (?), outubro, Era de mill e iijc e xbij dias [sic] d'outubro o dicto Vasco Gill juiz e vereadores por proll e boo rregimento da dicta çidade mandarom chamar Joham Ssalvado alfaayte que he homem boom e antiigo e nom husa ja do dicto mester pera saberem per ell e sserem çertos daquello que com razom aguisada os alfayates mereçiam..., ADE, *O Livro das Posturas Antigas da Cidade de Évora...*, fl. 25.

1381, dezembro, 20, João Salvado, confrade da Albergaria de santo antoninho, ADE, Arquivo Municipal, *Pergaminhos do Hospital do Corpo de Deus de santo Antoninho* (nº 61), fl. 8.

1384, dezembro, 18, João Salvado, o *velho*, está presente, na posição 81, no ato de preito e menagem ao Mestre, que ocorreu no adro da Sé de Évora. ACSE, *RR5a*), publicado por Maria Ângela BEIRANTE, "O Alentejo na 2.ª Metade do Século XIV – Évora na crise de 1383-1385", *Estudos Medievais*, Porto, Nº7, 1986, p. 119-154

1386, abril, 22, no arraial sobre Chaves. Doação de casas a João Salvado, o moço, vassalo do rei, morador na cidade de Évora, de 44 soldos que deveria pagar de umas casas, propriedade régia, na porta de Alconchel. IANTT, *Chancelaria de D. João I*, Livro I, fl. 175.

1387, dezembro, 15, João Salvado o *Velho* e João Salvado o *Moço* são confrades do Hospital de Santo antoninho, ADE, Arquivo Municipal, *Pergaminhos do Hospital do Corpo de Deus de santo Antoninho* (nº 61), fls. 11, 12.

1388, setembro, 15, João Salvado, o *Moço*, compra quinhão de herdade de Mal Degolados, BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 4, doc. 11g

1390, março, 04, João Salvado, o *Moço*, toma posse de um quinhão de herdade que foi de Aires Eanes Calça, localizada no termo de Évora, no caminho velho de Portel, junto à ribeira dos Mal Degolados. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 4, doc. 11, doc. 8.

1387, janeiro, 25, Guimarães. Outorga, em tença, enquanto sua mercê for, a João Salvado, escudeiro do rei, o seu lugar, no termo de Évora, que se chama Pomar de çaide. IANTT, *Chancelaria de D. João I*, Livro I, fl. 178.

1395, maio, 13, Venda realizada por João Salvado, o moço, morador em Évora, e sua mulher, Catarina Martins, a Fernão Gonçalves, mercador, e a Catarina Anes, moradores na mesma cidade, de uma herdade, localizada no caminho velho de Portel, na ribeira dos Degolados, por três mil libras de dinheiros Portugueses. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 04, doc.11,9)

1395, novembro, 06, João Salvado, escrivão dos órfãos, BPE, *Pergaminhos Avulso*, Pasta 12, doc. 49.

1402, setembro, 13, João Salvado tinha a escrivaninha dos órfãos, a rogo do rei. Nesse momento não se encontrava no ofício por ser homiziado..., ADE, Arquivo Municipal, *Pergaminhos Soltos da Câmara* (n.º 65), n.º 5.

Referências bibliográficas:

Nota biográfica

Infelizmente, e face à ausência de outros elementos, não podemos adiantar muito sobre este homem que parece ter mantido um contacto regular com a administração.

Cargos concelhios:

1406/1407, Vereador
1407/1408, Vereador
1416/1417, Procurador

Outros cargos:

Reuniões:

Referências documentais:

1406, setembro, 06, Rui Pires, vereador, ADE, Arquivo Municipal, *Pergaminhos Soltos da Câmara* (n.º 65), n.º 14, fl. 1v.
1408, junho, 06, Rui Pires, vereador, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 48v-49v.
1417, fevereiro, 20, Rui Pires, vereador, procurador do Concelho. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 65v-66v.

Referências bibliográficas:

Nota biográfica:

A presença no Concelho, em período sequencial, de dois indivíduos com o mesmo nome e patronímico, e, por vezes, só identificados em função deles, impedem-nos de delinear claramente as suas carreiras. Referimo-nos a Vasco Afonso Salgueiro, que passou na governação nos finais de Trezentos (cf., nota biográfica n.º 165), e a Vasco Afonso do Samouco, que só em alguma documentação é referenciado a partir do apodo/topónimo de origem geográfica.

De qualquer modo, tendo em atenção o protagonismo e a influência que teve no interior do Concelho, estamos em crer que Vasco Afonso de Samouco terá sido detentor de uma longa carreira concelhia, sendo um homem experiente na governação, sobretudo nas funções de vereador. Esta experiência deverá ter contado para a sua nomeação como regedor, já que este cargo tinha como um dos seus principais objetivos, precisamente, tutelar a vereação, pelo que a experiência prévia nessas funções não deveria ser de somenos importância.

Cargos concelhios:

1408/1409, Vereador
1415/1416, Vereador
1420/1421, Vereador
1427/1428, Regedor
1430/1431, Juiz

Outros cargos:

Reuniões:

Referências documentais:

- 1408, julho, 21, Vasco Afonso, vereador, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho*, n.º 67, fls. 50-50v.
1408, outubro, 27, Vasco Afonso, vereador, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho*, n.º 67, fls. 50v-51.
1416, junho, 22, Vasco Afonso, vereador, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho*, n.º 67, fls. 65-65v.
1419, setembro, 07, Frei Lourenço de Évora em nome do convento de São Francisco de Évora e da capela de Sancha Anes disse a Domingos Anes, lavrador, morador em Évora, que Vasco Afonso de Samouco que era vedor das herdades que são anexas à referida capela errara no seu ofício e, por isso, fora substituído por ele, frei Lourenço. Assim, agora era a ele que pertencia pôr e tirar lavradores nas ditas herdades e receber os frutos e novas e rendas delas, pelo que o Domingos Anes, que era lavrador da herdade da Abóbada, daqui em diante não devia acudir com nada ao citado Vasco Afonso e só a frei Lourenço. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 12, doc. 45, b).
1421, março, 22, Vasco Afonso do Samouco; vereador, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Pequeno de Pergaminho* (n.º 66), fl.46v.
1427, agosto, 30, Vasco Afonso, escudeiro, regedor da cidade, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho*, n.º 67 fls. 78-78v.
1428, abril, 21, Vasco Afonso, juiz do cível, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho*, n.º 67, fls. 84-84v.
1431, junho, 29, Vasco Afonso do Samouco, juiz da cidade, BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 5, doc. 5.
1435-setembro-03, Vasco Afonso do Samouco, morador em Évora, afora parte de uma rua da cidade, com a condição de a cerrar e tapar... ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho*, n.º 67, fls. 101v-102.

Referências bibliográficas:

Nota biográfica:

A apreensão da carreira de Vasco Afonso Salgueiro apresenta algumas dificuldades uma vez que, em período sequencial, encontrámos nos cargos um outro homem detentor do mesmo nome patronímico, que só em alguns documentos surge referenciado como Vasco Afonso do Samouco (cf., nota biográfica n.º 164). Na prática, torna-se impossível distingui-los quando não são referenciados a partir de um outro elemento identificativo. Acresce a isso o facto de o grosso da sua possível carreira poder ter coincido com o final dos anos oitenta e os anos noventa de Trezentos que são bastante mal documentados.

Apesar de não encontrarmos referências à sua presença no Concelho no período que se segue à crise, estamos em crer, tendo em atenção o seu envolvimento político nesse contexto e a sua proximidade face ao grupo dirigente, que a sua relação com a administração terá sido bem mais duradoura do que aquela que as fontes deixam transparecer.

Vasco Afonso Salgueiro acompanhou o grosso dos dirigentes municipais na opção tomada em favor da causa do *Mestre* de Avis. Esteve presente, ao lado de muitos outros homens que se movimentavam em torno da administração municipal, ano do ato público, realizado na cidade, em 1384, em que se reconheceu o *Mestre* como defensor e regedor do reino. Este posicionamento deverá ter contribuído para reforçar a sua ligação ao poder municipal. É possível que, para além do desempenho dos cargos com assento nas reuniões de vereação, tivesse passado também pelas funções de juiz e de partidador dos órfãos. O biografado deverá corresponder ao *salgueiro*, que numa das ordenações relativas ao juizado dos órfãos, era um dos três “boons e de boa condiçom”, que se consideraram adequados para o exercício das funções de partidador.

A ausência de dados de natureza sociofamiliar não permite tecer outras considerações sobre Vasco Afonso. De qualquer modo, este homem, detentor de herdades no termo da cidade e que assumia algum protagonismo urbano, incluía-se, decerto, entre o grupo de escudeiros que se movimentavam em torno da administração municipal.

Cargos concelhios:

1395/1396, Vereador

Outros cargos:

Partidor dos órfãos (?)

Reuniões:

1402, maio, 13, presente em reunião de vereação.

Referências documentais:

1384, dezembro, 18, Vasco Afonso Salgueiro está presente no ato de preito e menagem ao Mestre, que ocorreu no adro da Sé de Évora. ACSE, *RR5a*), publicado por Maria Ângela Beirante, “O Alentejo na 2.ª Metade do Século XIV – Évora na crise de 1383-1385”, *Estudos Medievais*, Porto, N.º7, 1986, p. 119-154.

1395, novembro, 27. Vasco Afonso Salgueiro, Vereador. ADE, Arquivo Municipal, *O Livro das Posturas antigas da cidade de Évora*, fl. 70v.

1402, maio, 13, Vasco Afonso Salgueiro, presente em reunião de vereação, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 28v-29v, 31v-33, fls. 38-39v.

1408, ref. a Vasco Afonso, juiz dos órfãos, genro de Inês Afonso do Mato. Afora pardieiro na rua dos Mercadores. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 18, doc. 15. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 17, doc. 30.

1411, outubro, 04, Vasco Afonso Salgueiro, Testemunha de um contrato dos bacharéis da Sé. ACSE, *Pergaminhos dos Bacharéis*, Pasta 2, doc. 164.

1413, janeiro, 13, Testemunha de contrato da Albergaria de Jerusalém: Luís Vasques, filho de Vasco Afonso Salgueiro. ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fl. 54.

Doc. Sem data, testemunha de um contrato. ADE, Misericórdia, *Pergaminhos das Albergarias ou Hospitais do Corpo de Deus*

da Sé, do Santo Espírito, S. Bartolomeu e S. Gião (n.º 63), fl. 97.

Doc. sem data, Na “Hordenaçom de como o juiz dos orfãos e scripvam ham de llevar o seu direito...”, incluída no Livro de Posturas, define-se que o partidores sejam “trres e mais nom e que sejam Pero Ferrnandez e Pero Anes e o Sallgueyro porque som boons e de boa condiçom...”, ADE, Arquivo Municipal, *O Livro de Posturas Antigas da Cidade de Évora...*, fl. 62v, 63.

C 1424, referência à herdade que foi do Salgueiro, ACSE, CEC 3/1, fl. 28v.

Referências bibliográficas:

Nota biográfica

Vasco Durães seria, muito provavelmente, oriundo dos meios do pequeno oficialato urbano, já que surge identificado como filho do tabelião eborense Durão Sentil e irmão de Rui Durães, que exerceu funções de escrivão ao serviço do seu pai. É possível que fosse também irmão de um Gonçalo Durães que foi alcaide da Albergaria de Santo Antoninho.

Vasco Durães teve uma carreira concelhia de alguma longevidade, que se desenvolveu ao longo das décadas de oitenta e noventa, passando pelos cargos de procurador, vereador e juiz.

O seu percurso cruzou-se com a crise dinástica, na qual tomou claramente o partido do Mestre de Avis, acompanhando nessa decisão o grosso dos homens ligados ao poder municipal. Marcou presença no ato de preito e menagem, em que se reconheceu o Mestre como regedor e defensor do reino, onde encontramos também o seu pai Durão Sentil e o seu possível irmão, Gonçalo Durães.

O posicionamento que assumiu terá favorecido a sua continuidade na gestão municipal, onde o encontramos logo em 1385, nas funções de procurador. Para além dos cargos eletivos de rotatividade anual, terá ainda desempenhado as funções de juiz dos resíduos, que, como se comprova, ia sendo atribuído a homens fortemente comprometidos com a gestão municipal.

Para além dos dados de natureza familiar já referidos, sabemos, ainda, que Vasco Durães era casado com Clara Eanes e que foi pai de Leonor Vasques, legitimada, por carta de D. João I, em 1401. Não sabemos, contudo, se terá tido outros filhos, nem se a sua linha familiar se manteve ligada à administração municipal nas gerações seguintes.

Vasco Durães terá falecido no ano de 1400 ou de 1401, quando encontramos Clara Eanes, identificada como sua viúva, a instituir aniversários na igreja de Santiago, de que era freguesa, para cumprimento dos quais deixou diversos bens. A sua riqueza patrimonial e a sua disponibilidade financeira fica também testemunhada pelo facto de ter comprado, em 1405, parte da herdade da Fonte Boa, no termo da cidade, por uma soma considerável. Ainda nesse ano, terá feito também uma doação avultada ao Mosteiro de S. Francisco, já que os frades, considerando que Clara Eanes fez uma “esmola mui grande para se levantar o coro”, se comprometeram a cumprir certos ofícios religiosos por sua alma. As compras e as dádivas efetuadas, estas revelando fortes preocupações com a morte e com a salvação da alma, deixam evidente a capacidade económica e mesmo a disponibilidade financeira que teria. Muito embora não tenhamos muitas informações a este propósito, é possível que parte desta riqueza tivesse sido adquirida por via das atividades comerciais, já que Vasco Durães se movimentaria com facilidade nos meios mercantis da cidade, sendo em alguns documentos identificado como mercador.

Vasco Durães constitui um bom exemplo dos homens que não sendo oriundos das mais influentes famílias ligadas à governação conseguiram, ainda assim, uma relação duradoura com a administração.

Cargos concelhios:

1380/1381, Vereador
1385, Procurador
1388/1389, Vereador
s/d, Juiz

Outros cargos:

1392, setembro, 22. Vasco Durães é juiz dos resíduos

Reuniões:

Referências documentais:

1380, Julho, 02, Confrade do Hospital de Jerusalém. ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fl. 1v.

1380, outubro, 13. Vasco Durães, vereador. ADE, Arquivo Municipal, *O Livro das Posturas Antigas da cidade de Évora*, fl. 26v.

1384, dezembro, 18, Vasco Durães está presente no ato de preito e menagem ao Mestre, que ocorreu no adro da Sé de Évora. Estão também presentes Gonçalo Durães e Durão Sentil. ACSE, *RR5a*), publicado por Maria Ângela Beirante, “O Alentejo na 2.ª Metade do Século XIV – Évora na crise de 1383-1385”, *Estudos Medievais*, Porto, Nº7, 1986, p. 119-154.

1385, s/d, Vasco Durães, procurador do Concelho. ADE, Arquivo Municipal, *O Livro das Posturas Antigas da cidade de Évora*, fl. 53.

1386, janeiro, 07, Vasco Durães, confrade do Hospital de Jerusalém, ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fl. 11v.

1387, novembro, 10, Vasco Durães e João Eanes, mercadores (...); confrades de Jerusalém, ADE, Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fl. 13v.

1388, dezembro, 19, Vasco Durães, vereador, ADE, Arquivo Municipal, *O Livro das Posturas antigas da cidade de Évora*, fl. 20.

1391, setembro, 11, Vasco Durães, confrade do Hospital de Jerusalém, ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fl. 20v.

1392, setembro, 22. Vasco Durães é juiz dos resíduos. ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fl. 24.

1396, Um Vasco Durães é testemunha de contrato de Santiago. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 13, doc. 98.

1396, março, 16, entre as testemunhas de um emprazamento da igreja de Santiago, um Vasco Durães, filho de Durão Sentil, tabelião, BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 19, fl. 5.

1396, agosto, 21, entre as testemunhas de um contrato de bens da igreja de Santiago, conta-se Vasco Durães, filho de Durão Sentil, BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 19, fl. 24, 25.

1401, maio, 15, Santarém. Legitimação de Leonor Vasques, filha de Vasco Durães, morador em Évora, casado, e de uma mulher solteira... IANTT, *Chancelaria de D. João I*, Livro II, fl. 151v.

1401, ?, 19, Clara Eanes, viúva de Vasco Durães, faz doação de um conjunto de bens à igreja de Santiago de Évora, para aniversários... Rodrigo Afonso Fuseiro e João Lameira são testemunhas. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 21, doc. 50.

1405, março, 28, Clara Eanes, viúva de Vasco Durães, compra um quinhão da herdade da Fonte Boa, no termo de Évora. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 5, doc. 26.

1405, abril, 01, Os frades de S. Francisco comprometem-se a realizar certos ofícios religiosos por alma de Clara Eanes, viúva de Vasco Durães, filha de João Tomé e irmã de Gonçalo Eanes, tendo em atenção que fez uma doação avultada ao mosteiro para se reparar o coro da igreja. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 16, doc. 76.

1406, outubro, 17, A Clara Eanes, viúva de Vasco Durães faz doação a Leonor Vicente, sua sobrinha, do domínio útil de um quintal da igreja de Santiago de Évora, BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 16, doc. 62.

1426, novembro, 26, referência a uma herdade que a Albergaria de Jerusalém tem no termo da cidade, ante o caminho que vai para S. Manços e o que vai para Monte do Trigo, no lugar de Cabaços., a qual foi de Vasco Durães e de Clara Eanes, sua mulher, que a deixaram ao Hospital, em esmola, ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fl. 82, 83.

Sem data/ Vasco Durães, juiz, presente na elaboração de posturas, ADE, Arquivo Municipal, *O Livro das Posturas antigas da cidade de Évora*, fl. 12.

Sem data, Vasco Durães, como vereador, presente na elaboração de posturas, ADE, Arquivo Municipal, *O Livro das Posturas antigas da cidade de Évora*, fl. 24v.

Gonçalo Durães:

Por exemplo: 1387, dezembro, 29, Gonçalo Durães, alcaide da Albergaria de santo Antoninho, ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital do Corpo de Deus de Santo Antoninho* (n.º 61), fl. 11.

Rui Durães:

Por exemplo, 1402, abril, 30, Rui Durães, escrivão dado por carta de el rei a Durão Sentil, seu pai, ACSE, *Pergaminhos do Bacharéis*, Pasta 2, doc. 130.

Referências bibliográficas:

Nota biográfica

Infelizmente, não sabemos muito sobre este homem que teve alguma influência no seio do grupo dirigente. Vasco Eanes do Crato Inclui-se entre os oficiais concelhios que foram substituindo os primeiros regedores nomeados no *Regimento*, tendo provavelmente sido escolhido pelos seus pares para essas funções. Muito embora, por estes anos, o cargo tivesse perdido alguma relevância, ele continuaria a ser atribuído a homens respeitados e experientes no seio da governação. Seria esse, decerto, o caso do biografado.

Não temos muitos dados sobre as origens e o quadro familiar e relacional de Vasco Eanes do Crato. O patronímico e o apodo/topónimo geográfico que tinham em comum pode indiciar que tivesse algum grau de parentesco com Pedro Eanes do Crato, que passou pelo Concelho, nas décadas finais de Trezentos (cf., nota biográfica n.º 139). De qualquer modo, sem outros dados, torna-se difícil confirmar essa relação ou tecer outras considerações de natureza biográfica ou sociofamiliar sobre este homem.

Cargos concelhios:

1427/1428, Vereador
1430/1431, Regedor
1435/1436, Vereador

Outros cargos:

Reuniões:

Referências documentais:

- 1414, julho, 17, Ref. a vinha de Vasco Eanes do Crato, na Lagardona. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 5, doc. 46.
1427, agosto, 30, Vasco Eanes do Crato, vereador. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 78-78v.
1427, novembro, 05, Vasco Eanes do Crato, presente nos Paços do Concelho, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 79-79v.
1430, julho, 22, Vasco Eanes do Crato, Regedor. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 85v-86.
1435, setembro, 03, Vasco Eanes do Crato, vereador. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 101v-102.
1440, junho, 13, D. Afonso V legitima Fernão Vasques, filho de Vasco Eanes do Crato, morador na cidade de Évora, e de Catarina Rodrigues, ambos solteiros ao tempo do seu nascimento., IANTT, Chancelaria de D. Afonso V, liv. 20, fl. 125.
1436, janeiro, 06, Vasco Eanes do Crato, vereador. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 102v-103.
1436, fevereiro, 20, Vasco Eanes do Crato, vereador. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 103-103v.
1448, maio, 21, ref. a um quinhão de herdade de Vasco Eanes do Crato, no termo da cidade, no logo onde chamam Buçalfão. Parte com a Ribeira de Machede, ACSE, CEC 3 – VII a), fls. 237-243.
1456, junho, 22, ref. a um ferragial, no termo da cidade atrás das olarias. Parte com a mulher q foi de Vasco Eanes do Crato. ACSE, *Pergaminhos dos Bacharéis da Sé de Évora*, Pasta 3, doc. 216.

Referências bibliográficas:

Nota biográfica:

Este homem é filho do poderoso mercador Fernão Gonçalves Façanha. A sua presença no Concelho, bem com a do seu irmão, Garcia Fernandes Façanha, é o testemunho da influência e do ascendente que o seu pai conseguiu obter no círculo governativo e que lhe permitiu dar continuidade da sua linha familiar na administração municipal (cf., respetivamente, as notas biográficas n.ºs 41 e 50).

Não podemos, de facto, falar deste homem sem nos referirmos a Fernão Gonçalves, que foi um dos mercadores que teve maior protagonismo no Concelho. O seu envolvimento nas dinâmicas da governação beneficiou quer da sua relação clientelar mantida com os Façanha, uma das tradicionais famílias ligadas à governação, de quem adotou o apelido, quer do papel assumido no contexto da crise dinástica em prol da causa do Mestre.

Vasco Fernandes e o seu irmão foram, pois, beneficiários dessa teia de relações e de cumplicidades contruídas no seio do círculo governativo, pelo seu progenitor.

O biografado, apesar de não ter alcançado a mesma notoriedade de Fernão Gonçalves, manteve, ainda assim, uma ligação prolongada com a administração, tendo passado pelas funções de vereador e procurador do Concelho, curiosamente um cargo que o seu pai também desempenhou.

A força do parentesco e a quase hereditariedade de funções, que marcavam as lógicas de funcionamento concelhio, ficam bem evidentes quando se analisa o percurso do filho do mercador.

Cargos concelhios:

1415/1416, Vereador
1425/1426, Procurador

Outros cargos:

Reuniões:

1414, abril, 06, presente nos
Paços do Concelho

Referências documentais:

1414, abril, 06, Évora, Vasco Fernandes Façanha, presente nos Paços do Concelho, ao lado os oficiais eleitos, quando é lida uma missiva do infante D. Duarte... ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 70-70v.

1416, junho, 22, Vasco Fernandes Façanha, vereador, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho*, (n.º 67), fls. 65-65v.

1425, outubro, 17, Vasco Fernandes Façanha, procurador do Concelho, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho*, (n.º 67), fls. 76-77v.

Outros dados:

1412, janeiro, 06, ref. a Vasco Fernandes, filho de Fernão Gonçalves, mercador, ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fls. 52v,53.

1438, abril, 03, Garcia Fernandes, filho de Fernão Gonçalves, mercador. ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fl. 98.

Referências bibliográficas:

Joaquim Bastos SERRA, "Entre o comércio e a governação local. Fernão Gonçalves Façanha: um mercador eborense de finais da Idade Média". *Medievalista* [Em linha]. N.º16 (Julho - dezembro 2014). Disponível em <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA16/serra1607.html>

Nota biográfica:

Para além dos dados que dizem respeito à sua passagem pelas funções de juiz régio e concelhio, não temos outras informações sobre este homem que, diga-se, não parece ter tido uma relação muito duradoura com a cidade.

Não o encontramos em outras instituições urbanas, nomeadamente nas Albergarias, o que é bastante revelador, a esse nível, já que estas se encontravam bem enraizadas no tecido social urbano. Corre no mesmo sentido o facto de não termos detetado qualquer referência a bens patrimoniais que pudesse ter na cidade, havendo, ainda a considerar que não encontramos em Évora outros detentores do seu apelido.

Muito embora esta realidade possa decorrer, obviamente, da escassez documental, ela não pode deixar de constituir também um indício do fraco enraizamento de Vasco Gonçalves na cidade.

Ainda que tivesse ligações à oligarquia local, e certamente as teria, no seu caso, estamos em crer que a sua entrada na administração municipal se ficou mais a dever à proximidade que tinha com a coroa e o serviço régio do que, propriamente, ao peso das relações locais. O desempenho de funções e juiz pelo rei deixa adivinhar que se movimentaria próximo dos círculos régios.

Refira-se que a alternância entre funções régias e concelhias, patenteada por este homem, é, de algum modo, sintomática do crescente peso que a coroa assumia na vida concelhia. Lembremos que, nessas décadas iniciais de Quatrocentos, em que a cidade conhecia uma crescente projeção, a máquina administrativa do poder central e as lógicas da coroa se faziam sentir com intensidade em Évora, como a publicação do *Regimento* claramente confirma.

É possível que, à semelhança do que ocorreu com tantos outros, também este homem – que talvez pudesse ter algum grau de parentesco com o escudeiro e vassalo régio Vasco Lourenço do Vinhal ou com seus filhos, Gonçalo Vasques do Vinhal e Aires Vasques do Vinhal – se encontrasse em rota de aproximação a Évora, quando esta se afirmava como uma das principais cidades cortesãs.

Cargos concelhios:

1407/1408, Juiz do Cível
1420/1421, Juiz ordinário

Outros cargos:

1405, novembro, 07, Juiz da
correição

Reuniões:

Referências documentais:

1405, novembro, 07, Sentença dirimida por Vasco Gonçalves do Vinhal, juiz da correição, BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 4, doc. 23.

1407, dezembro-25, Vasco Gonçalves do Vinhal, escudeiro, juiz do cível. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 45-47.

1408, janeiro, 20, Vasco Gonçalves do Vinhal, escudeiro, juiz do cível. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 47v-48.

1408, abril, 24, Vasco Gonçalves do Vinhal, escudeiro, juiz do cível. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 7, doc. 12 e 50

1408, maio, 26, Vasco Gonçalves do Vinhal, escudeiro, juiz do cível. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 48-48v.

1408, junho, 06, Vasco Gonçalves do Vinhal, escudeiro juiz. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 48v-49v.

1420, setembro, 06, Vasco Gonçalves do Vinhal, escudeiro, juiz. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 68-68v.

Outros dados:

1400, janeiro, legitimação de Gonçalo Vasques do Vinhal e de Aires Vasques do Vinhal, vassalal do rei, filhos de Vasco Lourenço do Vinhal e de Senhorinha Eanes, sua mulher, solteira ao tempo da nascença... IANTT, *Chancelaria de D. João I*, livro II, fl. 164

Referências bibliográficas:

Nota biográfica

Vasco Martins Chainho era oriundo de uma família cujo apelido se deteta, em Évora, desde os finais do Século XIII, quando assumia algum relevo, nas dinâmicas urbanas, um João Pires Chainho que era detentor de um herdamento em Machede, no termo da cidade.

Não podemos estabelecer objetivamente os laços de parentesco de Vasco Martins com outros detentores do mesmo apelido, mas é provável, tendo em atenção o seu patronímico, que fosse filho de Martim Chainho, que foi confrade e alcaide da Albergaria do Corpo de Deus da Sé, e que, decerto, deverá ter tido algum protagonismo urbano.

É possível que o biografado fosse irmão de Afonso Martins Chainho, que exerceu funções concelhias, também como vereador, em 1405/1406 (cf., nota biográfica n.º 8). A presença dos dois irmãos, em sequência no Concelho, revelando alguma capacidade de inserção no núcleo dirigente, deixa clara a estratégia familiar de aproximação ao poder municipal.

Contudo, a ligação dos Chainho à governação urbana não parece ter tido muita continuidade, já que não encontramos o seu apelido, entre os que se movimentavam em torno do Concelho, nas décadas seguintes. Muito embora essa realidade possa decorrer da volatilidade dos apelidos, em fase de fixação e que nem sempre passavam para as gerações seguintes, os membros desta família não parecem, de facto, ter tido uma relação muito duradoura com o Concelho, não se incluindo entre as famílias mais relevantes da governação urbana.

Na segunda metade do Século XV, encontramos, na cidade, outros detentores deste apelido, cujo grau de relação com o biografado não podemos apurar, mas que revelam a forte relação de alguns dos membros desta família com as dinâmicas económicas do mundo urbano, sendo também evidentes as lógicas de aproximação ao serviço régio e aos meios cortesãos, testemunhada pela presença de Lopo Chainho, entre os cavaleiros do Duque de Viseu.

Cargos concelhios:

1407/1408, Vereador

Outros cargos:

Reuniões:

Referências documentais:

1402, abril, 04, Quinta aforada a Vasco Martins Chainho. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fl. 27v-28v.

1407, dezembro, 25, Vasco Martins Chainho, vereador. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 45-47.

1408, janeiro, 20, Vasco Martins Chainho, vereador. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 47v-48.

1408, junho, 06, Vasco Martins Chainho, vereador. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 48v-49v.

Outros dados:

1295, Julho, 15, Herdamento em Machede de João Pires Chainho, ACSE, CEC 3/II, fls. 29-30v.

1301, ?, ?, herdamento de João Pires Chainho, em Machede..., ACSE, CH. 16.

1303, setembro, 18, herdamento de João Pires Chainho, ACSE, CEC 3/II, fls. 33-33v.

1311, outubro, 12, Lourenço Eanes Chainho, testemunha de contrato na igreja de Santiago de Évora, ACSE, CEC 3/II, fls. 38-39.

1351, novembro, 25, Emprazamento, em uma vida, de uma herdade, da igreja de Santiago de Évora, localizada no termo da

cidade, em Caneiro, a Martim Chainho, filho de Nicolau Chainho, vizinho de Évora, por um quarto de trigo e outro de cevada, pagos em Santa Maria de agosto. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 15, doc. 55 b).

1380, dezembro, 09, Martim Chainho, confrade da Albergaria do Corpo de Deus da Sé, ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos das Albergarias do Corpo de Deus da Sé, do Santo Espírito, de S. Bartolomeu e de S. Gião*, (n.º 63), fls. 95,95v.

1387, junho, 01, Martim Chainho, alcaide da Albergaria do Corpo de Deus da Sé, ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos das Albergarias do Corpo de Deus da Sé, do Santo Espírito, de S. Bartolomeu e de S. Gião*, (n.º 63), fls. 95v-96.

1412, Ref. a herdade que foi de Martim Chainho, em Fonte Boa. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 3, doc. 24.

1467, julho, 03, ref. ao beco de Rodrigo Afonso Chainho, ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fls. 153,153v.

1473, dezembro, 16, Évora, acordo entre a Albergaria e Rodrigo Afonso Chainho para que este refizesse, com certas isenções, as acalçarias que trazia aforadas. ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fls. 164v-165.

1473, janeiro, 04, D. Afonso V perdoa a justiça régia, um ano de degredo e a pena por o não ter cumprido a Lopo Chainho, cavaleiro da casa do duque de Viseu e Beja, a que foi condenado para o conto do Sabugal, por feridas a Lopo Afonso, tecelão, caminheiro, a Afonso Eanes, tecelão, a João, filho de Lopo Afonso e a Diogo Afonso Inglês, moradores na cidade de Évora, na sequência do perdão geral outorgado aos homiziados que serviram na armada e conquista da vila de Arzila e cidade de Tânger, bem como mediante o perdão das partes. IANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 33, fl. 13v

1485, junho, 22, casa na Rua das Fontes, que partem com lagar de Lopo Chainho, BPE, *Documentos de S. Domingos*, maço 1, doc. 31.

Referências bibliográficas:

Nota biográfica:

Os dados que temos não permitem a clara identificação deste homem que passou pelas funções de vereador.

Cargos concelhios:

1422/1423, Vereador

Outros cargos:

Reuniões:

Referências documentais:

1423-janeiro-27, Évora, Vasco Martins, vereador. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 72-73.
1423, abril,?, Vasco Martins, vereador, BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 3, doc. 47.

Referências bibliográficas:

Nota biográfica

A ausência de outros elementos de identificação não permite apurar se este homem corresponde a um dos Vasco Rodrigues Façanha ou a um outro indivíduo.

Cargos concelhios:

1415/1416, Procurador

Outros cargos:

Reuniões:

Referências documentais:

1416, junho, 22, Évora, Vasco Rodrigues, procurador do Concelho, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 65-65v.

Referências bibliográficas:

Nota biográfica

O escudeiro Vasco Rodrigues é um dos nomes incontornáveis da vida da cidade durante o período da governação Fernandina, tendo assumido um forte protagonismo e uma notável capacidade de influência da política local, sobretudo na fase final desse reinado. A sua ligação efetiva à governação da cidade está documentada a partir de 1378, ano em que surge identificado como regedor. Terá integrado o primeiro grupo de regedores, em número de dez, nomeados pelo monarca, em Évora, cuja referência mais antiga data precisamente desse ano. Muito embora, só posteriormente a essa data surja identificado documentalmente no exercício de funções, a sua ligação ao grupo da governança é anterior. Desde pelo menos 1375, que o seu nome consta no rol restrito de homens-bons que participam em alguns dos atos levados a cabo pelos oficiais da cidade, sinal da sua anterior aproximação à vida política concelhia. Não é improvável que tivesse passado pelo desempenho de algum cargo previamente à sua nomeação como regedor, muito embora desse facto não tenhamos evidências documentais.

De qualquer modo, é como regedor que a sua ação se irá destacar. Encontramo-lo, nessas funções, a participar nos mais variados atos, seja de cariz administrativo e de gestão corrente, seja a representar o Concelho ou a delinear *posturas* municipais, conjuntamente com os restantes regedores. Exercendo um cargo de nomeação régia, que em princípio deveria favorecer, no terreno, os interesses da coroa, não renegou a confiança que o monarca nele depositou. De facto, no tempo em que esteve no exercício de funções, Vasco Rodrigues irá assumir uma posição claramente consentânea com os interesses régios, que lhe valeu um forte destaque no seio do Concelho. Num momento marcado pela instabilidade e por conturbações várias, esse apoio poderá ter assumido, também, uma feição de natureza militar. É provável que tivesse participado na hoste régia, ao lado de muitos outros conterrâneos, em algumas das contendas que tiveram como palco a zona raiana do atual Alentejo, no âmbito da designada terceira guerra fernandina.

Fazendo uso da sua influência e do seu conhecimento dos meandros da política local, vamos encontrá-lo no verão de 1381, particularmente tenso, em Évora, a aconselhar o monarca, conjuntamente com o seu irmão, Lopo Rodrigues, nesse ano juiz do crime, a demolir parte da cerca velha da cidade, com o argumento de que no seu interior residirem muitos dos partidários do infante D. João, pretendente ao trono, exilado em Castela. Este episódio, narrado por Fernão Lopes, espelha bem a influência que os Façanha haviam granjeado junto do monarca. Sinal do reconhecimento e da preponderância de Vasco Rodrigues no seio do grupo dirigente, durante esse período, parece-nos ser, também, o facto do Concelho o ter indicado – conjuntamente Álvaro Mendes de Oliveira, que, curiosamente, será um dos principais rostos da oposição à causa do Mestre em Évora – como um dos procuradores especiais para jurar o contrato de casamento da infanta Dona Beatriz com o rei castelhano, que ocorrera em Elvas, na primavera de 1383, na sequência dos acordos de Salvaterra.

O fulgor que Vasco Rodrigues Façanha manifestou, nesses anos, parece ter perdido alguma força com a morte de D. Fernando e o desencadear da crise dinástica. A partir desse momento, deixamos de o encontrar referenciado no Concelho ou em outros atos públicos que foram ocorrendo na cidade, alguns

Cargos concelhios:

1378, Regedor
1381/1382, Regedor, juiz cível
1382/1383, Regedor, juiz
1406/1407, Juiz do crime

Outros cargos:

Reuniões:

1375, outubro, 27, Vasco Rodrigues Façanha, acompanha os juízes e vereadores na definição de Posturas

1383, julho, 25, Conjuntamente com Álvaro Mendes de Oliveira é Procurador para jurar o casamento de D. João I de Castela com Dona Beatriz

com grande significado político. Tendo em conta o seu forte envolvimento anterior na vida local, esse afastamento não pode deixar de ter uma leitura política. Muito embora se desconheçam os contornos do seu posicionamento face às várias fações em confronto, a sua ausência nos mais significativos atos públicos de apoio ao Mestre, realizados na cidade, indiciam que não terá tido um dos papéis mais relevantes nesse contexto. Vasco Rodrigues não esteve presente na reunião realizada nos Paços do Concelho, em fevereiro de 1384, onde vários oficiais, entre os quais diversos regedores, decidiram atribuir as sisas da cidade ao Mestre para fazer face às necessidades financeiras decorrentes da guerra contra Castela. Encontra-se, igualmente, ausente do ato público de *Preito e Menagem* ao Mestre como *Senhor, Regedor e Defensor do Reino*, que teve lugar em Évora, no adro da Sé de Évora, no dia 18 de dezembro de 1384, que contou com a presença de mais de cem personalidades, que constituíam a “nata” da sociedade religiosa, política e civil eborense. Apesar disso, e tendo em conta que voltará aos cargos, nos anos seguintes, estamos em crer que os Façanha, independentemente de hesitações ou possíveis volte-faces terão assumido o partido do Mestre. Lembremos que Lopo Rodrigues Façanha integrou o conselho de Guerra de Nuno Álvares Pereira, ao lado de quem terá participado em muitas das contendas militares. De qualquer modo, em todo este contexto os irmãos Façanha terão perdido algum do protagonismo anterior, ficando numa posição de segundo plano face a outras famílias eborenses ligadas ao poder municipal, como os Lobo, os d’Arca e outros que foram aqueles que mais terão capitalizado com a subida ao poder da nova dinastia. É significativo, a esse nível, que Fernão Lopes, ao elencar os indivíduos que nas principais localidades se destacaram no apoio ao Mestre, para que ficassem na “rrenemramça”, não tivesse incluído, para Évora, Vasco Rodrigues, nem o seu irmão. Eles não constam, de facto, na listagem de dezoito personalidades que o cronista considerou dignas de menção, pelo papel desempenhado em favor do Mestre, onde podemos encontrar *apelidos* de muitos membros do Concelho.

De qualquer modo, a mudança política não os afastou do poder municipal, onde logo em 1385 encontramos Lopo Rodrigues Façanha como juiz (cf., nota biográfica n.º 102).

A escassez documental para o período que se seguiu à crise não permite acompanhar o percurso de Vasco Rodrigues no Concelho. Só voltamos e encontrar um Vasco Rodrigues Façanha, nos elencos camarários, nas primeiras décadas de Quatrocentos, não sendo seguro tratar-se do mesmo indivíduo, já que se verifica a presença de um seu homónimo no Concelho, nas décadas de vinte e trinta dessa mesma centúria.

Os dados sobre as suas relações familiares e clientelares não abundam. De qualquer modo, Vasco Rodrigues será, certamente, oriundo de um dos ramos familiares dos *Façanha*, instalados na cidade desde períodos recuados. Trata-se de uma família que, tanto quanto supomos, será oriunda da cavaleira vilã, cujos membros acabam por assumir protagonismo, em vários níveis da vida da cidade, transpondo-se essa notoriedade também para a governação local. Os Façanha encontram-se ligados aos ofícios camarários desde, pelo menos, as duas últimas décadas de Duzentos, quando detetamos os irmãos Martim Soares Façanha e Rui Martins Façanha, como juizes da cidade. Infelizmente, não se torna possível estabelecer as ligações familiares entre os indivíduos que foram usando esse mesmo *apelido*, desconhecendo-se, também, os ascendentes familiares de Vasco Rodrigues. Sobre ele, sabemos ser casado com Domingas Afonso, para quem não temos outras informações, e irmão de Lopo Rodrigues Façanha, que vamos encontrar também no exercício de cargos concelhios, neste mesmo período, dando continuidade à tradição familiar de ligação à governação da cidade. Uma ligação que vem de períodos

anteriores, como referimos, e que se prolongará ao longo de Quatrocentos, confirmando os Façanha como uma das mais emblemáticas famílias oligárquicas eborenses.

Sendo um indivíduo de extração local, Vasco Rodrigues, encontrava-se, naturalmente, bem enraizado na cidade, mantendo um quadro amplo de relações e de ligações a diversas instituições, que vão contribuindo para a consolidação das suas posições sociais e económicas. A sua presença está documentada nas Albergarias; instituições que se inscrevem na órbita do Concelho, onde é comum encontrarmos os oficiais da cidade a exercer cargos de alcaides e mordomos. Vasco Rodrigues é confrade da Albergaria do Corpo de Deus de Santo Antoninho, situada nas proximidades da igreja com o mesmo nome, da qual era freguês, onde surge, não raras vezes, acompanhado dos seus homens e criados. Participa de forma regular na vida da instituição, desde a década de setenta de Trezentos até aos primeiros anos da centúria seguinte.

Os seus laços estendem-se, também, à poderosa Catedral, e aos seus cónegos, com os quais parece ter mantido estreitas relações. No início da década de sessenta, em período prévio à sua presença no Concelho, exerceu as funções de *prioste* do Cabido. Um cargo cuja esfera de ação se centrava na área contabilística, financeira e de gestão patrimonial, que assumia um indiscutível relevo no seio de uma instituição que movimentava vastos interesses económicos. Para além da importância que a inserção no importante círculo de sociabilidade que se estabelecia em torno da Catedral possa ter assumido sob o ponto de vista sociopolítico, a sua ligação à Catedral não poderá ter deixado de se revestir de algum interesse em termos materiais e patrimoniais. Vasco Façanha trazia, em regime de aforamento, um significativo conjunto de bens da mesa capitular, muito especialmente hortas e ferragiais, localizados nas imediações da cidade, no que podemos designar de espaço periurbano, de que o cabido era, aliás, um dos maiores proprietários. Constata-se, ainda, a realização de escambos com a instituição, que lhe vão permitindo compor determinadas estratégias patrimoniais.

A importância que a aproximação à Catedral assumiu no seu percurso pessoal é reconhecida pelo próprio, no preâmbulo de uma doação, datada de 1369, pela qual, conjuntamente com a sua mulher, Domingas Afonso, deixa ao cabido uma parcela de terra, comprada para o efeito por 700 libras, situada no Pigeiro, no termo da cidade, em reconhecimento, como se afirma, *das muitas ajudas, defendimentos, graças e outros bens*, que terá recebido da instituição e dos seus cónegos no período em que dela foi *prioste* e procurador.

A dimensão económica não parece, de facto, ter sido descurada por Vasco Rodrigues Façanha, cujos parcos dados recolhidos na documentação vão indiciando alguma aproximação aos sectores mercantis. Residindo nas imediações da praça das Portas de Alconchel, centro cívico e económico, ao lado de muitos outros mercadores, com eles compartilha solidariedades na Albergaria de Santo Antoninho, de que era confrade, estabelecendo, ainda, relações de natureza clientelar com poderosos homens de negócios da cidade. Caso de Fernão Gonçalves, mercador, identificado como seu criado, que vamos também encontrar nos elencos concelhios, com o qual parece ter estabelecido uma estreita relação a nível económico, sucedendo-lhe como *prioste* do cabido e nos prazos de diversos bens (cf. nota biográfica n.º 41). Também o perfil do património fundiário de Vasco Rodrigues, menos estruturado ao nível das grandes propriedades de produção extensiva e mais expressivo no que concerne às pequenas parcelas situadas no aro periurbano, composto por hortas, vinhas e ferragiais, a que se juntavam adegas e lagares, nos faz supor que revelasse algum interesse pelas produções destinadas ao circuito comercial urbano.

Após a sua saída dos elencos camarários, pouco sabemos sobre Vasco

Rodrigues Façanha, sendo provável que tivesse conhecido algum afastamento da vida política da cidade.

Desconhecemos a data da sua morte, sendo provável que tivesse ocorrido em período anterior a 1413, quando a documentação faz referência a *casas*, nas proximidades da praça, *que foram de Vasco Rodrigues Façanha*.

De acordo com indicações contidas no Livro velho de Aniversários, Vasco Rodrigues encontrava-se enterrado na Sé de Évora, conjuntamente com a sua mulher, Domingas Afonso, e com o seu criado, Fernão Gonçalves, aí instituindo aniversários perpétuos, por sua alma e de sua mulher, procurando, na morte, a proteção que havia obtido em vida da Catedral e dos seus cónegos.

Referências documentais:

1362, janeiro, 13, Évora, na Sé. Contrato de bens dos bacharéis da Sé, Testemunhas: Vasco Rodrigues, prioste do cabido, Lopo Rodrigues, seu irmão, Martim Lourenço, homem do dito Vasco Rodrigues, Airas Afonso, clérigo. ACSE, *Pergaminhos dos Bacharéis da Sé de Évora*, Pasta 1, doc. 63.

1368, maio, 03, Testemunha de testamento de Gomes Pires Perdigão. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 5, doc. 50.

1369, junho, 22, Évora. Escambo de bens entre o cabido da Sé e Vasco Rodrigues Façanha e sua mulher Domingas Afonso. O cabido cede umas casas, que são na praça da Porta de Alconchel, em que mora Vasco Rodrigues Façanha, as quais ele fez à sua custa, que são foreiras ao cabido, pagando Vasco Rodrigues 15 libras, anualmente, e umas adegas sem louça e lagar que são na rua dos Banhos Velhos. Recebe em troca uma herdade de Vasco Façanha e da sua mulher, que fica além do Pigeiro, na herança que foi de Mem Pestana. ACSE, CEC 3 - VII a), fl. 101-102v.

1369, agosto, 27, Évora, casas de Vasco Rodrigues Façanha. Este e sua mulher, Domingas Afonso, moradores e vizinhos de Évora, apresentaram uma escritura relativa a uma herdade, que Vasco Rodrigues comprou à viúva de Pedro Álvares da Costa, situada no termo de Évora, no Pigeiro. No dia 6 de junho, no termo de Évora, no Pigeiro, Vasco Rodrigues Façanha tomou posse da herdade, das casas e pertenças. Testemunhas: Gonçalo Eanes Lobo, Vasco Eanes, seu clérigo; João Domingues de Machede, cónego; João Martins Carpinteiro, bacharel da Sé; Fernão Gonçalves, homem de Vasco R. Façanha. ... Vasco Rodrigues Façanha, vendo e considerando o muito serviço que recebeu dos cónegos, tendo ele sido prioste e procurador do cabido, ele e a sua mulher fazem doação ao cabido da dita herdade. Testemunhas: Martim Frade demandador, Pedro Afonso, criado de Pedro Eanes de Abiul; Álvaro Esteves, clérigo de Monforte; Lourenço Martins, homem do Deão. ACSE, CEC 3 - VII a), fl. 108-123.

1375, outubro, 27, Vasco Rodrigues Façanha, acompanha os juizes e vereadores na definição de Posturas, ADE, Arquivo Municipal, *O Livro das Posturas Antigas da cidade de Évora...*, fl. 14v.

1378, janeiro, 09, Vasco Rodrigues, regedor, participa na definição de posturas. ADE, Arquivo Municipal, *O Livro das Posturas Antigas da cidade de Évora...*, fl. 19v.

1378, Julho, 26, Évora, execução de sentença, ante as casas de Vasco Rodrigues Façanha, compareceu Pº Ligeiro, Tabelião, procurador de Sancha Dias.... ACSE, CEC 10/XIII, 3.º *Livro de Originais*, doc. XIII.

1380, novembro, 18, referência a Fernão Gonçalves, criado de Vasco Rodrigues Façanha, alcaide da Albergaria de Santo Antoninho, ADE, Arquivo Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital do Corpo de Deus de Santo Antoninho* (n.º 61), fl. 6.

Lopo Rodrigues Façanha e o seu irmão Vasco Rodrigues aconselham D. Fernando a destruir parte da cerca velha da cidade. Fernão LOPES, *Crónica de D. Fernando...* (CDF), cap. CXVII.

1382, janeiro, 03, Vasco Rodrigues é juiz, ADE, Arquivo Municipal, *O Livro das Posturas Antigas da cidade de Évora...*, fl. 18v.

1382, janeiro, 20, Vasco Rodrigues Façanha, regedor. ADE, Arquivo Municipal, *O Livro das Posturas Antigas da cidade de Évora...*, fl. 18v.

1382, junho, 22, Vasco Rodrigues Façanha, Regedor. ADE, Arquivo Municipal, *O Livro das Posturas Antigas da cidade de Évora...*, fl. 28v.

1382, setembro, 19, Vasco Rodrigues, regedor, ADE, Arquivo Municipal, *O Livro das Posturas Antigas da cidade de Évora...*, fl. 12v.

1382, novembro, 7, Vasco Rodrigues, regedor. ADE, Arquivo Municipal, *O Livro das Posturas Antigas da cidade de Évora...*, fl. 6.

1382, novembro, 10, Vasco Rodrigues, regedor. ADE, Arquivo Municipal, *O Livro das Posturas Antigas da cidade de Évora...*, fl. 19.

1383, janeiro, 09, Vasco Rodrigues (Façanha) (regedor). ADE, ADE, Arquivo Municipal, *O Livro das Posturas Antigas da cidade de Évora...*, fl. 19.

1383, junho, 06, Évora, Vasco Rodrigues Façanha, confrade de Santo Antoninho, ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital do Corpo de Deus de Santo Antoninho* (n.º 61), fl. 9.

1383, julho, 25, Conjuntamente com Álvaro Mendes de Oliveira é Procurador para jurar o casamento de D. João I de Castela com Dona Beatriz, Salvador Dias ARNAUT, *op. cit.*, pp. 430-431.

1406, junho, 18, Vasco Rodrigues Façanha, juiz do crime, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (N.º 67), fls. 45-46.

1406, dezembro, 13, Évora, Vasco Rodrigues Façanha, confrade da Albergaria de Santo Antoninho, ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital do Corpo de Deus de Santo Antoninho* (n.º 61), fls. 77v, 78.

1407, abril, 03, Évora, na Igreja de Santo Antoninho. Gonçalo Dias de Espinho afirmou que por morte do seu sogro, Lopo Rodrigues Façanha, ele herdou umas casas, na Rua de Alconchel. Partem com casas de Vasco Rodrigues Façanha, ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital do Corpo de Deus de Santo Antoninho* (n.º 61), fls. 80.

1407, junho, 26, Évora, Vasco Rodrigues Façanha; testemunha de um aforamento de bens da Albergaria de Santo Antoninho. ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital do Corpo de Deus de Santo Antoninho* (n.º 61), fls. 81v, 82.

1409, Julho, 14, Évora, no adro de Santo Antoninho. Vasco Rodrigues Façanha, confrade. ADE, Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital do Corpo de Deus de Santo Antoninho* (n.º 61), fls. 84, 84v.

1413, fevereiro, 08, contencioso entre o rei e o Concelho, a propósito de um chão na praça de Alconchel, que partia com a igreja de Santo Antoninho, com casas de Martim pascoal, e com casas que foram de Vasco Rodrigues Façanha, Gabriel PEREIRA, *op. cit.*, p. 237.

1424, Livro dos bens do cabido, refere a Herdade, no Pigeiro, doada por Vasco Rodrigues Façanha, ACSE, *CEC 3- I*, fl. 7. Referenciado como testemunha de um assentamento deixado por um cônego para aniversários, *Ibidem*, fl. 32v.

s/d, ref. a ferragial do cabido que semeia Vasco Rodrigues Façanha, ...(44v) ACSE, *CEC 3- I*, fl. 45.

s/d, Ref. a dois ferragiais do cabido que traz Vasco Rodrigues Façanha. ACSE, *CEC 3- I*, fl. 60v.

Referência no livro de aniversários: ferragial que foi horta a par do chafariz do Raimundo, que tinha Vasco Rodrigues Façanha, e depois o teve Fernão Gonçalves, mercador, agora o traz Pº Afonso, prioste do cabido, ACSE, *CEC 4 – XV, Livro velho de Aniversários dos primeiros seis meses*, fl. 78.

s/d aniversários por Fernão Gonçalves e sua mulher, Por duas vinhas, no Louredo, no caminho de Dom Airas. São aforadas por 50 soldos cada (jaz enterrado junto com Vasco Rodrigues Façanha), ACSE, *CEC 4 – XVII*, fl.19.

Referência no Livro de aniversários: por Domingas Afonso, que foi mulher de Vasco Rodrigues Façanha, pelas casas, adega, ferragial, que o dito Vasco R. obrigou ao cabido, que houve por escambo, ACSE, *CEC 4 – XVII*, fl. 48-55v.

Outros dados:

Martim Soares Façanha e Rui Martins Façanha, nos cargos e em outros atos concelhios, cf., respetivamente, IANTT, *Gavetas, III*, Maço I, doc. 16 e Gabriel PEREIRA, *op. cit.*, p. 40 e p. 44.

Sem data/ codicilo do testamento de Constança Eanes, que instituiu uma capela em S. Francisco de Évora. Um Afonso Façanha, conjuntamente com Estêvão Eanes Candeeiro, são os testamenteiros. Este último era casado com uma sobrinha da testadora. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 15, doc. 44.

1375, janeiro, 30, Afonso Rodrigues Façanha é tutor de Joane, moço menor, filho de Gomes Pires perdigão. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 5, doc. 131. (ver procuração).

1379, fevereiro, 02. Um Vasco Façanha é juiz dos resíduos em Évora BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 2, doc. SF. 9.

1351, Ref. a um Estêvão Rodrigues Façanha, entre as testemunhas de um contrato de S. Bento. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 4, doc. 2,

1368, janeiro, 25, no termo da cidade de Évora, onde chamam a Água do Pigeiro, por onde vão para a herdade de Afonso Rodrigues Façanha... ACSE, *CEC 3-VIIa*), fls. 84-89. Original: *CEC 10/ XIII, 3º livro de originais*, doc. X.

Referências bibliográficas:

Joaquim Bastos SERRA, “Os “Façanha”. Uma família da oligarquia eborense nos finais de Trezentos”, Hermínia Vasconcelos Vilar, Maria Filomena Lopes de Barros, eds., *Categorias sociais e mobilidade na Baixa idade Média. Entre o islão e a cristandade*, Lisboa, Colibri, 2012, pp. 163-186.

Nota biográfica:

A homonímia não permite distinguir o início da carreira concelhia deste homem da do seu predecessor, Vasco Rodrigues Façanha I, que supomos corresponder ao seu pai ou a um seu parente em grau próximo (cf., nota biográfica 173). Daí que não possamos saber, com total certeza, se foi este o homem nomeado como regedor no Regimento da cidade. Supomos que sim até porque uma ou outra referência indica que o primeiro Vasco Rodrigues terá falecido antes de 1413.

De qualquer modo, e é este aspeto que importa destacar, este homem terá sempre capitalizado o peso e relevância do apelido Façanha na governação, que na gerações anteriores tinha sido representada por Vasco Rodrigues Façanha I, pelo seu irmão Lopo Rodrigues Façanha, e por homens outros homens que estiverem clientelamente vinculados, como é o caso do mercador Fernão Gonçalves Façanha (cf., nota biográfica n.º 41).

A presença do biografado nos elencos camarários surge, pois, como natural, tendo em conta o envolvimento da família com o poder municipal. Um peso e uma relevância que, obviamente, não terá sido indiferente para a sua nomeação como regedor.

A carreira concelhia de Vasco Rodrigues Façanha II durou até ao final dos anos trinta de Quatrocentos, tendo passado, pelas funções de regedor, juiz e de vereador. Este último, um cargo que assumiu uma forte relevância governativa, após a extinção dos regedores, na cidade, e que foi sendo entregue aos mais destacados membros da oligarquia.

Para além do Concelho, Vasco Rodrigues assumiu também um forte protagonismo nas Albergarias, particularmente na de Santo Antoninho, onde, tal como o seu antecessor, desempenhou as funções de alcaide.

Não temos muito mais informações sobre este homem em termos biográficos e familiares. Sabemos, ainda assim, que era casado com Violante Afonso, que viu confirmada por D. Afonso V, o privilégio de coutada para uma sua herdade, mas não conhecemos a sua descendência. É possível que tivesse um grau próximo de parentesco com Lopo Façanha, que foi seu contemporâneo no Concelho e que se manteve ligado à governação até cerca de 1475.

Foram estes homens, Vasco Rodrigues Façanha e, posteriormente, Lopo Façanha, a quem, curiosamente, foram atribuídos os mesmos nomes dos seus predecessores, que deram continuidade à presença dos Façanha na administração municipal.

Uma família com um longo historial na governação, que remonta, pelo menos a meados de Duzentos, quando pontuavam no Concelho os irmãos, Martim Soares Façanha e Rui Martins Façanha, e que de forma continuada se manteve ligada aos cargos até aos finais do Século XV, fazendo dela uma das mais poderosas da oligarquia eborense.

Cargos concelhios:

Regedor, nomeado no regimento
1420/1421, Vereador
1423/1424, Juiz do Crime
1431/1432, Vereador
1434/1435, Vereador
1438/1439, Vereador

Outros cargos:

Reuniões:

1425-outubro-17, presente em reunião de vereação.

1427-novembro-05, presente em reunião de vereação.

Referências documentais:

s/d, Vasco Rodrigues Façanha, regedor. *Os Regimentos de Évora e Arraiolos...*, fl. 7.
1421, março, 22, Vasco Rodrigues Façanha, vereador; ADE, Arquivo Municipal, Livro Pequeno de Pergaminho (n.º 66), fl.46v.
1423, outubro-06, Évora, nos Paços do Concelho, [...] Rodrigues Façanha, juiz do crime; ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro*

de Pergaminho (N.º 67), fls. 73v- 74.

1424, fevereiro, 10, Évora, câmara do Concelho, Vasco Rodrigues Façanha, escudeiro. Juiz do crime; ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (N.º 67), fls. 74-75.

1424, março, 16, Perante Vasco Rodrigues Façanha, escudeiro, juiz do crime, ante as suas casas de morada, compareceram...ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos das Albergarias ou Hospitais do Corpo de Deus da Sé, do Santo Espírito, S. Bartolomeu e S. Gião*, (n.º 63), fls. 71,72v.

1425, outubro, 17, Évora, Vasco Rodrigues Façanha, presente em reunião de vereação. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (N.º 67), fls. 76-77v.

1426, maio, 20, Évora, Hospital de Jerusalém, Vasco Rodrigues Façanha, confrade Jerusalém, ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fls. 78v, 79, 79v,80, 80v.

1427, novembro, 05, Évora, na câmara da vereação, Vasco Rodrigues Façanha, presente, como homem bom. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (N.º 67), fls. 79-79v.

1428, setembro, 21, Évora, na capela do Hospital de Jerusalém, Vasco Rodrigues Façanha, escudeiro, confrade, ADE, Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fls. 85, 85v.

1429, junho, 20, Évora, na praça, Vasco Rodrigues Façanha, testemunha de contrato de Jerusalém, ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fls. 88, 88v.

1429, novembro, 29. Demanda entre a Albergaria de Santo Antoninho e a igreja de Santiago. Vasco Rodrigues Façanha, confrade da Albergaria, é um dos procuradores desta instituição na demanda relativa a subemprazamento de bens... BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 14, doc. 19.

1431, dezembro, 17, Vasco Rodrigues Façanha, confrade de Santo Antoninho, ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital do Corpo de Deus de Santo Antoninho* (n.º 61), fls. 121-122v.

1432, maio, 12, Évora, em Vale de Pereiro, Fonte da Areia?, Vasco Rodrigues Façanha, vereador, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (N.º 67), fls.90-90v.

1434, novembro, 27, Évora, na câmara, estando reunidos em vereação, Vasco Rodrigues Façanha – vereador, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (N.º 67), fls. 98-98v.

1435, março, 05, Évora, na câmara dos Paços do Concelho, Vasco Rodrigues Façanha, vereador, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (N.º 67), fls. 99-99v.

1435, junho, 08, Évora, na câmara dos Paços do Concelho, estando reunidos, em vereação, Vasco Rodrigues Façanha – vereador, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (N.º 67), fls. 100v-101.

1437, maio, 29, Évora, Vasco Rodrigues Façanha, confrade de Santo Antoninho. ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital do Corpo de Deus de Santo Antoninho* (n.º 61), fls. 33-33v.

1437, junho, 09, confrade de Santo Antoninho, ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital do Corpo de Deus de Santo Antoninho* (n.º 61), fls. 34-34v.

1437, setembro, 15, Évora, Vasco Rodrigues Façanha, escudeiros, alcaide da Albergaria Santo Antoninho. ADE, Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital do Corpo de Deus de Santo Antoninho* (n.º 61), fl.35.

1439, abril, 22, Évora, Vasco Rodrigues Façanha, escudeiro, alcaide de Jerusalém, ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fls. 100, 100v.

1439, novembro, 19, Évora, câmara do Concelho, estando reunidos em vereação, Vasco Rodrigues Façanha, vereador, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (N.º 67), fls. 105-105v.

1439, dezembro, 05, na Câmara da cidade, Vasco Rodrigues Façanha, vereador, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Pequeno de Pergaminho* (n.º 66), fl. 57-57v.

1441, março, 15, Évora, Vasco Rodrigues Façanha, testemunha de um aforamento de Santo Antoninho. ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital do Corpo de Deus de Santo Antoninho* (n.º 61), fls. 40v,41.

1442, novembro, 26, contencioso relativo ao tempo em que Vasco Rodrigues Façanha fora confrade e dado como contador, ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fls. 104,104v, 105,105v.

1443, fevereiro, 12, D. Afonso V confirma coutada a Violante Afonso, mulher que foi de Vasco Rodrigues Façanha, morador na cidade de Évora, de uma defesa a que chamam Vale de Freixo, termo da dita cidade. IANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 27, fl. 34.

Presença de Lopo Façanha II, no Concelho: ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (N.º 67), fls. 110-111, 111-111v, 135-135v, 136v-137, 139v-140; *Livro 2º de originais* (n.º 72), fl. 74.

Referências bibliográficas:

Nota biográfica:

Os dados que temos relativos a este homem resumem-se a uma única referência contida no Livro de Posturas, em que é identificado como vereador, pelo que não é possível tecer qualquer consideração a ele respeitante, nem saber se teria algum grau de parentesco com João Vicente da Torre, que passou também por funções concelhias (cf., nota biográfica n.º 88).

Cargos concelhios:

Vereador (sem data)

Outros cargos:

Reuniões:

Referências documentais:

s/d, Vasco de Torre vereador, ADE, Arquivo Municipal, *O Livro de Posturas Antigas da cidade de Évora...*, fl. 12-12v.

Referências bibliográficas:

Nota biográfica:

A escassez documental não permite a clara identificação deste homem que passou pelo Concelho num período bastante mal documentado e que, aparentemente, teria alguma proximidade com os Gavião/Fuseiro, que tiveram forte ligação à administração municipal.

Cargos concelhios:

1367/1368, Vereador

Outros cargos:

Reuniões:

Referências documentais:

1362, dezembro, 24, Vasco Vicente Santiaguês é testemunha do testamento de Pº Esteves Gavião, filho de Estêvão Martins Gavião. IANTT, Núcleo Antigo, n.º 276 – *Tombo das Capelas de Évora*, fls. LXXXVIIv.
1368, janeiro, 08, Vasco Vicente Santiaguês..., BPE, *Pergaminhos Avulsos*, Pasta 12, doc. 31.
1402, abril, 04, Ref. a João Gomes, neto do Santiaguês. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 27v-28v.

Referências bibliográficas:

Nota biográfica:

A alcunha/apodo, associada ao nome e patronímico deste homem remete para a possibilidade de ser oriundo do mesmo grupo familiar de outros indivíduos que surgem identificados como Quadril de Pega e que estiveram também ligados à governação. É o caso de Estêvão Domingues Quadril de Pega, que foi juiz, em 1379/1380 (cf. nota biográfica n.º 27) e dos irmãos Gonçalo Esteves Quadril de Pega (cf., nota biográfica n.º 62) e João Esteves Quadril de Pega (cf., nota biográfica n.º 78), que exerceram funções, como vereadores, nas primeiras décadas de Quatrocentos, quando encontramos também o biografado nos elencos camarários. A presença de Vicente Lourenço nos cargos terá, pois, coincidido com um período em que esta família assumia algum protagonismo na governação, deixando claro, mais uma vez, o peso que o parentesco assumia no acesso e manutenção no poder municipal.

Os dados que temos não permitem, contudo, identificar objetivamente os laços que Vicente Lourenço teria com os outros detentores deste apodo. No caso dos Quadril de Pega, as dificuldades de reconstituição familiar são acrescidas pelo facto de surgirem identificados a partir de um apodo que terá tido, decerto, origem numa alcunha, usada durante duas ou, quanto muito, três gerações, mas que não se fixou como nome de família, tornando difícil rastrear o quadro de relações familiares e mesmo a sua continuidade na administração municipal.

Mais clara é a base do seu poder material. As várias referências à posse de bens rústicos, por parte dos seus membros, deixam entrever que se tratava de uma família de abastados lavradores e criadores de gado. Os Quadril de Pega eram, de facto, detentores de boas herdades, nas terras mais férteis do entorno rural da cidade, algumas das quais terão sido coutadas por privilégio régio, o que, de alguma forma, é também testemunho do poder e do prestígio que tinham na cidade.

Cargos concelhios:

1410/1411, Vereador

Outros cargos:

Reuniões:

Referências documentais:

1408, agosto, 11, Sintra. Coutada a Gonçalo Rodrigues da Fonseca, morador em Évora, de uma sua herdade, no termo da cidade, que parte com Quadril de Pega (que também foi coutada por carta de D. João I)..., IANTT, *Chancelaria de D. João I*, Livro III, fl. 76.

1411, maio, 20. Vicente Lourenço Quadril de Pega, vereador, ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), 54v-55.

1415, dezembro, 08, a Albergaria do Corpo de Deus da Sé, afora uma herdade, no Divor, que foi de Vicente Lourenço Quadril de Pega. Parte com herdade de Martim Afonso de Melo, com João Esteves Quadril de Pega. Foi doada ao Hospital por Mor Gomes, viúva de Vicente Lourenço Quadril de Pega. ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos das Albergarias ou Hospitais do Corpo de Deus da Sé, do Santo Espírito, S. Bartolomeu e S. Gião*, (n.º 63), fls. 108,108v.

Outros dados:

1395, julho, 27, ferragial, nas proximidades de Évora, que parte com João Esteves quadril de Pega, ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fl. 43v.

1409, novembro, 18, entre as testemunhas de contrato de bens do Hospital de Jerusalém, conta-se João Esteves, filho de Estêvão Domingues Quadril de Pega, ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos do Hospital de Jerusalém* (n.º 62), fls. 45, 45v.

1421, abril, 15, herdade do Hospital do Corpo de Deus, onde chamam o Divor, que Parte com herdade que foi de João Esteves Quadril de Pega..., ADE, Arquivo da Misericórdia, *Pergaminhos das Albergarias ou Hospitais do Corpo de Deus da Sé, do Santo Espírito, S. Bartolomeu e S. Gião*, (n.º 63), fls. 110,110v,111.

1433, julho, 13, referência a herdade, no Degebe, que parte com Estêvão Eanes Quadril de Pega, IANTT, *Leitura Nova, Odiana*, lv. 4, fls. 113v-114v.

Referências bibliográficas:

Nota biográfica:

Não temos outros dados sobre este homem, que surge referenciado em função de uma atividade profissional. É um dos poucos para os quais isso acontece. De facto, para além dele, só os mercadores e um ou outro homem que poderá ter estado ligado ao mundo artesanal, como por exemplo, Lopo Fernandes hastieiro (cf., nota biográfica n.º 98) – se é que, neste caso, não estamos já face a uma alcunha – surgem associados às atividades económicas. Ressalva-se, contudo, que em todos estes casos estaremos sempre face a homens que terão acumulado um nível de riqueza que os terá afastado do mundo do trabalho efetivo, condição *sine qua nom* para a sua entrada na governação.

No caso concreto do biografado, a riqueza e o protagonismo, que ela proporciona, terão sido obtidos pela posse dos instrumentos de produção ou pela exploração da terra, própria ou aforada.

A ausência de outros dados não permite avaliar, em pleno, a sua relação com a administração que, aparentemente, terá sido de cariz pontual.

Cargos concelhios:

1404/1405, Vereador

Outros cargos:

Reuniões:

Referências documentais:

1404, dezembro, 20, Vicente Lourenço, de S. Mamede, lavrador. ADE, Arquivo Municipal, *Livro Primeiro de Pergaminho* (n.º 67), fls. 40-41.

Referências bibliográficas:

